



BANCO DE PORTUGAL
EUROSISTEMA

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Atividade e Contas 2013



RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Atividade e Contas 2013



Lisboa, 2014 • www.bportugal.pt

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO | Atividade e Contas 2013 • Banco de Portugal Av. Almirante Reis, 71 |
1150-012 Lisboa • www.bportugal.pt • Edição Gabinete do Governador e dos Conselhos | Departamento de Contabilidade
e Controlo • Design, impressão, acabamento e distribuição Departamento de Serviços de Apoio | Área de Documentação,
Edições e Museu | Serviço de Edições e Publicações • ISBN 978-989-678-289-4 (*online*) • ISSN 2182-5882 (*online*)

Fotografia da capa "Cortinas" 2012 • Intervenção artística na antiga igreja de S. Julião • Fernanda Fragateiro • Pintura manual
sobre seda • Dimensões variadas

Índice

I ATIVIDADE

Sumário executivo | 19

CAIXA 1 | Medidas de estabilidade financeira no âmbito do programa de assistência económica e financeira | 24

CAIXA 2 | Uma nova abordagem às funções de supervisão e de salvaguarda da estabilidade financeira | 27

CAIXA 3 | Plano estratégico 2014-2016 | 30

1. Estabilidade financeira | 31

1.1. Supervisão macroprudencial do sistema financeiro | 31

1.2. Supervisão prudencial | 32

1.3. Supervisão comportamental | 35

1.4. Averiguação e ação sancionatória | 36

1.5. Fundos de garantia de depósitos e de resolução | 39

1.6. Superintendência dos sistemas de pagamentos | 39

2. Funções de autoridade monetária | 40

2.1. Estudos e aconselhamento económico | 40

2.2. Execução da política monetária | 41

2.3. Gestão de ativos | 42

2.4. Estatísticas | 43

2.5. Sistemas de pagamentos | 44

2.6. Emissão monetária | 45

2.7. Representação internacional e cooperação institucional | 47

3. Organização e gestão de recursos | 51

3.1. Modelo de governação e gestão do risco | 51

3.2. Sistemas de informação e comunicação | 53

3.3. Gestão de recursos humanos | 53

3.4. Gestão financeira e patrimonial | 57

4. Comunicação e prestação de serviços à comunidade | 58

4.1. Comunicação com o público | 58

4.2. Ações de comunicação no âmbito do Eurosistema | 63

- 4.3. Comunicação sobre cooperação | **64**
- 4.4. Prestação de serviços | **64**
- 4.5. Responsabilidade social e sustentabilidade ambiental | **66**

II BALANÇO E CONTAS

- 1. Apresentação | **129**
 - 1.1. Evolução da composição do Balanço | **129**
 - 1.1.1. Ativos e passivos de política monetária | **130**
 - 1.1.2. Ouro e ativos de gestão (líq.) | **132**
 - 1.1.3. Outros ativos de balanço | **136**
 - 1.1.4. Notas em circulação | **137**
 - 1.1.5. Responsabilidades para com o Eurosistema | **137**
 - 1.1.6. Outros passivos | **137**
 - 1.1.7. Recursos próprios | **138**
 - 1.2. Evolução da Demonstração de resultados | **139**
- 2. Demonstrações financeiras | **144**
- 3. Notas às demonstrações financeiras | **148**
 - 1.1. Bases de apresentação | **148**
 - 1.2. Resumo das principais políticas contabilísticas | **149**
- 4. Relatório dos auditores externos | **189**
- 5. Relatório e parecer do conselho de auditoria | **191**



MISSÃO E VALORES DO BANCO



Missão

- O Banco de Portugal, enquanto banco central da República Portuguesa e parte integrante do Eurosistema e do Sistema Europeu de Bancos Centrais, tem por missão:
- A manutenção da estabilidade dos preços; e
- A promoção e salvaguarda da estabilidade do sistema financeiro.

Valores

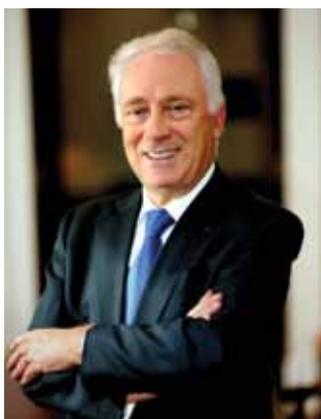
São valores do Banco de Portugal:

- **Integridade** – Os colaboradores do Banco de Portugal colocam a sociedade e o interesse público no centro da sua atuação e regem-se por elevados padrões éticos.
- **Competência, Eficácia, Eficiência** – O Banco de Portugal tem colaboradores altamente qualificados nas suas áreas de negócio. O seu modelo de governo, a organização interna e os processos têm como referência as melhores práticas.
- **Independência** – O Banco de Portugal possui independência funcional, institucional, pessoal e financeira. Este princípio está legalmente consagrado e é uma condição fundamental para que o Banco possa cumprir a sua missão. A independência pressupõe um mandato claro, a impossibilidade de solicitar ou receber instruções de entidades terceiras, a proteção do estatuto dos membros dos órgãos de decisão e a independência financeira.
- **Transparência e Responsabilidade** – O Banco de Portugal, no respeito das suas obrigações no quadro do Eurosistema, presta contas à Assembleia da República, ao Governo e à sociedade portuguesa sobre o que faz, por que faz e como faz. A transparência sobre o modelo de governo e a atividade do Banco de Portugal e a responsabilização pelos resultados alcançados são complementos essenciais do princípio de independência.
- **Espírito de Equipa** – Os colaboradores do Banco de Portugal atuam num espírito de entreatajuda e de partilha de conhecimento, com lealdade e transparência.
- **Responsabilidade Social e Ambiental** – O Banco de Portugal atua com sentido de responsabilidade social e ambiental, assumindo-se como ator social e promotor da ética empresarial.





ÓRGÃOS DO BANCO



Governador
Carlos da Silva Costa

Conselho de Administração



Vice-Governador
Pedro Miguel de Seabra Duarte Neves



Vice-Governador
José Joaquim Berberan e Santos Ramalho



Administrador
José António da Silveira Godinho



Administrador
João José Amaral Tomaz

Conselho de Auditoria

Presidente

Emílio Rui da Veiga Peixoto Vilar

Membros

Rui José Conceição Nunes

Amável Alberto Freixo Calhau



Conselho Consultivo

Carlos da Silva Costa

Pedro Miguel de Seabra Duarte Neves

José Joaquim Berberan e Santos Ramalho

Manuel Jacinto Nunes

José da Silva Lopes

Vítor Manuel Ribeiro Constâncio

José Alberto Vasconcelos Tavares Moreira

Luís Miguel Couceiro Pizarro Beleza

António José Fernandes de Sousa

Emílio Rui da Veiga Peixoto Vilar

Valentim Xavier Pintado

Fernando Faria de Oliveira

João Moreira Rato

Roberto de Sousa Rocha Amaral

Rui Manuel Teixeira Gonçalves



Responsáveis pelos órgãos de direção e delegações*

Gabinete do Governador e dos Conselhos (GAB)
Marta Sofia Fonseca Carvalho David Abreu

Secretário dos Conselhos (SEC)
Vasco Manuel da Silva Pereira

Departamento de Auditoria (DAU)
Francisco Martins da Rocha

Departamento de Averiguação
e Ação Sancionatória (DAS)
José Manuel Bracinha Vieira

Departamento de Contabilidade e Controlo (DCC)
José Pedro Pinheiro Silva Ferreira

Departamento de Emissão e Tesouraria (DET)
Jorge Manuel Egrejas Francisco

Departamento de Estabilidade Financeira (DES)
Maria Adelaide Morais Cavaleiro Joaquim

Departamento de Estatística (DDE)
João António Cadete de Matos

Departamento de Estudos Económicos (DEE)
Maria Isabel Sanchez Horta Correia Rio de Carvalho

Departamento de Gestão e Desenvolvimento
de Recursos Humanos (DRH)
António Manuel Marques Garcia

Departamento de Gestão de Risco (DGR)
Helena Maria de Almeida Martins Adegas

Departamento de Mercados e Gestão
de Reservas (DMR)
Rui Manuel Franco Rodrigues Carvalho

Departamento de Organização, Sistemas
e Tecnologias de Informação (DOI)
António Jacinto Seródio Nunes Marques

Departamento de Relações Internacionais (DRI)
Nuno Homem Leal de Faria

Departamento de Serviços de Apoio (DSA)
Eugénio Fernandes Gaspar

Departamento de Serviços Jurídicos (DJU)
José Gabriel Cortez Rodrigues Queiró

Departamento de Sistemas de Pagamentos (DPG)
Jorge Manuel Egrejas Francisco

Departamento de Supervisão Comportamental (DSC)
Maria Lúcia de Almeida Leitão

Departamento de Supervisão Prudencial (DSP)
Luís Fernando Rosa da Costa Ferreira

Filial (Porto)

Ana Olívia de Moraes Pinto Pereira

Delegações Regionais

Delegação Regional dos Açores
Ibéria Maria de Medeiros Cabral Serpa

Delegação Regional da Madeira
Rui António da Silva Santa Rajado

Agências Distritais

Braga
Gentil Pedrinho Amado

Castelo Branco
Maria Teresa Gomes Sameiro Macedo

Coimbra
Maria João Botelho Raposo de Sousa

Évora
Paulo Ruben Alvernaz Rodrigues

Faro
Fernanda da Conceição Barros

Viseu
Domingos Marques de Oliveira

* em 31 de dezembro de 2013

Comissões especializadas de coordenação interdepartamental

Comissão de Acompanhamento do Orçamento (CAO)

Presidente: José Joaquim Berberan e Santos Ramalho

Comissão Especializada para a Supervisão e Estabilidade Financeira (CESEF)

Presidente: Carlos da Silva Costa

Comissão de Risco e Controlo Interno (CRCI)

Presidente: Carlos da Silva Costa

Comissão dos Sistemas e Tecnologias de Informação (CSTI)

Presidente: João José Amaral Tomaz





I ATIVIDADE

1. Estabilidade financeira
2. Funções de autoridade monetária
3. Organização e gestão de recursos
4. Comunicação e prestação de serviços à comunidade

Sumário executivo

O Banco de Portugal, banco central do Euro-sistema e autoridade nacional responsável pela supervisão das instituições de crédito, tem como objetivos primordiais a manutenção da estabilidade dos preços e a promoção e salvaguarda da estabilidade do sistema financeiro. Esta dupla missão e os princípios fundamentais de independência e de responsabilidade por que se rege a atuação do Banco encontram-se refletidos nas quatro Linhas Gerais de Orientação Estratégica definidas para a sua atividade no triénio 2011-2013:

- Estabilidade financeira no contexto europeu;
- Contribuição efetiva para o desempenho das funções de autoridade monetária no quadro do Eurosistema;
- Organização e gestão eficiente dos recursos;
- Comunicação e prestação de serviços à comunidade.

O presente relatório aborda a atividade desenvolvida pelo Banco de Portugal em 2013, enquadrando-a na estratégia global definida para aquele triénio.

A atividade do Banco no período 2011-2013 desenvolveu-se num quadro particularmente exigente, designadamente no âmbito da execução do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF). O Banco de Portugal assumiu diversas responsabilidades na implementação do Programa, desde logo as que resultam do pilar da estabilidade do sistema financeiro, mas também em matéria de aconselhamento económico e financeiro ao Governo, reporte de informação estatística e ainda no processamento dos fluxos financeiros do Programa (Caixa 1 - Medidas de estabilidade financeira no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira). A atividade do Banco neste período foi também fortemente influenciada por desenvolvimentos externos, nomeadamente pelas tensões nos mercados financeiros, a fragmentação financeira na área do euro e a decisão

de criação da União Bancária.

Em resposta ao novo contexto nacional e internacional, bem como à crescente exigência e escrutínio por parte da sociedade, o Banco implementou transformações profundas no seu modelo de governação e controlo interno, na sua organização interna e na estratégia de atuação.

Estabilidade financeira no contexto europeu

Para salvaguardar a estabilidade financeira, o Banco de Portugal definiu para o triénio 2011-2013 uma estratégia assente em quatro eixos fundamentais: reforço da solvabilidade dos bancos, proteção da liquidez do sistema, intensificação do acompanhamento e supervisão do sistema bancário e melhoria do quadro regulamentar.

A prossecução dessa estratégia traduziu-se, designadamente, na adoção de uma nova abordagem das funções de supervisão. Neste âmbito, o Banco procedeu a uma significativa reorganização da sua estrutura interna. As funções de supervisão e ação sancionatória foram segregadas e foram autonomizadas em quatro departamentos distintos as competências de supervisão macroprudencial, supervisão prudencial, supervisão comportamental e averiguação e ação sancionatória (Caixa 2 - Uma nova abordagem às funções de supervisão e de salvaguarda da estabilidade financeira). Foi também criada, em 2011, uma Comissão Especializada para a Supervisão e Estabilidade Financeira, para coordenar, ao mais alto nível, as diferentes áreas de supervisão e estabilidade financeira. Esta reorganização visou não só reforçar a eficácia e eficiência da supervisão, mas também adaptar a estrutura do Banco ao exercício dos novos poderes de autoridade de resolução e de autoridade macroprudencial, que lhe foram atribuídos em 2012 e 2013, respetivamente, e fazer face aos desafios da União Bancária.

Paralelamente, o Banco adotou um modelo de supervisão mais intrusivo, baseado no risco e com um foco mais transversal e prospetivo. Foram desenvolvidos novos instrumentos de supervisão, como é o caso dos Planos de Financiamento e de Capital, e realizados testes de esforço (*stress tests*) trimestrais para avaliar a capacidade do sistema bancário para enfrentar cenários adversos. Adicionalmente, foram conduzidas diversas ações de inspeção transversais aos maiores grupos bancários nacionais, centradas em determinadas classes de ativos e processos. Neste âmbito, em 2013, o Banco desenvolveu o Exercício Transversal de Revisão de Imparidades da Carteira de Crédito (ETRICC), para assegurar que os níveis de imparidade reconhecidos pelas instituições financeiras nos seus balanços eram adequados. Foi também desenvolvida uma ação transversal de avaliação ao processo de gestão de créditos problemáticos implementado nos oito maiores grupos bancários, ação acordada no contexto do PAEF. Estes exercícios tiveram lugar num quadro de crescente articulação entre a supervisão micro e a macroprudencial. Em paralelo, o Banco desenvolveu ferramentas analíticas de avaliação do risco sistémico, como a construção de indicadores de risco de contágio entre setores e instituições.

No que diz respeito à preservação da liquidez do sistema bancário nacional, o banco colaborou ativamente com o Banco Central Europeu na definição e implementação de medidas não convencionais de política monetária. Neste âmbito são de destacar, no triénio, a manutenção das operações de cedência de liquidez a taxa fixa com satisfação integral da procura, a condução de operações de refinanciamento com maturidade de três anos e o alargamento do colateral elegível, por via da flexibilização dos critérios de elegibilidade.

O triénio 2011-2013 ficou também marcado por uma atividade de regulação e de preparação de atos legislativos particularmente intensa, relacionada com a execução do PAEF, com a implementação do acordo de Basileia III,

em que se destacam a negociação do pacote *CRR/CRDIV* e a transposição da *CRDIV*, e com a construção da União Bancária. O Banco desempenhou, ainda, um papel muito relevante na densificação do quadro normativo dos mercados bancários de retalho e alargou a sua atuação fiscalizadora nesse domínio. Neste contexto, é de realçar o reforço do regime de crédito aos consumidores e a criação de um quadro legal e regulamentar de prevenção e gestão das situações de incumprimento de créditos por parte das famílias.

No triénio 2011-2013, e em paralelo com a promoção do equilíbrio da relação dos bancos com os seus clientes, o Banco apostou na literacia e inclusão financeiras. Foram desenvolvidas diversas iniciativas no âmbito do Plano Nacional de Formação Financeira, em conjunto com os outros supervisores financeiros e o Ministério da Educação e Ciência. Em 2013, a formação financeira em contexto escolar constituiu uma prioridade central do Plano.

Ao nível da ação sancionatória, assumem relevo a forte recuperação de pendências, a redução significativa dos tempos médios de duração dos processos de contraordenação e o aumento no número de processos instaurados e decididos anualmente. No final de 2013, 84 por cento dos processos de contraordenação pendentes tinham sido instaurados no próprio ano.

Contribuição plena e efetiva para o desempenho das funções de autoridade monetária no quadro do Eurosistema

A atividade do Banco enquanto autoridade monetária abrange diversas funções partilhadas do Eurosistema/SEBC, designadamente estudos e aconselhamento económico, execução da política monetária, gestão de ativos financeiros, produção de estatísticas, sistemas de pagamentos, emissão monetária e relações internacionais.

Os estudos e as análises económicas são fundamentais para uma intervenção ativa e influente

do Banco de Portugal no Eurosistema. Ao longo do triénio 2011-2013, reforçou-se a qualidade das análises e estudos desenvolvidos pelo Banco, como evidencia o aumento do número de estudos publicados em revistas internacionais, da autoria de um conjunto mais alargado de economistas. É de destacar o contributo para o aconselhamento de política monetária ao Governador e a produção de análises e projeções para a economia portuguesa, que permitiram uma intervenção influente na definição e execução do PAEF e contribuíram para aprofundar o debate económico na sociedade portuguesa.

No contexto da implementação descentralizada da política monetária do Eurosistema, durante o triénio o Banco de Portugal assegurou a execução das operações de política monetária junto das instituições de crédito residentes, a gestão dos ativos de garantia associados a essas operações, a previsão de liquidez do sistema bancário residente e o controlo do cumprimento das reservas mínimas do BCE. O Banco geriu uma carteira de ativos do BCE, no âmbito da gestão descentralizada das reservas externas, e uma carteira de ativos de investimento próprios.

O Banco de Portugal é responsável pela recolha e compilação das estatísticas monetárias, financeiras, cambiais e da balança de pagamentos no âmbito do desempenho das funções do Eurosistema/SEBC. No triénio 2011-2013, além da compilação destas estatísticas, o Banco apostou no desenvolvimento das bases de microdados, nomeadamente da Central de Responsabilidades de Crédito, da Central de Balanços e do Sistema Integrado de Estatísticas de Títulos, que permitiram dar resposta aos pedidos de informação no âmbito do PAEF e apoiar a elaboração de estudos e análises sobre o sistema financeiro e a atividade económica em Portugal. Em paralelo, foram introduzidas novas soluções de exploração, comunicação e acesso às estatísticas do Banco, bem como alterações para simplificar e diminuir o custo do reporte.

Enquanto regulador, fiscalizador e catalisador dos sistemas de pagamentos, no triénio 2011-2013 o Banco assegurou o funcionamento eficiente do *TARGET2-PT*, iniciou o projeto de ligação ao *TARGET2-Securities* e promoveu a migração para a Área Única de Pagamentos em Euros (*SEPA*). O Banco de Portugal continuou também a promover a utilização eficiente das notas e moedas de euro, tendo participado ativamente no desenvolvimento da segunda série de notas euro – série “Europa” – e na introdução em circulação da primeira denominação desta série (nota de cinco euros), em maio de 2013.

O exercício das funções atribuídas ao Banco de Portugal envolveu uma intensa atividade internacional, desde logo associada à participação nas várias estruturas do Eurosistema que preparam as decisões do Conselho do BCE e em outras estruturas da União Europeia. O Banco participou igualmente nos trabalhos de outros organismos internacionais de cariz económico-financeiro, com destaque para o FMI, o BIS e a OCDE. No triénio 2011-2013, a cooperação com outros bancos centrais, nomeadamente dos países de língua portuguesa, foi reforçada e alargado o respetivo âmbito.

Organização e gestão eficiente dos recursos

No triénio 2011-2013, o Banco de Portugal reforçou o modelo de governo e de organização, inspirado nas melhores práticas, investiu na renovação, mobilidade e qualificação dos seus recursos humanos e no desenvolvimento de sistemas e tecnologias de informação adequados às prioridades do negócio, tendo como preocupação assegurar a racionalização e a otimização de processos e garantir a segurança.

O reforço dos paradigmas de integridade e valores éticos foi consubstanciado na criação da figura do Consultor de Ética em 2011. Em 2013, o Banco adotou novos códigos de conduta para os membros do Conselho de Administração e do Conselho de Auditoria e

para os colaboradores. No triénio, foi também revisto o estatuto da função de auditoria interna e aprovado o regulamento do Conselho de Auditoria. O Banco adotou uma nova estratégia de gestão de risco assente na segregação e autonomização das funções de gestão de risco num único departamento, o Departamento de Gestão de Risco, e numa visão integrada dos riscos. Neste contexto, foi estabelecida a Comissão para o Risco e o Controlo Interno, presidida pelo Governador, onde têm lugar o debate e a articulação da gestão de risco entre os vários departamentos do Banco.

Ao nível dos recursos humanos, o Banco de Portugal tem procurado garantir, de forma sustentável e numa perspetiva de médio e longo prazo, um quadro técnico com capacidade para responder às funções que lhe foram atribuídas, incluindo as novas responsabilidades macroprudenciais e de resolução. No triénio 2011-2013, verificou-se uma acentuada renovação dos quadros, tendo sido adotadas abordagens de recrutamento cada vez mais diversificadas e uma política ativa de promoção da mobilidade interna, como forma de fomentar a motivação e a partilha de conhecimentos entre colaboradores e departamentos. Foram também implementadas diversas soluções de suporte à comunicação à distância e à mobilidade do trabalho colaborativo.

No final de 2013, o Banco tinha 1733 efetivos. Entre 2010 e 2013, o número de colaboradores afetos à supervisão e à salvaguarda da estabilidade financeira aumentou (mais 111 efetivos). O quadro de efetivos tornou-se mais jovem, mais qualificado e mais equilibrado entre géneros. No que diz respeito à gestão de carreiras e de competências dos colaboradores, o Banco aprofundou a cooperação com as universidades, sendo de destacar o protocolo estabelecido com a *Nova School of Business* para criação de uma especialização em *Banking* do Mestrado em Finanças.

O Banco tem uma política remunerativa própria, que, no triénio 2011-2013, refletiu a preocupação de conciliar medidas de contenção,

com medidas de promoção do mérito e da qualidade do desempenho. Em 2013, verificou-se um incremento dos gastos com pessoal decorrente do registo contabilístico de dois subsídios nas contas do ano (um deles relativo ao exercício do ano anterior), na sequência do Acórdão do Tribunal Constitucional sobre a Lei do Orçamento do Estado. No contexto da gestão financeira e patrimonial, o Banco de Portugal prosseguiu, no triénio, uma estratégia de racionalização de custos e de melhoria dos procedimentos orçamentais. Em 2011, foi criada uma Comissão de Acompanhamento do Orçamento e, em 2013, foi aprovado o novo Plano de Contas do Banco de Portugal. O Banco adotou medidas e regras que permitem obter poupanças efetivas em diversas áreas. Finalmente, são de realçar, no triénio, as obras de reabilitação e restauro do edifício sede do Banco de Portugal, no decurso das quais foi identificado um troço da muralha de D. Dinis no subsolo do edifício, classificado como Monumento Nacional. Tendo em consideração o seu interesse histórico para a cidade de Lisboa e para o país, o Banco de Portugal assegurará a sua salvaguarda, valorização e divulgação ao público.

Comunicação e prestação de serviços à comunidade

O Banco de Portugal tem procurado desenvolver uma política de comunicação e de prestação de serviços que contribua para reforçar a sua credibilidade junto da sociedade portuguesa e, simultaneamente, prestar contas sobre o que faz, porque faz e como faz.

No triénio 2011-2013, o Banco de Portugal adotou uma comunicação mais pró-ativa e de maior proximidade com a comunidade e reforçou a sua política de responsabilidade social. O Banco intensificou os contactos com a comunicação social, fortaleceu a interação com a comunidade financeira, disponibilizou novos conteúdos e serviços para particulares e empresas no sítio institucional – onde criou, em 2012, uma Área de Empresa, com

informação e serviços especializados – e no Portal do Cliente Bancário (em 2013, enriquecido com conteúdos sobre prevenção e gestão do incumprimento de contratos de crédito). Foi ainda criado um centro de atendimento telefónico integrado. No triénio, o Banco reforçou também a divulgação regular de publicações sobre as diversas áreas de atuação e aumentou e diversificou os seminários e conferências que promove, alguns dos quais em colaboração com outras entidades.

No âmbito das ações de comunicação do Eurosistema, a atuação do Banco foi particularmente relevante nas campanhas sobre a nova nota de cinco euros e sobre a migração para a Área Única de Pagamentos em Euros. O Banco também reforçou a comunicação pública na área da cooperação internacional.

As ações de voluntariado e responsabilidade social aumentaram significativamente no triénio 2011-2013, com destaque para as iniciativas de combate ao insucesso escolar, apoio a crianças hospitalizadas, ajuda alimentar a famílias carenciadas e doação de equipamentos informáticos e material de escritório.

Plano Estratégico 2014-2016

O novo Plano Estratégico do Banco de Portugal, para 2014-2016, foi aprovado pelo Conselho de Administração em janeiro de 2014 e estabelece os objetivos e as principais ações a desenvolver no próximo triénio (Caixa 3 – Plano Estratégico 2014-2016).

CAIXA 1 | Medidas de estabilidade financeira no âmbito do programa de assistência económica e financeira

O Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), acordado, em maio de 2011, entre as autoridades portuguesas, a União Europeia e o Fundo Monetário Internacional, incorpora uma estratégia que visa restabelecer a confiança dos mercados financeiros internacionais na economia portuguesa e promover a competitividade e o crescimento económico sustentável. Esta estratégia assenta em três pilares: (i) consolidação orçamental, (ii) estabilidade do sistema financeiro e (iii) transformação estrutural da economia portuguesa. O Programa está consubstanciado numa carta de intenções e em memorandos de entendimento, sucessivamente atualizados a cada missão de revisão trimestral para refletir os progressos e as diferentes fases de implementação.

O Banco de Portugal assume diversas responsabilidades na implementação do Programa, com destaque para as que resultam do seu mandato de salvaguarda da estabilidade do sistema financeiro português. O Banco contribui também, direta e indiretamente, para outras ações no âmbito do Programa: presta aconselhamento económico e financeiro ao Governo e é responsável pelo reporte de informação estatística. O Banco tem ainda responsabilidades no processamento dos desembolsos e pagamentos de juros da assistência financeira, intermediando a relação dos organismos financiadores com a Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP).

A implementação bem-sucedida do PAEF foi, no triénio 2011-2013, um dos objetivos fundamentais da atuação do Banco e exigiu o envolvimento dos vários departamentos e de um número muito expressivo de recursos.

A estratégia que o Banco de Portugal vinha a desenvolver desde 2010 para assegurar a estabilidade e reforçar a resiliência do sistema financeiro nacional foi incorporada e

aprofundada no quadro do PAEF. Esta estratégia assenta em quatro objetivos fundamentais: 1) o reforço da solvabilidade dos bancos; 2) a proteção da liquidez do sistema; 3) o reforço do acompanhamento e supervisão do sistema bancário; e 4) a melhoria do quadro regulamentar.

Em todas estas vertentes foram alcançados progressos assinaláveis, reconhecidos pelos parceiros internacionais nas missões de revisão trimestrais.

Ao nível da **solvabilidade**, o Banco de Portugal adotou, desde 2010, diversas medidas para preservar rácios de capital adequados. Estas medidas incluíram a recomendação de venda de ativos, a imposição de aumentos de capital, a limitação de distribuição de dividendos e a fixação de objetivos de capital mais exigentes (rácio *Core Tier 1* de 9 por cento para o final de 2011 e de 10 por cento para o final de 2012, antecipando, assim, a aplicação de algumas das principais recomendações de Basileia III).

Para além dos requisitos adicionais de fundos próprios definidos pelo Banco de Portugal, os quatro maiores grupos bancários portugueses foram abrangidos pelo exercício de *stress tests* da Autoridade Bancária Europeia, que visou reforçar a solidez das instituições num contexto de forte incerteza associada à crise da dívida soberana.

O rácio *Core Tier 1* do sistema bancário português aumentou de 8,1 por cento no final de 2010 para 12,2 por cento no terceiro trimestre de 2013. O reforço da solvabilidade resultou, em grande parte, de operações de recapitalização com recurso a capitais privados e públicos. A recapitalização com capitais públicos foi efetuada utilizando o mecanismo de apoio público à solvabilidade de bancos viáveis previsto no PAEF – *Bank Solvency Support Facility (BSSF)* – criado para responder a situações em que o reforço dos fundos próprios não seja possível através de soluções de mercado. Do

total de 12 mil milhões de euros previsto na BSSF, foram usados, sob a forma de investimento público, 5,6 mil milhões de euros.

No que se refere ao **reforço da posição de liquidez**, o Banco de Portugal tem vindo a promover uma desalavancagem ordenada do sistema bancário tendo em vista a transição para modelos de financiamento mais estáveis e sustentáveis no longo prazo. O Banco tem procurado assegurar que o ritmo e características da desalavancagem sejam compatíveis com níveis de concessão de crédito à economia consistentes com o cenário macroeconómico do programa de ajustamento. O Eurosistema desempenhou um papel crucial no reforço da liquidez do sistema bancário português, através da adoção de medidas convencionais e não convencionais de política monetária, incluindo operações de refinanciamento com satisfação integral da procura e de prazo alargado e alterações aos critérios de elegibilidade de colateral (ver Capítulo 2). Para fomentar a distribuição de liquidez entre os bancos portugueses, o Banco de Portugal lançou duas plataformas para o registo e o processamento de operações de mercado monetário interbancário: uma em 2012 para operações sem garantia e outra, em 2013, para operações com garantia.

Relativamente ao **reforço do acompanhamento do sistema bancário**, o Banco de Portugal adotou uma nova abordagem que englobou uma significativa reorganização interna das funções de supervisão e estabilidade financeira, o reforço dos recursos afetos a estas atividades e a adoção de um modelo e de instrumentos de supervisão mais intrusivos, prospetivos e focados no risco (ver Caixa 2).

Ao nível **da melhoria do enquadramento legal e regulamentar** do setor bancário, o Banco de Portugal tem participado ativamente na preparação da legislação e da regulamentação relevantes. Neste contexto, são de destacar a revisão da Lei da recapitalização das instituições de crédito, o regime de intervenção preventiva, corretiva e de resolução das

instituições sujeitas à supervisão, a identificação e marcação do crédito reestruturado por dificuldades financeiras do cliente e o quadro normativo de prevenção e gestão de situações de incumprimento de contratos de crédito de particulares (ver Anexo A1).

O quadro seguinte apresenta os “referenciais estruturais” (*structural benchmarks*) do PAEF para o pilar de estabilidade financeira definidos até ao final de 2013. O cumprimento destas metas essenciais do Programa é avaliado no âmbito das missões de revisão trimestrais.

Referenciais estruturais do PAEF para a estabilidade financeira

Prazo	Referenciais estruturais	Medidas adotadas
2011		
Junho	Definir um programa de inspeções especiais <i>on-site</i> para validar a informação sobre ativos que suporta a avaliação da solvabilidade.	Programa Especial de Inspeções (<i>SIP</i>) dirigido aos oito maiores grupos bancários nacionais que consistiu na avaliação das carteiras de crédito, na revisão transversal do processo de cálculo de requisitos de fundos próprios para risco de crédito e na validação das metodologias e dos parâmetros utilizados nos exercícios de testes de esforço. (Ver comunicados do Banco de Portugal relativos aos resultados do <i>SIP</i> de 16 de dezembro de 2011 e de 1 de março de 2012)
Setembro	Solicitar a avaliação, por uma equipa conjunta de peritos da CE/BCE/FMI do quadro de avaliação do Banco de Portugal da solvabilidade e desalavancagem dos bancos.	A missão técnica de peritos da CE/BCE/FMI concluiu, no final de junho de 2011, que o quadro de avaliação do Banco de Portugal relativamente à solvabilidade e desalavancagem é globalmente apropriado; foram feitas recomendações de melhoria para componentes específicas. (Ver relatórios do primeiro exame trimestral de avaliação do PAEF da CE e do FMI)
Setembro	Desenvolver e divulgar regularmente um indicador para a qualidade de crédito alinhado com os padrões internacionais, em complemento ao atual indicador "rácio de crédito com incumprimento".	Passou a ser divulgado o "rácio de crédito em risco" (<i>non-performing loans ratio</i>). As Instruções n.ºs 22/2011 e 23/2011 do Banco de Portugal estabelecem as regras de cálculo do rácio de crédito em risco.
Dezembro	Alterar, em articulação com a CE/BCE/FMI, a legislação relevante para aperfeiçoar os mecanismos de intervenção preventiva e corretiva, introduzir um regime específico de resolução dos bancos e reforçar os mecanismos de garantia de depósitos.	- Decreto-Lei n.º 31-A/2012, de 10 de fevereiro, que altera o RGICSF, reforçando os mecanismos de intervenção preventiva e corretiva, introduzindo um regime específico de resolução de instituições de crédito, criando um Fundo de Resolução e revendo o regime de garantia de depósitos e de liquidação das instituições de crédito; - Portaria n.º 420/2012, de 21 de dezembro, que aprovou o Regulamento do Fundo de Resolução; - Decreto-Lei n.º 24/2013, de 19 de fevereiro, que estabelece o método de determinação das contribuições iniciais, periódicas e especiais para o Fundo de Resolução.
Dezembro	Alterar o Código da Insolvência e Recuperação das Empresas para melhor permitir a recuperação efetiva de empresas viáveis.	Lei n.º 16/2012, de 20 de abril, que altera o Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas (Decreto-Lei n.º 53/2004, de 18 de março), simplificando formalidades e procedimentos e instituindo o processo especial de revitalização.
2012		
Janeiro	Alterar o enquadramento legal relativo ao acesso dos bancos a operações de capitalização com recurso ao investimento público.	Lei n.º 4/2012, de 11 de janeiro, que prevê que o reforço de capitais dos bancos com recurso a fundos públicos possa ser efetuado como via supletiva e solução de último recurso.
Junho	Garantir a efetiva aplicação das alterações legislativas ao regime da insolvência no sentido de melhor permitir a recuperação de empresas viáveis (depois de cumpridos todos os requisitos legislativos e de publicação).	Decreto-Lei n.º 178/2012, de 3 de agosto, relativo ao regime do SI-REVE – Sistema de Recuperação de Empresas por Via Extrajudicial.
Julho	Elaborar uma proposta para promover a diversificação das fontes de financiamento do setor empresarial.	Foram propostas fontes de financiamento alternativas ao crédito bancário para as empresas, por uma equipa conjunta do Ministério das Finanças/Banco de Portugal/CMVM. (Ver relatórios do quinto exame trimestral de avaliação do PAEF da CE e do FMI)
2013		
Janeiro	Submeter ao Parlamento alterações à lei que regula o acesso dos bancos a capital público.	Lei n.º 48/2013 de 16 de julho que permite ao Estado, nas circunstâncias previstas, o exercício de controlo sobre uma instituição de crédito que seja objeto de uma operação de capitalização com recurso ao investimento público e a realização de operações de capitalização obrigatória com recurso a fundos públicos.

CAIXA 2 | Uma nova abordagem às funções de supervisão e de salvaguarda da estabilidade financeira

No triénio 2011-2013, o Banco de Portugal reorganizou a função de supervisão e de salvaguarda da estabilidade financeira, com base nas melhores práticas internacionais e nas lições decorrentes da crise financeira. Esta reorganização teve como objetivos: (i) reforçar a eficácia e eficiência da supervisão, (ii) adaptar a estrutura ao exercício dos novos poderes de autoridade macroprudencial e de autoridade de resolução e (iii) preparar o Banco para os desafios da União Bancária.

A reorganização das funções de supervisão teve início em 2011, com a segregação de funções entre supervisão e ação sancionatória e autonomização em três departamentos das competências de supervisão prudencial, supervisão comportamental e de averiguação e ação sancionatória, até aí concentradas no Departamento de Supervisão Bancária. Em 2013, as funções de autoridade macroprudencial e de resolução foram atribuídas ao novo Departamento de Estabilidade Financeira.

Neste contexto, os recursos humanos afetos à supervisão e à salvaguarda da estabilidade financeira do Banco foram significativamente reforçados, quer em quantidade quer em competências (Quadro 1). O número de colaboradores afetos a esta atividade passou de 241, no final de 2010, para 352, no final de 2013. A composição etária foi rejuvenescida e a percentagem de colaboradores com formação superior passou de 84 para 91 por cento. Em abril de 2012, o Banco de Portugal estabeleceu um protocolo com a *Nova School of Business and Economics* para criar uma especialização em *Banking* no Mestrado em Finanças e, desta forma, promover a formação em áreas relevantes para a estabilidade do sistema financeiro português e, simultaneamente, reforçar as competências técnicas dos seus colaboradores nesta área. Em 2013, o Banco já beneficiou das competências adquiridas pelos seus colaboradores neste curso.

Quadro 1 • Supervisão e estabilidade financeira | Efetivos por idade e formação

		2010	2013
Total		241	352
Escalões etários	[19;25]	15	19
	[26;30]	60	98
	[31;35]	46	80
	[36;45]	49	82
	[46;55]	51	45
	[56;60]	13	24
	[61;64]	7	3
	>=65	-	1
Formação	Doutoramento	5	8
	Mestrado*	32	87
	Licenciatura*	165	227
	Outros	39	30
Área formação	Gestão	69	97
	Direito	41	69
	Economia	54	32
	Finanças	20	84
	Outras	57	70

Fonte: Banco de Portugal

* Inclui pré-Bolonha e Bolonha

No novo quadro organizativo, cada departamento está focado numa das quatro áreas de competência da função de supervisão do sistema financeiro.

O **Departamento de Supervisão Prudencial** (DSP) tem a responsabilidade de supervisão microprudencial das instituições financeiras em base individual e consolidada, monitorizando a solvabilidade e liquidez das mesmas e a existência de adequados sistemas de governo interno, de forma a assegurar que estas se encontram, a cada momento, em condições de cumprir as obrigações que assumiram com os depositantes e restantes agentes económicos. O DSP reforçou as estruturas responsáveis pela avaliação do acesso à atividade financeira, tanto no que se refere à constituição e transformação de instituições de crédito

e sociedades financeiras, como relativamente à adequação dos modelos de governo das sociedades e do perfil dos respetivos membros dos órgãos de administração e fiscalização.

O **Departamento de Supervisão Comportamental** (DSC) tem como missão a regulação e fiscalização da conduta das instituições financeiras sujeitas à supervisão do Banco de Portugal, aquando da divulgação e comercialização de produtos e serviços bancários de retalho. O DSC avalia o cumprimento dos deveres de conduta e de prestação de informação através de ações de inspeção aos balcões das instituições (de tipo cliente-mistério e de forma credenciada) e da análise das reclamações apresentadas pelos clientes bancários. O DSC é também responsável pelo desenvolvimento de iniciativas de informação e formação dos clientes bancários.

O **Departamento de Averiguação e Ação Sancionatória** (DAS) tem como principal missão o exercício da ação sancionatória sobre as instituições supervisionadas, a prevenção do uso do sistema financeiro para branqueamento de capitais ou financiamento do terrorismo, a prevenção do exercício ilícito de atividade financeira, a proposta de revogação da autorização para o exercício da atividade a instituições que deixem de cumprir os respetivos requisitos, a reavaliação da idoneidade de membros dos órgãos de administração e fiscalização e ainda o controle das liquidações em curso de instituições de crédito e sociedades financeiras.

O **Departamento de Estabilidade Financeira** (DES) é responsável pela identificação e avaliação dos riscos sistémicos de todo o sistema financeiro e pelo desenvolvimento e implementação de instrumentos macroprudenciais para prevenção ou mitigação do risco sistémico. O DES desempenha também uma função regulamentar, que inclui a preparação de atos legislativos e a negociação de propostas legislativas ao nível da União Europeia, bem como o contributo para a preparação de normas de implementação. O DES é ainda responsável

por atividades relativas à função de resolução, nomeadamente no que se refere à definição do quadro normativo e de planos e estratégias de resolução das instituições.

Cada um dos departamentos tem ainda a função de acompanhar e apoiar, nas respetivas áreas de competência, a participação do Banco nas estruturas europeias com responsabilidade na área da supervisão – designadamente, Conselho do BCE, Comité Europeu do Risco Sistémico, Conselho do Mecanismo Único de Supervisão, Autoridade Bancária Europeia e Comité Conjunto das Autoridades de Supervisão Europeia –, noutros fóruns internacionais e nas estruturas nacionais de supervisão e estabilidade financeira - Conselho Nacional de Supervisores Financeiros e Comité Nacional para a Estabilidade Financeira (ver Anexo A2, Quadros 1 e 2).

Em termos de organização interna, foi criada, em 2011, uma **Comissão Especializada para a Supervisão e Estabilidade Financeira** (CESEF), para coordenar, ao mais alto nível, as diferentes áreas de supervisão e estabilidade financeira. Esta comissão é presidida pelo Governador e integra o Conselho de Administração e as direções dos departamentos com responsabilidades de supervisão e salvaguarda da estabilidade financeira. A CESEF avalia as condições de estabilidade financeira e formula as orientações de política macroprudencial. A CESEF também acompanha os desenvolvimentos macroprudenciais relevantes na União Europeia e a implementação das medidas de estabilidade financeira do PAEF.

A reorganização interna das funções de supervisão foi acompanhada pelo reforço dos quadros regulamentar e normativo, bem como da metodologia e dos instrumentos de supervisão. O exercício de supervisão tornou-se mais intrusivo e focado no risco. A análise que era predominantemente de base estática é agora complementada com uma importante vertente transversal e prospetiva, assente na apresentação, pelas instituições de Planos de Financiamento e de Capital e em exercícios de

stress test de periodicidade trimestral. Em paralelo, o Banco passou a desenvolver exercícios transversais de inspeção aos principais grupos bancários, focados em determinadas classes de ativos e processos (ver Capítulo 1).

A construção da União Bancária terá um impacto muito relevante na organização e nas atividades de supervisão no Banco de Portugal. A partir de novembro de 2014, a supervisão das instituições de crédito da área do euro será exercida no âmbito do Mecanismo Único de Supervisão. As entidades “significativas” (de acordo com critérios de dimensão e relevância sistémica pré-estabelecidos) serão diretamente supervisionadas pelo BCE. Colaboradores do Banco de Portugal integrarão as equipas conjuntas que, sob a coordenação do BCE, supervisionarão os principais grupos bancários nacionais: Caixa Geral de Depósitos, Banco Comercial Português, Espírito Santo Financial Group, Banco BPI e Banco Santander Totta. O Banco de Portugal permanecerá responsável pela supervisão direta das instituições classificadas como menos significativas, de acordo com o enquadramento comum europeu. Para o efeito, o Banco de Portugal terá de adotar os quadros institucional e operacional do Mecanismo Único de Supervisão e de reorganizar os sistemas de informação de suporte à supervisão microprudencial.

CAIXA 3 | Plano Estratégico 2014-2016

O Plano Estratégico do Banco de Portugal para 2014-2016, aprovado pelo Conselho de Administração em janeiro de 2014, estabelece os objetivos e as principais ações a desenvolver no triénio.

O Plano define quatro Linhas Gerais de Orientação Estratégica (LGOE), semelhantes às adotadas em 2011-2013, e nove objetivos estratégicos para que o Banco de Portugal possa continuar a afirmar-se como entidade de referência na preservação da estabilidade financeira, como parceiro respeitado no Eurosistema e como instituição independente e influente no debate económico português.

Com a execução do Plano pretende-se, em particular:

- Capacitar o Banco de Portugal para responder aos desafios resultantes da criação da União Bancária, das novas atribuições de autoridade macroprudencial e de resolução e do ajustamento da economia portuguesa e do sistema bancário nacional;
- Consolidar e aprofundar as alterações realizadas em 2011-2013, nomeadamente no modelo de governo e de organização interna e no modelo de supervisão.

Os resultados da execução do Plano Estratégico 2014-2016 serão divulgados nos Relatórios de Atividade e Contas do Conselho de Administração.

Plano Estratégico 2014-2016

Linhas Gerais de Orientação Estratégica	Objetivos estratégicos
Estabilidade financeira no contexto europeu	Afirmação da supervisão microprudencial no quadro da participação no Mecanismo Único de Supervisão; Promoção da estabilidade financeira através do aprofundamento do âmbito e dos quadros analítico e normativo da política macroprudencial, em articulação com a supervisão microprudencial e comportamental; Aprofundamento da capacidade institucional e das competências requeridas ao Banco de Portugal como autoridade nacional de resolução, incluindo no contexto da criação de um Mecanismo Único de Resolução europeu.
Contribuição plena e efetiva para o desempenho das funções de autoridade monetária no quadro do Eurosistema	Participação influente no Eurosistema e nos outros fóruns onde o Banco intervém e excelência na operacionalização das decisões de política monetária; Salvaguarda e reforço da independência financeira do Banco de Portugal no contexto do Eurosistema.
Organização e gestão eficiente dos recursos	Reforço da cultura corporativa e da adequação dos recursos humanos às funções desenvolvidas; Orientação dos departamentos de suporte para maior eficiência e satisfação do cliente interno.
Promoção de um Banco aberto e respeitado pela sociedade	Contribuição para uma sociedade mais informada sobre a realidade económica e financeira do País e a atividade do Banco de Portugal; Redução dos custos de contexto nas áreas de atuação do Banco de Portugal.

1. Estabilidade financeira

A salvaguarda da estabilidade financeira constitui uma missão central do Banco de Portugal, expressamente prevista na sua Lei Orgânica. Para cumprir esta missão, o Banco detém vastas competências em matéria de supervisão macroprudencial, de regulação e supervisão prudencial e comportamental, de resolução de instituições de crédito, de averiguação e ação sancionatória e de superintendência dos sistemas de pagamentos. A estabilidade financeira no contexto europeu constituiu a primeira Linha Geral de Orientação Estratégica (LGOE) do Banco no triénio 2011-2013 e mantém esse papel para o triénio 2014-2016 (ver Caixa 3).

Este capítulo destaca a atuação do Banco de Portugal na promoção e salvaguarda da estabilidade financeira no triénio 2011-2013, com enfoque na ação desenvolvida em 2013.

1.1. Supervisão macroprudencial do sistema financeiro

O Banco de Portugal acompanha o setor financeiro, com o objetivo de identificar e avaliar vulnerabilidades e fontes de risco sistémico que possam ameaçar a estabilidade financeira, e desenvolve e implementa medidas de mitigação desses riscos, assegurando uma estreita interação entre as funções de supervisão macro e microprudencial.

O triénio 2011-2013 ficou marcado pela reorganização interna da função de supervisão e pela atribuição ao Banco das funções de autoridade de resolução e de autoridade macroprudencial (ver Caixa 2). Nesse período, a atividade de regulação e de preparação de atos legislativos foi particularmente intensa, designadamente no âmbito do PAEF (ver Caixa 1) e no quadro da implementação do acordo de Basileia III e da construção da União Bancária.

Em 2013, o Banco de Portugal continuou a monitorizar o sistema bancário nacional, em particular através da avaliação trimestral dos Planos de Financiamento e de Capital dos oito principais grupos financeiros. Estes planos são

um importante instrumento para avaliar o ajustamento do setor bancário e da economia em geral e incluem informação detalhada sobre as projeções dos balanços e das demonstrações de resultados de cada banco, num horizonte de médio prazo. Adicionalmente, foi aferida a consistência entre a agregação dos planos individuais e o cenário macroeconómico subjacente ao PAEF, nomeadamente no que respeita ao financiamento à economia. O Banco conduziu também testes de esforço (*stress tests*) trimestrais às maiores instituições bancárias, com base num cenário macroeconómico comum, para avaliar a capacidade do sistema bancário para enfrentar choques adversos. Neste âmbito, foram aperfeiçoadas e desenvolvidas novas metodologias, em particular através de modelização de uma abordagem do geral para o particular (*top-down*).

Em paralelo, o Banco desenvolveu ferramentas analíticas de avaliação do risco sistémico, destacando-se a construção de indicadores de risco de contágio entre setores e instituições e a conjugação de informação micro e macroeconómica, em particular no estudo da situação financeira das famílias e das empresas.

O Banco publicou as duas edições calendarizadas do Relatório de Estabilidade Financeira (março e novembro), bem como estudos sobre temas relevantes para a estabilidade financeira (ver Anexo A3). Adicionalmente, passou a divulgar análises trimestrais sobre a evolução do sistema bancário através de um conjunto de indicadores (solvabilidade, liquidez e financiamento, rendibilidade e qualidade dos ativos e macroeconómicos) relevantes para a atividade bancária nacional.

É, também, de sublinhar a implementação de recomendações emitidas pelo Comité Europeu de Risco Sistémico, em particular no que se refere ao mandato macroprudencial das autoridades nacionais (que conduziu à designação do Banco como autoridade macroprudencial) e aos objetivos intermédios e instrumentos de política macroprudencial.

Ao ser designado como autoridade macroprudencial em 2013, o Banco passou a ser responsável pela identificação e avaliação de riscos sistémicos de todo o sistema financeiro e pela prevenção e mitigação desses riscos através da implementação e operacionalização de instrumentos macroprudenciais adequados. Neste contexto, o Banco acompanhou a implementação de medidas de política macroprudencial no âmbito do PAEF.

A atividade de regulação e de preparação de atos legislativos foi bastante intensa em 2013, em particular no que se refere ao pacote legislativo relativo aos requisitos prudenciais para as instituições de crédito e para as empresas de investimento (*CRDIV/CRR*) e à transposição da *CRDIV*, que implementa na União Europeia o acordo de Basileia III.

No domínio das responsabilidades atribuídas ao Banco de Portugal como autoridade nacional de resolução, destacam-se, em 2013, as atividades ligadas à preparação de planos de resolução, tendo-se iniciado ações de observação presencial nos grupos bancários de maior dimensão. Merecem, ainda, realce os trabalhos relacionados com a definição do regime contributivo e com o apuramento, pela primeira vez, das contribuições para o Fundo de Resolução

1.2. Supervisão prudencial

Na qualidade de supervisor prudencial, o Banco de Portugal tem por objetivos contribuir para a estabilidade, eficiência e solidez do sistema financeiro e para a confiança dos depositantes. No triénio 2011-2013, a atividade de supervisão prudencial foi orientada pela estratégia definida pelo Banco para salvaguardar a estabilidade financeira, assente em quatro eixos fundamentais: (i) reforçar a solvabilidade dos bancos; (ii) proteger a liquidez do sistema; (iii) intensificar o acompanhamento e supervisão do sistema bancário; (iv) melhorar o quadro regulamentar. A prossecução dessa estratégia traduziu-se no reforço da estrutura interna de supervisão, no alargamento do âmbito da análise tradicional de supervisão, com reforço da vertente prospetiva, e numa

supervisão mais intrusiva dos bancos. Merece destaque particular, a realização de diversas ações transversais de reavaliação da qualidade dos ativos dos bancos¹ e a análise dos modelos de negócio e dos Planos de Financiamento e de Capital das instituições de crédito, aliando as perspetivas micro e macroprudencial da supervisão.

Em 2013, em linha com as implicações decorrentes da criação do *SSM* e da estratégia de reforma da função de supervisão do Banco, a estrutura interna de supervisão prudencial foi ajustada e reforçada (ver Caixa 2). O enquadramento legal e regulamentar da supervisão prudencial continuou a ser significativamente reforçado, tendo o Banco participado na preparação de legislação relacionada, designadamente, com o fortalecimento do regime de avaliação da adequação dos membros dos órgãos de administração e fiscalização das instituições sujeitas à sua supervisão. Foram igualmente reforçadas as regras de reporte ao Banco da avaliação das imparidades referentes à carteira de crédito (ver Anexo A1).

Para além do reforço do quadro normativo, o Banco consolidou as equipas de inspeção que mantém, em permanência, junto dos maiores grupos bancários, de modo a melhorar o conhecimento sobre o respetivo funcionamento e potenciar a deteção precoce de situações de risco. A supervisão microprudencial foi exercida em estreita articulação com a vertente macroprudencial na análise dos Planos de Financiamento e de Capital das instituições de crédito e na promoção de testes de esforço regulares aos principais grupos bancários. Desta forma, é possível avaliar cada instituição individualmente e, simultaneamente, contextualizá-la na evolução global do setor e identificar eventuais comportamentos diferenciados.

Num contexto de deterioração da atividade económica e consequente aumento dos níveis de incumprimento no crédito concedido, o Banco desenvolveu o Exercício Transversal de Revisão de Imparidades da Carteira de Crédito (*ETRICC*), para assegurar que os níveis de imparidade reconhecidos pelas instituições financeiras nos seus balanços eram os

adequados. A análise da solvabilidade das instituições de crédito foi concretizada, não só pela validação dos fundos próprios, mas também pela avaliação dos ativos ponderados pelo risco (*Risk Weighted Assets – RWA*). Neste contexto, Banco continuou a acompanhar as autorizações concedidas para a utilização de sistemas de notação *Internal Rating Based (IRB)* no cálculo desses ativos ponderados e desenvolveu o segundo exercício transversal de validação do cálculo de *RWA*. No âmbito do PAEF, foi acordada a realização de uma avaliação ao processo de gestão de créditos problemáticos implementado nos oito maiores grupos bancários. Esta ação transversal (*Special Assessment Programme – SAP*) visou avaliar as estratégias, políticas e procedimentos de gestão daqueles créditos, incluindo a estrutura organizacional, a adequação dos recursos, os processos, sistemas e ferramentas e os mecanismos de controlo interno e de garantia de qualidade. Em resultado das ações de supervisão realizadas, o Banco emitiu recomendações específicas para cada uma das instituições abrangidas e definiu planos de implementação de medidas corretivas, cuja execução monitoriza regularmente.

O Banco continuou a avaliar as regras de acesso à atividade e, em particular, os requisitos de idoneidade e qualificação profissional dos

membros dos órgãos de administração e de fiscalização das instituições e de idoneidade dos acionistas, com o objetivo de garantir uma gestão sã e prudente das instituições e, desta forma, contribuir para a salvaguarda da confiança dos depositantes e de outros *stakeholders*. Em 2013, o Banco analisou 2005 processos de acesso à atividade (Gráfico 1.1). O número de instituições de crédito, de sociedades financeiras e de instituições de pagamento registadas passou de 394, em 31 de dezembro de 2012, para 386, em 31 de dezembro de 2013, prosseguindo a tendência de diminuição observada em anos anteriores (Quadro 1.1).

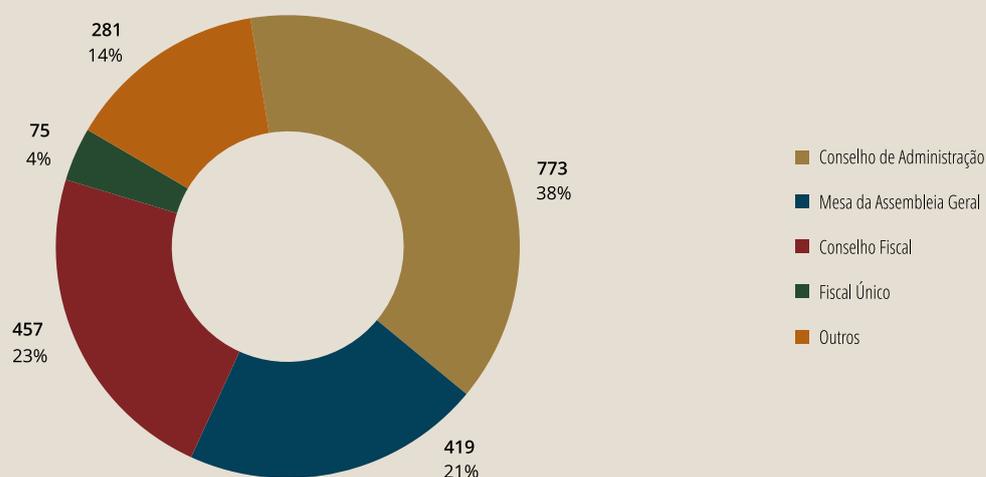


Gráfico 1.1 •
Processos relacionados com o acesso à atividade em 2013

Fonte: Banco de Portugal

Quadro 1.1 • Instituições registadas em Portugal

	Instituições registadas em 31 de dezembro		Registos efetuados		Cancelamentos efetuados	
	N.º de instituições		N.º de instituições		N.º de instituições	
	2012	2013	2012	2013	2012	2013
Instituições de crédito	197	193	2	3	5	7
- Bancos, incluindo (1)	59	58	1	2	2	3
Sucursais de bancos de outros Estados-Membros	21	22	1	2	2	1
Sucursais de bancos de Países Terceiros	2	2				
- Caixas económicas (2)	7	6			1	1
- Caixa Central e Caixas de crédito agrícola mútuo	91	89				2
- Instituições financeiras de crédito (3)	19	18			1	1
- Sociedades de investimento (4)	3	3				
- Sociedades de locação financeira (<i>leasing</i>)	1	1				
- Sociedades de <i>factoring</i>	3	3				
- Sociedades de Garantia Mútua	4	4				
- Sucursais de outras instituições de crédito estrangeiras	10	11	1	1	1	
Sociedades financeiras	104	100	1	0	2	4
- Sociedades financeiras de corretagem (5)	3	3			1	
- Sociedades corretoras (6)	7	7				
- Sociedades mediadoras dos mercados monetário ou de câmbios (7)	1	1				
- Sociedades gestoras de fundos de investimento (8)	50	50	1		1	
- Sociedades gestoras de patrimónios (9)	14	14				
- Sociedades administradoras de compras em grupo (10)	6	6				
- Agências de câmbios (11)	17	14				3
- Sociedades gestoras de fundos de titularização de créditos	4	3				1
- Outras sociedades (12)	2	2				
Instituições de pagamento	24	28	6	6	0	2
Incluindo Instituições de outros Estados-Membros						
- operando através de sucursais	7	5	2			2
- operando através de agentes	8	11	3	3		
Escritórios de representação de instituições de crédito e sociedades financeiras sediadas no estrangeiro	23	21	1	2	1	4
Sociedades gestoras de participações sociais	46	44	4	1	5	3
Total	394	386	14	12	13	20
- Instituições de crédito sediadas em Estados do EEE(*) em regime de prestação de serviços	487	488	24	14	5	13
- Instituições de pagamento sediadas em Estados do EEE(*) em regime de prestação de serviços	112	165	23	55		2
- Instituições de moeda eletrónica sediadas em Estados do EEE(*) em regime de prestação de serviços	10	23	10	13		

(1) Dos quais, em 31 de dezembro de 2013, um se encontrava em processo de liquidação.

(2) Das quais, em 31 de dezembro de 2013, duas se encontravam em processo de liquidação.

(3) Das quais, em 31 de dezembro de 2013, duas se encontravam em processo de liquidação.

(4) Das quais, em 31 de Dez. de 2013, uma se encontrava em processo de liquidação.

(5) Das quais, em 31 de dezembro de 2013, uma se encontrava em processo de liquidação.

(6) Das quais, em 31 de dezembro de 2013, uma se encontrava em processo de liquidação.

(7) A qual, em 31 de dezembro de 2013, se encontrava em processo de liquidação.

(8) Das quais, em 31 de dezembro de 2013, uma se encontrava em processo de liquidação.

(9) Das quais, em 31 de dezembro de 2013, uma se encontrava em processo de liquidação.

(10) Das quais, em 31 de dezembro de 2013, três se encontravam em processo de liquidação.

(11) Das quais, em 31 de dezembro de 2013, três se encontravam em processo de liquidação.

(12) Das quais, em 31 de dezembro de 2013, uma se encontrava em processo de liquidação.

(*) Espaço Económico Europeu

1.3. Supervisão comportamental

A atuação do Banco de Portugal como entidade responsável pela supervisão comportamental dos mercados bancários de retalho tem contribuído para uma relação tendencialmente menos assimétrica e mais transparente entre as instituições de crédito e os seus clientes, reforçando a confiança dos cidadãos nessas instituições e, desta forma, a estabilidade do sistema financeiro.

No triénio 2011-2013, o Banco teve um papel muito relevante na densificação do quadro normativo dos mercados bancários de retalho e alargou a sua atuação fiscalizadora. Paralelamente, desempenhou um papel ativo nas iniciativas do Plano Nacional de Formação Financeira (PNFF) e assumiu um crescente envolvimento internacional, quer nos fóruns internacionais especializados quer na comunidade de bancos centrais de países de língua portuguesa (PLP).

Em 2013, entrou em vigor um vasto conjunto de normas, com destaque para os regimes do incumprimento, o regime da mora, a extensão do regime de crédito à habitação a outros créditos hipotecários, a revisão do regime de serviços mínimos bancários e o reforço do regime do crédito aos consumidores (ver Anexo A1).

O Banco de Portugal apoiou a implementação do regime geral de prevenção e gestão de incumprimento de clientes particulares e do regime extraordinário de proteção de devedores em situação económica muito difícil, através de uma estratégia integrada de divulgação, avaliação e fiscalização destes regimes. A revisão do regime da mora veio também apoiar a gestão das situações de incumprimento das famílias e de outros clientes bancários. A atuação fiscalizadora do Banco incidiu, ainda, sobre a extensão do regime do crédito à habitação a outros créditos com garantia hipotecária, particularmente importante para as operações de consolidação de contratos de crédito, no âmbito da prevenção e gestão de situações de incumprimento. As alterações ao regime do crédito aos consumidores foram também objeto de fiscalização intensa.

O Banco continuou a apostar na divulgação e fiscalização do novo regime de serviços mínimos bancários (SMB), que alargou o acesso a estes serviços aos clientes particulares titulares de uma única conta de depósito à ordem e reforçou os deveres das instituições de crédito aderentes na divulgação destes serviços. O regime tem tido uma adesão cada vez maior. No final de 2013 existiam cerca de três vezes mais contas de SMB do que em 2012.

Em 2013, o Banco continuou a fiscalizar a publicidade, avaliando a conformidade de todas as campanhas, nas quais o crédito aos consumidores assumiu novamente um peso preponderante. O crescimento do mercado dos depósitos indexados e duais exigiu maior fiscalização prévia aos prospets submetidos pelas instituições de crédito.

Em 2013, o Banco recebeu 2864 pedidos de informação (mais oito por cento do que em 2012) e 17 911 reclamações de clientes bancários contra instituições de crédito (mais 15 por cento do que em 2012). As irregularidades detetadas a partir da apreciação de reclamações, da realização de ações de inspeção, ou da análise de informação reportada foram objeto de ação sancionatória por parte do Banco de Portugal, tendo sido emitidas 1044 advertências e determinações específicas. Estas incidiram maioritariamente sobre o cumprimento de normas legais e regulamentares do crédito à habitação e do crédito aos consumidores, incluindo matérias relacionadas com a gestão do incumprimento (Quadro 1.2). O Banco de Portugal desenvolveu diversas iniciativas de formação financeira dos clientes bancários, de que se destaca o Referencial de Educação Financeira, elaborado no âmbito do Plano Nacional de Formação Financeira², em conjunto com os outros supervisores financeiros e o Ministério da Educação e Ciência. Em 2013, a formação financeira em contexto escolar constituiu uma prioridade central do Plano, em torno da qual se realizou a 2.^a edição do concurso *Todos Contam*. O Banco aprofundou, também, os conteúdos que disponibiliza no Portal do Cliente Bancário, um

canal privilegiado de divulgação de informação financeira aos clientes bancários. A relevância crescente deste portal traduziu-se no crescimento muito significativo do número de acessos registado em 2013 (ver Capítulo 4).

Quadro 1.2 • Advertências e determinações específicas

	Número
Crédito à habitação e outros créditos hipotecários	299
Crédito aos consumidores e outros créditos	274
Preçários (deveres de informação)	155
Serviços de pagamento	146
Publicidade	94
Depósitos	60
Livro de reclamações	16
Total	1044
Por memória:	
Regimes de prevenção e gestão do incumprimento das famílias	296
Extensão do regime de crédito à habitação a outros créditos com garantia hipotecária	103
Novo regime dos serviços mínimos bancários	44
Revisão do regime da mora	34

Fonte: Banco de Portugal

Nota: As advertências e determinações específicas enquadram-se no âmbito do quadro legal aplicável a cada um dos regimes identificados.

1.4. Averiguação e ação sancionatória

O Banco de Portugal pode agir de forma preventiva, reativa ou coerciva para prevenir e reprimir práticas irregulares das entidades supervisionadas e de entidades que desenvolvam atividade financeira sem que estejam devidamente autorizadas ou habilitadas. Para o efeito, o Banco é responsável pela averiguação de infrações e defesa do perímetro bancário, pela prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, pela intervenção institucional não sancionatória e pela instrução de processos de contraordenação.

O triénio 2011-2013 ficou marcado pela autonomização da função sancionatória na estrutura de supervisão do Banco, a que esteve associado um reforço significativo dos meios humanos e técnicos (ver Caixa 2).

Esta autonomização traduziu-se numa forte recuperação de pendências e numa redução muito significativa dos tempos médios de duração dos processos de contraordenação (cerca de 84 por cento dos 134 processos pendentes no final de dezembro de 2013 foram instaurados no próprio ano), bem como num aumento expressivo do número de processos instaurados (183 em 2013; 44 em 2010) e decididos (134 em 2013; 23 em 2010) anualmente.

Na defesa do perímetro bancário ou regulatório o Banco realizou, em 2013, várias diligências de averiguação, entre as quais 14 ações inspetivas, para verificar *in loco* o eventual exercício não autorizado de atividade financeira ou de outras situações de infração e aplicar as medidas adequadas. No final do ano, estavam em curso 143 procedimentos de averiguação, tendo sido abertos 54 novos processos, encerrados 38 e emitidos cinco alertas dirigidos ao público. O Banco continuou também a colaborar com as autoridades judiciais e policiais em matérias relevantes nos planos criminal e contraordenacional.

Em 2013, estiveram em curso no Banco 15 processos de eventual revogação de autorização de instituições de crédito e sociedades financeiras e 15 processos de reavaliação – com base em factos supervenientes – da idoneidade dos membros dos órgãos de administração e fiscalização das instituições sujeitas à supervisão e ao registo junto do Banco de Portugal. O Banco acompanhou também 18 processos de liquidação a cargo dos comissários do governo, dos liquidatários judiciais ou das comissões liquidatárias nomeados para o efeito.

Em 2013, a atividade sancionatória do Banco de Portugal aumentou significativamente, quer no que respeita aos processos de contraordenação instaurados quer aos processos decididos, reduzindo-se também substancialmente os prazos médios de conclusão. Dos 268 processos tramitados no Banco em 2013 (167 em 2012), 134 foram objeto de decisão (mais 52 do que em 2012). Foram impugnadas 19 decisões condenatórias proferidas pelo Banco de Portugal (Quadro 1.3).

Quadro 1.3 • Processos de contraordenação em 2013

Indicadores globais

Processos transitados de 2012	85
Processos instaurados em 2013	183
Processos decididos em 2013	134
Processos em curso em 31-12-2013	134

Processos de contra-ordenação instaurados | 183

Diploma Habilitante	DL n.º 454/1991, de 28-12	Regime Jurídico do Cheque	1 processo
	DL n.º 298/1992, de 31-12	Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras	64 processos
	DL n.º 156/2005, de 15-07	Livro de Reclamações	3 processos
	DL n.º 195/2007, de 15-05	Regime que regula a atividade de recirculação de notas de euro	20 processos
	Lei n.º 25/2008, de 05-06	Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo	68 processos
	DL n.º 227/2009, de 25-10	Estabelece princípios e regras a observar pelas instituições de crédito na prevenção e na regularização das situações de incumprimento de contratos de crédito	14 processos
	DL n.º 317/2009, de 30-10	Regime Jurídico dos Serviços de Pagamento e da Moeda Eletrónica	13 processos
Infrações	Exercício não autorizado de atividade financeira		
	Falsificação de contabilidade		
	Incumprimento de deveres de informação		
	Incumprimento de deveres de reporte		
	Incumprimento de normas preventivas do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo		
	Incumprimento de normas referentes à constituição de depósitos		
	Incumprimento de normas referentes à recirculação de notas em euros		
	Incumprimento de normas relativas à utilização do cheque		
	Incumprimento de normas registais		
	Incumprimento de preceitos imperativos que regem a atividade das instituições de crédito, incluindo a violação do artigo 28.º do DL n.º 133/2009, referente a taxas máximas		
	Incumprimento de regras de conduta		
	Inexistência / Não disponibilização / Não afixação do letreiro do Livro de Reclamações		
	Inobservância de normas prudenciais		
Prestação de falsas informações ao Banco de Portugal			
Realização de operações de pagamento não autorizadas			
Tipo de Arguido	52 instituições de crédito		
	14 instituições de pagamento		
	39 sociedades financeiras		
	12 entidades de outra natureza		
	Titulares de cargos e funções em instituições		
	Outras pessoas singulares		

Processos de contra-ordenação decididos | 134

Diploma Habilitante	DL n.º 454/1991, de 28-12	Regime Jurídico do Cheque	2 processos
	DL n.º 298/1992, de 31-12	Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras	43 processos
	DL n.º 156/2005, de 15-09	Livro de Reclamações	5 processos
	Lei n.º 25/2008, de 05-06	Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo	66 processos
	DL n.º 317/2009, de 30-10	Regime Jurídico dos Serviços de Pagamento e da Moeda Eletrónica	13 processos
	DL n.º 227/2009, de 25-10	Estabelece princípios e regras a observar pelas instituições de crédito na prevenção e na regularização das situações de incumprimento de contratos de crédito	5 processos
Infrações	Exercício não autorizado de atividade financeira		
	Falsificação de contabilidade		
	Incumprimento de deveres de informação		
	Incumprimento de deveres de reporte		
	Incumprimento de normas preventivas do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo		
	Incumprimento de normas referentes à constituição de depósitos		
	Incumprimento de normas referentes à recirculação de notas em euros		
	Incumprimento de normas relativas à utilização do cheque		
	Incumprimento de normas registais		
	Incumprimento de normas sobre conflitos de interesses		
	Incumprimento de outros preceitos imperativos que regem a atividade das instituições de crédito, incluindo a violação do artigo 28.º do DL n.º 133/2009, referente a taxas máximas		
	Incumprimento de regras de conduta		
	Inexistência/ Não disponibilização/Não afixação do letreiro/Não envio de folhas originais ao Banco de Portugal do Livro de Reclamações		
	Inobservância de normas prudenciais		
Prestação de falsas informações ao Banco de Portugal			
Realização de operações de pagamento não autorizadas			
Tipo de Arguido	47 instituições de crédito		
	7 instituições de pagamento		
	31 sociedades financeiras		
	2 sociedades gestoras de participações sociais		
	1 entidade de outra natureza		
	Titulares de cargos e funções em instituições		
	Outras pessoas singulares		
Recursos	Foram objeto de recurso 19 decisões sancionatórias proferidas em 2013 pelo Banco de Portugal		

No domínio da avaliação da adequação dos sistemas e procedimentos de prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, em 2013 foram realizadas ações inspetivas a 13 entidades supervisionadas e a quatro outras entidades, para verificar o cumprimento das condições e requisitos para o

início de atividade. Foi, ainda, publicado um aviso³ sobre prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, após processo de consulta pública. Paralelamente, o Banco continuou a difundir, pelo sistema financeiro, informação sobre a aplicação de sanções financeiras internacionais.

1.5. Fundos de garantia de depósitos e de resolução

No triénio 2011-2013, o Banco assegurou os serviços técnicos e administrativos indispensáveis ao bom funcionamento do Fundo de Garantia de Depósitos e do Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo, passando também a apoiar o funcionamento do Fundo de Resolução, criado em 2012. O Banco fornece os recursos humanos que asseguram o secretariado, o processamento contabilístico das operações e a preparação das demonstrações financeiras anuais de cada um dos fundos, bem como apoio jurídico, quando necessário. O apoio aos referidos fundos continuou a abranger também, em 2013, a gestão dos recursos financeiros e a participação nos procedimentos de cobrança das contribuições anuais. Os parâmetros relevantes para o apuramento das contribuições devidas aos fundos pelas instituições que neles participam foram fixados através de instruções do Banco de Portugal. O Banco definiu, ainda, o método e os procedimentos a adotar no âmbito do apuramento das contribuições periódicas para o Fundo de Resolução (ver Anexo A1).

1.6. Superintendência dos sistemas de pagamentos

Através da superintendência dos sistemas de pagamentos e das infraestruturas do mercado financeiro, o Banco de Portugal procura garantir um funcionamento seguro e eficiente dos mesmos e, simultaneamente, contribuir para a estabilidade do sistema financeiro. No triénio 2011-2013, merecem destaque neste domínio: a análise da atividade da *Paypal* em Portugal; a monitorização do funcionamento do Multibanco; a avaliação dos sistemas de cartões da União Europeia; e a realização do oitavo inquérito aos serviços de correspondentes bancários em euros.

Em 2013, o Banco centrou a sua atividade de superintendência na avaliação e monitorização dos sistemas, segundo os princípios

estabelecidos pelo Eurosistema e participou em diversas iniciativas do Eurosistema:

- Avaliação do *TARGET2* face aos princípios publicados em abril de 2012 pelo *CPSS-IOSSCO (Committee on Payment and Settlement Systems – International Organization of Securities Commissions)*;
- Análise da fraude com cartões de pagamento, a partir da informação da base de dados *OSCAR (Oversight for Card Schemes Database)*;
- Revisão dos padrões de superintendência aplicáveis aos sistemas de pagamento de retalho e às interligações entre os mesmos e mapeamento das interdependências entre instituições financeiras e entre sistemas.

O Banco efetuou também, a nível interno, a monitorização do Sistema de Compensação Interbancária (SICOI) e acompanhou e avaliou o risco operacional da componente nacional do sistema *TARGET2*. No âmbito dos sistemas de compensação e liquidação de títulos, acompanhou a implementação interna do projeto *T2S* e analisou as implicações da aplicação do Regulamento da União Europeia relativo aos derivados do mercado de balcão, às contrapartes centrais e aos repositórios de transações (*European Market Infrastructure Regulation – EMIR*).

2. Funções de autoridade monetária

A segunda LGOE para o triénio 2011-2013 foi a contribuição plena e efetiva para o desempenho das funções de autoridade monetária no quadro do Eurosistema. A atividade do Banco enquanto autoridade monetária abrange diversas funções partilhadas do Eurosistema/SEBC, designadamente: aconselhamento de política monetária e estudos económicos; execução da política monetária; gestão de ativos; estatísticas; sistemas de pagamentos; emissão monetária; e relações internacionais. Nas secções seguintes são apresentados os principais desenvolvimentos registados em cada uma destas áreas no triénio 2011-2013, com destaque para os do último ano.

2.1. Estudos e aconselhamento económico

Uma análise económica isenta baseada em estudos de elevada qualidade técnica é fundamental para a prossecução da missão do Banco de Portugal, permitindo uma intervenção influente no Eurosistema, na sociedade portuguesa e na comunidade científica.

O papel dos estudos desenvolvidos no Banco reforçou-se ao longo do triénio 2011-2013, destacando-se o seu contributo para o aconselhamento de política monetária ao Governador, para a participação ativa em várias estruturas do Eurosistema e para a produção de análises e de projeções para a economia portuguesa. Na área do euro este período ficou marcado pelos desafios associados à crise das dívidas soberanas e pela significativa fragmentação financeira, bem como pelas respetivas consequências para a estabilidade financeira. Estas dinâmicas refletiram-se na investigação desenvolvida pelo Banco. Por seu turno, os estudos e análises produzidos sobre a economia portuguesa contribuíram para a participação do Banco de Portugal no PAEF e para aprofundar o debate económico na sociedade.

No âmbito das atividades de investigação, importa também destacar a organização das conferências bienais nas áreas de política monetária, mercado de trabalho, mercados

financeiros, econometria e desenvolvimento da economia portuguesa. Refira-se ainda que o Banco continuou a participar ativamente nas *networks* de investigação do Eurosistema, com destaque para as relativas a questões macroprudenciais e de competitividade.

Em 2013, os estudos produzidos no Banco de Portugal assentaram na crescente integração das dimensões micro e macroeconómica – tirando partido da riqueza das bases de dados disponíveis no Banco –, numa modelação cada vez mais integrada das dimensões real e financeira, na análise estrutural do funcionamento dos mercados e da competitividade das empresas portuguesas, bem como na análise das incidências da política orçamental e da eficiência na utilização dos recursos públicos. Adicionalmente, o Banco promoveu uma maior transparência na divulgação dos seus instrumentos analíticos, bem como na avaliação da respetiva qualidade.

Alguns estudos publicados em 2013 são particularmente ilustrativos destas características. Entre outras, o Banco publicou análises sobre o funcionamento do mercado de trabalho; o desempenho recente das empresas exportadoras; a relação entre a situação financeira das empresas e as suas decisões de investimento; a existência de um canal de tomada de risco da política monetária em Portugal; os efeitos macroeconómicos das alterações da legislação fiscal, da confiança e da qualidade das instituições; a previsão de receitas dos impostos indiretos; a interação entre o comércio internacional e a desigualdade, a implementação do *buffer* de capital contracíclico e a avaliação dos erros nas projeções macroeconómicas do Banco de Portugal (ver Anexo A3).

Os estudos e os textos de análise económica são regularmente divulgados nas publicações do Banco de Portugal, tendo-se observado igualmente um reforço significativo da publicação de estudos em revistas internacionais de prestígio, da autoria de um conjunto cada vez mais alargado de técnicos do Banco (ver Capítulo 4 e Anexo A3, Quadro 2).

2.2. Execução da política monetária

No triénio 2011-2013, a crise financeira e as tensões nos mercados de dívida soberana da área do euro levaram o Conselho do BCE a adotar um conjunto de medidas para preservar a liquidez do sistema bancário na área do euro, normalizar o funcionamento do mercado monetário interbancário e restabelecer o funcionamento do mecanismo de transmissão da política monetária. Assim, para além da adoção de medidas convencionais, o Eurosistema teve necessidade de desenhar e implementar medidas inovadoras de natureza não convencional que foram decisivas para a gradual diminuição das tensões nos mercados financeiros.

Em 2013, no âmbito das medidas convencionais, depois das reduções das taxas de juro verificadas nos anos anteriores, a taxa de juro da facilidade de depósito foi mantida em zero por cento e as taxas de juro das operações principais de refinanciamento e da facilidade marginal de cedência de liquidez foram reduzidas mais duas vezes, para 0,25 por cento e para 0,75 por cento, respetivamente. Relativamente às medidas não convencionais, o Conselho do BCE anunciou a manutenção, pelo menos até julho de 2015, do regime de taxa de juro fixa e satisfação integral de procura nas operações de refinanciamento em vigor desde outubro de 2008, transformou os acordos temporários

de *swaps* com outros bancos centrais em acordos permanentes e adotou uma política de comunicação de *forward guidance* quanto à orientação da política monetária.

No contexto da implementação descentralizada da política monetária do Eurosistema, o Banco de Portugal assegurou a execução das operações de política monetária junto das instituições de crédito residentes, a gestão dos ativos de garantia associados a essas operações, a previsão de liquidez do sistema bancário residente e o controlo do cumprimento com o sistema de reservas mínimas do BCE.

O número de operações de mercado aberto com participação de instituições residentes em Portugal aumentou 29 por cento em 2013, em resultado do início dos reembolsos antecipados (semanais) das operações de refinanciamento a três anos que haviam sido conduzidas no final de 2011 e início de 2012. A realização dos reembolsos antecipados contribuiu, igualmente, para a redução do saldo médio das operações de política monetária, para 49,7 mil milhões de euros. Ao mesmo tempo, verificou-se uma redução do número de recursos à facilidade de depósito pelas instituições residentes, num contexto em que a taxa de remuneração desta facilidade se manteve em zero por cento (Quadro 2.1).

Quadro 2.1 • Principais indicadores de operações de política monetária

	2010	2011	2012	2013	Varição 2013/2012
N.º de operações de mercado aberto realizadas pelo Eurosistema	169	198	194	288	48%
N.º de operações de mercado aberto em que participaram instituições residentes	102	96	79	102	29%
N.º de recursos às facilidades permanentes pelas instituições residentes	1130	855	1424	260	-82%
Saldo médio das operações de política monetária (milhões de euros)	30 986	44 730	53 771	49 698	-8%

Fonte: Banco de Portugal

No âmbito da sua função de atualização da lista de ativos elegíveis do Eurosistema, o Banco de Portugal analisou a elegibilidade de todos os títulos negociados nos mercados nacionais aceites para o efeito (mercado de cotações

oficiais da *Euronext Lisbon* e Mercado Especial de Dívida Pública (*MEDIP*). Até ao final de 2013, o Banco de Portugal tinha contribuído para a elegibilidade de 224 títulos (203 no final de 2012).

Para fomentar o funcionamento eficiente do mercado monetário interbancário, o Banco de Portugal lançou, em maio de 2013, a plataforma do Mercado Monetário Interbancário com Garantia, para registo e processamento de operações de permuta de fundos garantidas por ativos e realizadas entre instituições residentes. Em 2013, participaram nesta plataforma 17 instituições, algumas das quais mobilizaram ativos de garantia para as *pools* correspondentes, ainda que não tenha sido registada nenhuma operação. As instituições preferiram, ao invés, participar na plataforma de Mercado Monetário Interbancário sem Garantia disponibilizada no ano anterior.

Ainda em 2013, e apesar de os programas de política monetária *CBPP* (*Covered Bonds Purchase Programmes 1 e 2*) e *SMP* (*Securities Markets Programme*) já se encontrarem concluídos, o Banco de Portugal continuou a processar todos os fluxos financeiros associados aos títulos dessas carteiras que se encontram sob sua gestão.

2.3. Gestão de ativos

O Banco de Portugal gere dois tipos de carteiras de ativos: i) uma carteira de reservas externas do BCE, correspondente à transferência inicial de ativos de reserva do Banco de Portugal para o BCE, de acordo com a sua chave de capital; e ii) uma carteira de ativos de investimento próprios.

Gestão de reservas externas do BCE

As reservas externas do BCE são geridas de forma descentralizada, com base num

contrato de agência celebrado com os bancos centrais nacionais do Eurosistema. Esta gestão assenta em regras, procedimentos e orientações definidos pelo BCE. No âmbito do modelo de especialização por moedas, o Banco de Portugal é responsável, desde o início de 2012, pela gestão ativa de uma carteira denominada em dólares norte americanos (USD). No final de 2013, esta carteira representava 1438 milhões de dólares, o equivalente a 1043 milhões de euros.

Gestão de ativos de investimento próprios

A carteira de ativos de investimento próprios do Banco de Portugal é constituída por ativos denominados em euros e em moedas externas e por ouro. Os ativos pertencentes à carteira de negociação, denominados em moeda externa e grande parte dos denominados em euros, são ativamente geridos e valorizados a preços de mercado. Os ativos pertencentes à carteira de investimento a vencimento serão detidos até à maturidade, sendo aplicado o princípio do custo amortizado. Os ativos em ouro, embora valorizados a preços de mercado, têm tido uma gestão passiva.

No último triénio, a carteira de ativos de investimento próprios do Banco de Portugal diminuiu 20,5 por cento, o que se deveu, em grande medida, à decisão de redução dos ativos financeiros líquidos, operada essencialmente em 2011, e à expressiva diminuição do preço do ouro em 2013. A 31 de dezembro de 2013, a carteira de ativos de investimento próprios do Banco de Portugal apresentava um valor de 25 809 milhões de euros (Quadro 2.2).

Quadro 2.2 • Carteira de ativos de investimento próprios

	2010	2011	2012	2013	Varição 2013-2012
Carteira de Negociação	13 500	10 024	9364	9873	509
Carteira de Investimento a Vencimento	5989	6185	5854	5222	-632
Carteira de Ouro	12 979	14 964	15 509	10 714	-4795
Total	32 468	31 173	30 727	25 809	-4918

Valores em milhões de euros

Fonte: Banco de Portugal

A carteira de negociação, a preços de mercado e taxas de câmbio do final do ano, encontrava-se avaliada em 9873 milhões de euros, dos quais 88,1 por cento referentes a títulos denominados em euros. A carteira a vencimento atingia, no final de 2013, um valor de 5222 milhões de euros, menos 10,8 por cento do que no final de 2012, essencialmente em resultado da transferência dos ativos vencidos para a carteira de negociação.

A quantidade de ouro detida pelo Banco de Portugal manteve-se inalterada em 2013, em 382,5 toneladas. O seu valor totalizava 10 714 milhões de euros no final do ano, menos 30,9 por cento do que no final do ano anterior. Esta variação é explicada pela descida acentuada do preço do ouro em USD e pela depreciação desta moeda face ao euro.

2.4. Estatísticas

O Banco de Portugal é responsável pela recolha e compilação das estatísticas monetárias, financeiras, cambiais e da balança de pagamentos, designadamente no âmbito da sua colaboração com o BCE na elaboração das estatísticas necessárias ao desempenho das atribuições do SEBC.

No triénio 2011-2013, além da compilação destas estatísticas, o Banco de Portugal apostou no desenvolvimento das bases de microdados, nomeadamente da Central de Responsabilidades de Crédito (CRC), da Central de Balanços (CB) e do Sistema Integrado de Estatísticas de Títulos (SIET), que permitiram dar resposta aos pedidos de informação no âmbito do PAEF e apoiar a elaboração de estudos e análises sobre o sistema financeiro e a atividade económica em Portugal.

Em 2013, o Banco cumpriu integralmente os objetivos relativos à qualidade e aos prazos de compilação e divulgação previstos no Plano da Atividade Estatística, apresentado ao Conselho Superior de Estatística. No mesmo período, prosseguiram os trabalhos de implementação dos novos manuais de referência nas áreas das estatísticas de contas nacionais e da balança de pagamentos e da posição de

investimento internacional, que terão reflexo nas estatísticas divulgadas pelo Banco a partir de outubro de 2014.

No domínio normativo, foram introduzidas alterações para reduzir os custos de reporte no novo sistema de comunicação de informação sobre operações e posições com o exterior. Entre outras medidas, foi aumentado o limiar de isenção de reporte de informação (de 10 000 euros para 100 000 euros anuais) e estabelecida a isenção de reporte para entidades singulares, incluindo os empresários em nome individual (ver detalhe da Instrução n.º 3/2013 no Anexo A1). Deste modo, um número elevado de agentes económicos ficou dispensado de comunicar informação ao Banco de Portugal. Ainda no domínio normativo, a Instrução que regulamenta o funcionamento da Central de Responsabilidades de Crédito (CRC) também foi alterada, visando, principalmente, o aumento do detalhe sobre os saldos de responsabilidades de crédito comunicados e maior celeridade na retificação da informação reportada pelas entidades participantes (ver detalhe da Instrução n.º 17/2013 no Anexo A1).

Num contexto de crescente relevância dos dados microeconómicos, é também de referir, em 2013, a eleição do Banco de Portugal para a Presidência do Comité Europeu das Centrais de Balanços (mandato até setembro de 2016). Merecem também destaque a organização de uma conferência internacional sobre a gestão integrada de bases de microdados (com cerca de 150 participantes provenientes de 44 países e de três organizações internacionais) e a copresidência da *Joint Task Force on Credit Registers* que demonstrou a relevância de um sistema harmonizado de informação micro sobre créditos no Eurosistema, para utilização no âmbito da supervisão microprudencial, da avaliação do risco no contexto da estabilidade financeira, da análise económica e da compilação de estatísticas. Finalmente, refira-se a realização do Inquérito à Situação Financeira das Famílias, em conjunto com o Instituto Nacional de Estatística, no âmbito do inquérito análogo do Eurosistema.

2.5. Sistemas de pagamentos

O Banco de Portugal regula, fiscaliza e promove o bom funcionamento dos sistemas de pagamentos. No triénio 2011-2013, o Banco garantiu o funcionamento eficiente do *TARGET2-PT*, iniciou o projeto de ligação ao T2S (*TARGET2-Securities*) e promoveu a migração para a *SEPA* (Área Única de Pagamentos em Euros – *Single Euro Payments Area*). As atividades realizadas procuram assegurar uma adequada implementação destes projetos na esfera nacional no sentido da harmonização dos serviços de *post-trade* e dos pagamentos de retalho em euros.

TARGET2-PT

O *TARGET2-PT* é o sistema de liquidação por bruto em tempo real para pagamentos em euros operado pelo Banco de Portugal. Em 2013, a quantidade de pagamentos processados neste sistema aumentou 3,4 por cento relativamente a 2012, enquanto os montantes liquidados decresceram 24,1 por cento. Esta evolução, já evidenciada em 2012, deveu-se essencialmente ao crescimento das quantidades processadas no segmento transnacional ao nível do Sistema de Liquidação *real time* da Interbolsa e à redução dos montantes processados nas operações entre instituições, principalmente no segmento nacional (Quadro 2.3).

Quadro 2.3 • Movimento global do sistema de liquidação por bruto em Portugal

	2012		2013		Variação (%)	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Total de Operações Liquidadas	1608	4590	1663	3485	3,4	-24,1
Operações Nacionais	661	2828	677	2071	2,3	-26,8
Operações entre Instituições	372	2377	362	1503	-2,8	-36,8
Sistemas de Liquidação de Títulos (1)	89	189	96	145	8,3	-23,5
dos quais: Interbolsa	88	151	96	144	8,4	-4,5
Outros Sistemas de Liquidação (2)	200	263	219	423	9,2	61,0
dos quais: SICOI	199	211	216	237	8,2	12,4
Operações Transnacionais	947	1762	986	1415	4,2	-19,7
Operações entre Instituições	706	1622	711	1255	0,8	-22,6
Sistemas de Liquidação de Títulos (3)	206	53	237	76	15,0	44,4
dos quais: Interbolsa	203	48	234	72	15,2	51,2
Outros Sistemas de Liquidação (4)	34	87	38	83	10,2	-4,2
dos quais: SICOI	25	13	28	16	12,7	19,4

Quantidade em milhares e Valor em mil milhões de euros

Fonte: Banco de Portugal

(1) Inclui os seguintes sistemas: Interbolsa, OMIClear e SITEME – Liquidação de Títulos.

(2) Inclui os seguintes sistemas: Mercado Monetário Interbancário (MMI) e Sistema de Compensação Interbancária (SICOI).

(3) Inclui os seguintes sistemas: *Bank of Greece Settlement Systems (BOGS)*, *Clearstream Banking Frankfurt AG*, *Eurex Clearing AG*, *Euronext Paris S. A.*, *European Commodity Clearing AG*, *Hellenic Exchanges S. A.*, Interbolsa, *LCH Clearnet, S. A.*, OMIClear e SITEME – Liquidação de Títulos.

(4) Inclui os seguintes sistemas: *Athens Clearing Office*, DIAS, EURO1, SICOI e STEP2.

TARGET2-Securities

Em 2013, o Banco prosseguiu os trabalhos do projeto T2S, a futura plataforma do Eurosistema para liquidação de títulos em moeda de banco central, que possibilitará a eliminação de barreiras na liquidação

financeira doméstica e transnacional. No âmbito do projeto, o Conselho do BCE aprovou o *Calendário de Migração* e foram reavaliados os estudos de viabilidade dos Bancos Centrais Nacionais e das *Central Securities Depositories*. Foi igualmente concluído o desenvolvimento

das funcionalidades essenciais da plataforma T2S e iniciaram-se os testes de aceitação pelo Eurosistema. O *T2S Framework Agreement* foi assinado pela *BNY Mellon CSD* e pela *Latvian Central Depository*, elevando para 24 o número de centrais participantes. O Banco de Portugal, para além de diversas reuniões com *stakeholders* nacionais, lançou, em junho de 2013, uma consulta sobre o modelo de ligação das instituições nacionais ao T2S, na vertente *cash*.

Sistemas de pagamentos de retalho

O SICOI (Sistema de Compensação Interbancária) é regulado e gerido pelo Banco de Portugal, processando os pagamentos inferiores a 100 mil euros. Em 2013, o volume global de operações processadas por este sistema cresceu 1,5 por cento depois de uma ligeira quebra em 2012 (Quadro 2.4). O valor global das operações decresceu ligeiramente (-0,5 por cento). Nos subsistemas, manteve-se a tendência de quebra nos cheques processados e a crescente preferência pelos instrumentos de pagamento eletrónicos.

Quadro 2.4 • Movimento global do SICOI

	2012		2013		Variação (%)	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Total	1983,9	323,7	2014,5	322,1	1,5	-0,5
Cheques	65,9	85,4	56,4	74,3	-14,4	-13,0
Efeitos comerciais (1)	0,2	1,1	0,1	1,0	-11,8	-10,4
Transferências a crédito	108,0	131,9	114,3	140,0	5,9	6,2
Vertente tradicional	83,7	110,6	43,2	59,0	-48,3	-46,6
Vertente <i>SEPA</i> (1)	24,3	21,3	71,1	81,0	192,6	279,8
Débitos diretos (2)	133,1	18,1	138,0	18,0	3,7	-0,3
Multibanco	1676,8	87,2	1705,7	88,8	1,7	1,8

Fonte: Banco de Portugal.

Quantidade em milhões e Valor em mil milhões de euros

(1) São também consideradas as operações com valor igual ou superior a 100 mil euros.

(2) Instruções de Débito Direto (IDD) apresentadas à cobrança e não anuladas. São também consideradas as IDD com valor igual ou superior a 100 mil euros.

Nos sistemas de pagamentos de retalho merecem ainda destaque os esforços de migração para a *SEPA* desenvolvidos pelo Banco, em parceria com a comunidade bancária nacional, empresas e organismos da Administração Pública. Em particular, o Banco procurou coordenar o diálogo com os agentes de mercado na CISP (Comissão Interbancária para os Sistemas de Pagamentos) e no Fórum para os Sistemas de Pagamentos, e desenvolveu um conjunto de ações de comunicação para promover uma atempada migração (entre as quais, os seminários regionais sobre a *SEPA*).

Restrição ao uso do cheque

Para prevenir o mau uso do cheque, o Banco de Portugal gere e difunde pelo sistema bancário

uma Listagem de Utilizadores de cheque que oferecem Risco (LUR). Em 31 de dezembro de 2013, a LUR integrava 46 640 entidades, tendo durante o ano, sido incluídas 22 536 entidades e removidas 36 632 entidades, por cumprimento do prazo legal de permanência ou por decisão tomada pelo Banco de Portugal.

2.6. Emissão monetária

O Banco de Portugal emite notas de euro com curso legal e poder liberatório e põe em circulação as moedas metálicas, incluindo as comemorativas e as de coleção, mantendo o Banco Central Europeu o direito exclusivo de autorizar a sua emissão.

No triénio 2011-2013, destaca-se o lançamento, a 2 de maio de 2013, da primeira denominação da segunda série de notas de euro (5 euros), bem como o reforço da atuação do Banco de Portugal na regulação e acompanhamento da atividade de recirculação desenvolvida pelas entidades que operam profissionalmente com numerário.

O Banco de Portugal concluiu, ainda, mais uma das seis medidas⁴ do plano, definido pelo Conselho do BCE, para aumentar a convergência entre os serviços prestados pelos bancos centrais nacionais do Eurosistema na área do numerário, tornando possível a realização, por parte das instituições de crédito, de operações de depósito e de levantamento de notas de euro não faceadas e não orientadas.

Em 2013, foi iniciada a adaptação das aplicações locais a um interface eletrónico – o *Data Exchange for Cash Services (DECS)* –, que possibilitará realizar operações transfronteiriças de depósito e de levantamento de notas e moedas, entre as instituições de crédito e os bancos centrais do Eurosistema, independentemente do país de origem e destino. Com a ligação ao *DECS*, no início de 2014, o plano de convergência ficará concluído.

Produção de notas de euro

A produção de notas de euro é realizada de forma descentralizada, com base em acordos celebrados pelos bancos centrais nacionais do Eurosistema. Cada banco central nacional é responsável, anualmente, pela produção de uma ou mais denominações, para satisfazer as suas próprias necessidades e para abastecer outros bancos centrais nacionais.

Em 2013, o Banco de Portugal foi responsável pela impressão de 215,2 milhões de notas de 20 euros. Destes, 171,5 milhões destinam-se aos *stocks* do Banco e o remanescente aos *stocks* dos bancos centrais dos outros países da área do euro. À semelhança dos anos anteriores, a produção foi adjudicada à Valora S. A., empresa detida na totalidade pelo Banco de

Portugal. No cumprimento do plano de entregas entre bancos centrais nacionais, o Banco enviou 130,1 milhões de notas de todas as denominações para Áustria, Grécia e Itália.

Processamento de notas e moeda metálica

As notas e moedas depositadas no Banco de Portugal são verificadas em termos de quantidade, genuinidade e qualidade. Para assegurar que o numerário que regressa à circulação é genuíno e cumpre os requisitos mínimos de qualidade, o Banco realiza a verificação unitária de todas as notas e moedas. Em 2013, o Banco de Portugal processou 798 milhões de notas, das quais destruiu 234 milhões por não terem qualidade suficiente para regressar à circulação. No mesmo período, o Banco verificou 77 milhões de moedas, das quais apenas 354 mil foram consideradas incapazes para retornar à circulação.

Neste âmbito, concluiu-se o processo de renovação global dos equipamentos utilizados no tratamento de notas e moedas e de certificação de qualidade da unidade central de distribuição e saneamento do Banco segundo a norma ISO 9001:2008.

Deteção de contrafações de notas e moeda metálica

Em 2013, foram retiradas da circulação, em Portugal, 11 228 notas contrafeitas, menos 212 notas do que no ano anterior (Quadro 2.5) e o equivalente a 1,7% do total apreendido na área do euro. Quando comparada com os 16,5 mil milhões de notas de euro em circulação no Eurosistema no final do ano, a percentagem de contrafações apreendidas é extremamente reduzida. As denominações de 20 e de 50 euros foram as mais apreendidas, embora o aumento mais significativo de contrafações detetadas tenha ocorrido na nota de 500 euros. Esta variação resultou, em grande parte, de uma operação policial realizada no segundo semestre do ano.

Quadro 2.5 • Notas contrafeitas apreendidas em Portugal | 2010-2013

Denominação (€)	Quantidade de nota			
	2010	2011	2012	2013
500	435	21	38	651
200	176	82	98	171
100	1088	805	534	650
50	10 155	8666	5855	5897
20	5790	5597	4229	3331
10	1080	540	571	459
5	147	130	115	69
Total	18 871	15 841	11 440	11 228

Fonte: Banco de Portugal.

Em 2013, foram retiradas da circulação 5536 moedas de euro contrafeitas, representando 3,7 por cento das detetadas no conjunto da área do euro. As moedas de 2 euros foram as mais apreendidas (Quadro 2.6). Para este aumento substancial de apreensões, contribuíram, essencialmente, o reforço das

competências dos profissionais que lidam com numerário no domínio do conhecimento da moeda metálica de euro e da intervenção do Banco de Portugal na monitorização da atividade de recirculação desenvolvida por aqueles profissionais.

Quadro 2.6 • Moedas contrafeitas apreendidas em Portugal | 2012-2013

Denominação (€)	Quantidade de nota			
	2010	2011	2012	2013
2,00	4208	2334	2390	3942
1,00	454	325	283	337
0,50	754	1 692	505	1257
Total	5416	4351	3178	5536

Fonte: Banco de Portugal.

Segunda série de notas de euro

O Banco de Portugal tem participado ativamente no desenvolvimento da segunda série de notas de euro (série “Europa”). A primeira denominação (cinco euros) entrou em circulação em maio de 2013; as outras notas serão introduzidas de forma progressiva, por ordem crescente de denominação. No final do primeiro semestre de 2013, o Eurosistema deu início à produção em série da nota de 10 euros, cuja entrada em circulação está agendada para 23 de setembro de 2014. Entretanto, o Banco de Portugal também adjudicou à Valora, S.A. a produção, em 2014, da nota de 20 euros da série Europa.

2.7. Representação internacional e cooperação institucional

As funções cometidas ao Banco de Portugal exigem uma atividade internacional particularmente intensa, abrangente e transversal, na generalidade das suas esferas de atuação (ver Quadro 2.7 e Anexo A2). No triénio 2011-2013, o Banco acompanhou e participou nos processos de decisão do Eurosistema e de outras instituições internacionais. Essa atividade foi particularmente intensa no âmbito do BCE, de outras instituições da UE e do FMI, assumindo particular relevo a atividade relacionada com a execução do PAEF (ver Caixa 1). O Banco participou ainda nos trabalhos de outros organismos internacionais

de natureza económico-financeira, como o Banco de Pagamentos Internacionais (*Bank for International Settlements, BIS*) e a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE). A atividade de cooperação com os bancos centrais dos Países de Língua Portuguesa (PLP) foi reafirmada como uma das prioridades do Banco de Portugal a nível das relações internacionais. Na cooperação, o Banco privilegiou modalidades de maior valor acrescentado, nomeadamente as atividades de acompanhamento macroeconómico. Foram igualmente desenvolvidas atividades de cooperação com outros Países Emergentes e em Desenvolvimento (PED) e reforçadas as iniciativas com os países candidatos e potenciais candidatos à integração na UE.

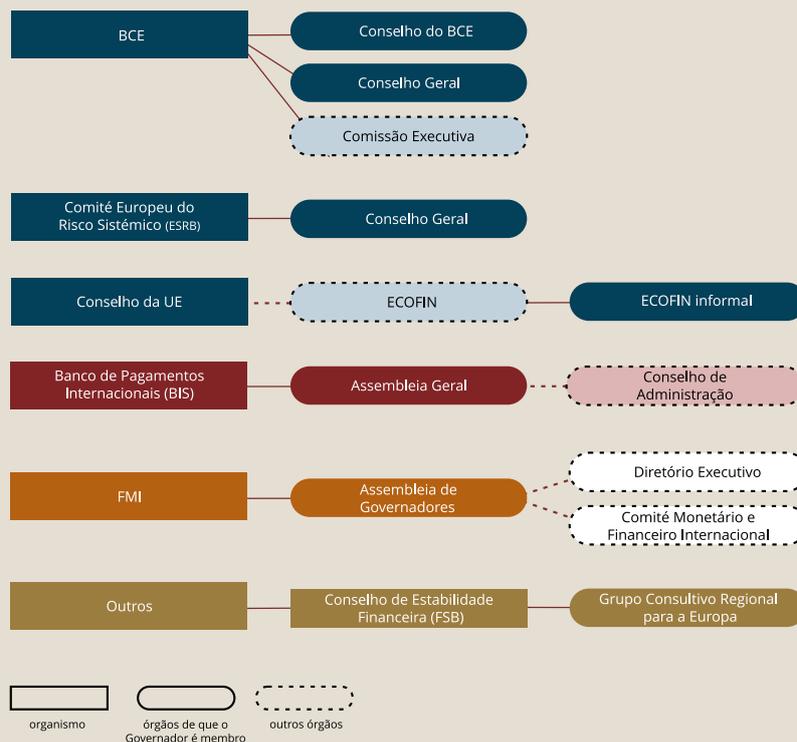
O Governador do Banco de Portugal é membro dos órgãos de decisão do BCE (Conselho do BCE e Conselho Geral) e do Comité Europeu do Risco Sistémico (*European Systemic Risk Board – ESRB*), participa na Assembleia Geral e nas reuniões de governadores do

BIS, na Assembleia de Governadores do FMI, no Grupo Consultivo Regional para a Europa do Conselho de Estabilidade Financeira e nos Conselhos ECOFIN informais (Figura 2.1).

A participação do Governador do Banco de Portugal no Conselho do BCE é pessoal e independente. A preparação, acompanhamento técnico e implementação das decisões do BCE envolvem várias estruturas (comités, grupos de trabalho e outras estruturas *ad hoc*) onde o Banco de Portugal está representado. O Conselho do BCE reuniu-se 23 vezes em 2013. Além das decisões relacionadas com a condução da política monetária, a agenda do BCE foi fortemente influenciada pelos processos e discussões relativos à União Bancária, em particular pela implementação do Mecanismo Único de Supervisão (*Single Supervisory Mechanism – SSM*)⁵. Esta implementação envolveu trabalhos quer a nível do *High Level Group on Supervision*⁶, quer, a nível técnico, em vários grupos de trabalho⁷.

Figura 2.1 • Representação institucional internacional do Banco de Portugal em 2013

Fonte: Banco de Portugal.



Quadro 2.7 • Representação institucional internacional do Banco de Portugal | 2013

	N.º Estruturas e Subestruturas	N.º reuniões e teleconferências	
		Presenciais	Teleconferências
Eurosistema/SEBC	128	480	275
União Europeia	108	358	72
Dos quais:			
Comissão Europeia e Eurostat	29	60	1
Autoridades Europeias de Supervisão	40	174	31
ESRB	12	39	34
Países de língua portuguesa	10	15	3
FMI	2	2	-
BIS	7	13	-
OCDE	9	15	1
Outros	18	34	6
Total	282	917	357

Fonte: Banco de Portugal

O Comité Europeu do Risco Sistémico (*European Systemic Risk Board, ESRB*) é responsável pela supervisão macroprudencial do sistema financeiro da UE. A representação do Banco de Portugal reflete a dupla qualidade de banco central nacional do SEBC e de autoridade nacional de supervisão bancária, sendo o Governador membro com direito de voto no Conselho Geral. Em 2013, a par das habituais análises de estabilidade financeira e divulgação de painéis de indicadores de risco, o *ESRB* aprofundou o desenvolvimento de instrumentos de política macroprudencial. Ainda no domínio da estabilidade financeira, o Banco participou nas atividades da Autoridade Bancária Europeia (*European Banking Authority - EBA*), instituição cuja vice-presidência é atualmente assegurada por um Vice-Governador do Banco de Portugal.

O Banco de Portugal continuou a participar nos trabalhos do Comité Económico e Financeiro e do Comité de Política Económica da UE e em algumas das suas respetivas subestruturas, órgãos que desempenham um importante papel na preparação do Conselho ECOFIN. Em 2013, o Governador participou nos Conselhos ECOFIN informais de Dublin e de Vilnius.

O Banco de Portugal é o agente de Portugal junto do FMI, cabendo-lhe por isso diversas

responsabilidades no relacionamento com esta organização. Neste quadro, o Banco acompanha a agenda desta instituição, dominada em 2013 pelas questões de implementação das reformas de quotas e governação de 2010 – já ratificadas por Portugal em 2012 –, dos recursos do FMI e da melhoria da sua ação de supervisão multilateral e bilateral. A delegação do Banco nas Reuniões de Primavera e nas Reuniões Anuais do FMI e do Banco Mundial foi chefiada pelo Governador.

O Banco de Portugal integra os órgãos de gestão dos principais fóruns internacionais especializados em matéria de supervisão comportamental, com destaque para a *International Network on Financial Consumer Protection (INFE)* e a recentemente criada Organização Internacional para Proteção do Consumidor Financeiro (FinCoNet).

A atividade de cooperação do Banco de Portugal desenvolve-se em torno de dois eixos principais. Um primeiro eixo engloba as iniciativas sistematizadas no Plano de Cooperação anual e que são levadas a cabo pelos vários departamentos, em colaboração com as estruturas homólogas das instituições parceiras. Num segundo eixo inserem-se diversas atividades de acompanhamento macroeconómico dos países em causa.

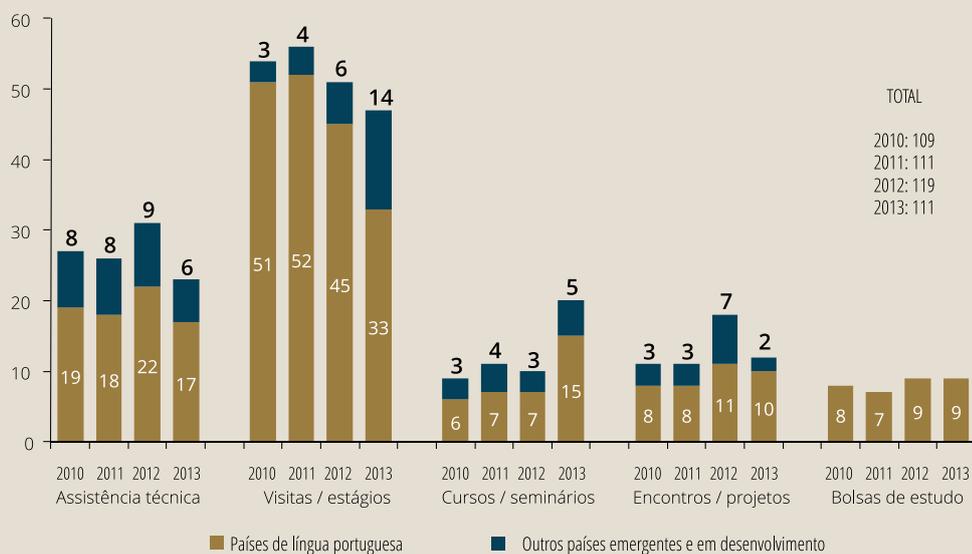
O volume total de recursos humanos do Banco envolvidos nas atividades de cooperação aumentou cerca de 34 por cento em 2013, embora se tenha verificado uma diminuição do número de ações realizadas em relação ao valor máximo de 2012 (Gráfico 2.1). Esta evolução é justificada pela consolidação de duas tendências: (i) o alargamento dos encontros setoriais entre os bancos centrais dos PLP a mais áreas de atividade; e (ii) a transição para o formato de curso de ações antes executadas como estágios *ad hoc*. Merecem igualmente destaque a organização do XXIII Encontro de Lisboa, reunião anual dos mais altos responsáveis dos bancos centrais dos PLP, e do 1.º Encontro destes bancos centrais sobre inclusão e formação financeira. Finalmente, refira-se que, cerca de dois anos após a criação do Banco Central de Timor-Leste, foi firmado um Acordo de Cooperação entre este e o Banco de Portugal para enquadrar e formalizar a cooperação bilateral.

No que diz respeito ao segundo eixo da cooperação, o Banco continuou a apostar no conhecimento e divulgação da realidade económico-financeira dos PED, o que se traduziu, entre outras iniciativas, na elaboração de

diversas publicações regulares (ver Capítulo 4). Destaque ainda para a participação do Banco nas estruturas técnicas responsáveis pelo funcionamento do Acordo de Cooperação Cambial entre Portugal e Cabo Verde e do Acordo de Cooperação Económica entre Portugal e São Tomé e Príncipe, que visam promover a estabilidade macroeconómica nos dois países africanos e fomentar as relações com Portugal e com a área do euro.

Gráfico 2.1 •
Plano de
cooperação:
número de ações
concretizadas
2010-2013

Fonte: Banco de Portugal



3. Organização e gestão de recursos

3.1. Modelo de governação e gestão do risco

A estrutura orgânica e funcional do Banco de Portugal tem vindo a ajustar-se para incorporar as melhores práticas de governação e de gestão, num contexto cada vez mais exigente.

No triénio 2011-2013, o Banco reorganizou as funções de supervisão e estabilidade financeira (ver Caixa 2) e autonomizou a função de gestão do risco – integrando-se a gestão do risco financeiro e operacional no Departamento de Gestão de Risco. Foi também estabelecida a Comissão para o Risco e o Controlo Interno (CRCI), revisto o estatuto da função de auditoria interna e aprovado o regulamento do Conselho de Auditoria. O Banco criou ainda a figura do Consultor de Ética e reviu os seus Códigos de Conduta. Desta forma, o modelo de governação e o sistema de controlo interno do Banco foram aperfeiçoados, reforçando a independência, a transparência e a segregação de funções, num quadro de gestão integrada de riscos financeiros e operacionais.

Estrutura orgânica

Em 2013, para reforçar a atuação na regulação e supervisão bancárias e adaptar a estrutura interna ao exercício dos novos poderes que lhe foram atribuídos no domínio da estabilidade financeira e da resolução, o Banco de Portugal criou o Departamento de Estabilidade Financeira (ver Caixa 2). O organograma do Banco a 31 de dezembro de 2013 apresentava-se conforme a Figura 3.1.

Gestão do risco

O Banco de Portugal prossegue uma política de gestão de riscos rigorosa, através da gestão integrada dos riscos financeiros e operacionais, assegurada pelo Departamento de Gestão de Risco, em articulação com a Comissão para o Risco e Controlo Interno e os outros departamentos do Banco.

O Banco realiza operações de gestão de ativos de investimento próprios e participa na execução da política monetária do Eurosistema, atividades às quais estão associados riscos financeiros, nomeadamente riscos de mercado e de crédito.



Figura 3.1 • Organograma

O risco das operações de gestão de ativos é controlado através da imposição de um conjunto de critérios de elegibilidade e de limites de exposição, estabelecidos com base em informação relativa ao risco de crédito de países, contrapartes e emitentes, e que constam de normas orientadoras aprovadas pelo Conselho de Administração.

Para assegurar a monitorização dos riscos financeiros daquelas operações, continuaram a ser calculados regularmente indicadores de *value at risk* e de *expected shortfall*. Implementou-se, também, uma análise regular do grau de cobertura dos riscos pelos denominados *buffers* financeiros (provisões, reservas e resultados) que integram o balanço do Banco.

Relativamente às operações de política monetária, em 2013, o Eurosistema adotou um conjunto de medidas com o objetivo de aperfeiçoar o respetivo quadro de controlo de risco, passando, nomeadamente, a ser requerida informação mais desagregada e detalhada sobre os empréstimos que integram determinadas operações de titularização para uma base de dados dedicada (*European DataWarehouse*). O Banco de Portugal participou também no exercício que conduziu à revisão das margens de avaliação (*haircuts*) aplicáveis aos ativos de garantia aceites nas operações de política monetária, bem como ao controlo de qualidade das fontes

de avaliação de crédito aceites no âmbito do *Eurosystem Credit Assessment Framework (ECAAF)*.

No que respeita ao risco operacional, foram analisados os principais riscos do Banco, aprofundado o processo de registo e análise de incidentes e reajustada a política de segurança do Banco, nas vertentes física, da informação e dos sistemas de informação. O Plano de Continuidade de Negócio (PCN) foi alargado a novos sistemas de informação e foi definida uma nova estratégia baseada em modelos de virtualização que possibilitam o envolvimento de um maior número de utilizadores e a opção de teletrabalho. Em conformidade com o programa anual de testes do PCN, foram realizados dois ciclos de ensaios e de simulacro real de desastre que cobriram a maior parte das funções de negócio do Banco e todas as que exigem tempos de recuperação até 48 horas.

Auditoria interna

A auditoria interna avalia a adequação e a eficácia dos sistemas e processos de gestão de risco, controlo interno e governação, com vista a assegurar que o Banco cumpre a sua missão e objetivos de forma eficaz e eficiente.

Em 2013, foram realizadas 42 ações de auditoria, das quais 30 de âmbito exclusivamente interno, seis com incidência em entidades externas e seis a sistemas e processos comuns ou partilhados pelo SEBC/Eurosistema (Quadro 3.1).

Quadro 3.1 • Ações de Auditoria

	Internas	SEBC	Total
Apoio direto à Administração, ao Conselho de Auditoria, averiguações e investigações especiais	3	-	3
Ações transversais ao Banco	4	1	5
Mercados e Gestão de Reservas	1	2	3
Contabilidade e Controlo	1	-	1
Emissão e Tesouraria na Sede, Filial, Delegações e Agências	8	-	8
Supervisão Bancária	1	-	1
Sistemas e Operações de Pagamentos	1	1	2
Estatística e Estudos Económicos	1	1	2
Função Informática e Tecnologias de Informação	5	1	6
Atividades de Gestão de Recursos Humanos, Relações Internacionais, Apoio Administrativo e Jurídico	5	-	5
Fundos Autónomos (a pedido do Conselho de Auditoria)	4	-	4
Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal	2	-	2
Ações totais	36	6	42

Fonte: Banco de Portugal

Códigos de conduta

As funções de interesse público exercidas pelo Banco de Portugal, decorrentes das atribuições que lhe estão cometidas pela Constituição, pelos tratados comunitários e pela lei, bem como a especial visibilidade da sua intervenção na comunidade nacional, criam, na perspetiva dos cidadãos e das instituições, a legítima expectativa de que os seus colaboradores se comportem em conformidade com elevados padrões éticos. O Código de Conduta, inicialmente adotado em 2005, explicita as recomendações essenciais para se alcançar este objetivo.

Em 2013, na sequência de uma profunda revisão do Código anterior, entraram em vigor dois novos Códigos de Conduta, ambos disponibilizados no sítio institucional do Banco de Portugal: um aplicável aos membros do Conselho de Administração e do Conselho de Auditoria e outro aos colaboradores. Os Códigos definem princípios gerais de conduta e regulam matérias como o segredo profissional, proteção de dados e informação privilegiada; o relacionamento com entidades externas, incluindo os meios de comunicação social, e com o público em geral; as relações de trabalho no Banco de Portugal; e o papel do Consultor de Ética e dos colaboradores na aplicação do Código. Aos colaboradores do Banco é agora requerida uma participação mais ativa na aplicação das orientações do Código no quotidiano da instituição, designadamente solicitando o parecer do Consultor de Ética. A adoção dos novos Códigos foi acompanhada da realização de sessões de formação em Ética promovidas pelo Banco para todos os colaboradores.

3.2. Sistemas de informação e comunicação

O Banco de Portugal procura adequar os seus sistemas e tecnologias de informação (SI/TI) às necessidades e prioridades de negócio, numa perspetiva de racionalização de processos e de otimização da relação custo/benefício.

No triénio 2011-2013, o Banco melhorou a governação de SI/TI, através do reforço das

componentes de planeamento e controlo de atividades e de *compliance* com as políticas definidas no contexto do SEBC. A revisão de um vasto conjunto de contratos de fornecimento permitiu gerar poupanças assinaláveis. Foram também desenvolvidos e disponibilizados novos sistemas de informação e novas soluções de segurança, de trabalho colaborativo e de acesso remoto a informação.

Em 2013 o Banco continuou a apostar no desenvolvimento de soluções SI/TI estruturantes para a atividade das suas áreas de missão, como os novos sistemas de informação do Registo de Sanções e da Informação de Inspeções e Averiguações (BIIA) e a nova solução de avaliação de riscos de crédito. No que respeita à execução da política monetária prosseguiu o desenvolvimento do sistema de informação de Gestão de Operações de Política Monetária (GOPM) e a evolução dos sistemas atualmente em produção. No domínio estatístico foram concluídos diversos programas nas áreas das Estatísticas da Balança de Pagamentos, das Estatísticas de Balanço do Banco de Portugal e das Estatísticas Monetárias.

Para garantir a segurança dos sistemas de informação, foram implementadas novas soluções de segurança perimétrica com o objetivo de minimizar os riscos associados a atividades intrusivas e de caráter ilícito provenientes do exterior.

3.3. Gestão de recursos humanos

O Banco de Portugal procura garantir, de forma sustentável e numa perspetiva de médio e longo prazo, um quadro técnico com capacidade para responder às novas responsabilidades que lhe têm sido atribuídas, nomeadamente adotando abordagens de recrutamento cada vez mais diversificadas. Num contexto de contenção em termos de política remunerativa, a qualificação profissional e académica dos colaboradores do Banco e o reconhecimento do mérito têm merecido particular atenção, de forma a garantir a motivação e pleno aproveitamento do capital humano.

Quadro 3.2 • Evolução dos efetivos: género, movimentação e escalões etários

		2009	2010	2011	2012	2013
Evolução	Efetivos	1713	1648	1689	1682	1733
	Variação (%)	1,7 %	-3,8 %	2,5 %	-0,4 %	3,0 %
Género	Homens	915	865	879	878	894
	Mulheres	798	783	810	804	839
Movimentação	Admissões	96	80	94	50	126
	Reformas	64	137	47	51	69
Escalões Etários	[19;25]	58	66	77	55	64
	[26;30]	151	177	208	217	246
	[31;35]	134	147	165	183	223
	[36;45]	263	264	267	281	293
	[46;55]	713	672	619	557	484
	[56;60]	266	244	260	294	337
	[61;64]	124	74	90	81	77
>=65	4	4	3	14	9	

Fonte: Banco de Portugal

Quadro 3.3 • Efetivos: distribuição por função

	Homens	Mulheres	Total	%
Gestores de Topo	27	13	40	2 %
Gestores Intermédios	128	102	230	13 %
Técnicos Superiores e Técnicos	378	429	807	47 %
Técnicos Administrativos e Carreiras de Apoio	329	265	594	34 %
Requisitados/Licenças sem Vencimento	32	30	62	4 %
Total	894	839	1733	100 %

Fonte: Banco de Portugal

Política remunerativa

O Banco de Portugal tem uma política remunerativa própria, que procura conciliar as medidas de contenção, implementadas no último triénio, com medidas de promoção do mérito e da qualidade do desempenho.

Em 2013 registou-se um incremento dos gastos com pessoal decorrente do registo contabilístico de dois subsídios (um deles relativo ao exercício do ano anterior) nas contas do ano, na sequência do Acórdão do Tribunal Constitucional sobre a Lei do Orçamento do Estado ⁸.

No âmbito do sistema de previdência social do Banco merece destaque a evolução dos fundos de pensões dos trabalhadores do Banco de Portugal, ambos geridos pela Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, S.A.: o Fundo de Pensões de Benefício Definido, fundo fechado que abrange os trabalhadores admitidos no setor bancário antes de março de 2009, e o Fundo de Pensões de Contribuição Definida, um plano complementar de pensões, de adesão facultativa para os trabalhadores que ingressaram no setor bancário a partir daquela data. As políticas

de investimento dos dois fundos obedecem a normas e critérios prudenciais aprovados pelo Conselho de Administração do Banco, que limitam os riscos inerentes à gestão.

Em 2013, a gestão do Fundo de Pensões de Benefício Definido manteve-se orientada por dois objetivos principais: (i) assegurar a manutenção de um elevado grau de solvência do fundo; e (ii) preservar os benefícios dos trabalhadores abrangidos pelo fundo num contexto de transferência para a Segurança Social⁹ das responsabilidades de velhice relativas a tempo de serviço prestado a partir de 2011. Em 31 de dezembro de 2013, o património deste fundo ascendia a 1349 milhões de euros e estava investido em obrigações da área do euro e liquidez (80 por cento), ações (9,4 por cento) e imobiliário (7,3 por cento), respeitando os remanescentes 3,3 por cento a créditos líquidos sobre terceiros. À mesma data, registava um nível de financiamento global de 102,9 por cento, superior ao mínimo estabelecido pelo Aviso do Banco de Portugal n.º 12/2001 (98,1 por cento).

A gestão do Fundo de Pensões de Contribuição Definida tem como objetivo fundamental a sua afirmação como o segundo pilar relevante de proteção dos trabalhadores do Banco plenamente integrados no Regime Geral de Segurança Social. Em 2013, os participantes continuaram a poder optar entre uma carteira exclusivamente constituída por instrumentos de taxa de juro e uma carteira constituída por instrumentos de taxa de juro e ações. Em 31 de dezembro de 2013, o valor de cada uma destas carteiras ascendia a cerca de 2,6

milhões de euros. Na carteira com ações, esta classe de ativos representava 15 por cento do seu valor total. Com o intuito de mitigar os riscos de crédito e de mercado, continuaram a limitar-se os instrumentos de taxa de juro a aplicações de curto prazo. No final de 2013, o Fundo de Pensões de Contribuição Definida tinha 391 participantes, número que traduz a opção generalizada dos novos colaboradores do Banco pela adesão a este fundo.

Recrutamento e formação

O ano de 2013 ficou marcado por uma intensa atividade de recrutamento, associada ao reforço das funções de supervisão e regulação do sistema financeiro previsto no PAEF. O preenchimento de vagas tem sido realizado de forma estruturada com recurso a recrutamento externo e interno. Nos últimos três anos, a mobilidade interna aumentou significativamente. Em 2013, foram registadas 112 transferências interdepartamentais (6,5 por cento do total de efetivos).

O Banco de Portugal prossegue uma política integrada de gestão de carreiras e de competências dos colaboradores. Em 2013, foram realizadas 747 ações de formação, num total de 57 799 horas, que abrangeram 1685 colaboradores (97,2 por cento do total de efetivos). (Quadro 3.4). O Banco continuou, também, a aprofundar a cooperação com as universidades, sendo de realçar a realização da segunda edição da especialização em *Banking do Mestrado em Finanças da Nova School of Business and Economics*, no contexto do protocolo celebrado com esta instituição.

Quadro 3.4 • Formação profissional

	2009	2010	2011	2012	2013
Participantes	1528	1598	1447	1349	1685
Horas	48 415	66 223	51 750	45 269	57 799
Taxa de Participação	89,2 %	97,0 %	85,7 %	80,2 %	97,2 %

Fonte: Banco de Portugal

3.4. Gestão financeira e patrimonial

No contexto da gestão financeira e patrimonial, o Banco de Portugal tem vindo a prosseguir uma estratégia de promoção da eficiência e reforço da autonomia financeira, designadamente através da melhoria dos procedimentos orçamentais e da racionalização de custos.

No triénio 2011-2013, merece destaque o reforço da autonomia financeira do Banco, materializado no novo Plano de Contas do Banco de Portugal. É de salientar também a criação, em 2011, da Comissão de Acompanhamento do Orçamento (CAO)¹⁰. A CAO desempenhou um papel central no refinamento do modelo orçamental e na promoção de medidas e regras que permitiram a obtenção de poupanças efetivas em diversas áreas. A política de contenção de custos na gestão e manutenção de equipamentos e instalações traduziu-se, naquele período, numa redução de consumos de energia e de encargos com exploração e manutenção nos principais edifícios de escritórios do Banco de 10 por cento e 20 por cento, respetivamente.

Finalmente são de realçar as obras de reabilitação e restauro da Sede, no decurso das quais foi identificado um troço significativo da muralha de D. Dinis no subsolo do edifício. Em virtude da classificação do achado como Monumento Nacional e tendo em consideração o seu interesse histórico para a cidade de Lisboa e para o País, o Banco de Portugal assegurará a sua salvaguarda, valorização, divulgação e acesso ao público.

Em 2013, o Banco continuou a adotar medidas de racionalização de custos e de melhoria nos procedimentos orçamentais. Foi aprovada a revisão do Plano de Contas do Banco de Portugal e refinada a metodologia de cálculo de riscos financeiros de balanço, bem como a análise da sua cobertura por recursos financeiros disponíveis, tanto a nível interno como

do Eurosistema. O Banco coordenou, também, uma *task force* de bancos centrais, no âmbito do SEBC, destinada a analisar as diferenças entre o quadro contabilístico do Eurosistema e as *International Financial Reporting Standards*. No contexto do novo ciclo de planeamento estratégico foi desenvolvido um instrumento de gestão para a projeção, a três anos, das demonstrações financeiras e dos riscos financeiros, com cenarização de choques em variáveis concretas (preço, *stock* e outras) e em situações de *stress*. O Banco dispõe, assim, de um modelo permanentemente atualizado que permite equacionar cenários, delinear estratégias de atuação e preparar atempadamente a reação a eventos exógenos.

Tendo em vista a redução dos custos administrativos associados aos procedimentos aquisitivos, o Banco privilegiou a celebração de acordos quadro e de contratos plurianuais e, sempre que possível, a agregação de vários pedidos de aquisição num mesmo procedimento, o que também se traduziu na melhoria das condições contratuais.

Em 2013 continuou o processo de racionalização dos edifícios do Banco: foi concluída a reabilitação do edifício da Agência de Faro, aberto um concurso de conceção para a requalificação do Edifício Crucifixo 7 e cessou o contrato de arrendamento do Edifício Adamastor, ambos em Lisboa.

4. Comunicação e prestação de serviços à comunidade

O Banco de Portugal tem procurado desenvolver uma política estruturada de comunicação e de prestação de serviços que contribua para reforçar a sua credibilidade junto da sociedade portuguesa e, simultaneamente, que lhe permita prestar contas sobre o que faz, porque faz e como faz – contrapartida essencial do princípio de independência consagrado na Lei Orgânica e nos Estatutos do Sistema Europeu de Bancos Centrais e do Banco Central Europeu.

A importância da comunicação e da prestação de serviços à comunidade foi reconhecida no Plano Estratégico do Banco de Portugal para o triénio 2011-2013 e, mais recentemente, no Plano Estratégico para 2014-2016 (ver Caixa 3).

Em 2011-2013, o Banco de Portugal adotou uma postura de comunicação mais pró-ativa e de maior proximidade com a comunidade: intensificou os contactos com a comunicação social, disponibilizou novos conteúdos e serviços para particulares e empresas no sítio institucional e no Portal do Cliente Bancário, criou um centro de atendimento telefónico integrado, fortaleceu a interação com a comunidade financeira e reforçou a sua política de responsabilidade social. No âmbito das ações de comunicação do Eurosistema, a atuação do Banco foi particularmente relevante nas campanhas sobre a nova nota de cinco euros, a primeira da série Europa, e sobre a migração para a Área Única de Pagamentos em Euros (SEPA). O Banco também reforçou a comunicação pública na área da cooperação internacional, um dos objetivos estratégicos para o triénio.

Este capítulo descreve a ação desenvolvida pelo Banco de Portugal, em 2013, na comunicação e na prestação de serviços ao público, às empresas e à comunidade financeira e no domínio da responsabilidade social e da sustentabilidade ambiental.

4.1. Comunicação com o público

Em 2013, o Banco de Portugal desenvolveu e registou uma nova identidade gráfica, mais atual, mais forte e mais fácil de reconhecer e de comunicar, em linha com a orientação estratégica de maior abertura à sociedade. A nova identidade resulta de uma reinterpretação do selo original do Banco de Portugal, adotado em 1846. Já em fevereiro de 2014, o Banco adotou uma linha gráfica única, criada a partir da nova identidade e sustentada num manual de normas gráficas.

O Banco prosseguiu uma estratégia de comunicação com o objetivo principal de promover o entendimento público sobre os fundamentos e os resultados da sua atuação, com particular enfoque no reforço da comunicação sobre supervisão e estabilidade financeira. Entre outras iniciativas, o Banco passou a divulgar análises trimestrais sobre a evolução do sistema bancário português, com base num conjunto de indicadores relevantes (solvabilidade, liquidez e financiamento, rendibilidade e qualidade dos ativos e macroeconómicos).

No sítio institucional, o Banco publicou 90 comunicados (mais 18 do que em 2012: 40 dos quais sobre temas relacionados com supervisão e com a promoção da estabilidade financeira) e 36 intervenções públicas dos membros do Conselho de Administração e de diretores do Banco (33 em 2012), além de diversos esclarecimentos prestados à comunicação social. A informação mais relevante foi também divulgada em inglês (47 comunicados e 11 intervenções). Em 2013, o sítio institucional recebeu por dia, em média, mais de 102 mil visitas (Quadro 4.1). As páginas de “serviços ao público” e da “Área de Empresa” foram aquelas em que o número de acessos mais cresceu, em comparação com o ano anterior, respetivamente 175 e 140 por cento.

Quadro 4.1 • Acessos ao sítio institucional do Banco de Portugal Valores médios diários

	2010	2011	2012	2013
Total de acessos a páginas	32 317	37 217	56 309	102 338
Estatísticas	10 021	14 343	17 588	24 508
O Banco e o Eurosistema	5634	7248	7335	9044
Serviços ao Público	1121	1092	5134	14 133
Estudos Económicos	2160	2720	3092	4891
Supervisão	2184	1427	1492	2555
Acessos a páginas por área temática				
Publicações e Intervenções	1003	1118	1158	1687
Legislação e Normas	1591	669	846	1258
Política Monetária	1263	964	840	883
Notas e Moedas	911	850	832	1221
Sistemas de Pagamentos	413	408	474	566
Área de Empresa	-	-	5013	12 051

Fonte: Banco de Portugal

No Portal do Cliente Bancário, o Banco de Portugal aprofundou conteúdos sobre prevenção e gestão de situações de sobre-endividamento das famílias e passou a divulgar a agenda internacional das iniciativas sobre regulação e supervisão comportamental.

Em 2013, o Portal do Cliente Bancário registou, em média, 8377 acessos diários, mais 32 por

cento do que em 2012 (Quadro 4.2). A área sobre produtos bancários foi a mais visitada, com 2151 acessos por dia, mais 41 por cento do que no ano anterior. Este aumento ficará a dever-se às diversas alterações dos regimes dos mercados bancários de retalho que ocorreram em 2013.

Quadro 4.2 • Acessos ao Portal do Cliente Bancário Valores médios diários

	2011	2012	2013
Total de acessos a páginas	4427	6336	8377
Acessos a páginas por área temática			
Produtos bancários	934	1525	2151
Direitos dos clientes	419	475	969
Taxas de juro	491	787	882
Reclamações	488	566	788
Publicações	536	633	759
Responsabilidades de crédito	253	448	574
Notas e moedas	282	323	454
Inibição do uso de cheque	115	170	186
Instituições	106	134	176
Contas de titulares falecidos	79	100	139

Fonte: Banco de Portugal

Os clientes bancários utilizam cada vez mais o Portal do Cliente Bancário para apresentarem reclamações contra as instituições de crédito e para consultarem o estado de análise das suas reclamações. Em 2013, o número

de reclamações e o número de consultas ao estado de apreciação de reclamações efetuadas através deste portal cresceram, respetivamente, 43 e 48 por cento em relação ao ano anterior (Quadro 4.3).

Quadro 4.3 • Reclamações e pedidos de informação enviados através do PCB

	Reclamações enviadas através do PCB	Consulta do estado das reclamações no PCB	Pedidos de informação enviados através do PCB
2011	3890	11 009	2364
2012	4780	12 447	2463
2013	6846	17 540	2662

Valores anuais

Fonte: Banco de Portugal

Publicações

O Banco de Portugal edita publicações regulares sobre as suas áreas de atuação. Estas publicações são divulgadas de acordo com um calendário previamente anunciado no sítio institucional (Quadro 4.4). As principais publicações económicas e estatísticas são divulgadas também em inglês.

Quadro 4.4 • Publicações regulares

Publicação	Objetivo	Periodicidade
Boletim Oficial	Divulga os diplomas normativos produzidos pelo Banco no exercício da sua competência regulamentar	Mensal
Relatório do Conselho de Administração – Atividade e Contas	Descreve a atividade e apresenta as contas do Banco	Anual
Relatório do Conselho de Administração – A Economia Portuguesa	Apresenta uma análise detalhada da evolução anual da economia portuguesa	Anual
Relatório de Estabilidade Financeira	Avalia os riscos emergentes nos mercados e no sistema financeiro portugueses	Semestral
Boletim Económico	Apresenta uma análise da economia portuguesa e divulga artigos de investigação assinados por técnicos do Banco	Trimestral
Boletim Estatístico	Apresenta os principais resultados das estatísticas do Banco de Portugal	Mensal
Indicadores de Conjuntura	Divulga indicadores relevantes sobre a economia portuguesa, a área do euro e a economia internacional	Mensal
Inquérito aos Bancos sobre o Mercado de Crédito	Apresenta os resultados detalhados para Portugal do inquérito desenvolvido pelo Eurosistema	Trimestral
Relatório dos Sistemas de Pagamentos	Apresenta os factos mais relevantes sobre o funcionamento dos sistemas de pagamentos	Anual
Relatório de Supervisão Comportamental	Apresenta a atividade de supervisão dos mercados bancários de retalho	Anual
Síntese Intercalar de Supervisão Comportamental	Apresenta a atividade de supervisão dos mercados bancários de retalho	Anual
Boletim Notas e Moedas	Aborda temas relacionados com o numerário	Semestral
Evolução das Economias dos PALOP e de Timor-Leste	Apresenta uma análise da conjuntura económica dos PALOP e de Timor-Leste e das suas relações económicas e financeiras com Portugal	Anual
#Lusofonia	Fornecer indicadores individuais e agregados sobre as economias dos oito países lusófonos	Anual
Cadernos de Cooperação	Apresentam indicadores macroeconómicos dos PALOP e de Timor-Leste, um resumo das ações de cooperação desenvolvidas pelo Banco e artigos sobre temas internacionais.	Semestral

Além destas publicações, o Banco divulgou em 2013, pela primeira vez, o Relatório de Acompanhamento dos Mercados Bancários de Retalho, que terá periodicidade anual. O relatório, relativo a 2012, caracteriza a

evolução recente dos mercados dos depósitos a prazo simples, dos depósitos indexados e duais e dos produtos abrangidos pelos regimes do crédito à habitação e do crédito aos consumidores.

Para o cliente bancário, o Banco divulgou brochuras sobre prevenção e gestão do incumprimento e sobre os serviços mínimos bancários.

Em 2013, o Banco publicou o estudo *Os Custos Sociais dos Instrumentos de Pagamento de Retalho em Portugal*. Este estudo avalia os custos suportados, em 2009, pelos bancos, infraestruturas/processadores, comerciantes, empresas não financeiras e pelo próprio Banco de Portugal na disponibilização dos instrumentos de pagamento de retalho em Portugal.

Nas séries de *Working Papers* e *Occasional Papers*, o Banco divulgou 18 artigos resultantes da investigação desenvolvida pelos economistas do Banco, que viram o seu trabalho igualmente publicado em revistas internacionais (38 artigos em 2013) (Ver Anexo A3).

O Banco de Portugal editou ainda o livro *Um Sítio na Baixa: A Sede do Banco de Portugal*, da autoria de José Sarmento de Matos e Jorge Ferreira Paulo, que descreve a história e vivência do quarteirão onde se situa a Sede do Banco de Portugal.

Eventos

O Banco de Portugal promove e acolhe conferências e seminários para o público e para a comunidade científica sobre temas relacionados com as suas áreas de atuação.

Em 2013, o Banco iniciou uma colaboração com a Fundação Calouste Gulbenkian e o Conselho das Finanças Públicas para promover uma reflexão sobre a reforma da Administração Pública. Assim, em janeiro de 2013, realizou-se a conferência e *workshop Para uma Reforma Abrangente da Organização e Gestão do Sector Público*. Seguiram-se o seminário *Endividamento, ajustamento e responsabilidade fiscal: a experiência do Brasil*, com o professor Murilo Portugal, e o ciclo de seminários *Sextas da Reforma* (lançado em setembro e que incluiu três seminários em 2013).

Com o Conselho Económico e Social e a Fundação Calouste Gulbenkian, o Banco de Portugal promoveu a conferência *Consensus*

e *Reforma Institucional*, na qual foi debatida a importância da reforma institucional e da cooperação institucional em processos de ajustamento.

Em 2013, o Banco organizou a 3.ª Conferência da Central de Balanços, com o objetivo de sensibilizar as empresas portuguesas para a relevância da informação estatística que disponibiliza. Para o setor financeiro, promoveu a 12.ª edição das Jornadas de Auditoria e Gestão sobre governação, risco e auditoria e um seminário sobre continuidade de negócio. O Banco organizou ainda duas conferências e 16 seminários com peritos internacionais, abertos à comunidade científica, e recebeu palestras do secretário-geral adjunto e economista-chefe da OCDE, Pier Carlo Padoan, do Presidente da Corporação Andina, Enrique Garcia, e do Governador do Banco Al-Maghrib de Marrocos, Abdellatif Jouahri (iniciativa com o apoio da Ordem dos Economistas).

Em 2013, o Banco acolheu o seminário *A Economia Social, o Emprego e o Desenvolvimento Local*, organizado pela Cáritas, Centro Nacional de Cultura e *IPI Consulting*, e a conferência de verão do Centro de Investigação em Regulação e Supervisão do Sector Financeiro (CIRSF), subordinada ao tema *Atuais Desafios e Encruzilhadas da Regulação e Supervisão do Setor Financeiro*. O Banco recebeu ainda a 1.ª Conferência Internacional do Plano Nacional de Formação Financeira, promovida pelo Conselho Nacional de Supervisores Financeiros para dar a conhecer as melhores práticas no âmbito da implementação de estratégias de formação financeira.

Difusão estatística

Em 2013, o Banco de Portugal divulgou mensalmente informação nos vários domínios estatísticos através do Boletim Estatístico, de acordo com o calendário anunciado no sítio institucional, disponibilizando ao público mais de seis mil séries.

O número de utilizadores da plataforma de informação estatística do Banco de Portugal

– BPstat | Estatísticas *online* –, disponível no sítio institucional, aumentou 15 por cento em relação 2012 (Gráfico 4.1).

O número de acessos à versão do BPstat para dispositivos móveis – BPstat *mobile* – também cresceu, em particular no segundo semestre do ano (Gráfico 4.2). Em 2013, o BPstat *mobile* recebeu, em média, 130 mil acessos por mês, mais 88 por cento do que em 2012.

O Banco iniciou, em 2013, a publicação de estatísticas anuais e trimestrais extrapoladas para o universo das sociedades não financeiras em Portugal, a partir da informação recebida no âmbito da Informação Empresarial Simplificada (IES) e do Inquérito Trimestral às Empresas Não Financeiras. Nos Quadros da Empresa e do Setor, obtidos a partir da Central de Balanços, foram divulgados dados relativos

a 2012 sobre cerca de 360 mil empresas e 4,7 mil agregados “setor de atividade económica/classe de dimensão das empresas”.

O Banco publicou quatro suplementos ao *Boletim Estatístico – A gestão da qualidade nas estatísticas de balanço das instituições financeiras monetárias, Estatísticas das empresas não financeiras da Central de Balanços – notas metodológicas, Artigos apresentados no Workshop sobre gestão integrada de bases de microdados e Artigos apresentados pelo Departamento de Estatística em 2013* – e divulgou dez notas de informação estatística sobre os principais resultados estatísticos.

Foram ainda publicados três novos Estudos da Central de Balanços: *Estrutura e dinâmica das sociedades não financeiras em Portugal, 2006-2012, Análise setorial das sociedades não*

Gráfico 4.1 •
Evolução do n.º de utilizadores no BPstat e subscrições efetuadas até 31-12-2013

Fonte: Banco de Portugal

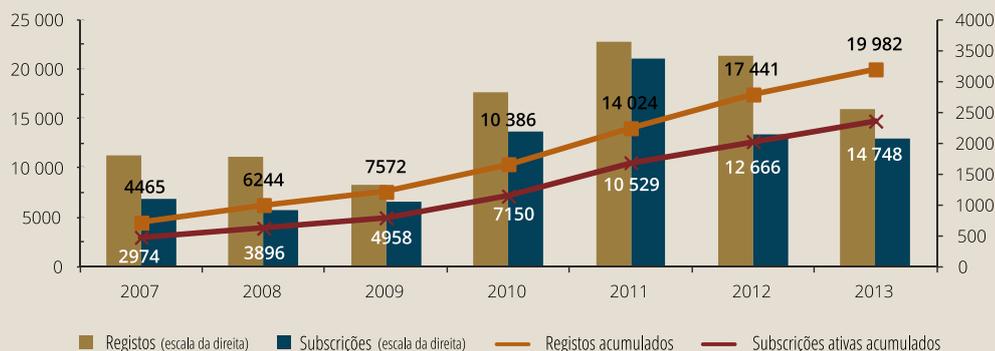
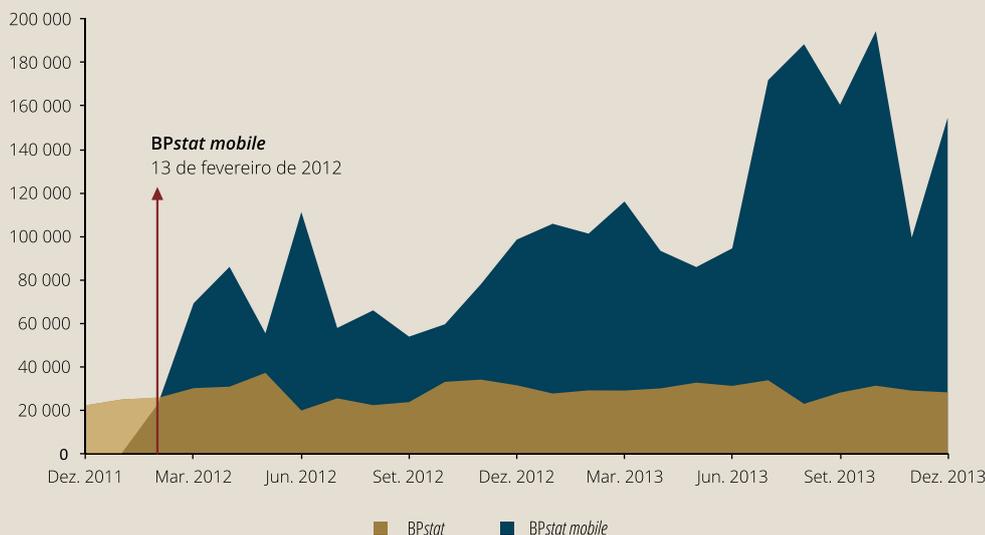


Gráfico 4.2 •
Evolução do n.º de acessos ao BPstat e ao BPstat *mobile* até 31-12-2013

Fonte: Banco de Portugal



financeiras em Portugal 2012/2013 e Análise do setor automóvel.

Em 2013, o Banco cumpriu integralmente os prazos de reporte de informação aos

organismos internacionais, designadamente ao BCE, *EUROSTAT*, FMI, OCDE e *BIS*. O número de séries reportadas aumentou 17 por cento em relação a 2012 (Quadro 4.5).

Quadro 4.5 • Reporte a organismos internacionais

	2011	%	2012	%	2013	%
Total de reportes	1188	tvh: 1 %	1173	tvh: -1 %	1157	tvh: -1 %
Total de sessões	1420	tvh: 2 %	1449	tvh: 2 %	1431	tvh: -1 %
desvio* = 0	897	75,5 %	927	79 %	936	81 %
desvio* < 0	291	24,5 %	245	21 %	221	19 %
desvio* > 0	0	0 %	0	0 %	0	0 %
Total de séries	450 369	tvh: -6 %	490 213	tvh: 9 %	572 700	tvh: 17 %

* Desvio face à data prevista nos calendários de reporte.

Fonte: Banco de Portugal.

4.2. Ações de comunicação no âmbito do eurosistema

O Banco de Portugal participa ativamente nos trabalhos e iniciativas de comunicação externa do Sistema Europeu de Bancos Centrais/Eurosistema e colabora na elaboração de relatórios e na preparação da versão portuguesa das principais publicações regulares do Banco Central Europeu – *Relatório Anual*, *Relatório de Convergência* e edições de fim de trimestre do *Boletim Mensal*.

Em 2013, uma das iniciativas de comunicação mais relevantes do Eurosistema foi a campanha de informação sobre a entrada em circulação da nota de cinco euros da série Europa. Em complemento das atividades do Banco Central Europeu, o Banco de Portugal promoveu uma campanha nacional de informação sobre a nova nota, que incluiu, entre outras iniciativas, a inserção de anúncios nos canais de televisão generalistas, a divulgação em *ATM* (em parceria com a *SIBS*), a distribuição de materiais informativos e a realização de uma exposição.

Para preparar a introdução da nota de dez euros da série Europa, prevista para 23 de setembro de 2014, o Banco Central Europeu e os bancos centrais nacionais da área do

euro, entre os quais o Banco de Portugal, lançaram um programa de parcerias para apoiar os fabricantes e fornecedores de equipamento de notas, os clientes e os utilizadores de dispositivos de autenticação e máquinas de tratamento de notas.

Em 2013, o Banco de Portugal promoveu também campanhas nacionais de sensibilização para dois projetos-chave do Eurosistema: a Área Única de Pagamentos em Euros (*SEPA*) e o *TARGET2-Securities*.

Para incentivar a migração para a *SEPA*, o Banco realizou, entre outras iniciativas, dez seminários regionais, sob o lema “*SEPA: É tempo de agir*”, nos quais participaram cerca de 350 entidades, em particular pequenas e médias empresas e organismos da Administração Pública. O Banco publicou também a quinta e sexta edições da *newsletter SEPA.pt*, o desdobrável *SEPA – Área Única de Pagamentos em Euros* e um conjunto de questões frequentes sobre a migração para a *SEPA*. Ainda no âmbito deste projeto, divulgou uma lista de códigos de agente financeiro válidos para os *IBAN* (*International Bank Account Number*) nacionais e uma lista de *BIC* (*Business Identifier Code*) dos prestadores de serviços de pagamento participantes nas vertentes *SEPA*

dos subsistemas de transferências a crédito e de débitos diretos do SICOI.

Em 2013, o Banco de Portugal realizou uma sessão de informação sobre o *TARGET2-Securities* para a comunidade nacional e, recebeu, em Lisboa, uma sessão de informação do Banco Central Europeu para toda a comunidade *TARGET2-Securities*, que contou com a participação de diversas entidades europeias.

O Banco organizou, em parceria com o Banco Central Europeu e os outros bancos centrais nacionais do Eurosistema, a segunda edição nacional do Concurso Geração Euro. O concurso procura sensibilizar os alunos do ensino secundário para a importância da política monetária e da estabilidade dos preços. A competição contou com a participação de 140 alunos de 16 escolas portuguesas. A equipa vencedora participou na cerimónia europeia de entrega de prémios, que decorreu em Frankfurt.

4.3. Comunicação sobre cooperação

Em 2013, o Banco de Portugal dinamizou o Portal dos Bancos Centrais dos Países de Língua Portuguesa e consolidou e aprofundou as publicações sobre as economias dos países em desenvolvimento, em especial dos países de língua portuguesa, e sobre a agenda

internacional relevante. A publicação regular *Evolução das Economias dos PALOP e de Timor-Leste* passou a ser divulgada também em inglês e foi divulgada a publicação *Políticas de Inclusão e Formação Financeira*, que apresenta as principais medidas adotadas nos países de língua portuguesa nestes domínios. O Banco promoveu ainda o XXIII Encontro de Lisboa entre os Bancos Centrais dos Países de Língua Portuguesa, no qual esteve em destaque o tema do crédito à economia.

4.4. Prestação de serviços

Interação com a comunidade financeira

No final de 2013, o *BPnet* – a *extranet* do Banco de Portugal para a comunicação operacional com a comunidade financeira – disponibilizava 90 serviços (mais seis serviços do que em 2012), respeitantes a 12 áreas de negócio do Banco de Portugal, e contava com 4211 utilizadores de 331 instituições.

O número de acessos a serviços do *BPnet* tem diminuído ao longo dos últimos anos (Quadro 4.6). Em 2013, este decréscimo está relacionado com a redução do número de consultas à informação da Central de Responsabilidades de Crédito, que agora pode ser obtida através do sítio institucional do Banco de Portugal.

Quadro 4.6 • Indicadores do *BPnet*

	2010	2011	2012	2013
Serviços disponíveis	75	79	84	90
Número de utilizadores	4481	4400	4152	4211
Instituições financeiras aderentes	339	332	335	331
Número de acessos a serviços	707 570	602 705	373 628	353 452
Solicitações de apoio (<i>Help Desk</i>)	6847	5849	6027	5668

Fonte: Banco de Portugal

Central de Responsabilidades de Crédito

Em 2013, o Banco de Portugal disponibilizou, de forma imediata e totalmente automática, mais de um milhão de mapas da

Central de Responsabilidades de Crédito a entidades coletivas e singulares. Ao todo, as instituições participantes na Central de Responsabilidades de Crédito efetuaram

5,6 milhões de consultas, mais um por cento do que em 2012.

Em 2013, o Banco de Portugal registou 53 mil atendimentos, presenciais e escritos, relacionados com a Central de Responsabilidades de Crédito, menos 50 por cento do que no ano anterior. Esta diminuição é explicada pela crescente utilização do serviço de consulta *online*, disponível no sítio institucional desde outubro de 2012.

Restrição ao uso do cheque

Em 2013, foram efetuadas 9724 consultas da Listagem de Utilizadores de Cheque que oferecem Risco (LUR) através do sítio institucional do Banco de Portugal. O Banco prestou esclarecimentos, presencialmente ou por escrito, a 12 135 utentes de serviços bancários sobre matérias relacionadas com a restrição ao uso do cheque.

Serviços às empresas

Na Área de Empresa do sítio institucional, o Banco de Portugal disponibiliza às empresas serviços de informação relevantes para a atividade das empresas e serviços de reporte eletrónico.

Em 2013, os serviços mais utilizados pelas empresas foram a informação sobre responsabilidades de crédito e o reporte eletrónico para o novo sistema de operações e posições com o exterior, que registou, em média, cerca de 5600 acessos diários.

O reporte eletrónico sobre operações e posições com o exterior é obrigatório desde abril de 2013, após um período de testes que decorreu entre outubro de 2012 e março de 2013. Para promover este novo sistema, o Banco de Portugal desenvolveu, ao longo do ano e por todo o país, ações de formação destinadas às entidades reportantes, que abrangeram cerca de 32 mil participantes. O Banco de Portugal disponibilizou ainda, na Área de Empresa, uma ferramenta de formação *online* sobre comunicação de operações e posições com o exterior, numa lógica de reporte passo

a passo e implementou também um serviço de contacto direto, telefónico e escrito, com as empresas, para lhes prestar todo o apoio necessário ao cumprimento das novas obrigações de reporte.

Pedidos de informação

Em 2013, o Banco de Portugal tratou 5774 mensagens válidas recebidas na caixa de correio eletrónico geral (info@bportugal.pt), 2911 das quais enviadas por utilizadores de serviços bancários (respetivamente menos seis e menos dez por cento do que em 2012). Através do Portal do Cliente Bancário, foram recebidos 2662 pedidos de informação, mais oito por cento do que no ano anterior.

O Centro de Atendimento Telefónico do Banco de Portugal recebeu 40 050 chamadas telefónicas, relacionadas sobretudo com a comunicação de operações e posições com o exterior (18 427 chamadas), com responsabilidades de crédito (11 240) e pedidos de informação de clientes bancários (4480). Criado em agosto de 2012 (com o número único 707 201 409), o Centro de Atendimento Telefónico passou, em 2013, a prestar esclarecimentos sobre a comunicação de operações e posições com o exterior e sobre os serviços da Área de Empresa do sítio institucional, além de informações mais direcionadas para o cliente bancário.

Atendimento nas tesourarias

Nos postos de atendimento da Filial, delegações regionais, agências e na tesouraria de Lisboa, o Banco de Portugal efetuou, em 2013, 82 975 atendimentos relacionados, entre outras matérias, com troco e destroco de numerário, valorização de notas, venda de moeda de coleção e comemorativa e troca de notas de escudo.

Formação sobre numerário

O Banco de Portugal promove ações de formação, presenciais e através de *e-learning*, para profissionais que operam com numerário e

sessões de informação destinadas a forças de segurança, escolas, comerciantes e ao público em geral. Em 2013, participaram nessas ações 17 420 formandos e 11 742 profissionais ficaram habilitados para a atividade de recirculação por intermédio de *e-learning*. O Banco de Portugal recebeu ainda solicitações dos bancos centrais de Malta e de Itália para utilizarem a ferramenta de *e-learning* sobre o conhecimento da nota de euro.

Biblioteca, arquivo, exposições e visitas

O Banco de Portugal disponibiliza à comunidade o seu acervo documental, através da sala de leitura da Biblioteca e do sítio institucional, cada vez mais através de formatos eletrónicos. Na *newsletter Biblioteca*, o Banco divulga informação sobre as aquisições mais recentes, sinopses de livros selecionados e bibliografia associada.

Em 2013, foi concluído o tratamento bibliográfico de um vasto espólio documental do séc. XV a XX, que pode ser consultado na sala de leitura da Biblioteca. O Banco realizou quatro ações de divulgação dos serviços da Biblioteca nas universidades e celebrou protocolos com as bibliotecas do Ministério das Finanças, da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e do Instituto de Seguros de Portugal, para partilhar o acesso a publicações.

As exposições permanentes do Museu do Banco de Portugal em Lisboa, na Filial do Porto e na Delegação Regional de Ponta Delgada, bem como a exposição temporária “S. Julião, Memórias da Antiga Igreja”, realizada na Sede do Banco, foram visitadas por cerca de 14 250 pessoas. O Banco recebeu também a visita de quatro escolas, num total de mais de 140 alunos, que assistiram a palestras sobre as funções e atividades que desempenha.

No âmbito da reabilitação e restauro da Sede e da antiga igreja de S. Julião, o Banco de Portugal recebeu 1875 visitantes, entre os quais grupos organizados da comunidade científica, instituições bancárias internacionais e ordens profissionais.

Em 2013, foram inaugurados os núcleos 2 e 9 do Museu do Dinheiro do Banco de Portugal, nos quais os visitantes podem conhecer as formas de dinheiro utilizadas em diferentes épocas e culturas e a história da Baixa Pombalina enquanto centro administrativo e financeiro da cidade de Lisboa, antes e após o terramoto de 1755.

4.5. Responsabilidade social e sustentabilidade ambiental

Em 2013, o Banco de Portugal lançou, com a AJUDARIS, o programa “Ler + Histórias”, que, semanalmente, leva ao Hospital Dona Estefânia uma equipa de voluntários do Banco para contar histórias a crianças hospitalizadas. O Banco deu continuidade ao programa “Vocações + Matemática”, promovido, desde 2011, em parceria com a EPIS (Empresários pela Inclusão Social), para combater o insucesso escolar. Através deste programa, voluntários do Banco ministram explicações a alunos do 3.º ciclo do ensino básico.

A ação de Natal que o Banco de Portugal desenvolve em parceria com a ENTRAJUDA permitiu entregar cabazes a 340 famílias carenciadas que são apoiadas por instituições de solidariedade social localizadas nas imediações dos vários edifícios do Banco. O Banco também aderiu ao projeto nacional “Zero Desperdício”, doando refeições diárias à Junta de Freguesia dos Anjos que, posteriormente, as encaminha para famílias carenciadas.

Além destas iniciativas, o Banco doou equipamentos informáticos, mobiliário e outro material de escritório usado a instituições particulares de solidariedade social.

Com o objetivo de reduzir o impacto ambiental decorrente da atividade do Banco, foi celebrada uma parceria com a ENTRAJUDA para assegurar a recolha e reciclagem de consumíveis informáticos.

Notas

1. *Special Inspections Programme – SIP; On site Inspections Programme – OIP*; Exercício Transversal de Revisão de Imparidades da Carteira de Crédito – ETRICC.
2. Para mais detalhes sobre as atividades de formação financeira desenvolvidas neste âmbito ver o relatório de atividades do Plano Nacional de Formação Financeira, publicado como separata do relatório de atividades do Conselho Nacional de Supervisores Financeiros.
3. Aviso n.º 5/2013, de 18 de dezembro
4. Estas medidas inserem-se na criação da *Single Euro Cash Area*: (1) Livre acesso de todas as instituições de crédito à prestação de serviços de numerário por qualquer banco central, (2) aceitação sem restrições de depósitos de moeda aos balcões dos bancos centrais, (3) alargamento dos horários de atendimento e / ou adoção de medidas de efeito equivalente, (4) criação de padrões de embalagem, ao nível do Eurosistema, para os depósitos e levantamentos de numerário, (5) instalação de interfaces eletrónicas entre os bancos centrais e as instituições de crédito para a comunicação de ordens de depósitos e levantamentos, circunscrita às operações nacionais, (6) instalação de interfaces eletrónicas entre os bancos centrais e as respetivas instituições de crédito, para realização de operações de depósito e levantamento de numerário em qualquer banco central.
5. O *SSM* é um novo sistema de supervisão financeira composto pelo Banco Central Europeu e pelas autoridades nacionais competentes dos países da União Europeia que nele participam e constitui um dos pilares da União Bancária. O Regulamento (UE) n.º 1024/2013, que estabelece formalmente o *SSM*, foi publicado no Jornal Oficial da UE em 29 de outubro de 2013.
6. Grupo de alto nível liderado pelo presidente do BCE, no qual foram delineadas as principais linhas estratégicas do *SSM*.
7. Participação na *Task-Force on Supervision* e nos cinco grupos de trabalho especializados.
8. Acórdão n.º 187/2013. Ver capítulo II. Balanço e Contas
9. Em janeiro de 2011, os beneficiários do fundo (ou seja, os trabalhadores do Banco de Portugal admitidos no setor bancário antes de março de 2009) foram também integrados no regime geral da Segurança Social no respeitante à reforma por velhice correspondente aos serviços prestados após aquela data (Decreto-Lei n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro). Para estes trabalhadores, mantém-se, assim, na esfera do fundo eventualidades de reforma por invalidez e de sobrevivência.
10. A CAO – Comissão de Acompanhamento do Orçamento, é um órgão consultivo do Conselho de Administração que tem como missão central o acompanhamento permanente do orçamento administrativo do Banco visando promover a gestão eficiente dos recursos e a contenção racional e sustentada dos custos de funcionamento. Domingos Marques de Oliveira





ANEXOS

A1 - Quadro 1

Principais medidas de caráter legal e regulamentar – 2013

A2 - Quadro 1

Representação institucional internacional do Banco de Portugal – 2013

A2 - Quadro 2

Representação institucional nacional do Banco de Portugal – 2013

A3 - Quadro 1

Apresentações em seminários e conferências – 2013

A3 - Quadro 2

Artigos publicados – 2013

A1 – Quadro 1 • Principais medidas de carácter legal e regulamentar – 2013

Área	Tema	Instrumento	Descrição
Estabilidade Financeira	Solvabilidade	Aviso n.º 6/2013, de 27 de dezembro	Regulamenta o regime transitório previsto no Regulamento (UE) n.º 575/2013 em matéria de fundos próprios e estabelece medidas destinadas à preservação desses fundos, estabelecendo em particular a implementação do nível mínimo de 4,5 % para o rácio de fundos próprios principais de nível 1, a partir de 1 de janeiro de 2014 e determinando que as instituições de crédito e as empresas de investimento preservem um rácio de fundos próprios principais de nível 1 não inferior a 7 %.
		Decreto-Lei n.º 18/2013, de 26 de fevereiro	Transpõe a Diretiva n.º 2010/78/UE ("Diretiva Omnibus I"), no que se refere às competências da Autoridade Bancária Europeia, da Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma e da Autoridade Bancária dos Valores Mobiliários e dos Mercados, bem como a Diretiva n.º 2010/73/UE, alterando, entre outros diplomas, o RGICSF e o Código dos Valores Mobiliários.
	Resolução	Decreto-Lei n.º 24/2013, de 19 de fevereiro	Estabelece o método de determinação das contribuições iniciais, periódicas e especiais para o Fundo de Resolução, previstas no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro.
		Aviso n.º 1/2003, de 26 de março	Define, nos termos do art. 12.º do Decreto-Lei n.º 24/2013, de 19 de fevereiro, o método concreto e os procedimentos a adotar no âmbito do apuramento das contribuições periódicas para o Fundo de Resolução.
		Instrução n.º 6/2013, de 15 de abril	Define os modelos de reporte a efetuar pelas instituições participantes, para efeitos de apuramento do valor da contribuição inicial e das contribuições periódicas para o Fundo de Resolução.
		Instrução n.º 7/2013, de 15 de abril	Fixa em 0,015% a taxa base para a determinação das contribuições periódicas para o Fundo de Resolução no ano de 2013.
		Instrução n.º 27/2013, de 15 de novembro	Fixa em 0,015 % a taxa base para a determinação das contribuições periódicas para o Fundo de Resolução no ano de 2014.
	Fundo de Garantia de Depósitos	Instrução n.º 23/2013, de 15 de outubro	Fixa em 0,03 % a taxa contributiva de base para determinação da taxa de cada instituição, bem como o valor da contribuição mínima para o Fundo de Garantia de Depósitos a realizar pelas instituições participantes no ano 2014.
		Instrução n.º 24/2013, de 15 de outubro	Determina que as instituições de crédito participantes não podem substituir a sua contribuição anual por compromissos irrevogáveis de pagamento.
		Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo	Instrução n.º 22/2013, de 15 de outubro
Banco de Portugal	Decreto-Lei n.º 142/2013, de 18 de outubro	Altera a Lei Orgânica do Banco de Portugal, prevendo a participação do Banco de Portugal no Mecanismo Único de Supervisão e explicitando as suas funções de autoridade macroprudencial nacional e de autoridade de regulação.	
Conselho Nacional de Supervisores Financeiros (CNSF)	Decreto-Lei n.º 143/2013, de 18 de outubro	Amplia as funções do CNSF, atribuindo-lhe funções consultivas para com o Banco de Portugal no contexto da definição e execução da política macroprudencial.	
Supervisão Prudencial	Fundos próprios	Decreto-Lei n.º 46/2013, de 5 de abril	Atribui ao Banco de Portugal competência para regulamentar a ponderação de risco dos créditos que beneficiem de contragarantia do Fundo de Contragarantia Mútuo, para efeitos do cômputo do rácio de solvabilidade das respetivas entidades beneficiárias.
	Imparidade da Carteira de Crédito	Instrução n.º 5/2013, de 15 de abril	Dado que o processo de quantificação da imparidade da carteira de crédito deve ser objeto de avaliação regular, estabelece os procedimentos de reporte dessa informação ao Banco de Portugal.

A1 – Quadro 1 • Principais medidas de carácter legal e regulamentar – 2013

Área	Tema	Instrumento	Descrição
	Organismos de Investimento Coletivo	Decreto-Lei n.º 63-A/2013, de 10 de maio	Aprova o novo Regime Jurídico dos Organismos de Investimento Coletivo, transpõe as Diretivas n.ºs 2009/65/CE, de 13-7, 2010/43/UE, de 1-7, 2010/44/UE, de 1-7, e parcialmente, a Diretiva n.º 2010/78/UE, de 24-11, e procede ainda à introdução de alterações ao Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras e ao Código dos Valores Mobiliários.
	Solidez Financeira das Instituições de Crédito	Lei n.º 48/2013, de 16 de julho	Procede à sexta alteração à Lei n.º 63-A/2008, de 24 de novembro, que estabelece medidas de reforço da solidez financeira das instituições de crédito no âmbito da iniciativa para o reforço da estabilidade financeira e da disponibilização de liquidez nos mercados financeiros.
	FINREP/ COREP	Carta-Circular n.º 10/2013/DSP, de 12 de setembro	Solicita o envio da informação prudencial e financeira prevista no FINREP e COREP nos novos formatos.
	Avaliação de imóveis	Carta-Circular n.º 11/2013/DSP, de 15 de outubro	Determina a reavaliação de todos os imóveis adquiridos em reembolso de crédito próprio, cuja data seja igual ou superior a um ano, bem como de todos os imóveis rústicos e dos terrenos para construção.
	Remunerações	Instrução n.º 25/2013, de 15 de outubro	Solicita o envio ao Banco de Portugal de informação relativa a colaboradores que auferem remunerações elevadas (montante superior ou igual a 1 milhão de euros/ano).
		Instrução n.º 26/2013, de 15 de outubro	Solicita o envio ao Banco de Portugal de elementos informativos relativos às remunerações de todos os colaboradores e de colaboradores identificados.
	Capital Social Mínimo das Instituições de Crédito	Portaria n.º 335/2013, de 15 de novembro	Procede à oitava alteração à Portaria n.º 95/94, de 9 de fevereiro, que fixa o capital social mínimo das instituições de crédito e das sociedades financeiras.
Reestruturação de créditos	Instrução n.º 32/2013, de 30 de dezembro*	Solicita a identificação e marcação das situações de reestruturação de créditos por dificuldades financeiras do cliente.	
Prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo		Aviso n.º 5/2013, de 18 de dezembro	Regulamenta as condições, mecanismos e procedimentos necessários ao efetivo cumprimento dos deveres preventivos do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, previstos no Capítulo II da Lei n.º 25/2008, de 5 de junho, no âmbito da prestação de serviços financeiros sujeitos à supervisão do Banco de Portugal.
Supervisão Comportamental	Prevenção e gestão do incumprimento em contratos de crédito com clientes particulares	Portaria n.º 2/2013, de 2 de janeiro	Estabelece o regime e o procedimento aplicáveis ao reconhecimento das entidades que integram a rede extrajudicial de apoio a clientes bancários prevista no Decreto-Lei n.º 227/2012, de 25 de outubro, designada de Rede de Apoio ao Consumidor Endividado (RACE).
		Decreto-Lei n.º 58/2013, de 8 de maio	Estabelece as normas aplicáveis à classificação e contagem do prazo das operações de crédito, aos juros remuneratórios, à capitalização de juros e à mora do devedor. O diploma legal introduz ainda a proibição de as instituições de crédito cobrarem comissões ou outras quantias em caso de mora, admitindo-se apenas que as instituições possam exigir uma comissão única respeitante à recuperação de valores em dívida, devida uma única vez por cada prestação vencida e não paga.

*Publicada no Boletim Oficial n.º 1, 15.01.2014

A1 – Quadro 1 • Principais medidas de carácter legal e regulamentar – 2013

Área	Tema	Instrumento	Descrição
Prevenção e gestão do incumprimento em contratos de crédito com clientes particulares		Carta-Circular n.º 98/2013/DSC, de 12 de dezembro	Define um conjunto de boas práticas a observar pelas instituições de crédito na aplicação do regime extraordinário de proteção de devedores de crédito à habitação em situação económica muito difícil, aprovado pela Lei n.º 58/2012, de 9 de novembro.
	Crédito aos consumidores	Instrução n.º 4/2013, de 14 de março	Estabelece as taxas máximas (TAEG) a praticar nos contratos de crédito aos consumidores a celebrar durante o 2.º trimestre de 2013.
		Decreto-Lei n.º 42-A/2013, de 28 de março	Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 133/2009, de 2 de junho, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2011/90/UE, de 14 de novembro, que alterou os pressupostos adicionais para o cálculo da taxa anual de encargos efetiva global definidos na parte II do anexo I da Diretiva n.º 2008/48/CE, de 23 de abril. Introduce também deveres de informação durante a vigência do contrato e estende o âmbito de aplicação do regime crédito aos consumidores aos contratos de crédito sob a forma de facilidade de descoberto com obrigação de reembolso no prazo de um mês. Altera ainda as regras para a determinação das taxas máximas nos contratos de crédito aos consumidores e estabelece a proibição de cobrança de comissões em caso de ultrapassagem de crédito pelo consumidor.
		Instrução n.º 12/2013, de 11 de junho	Procede à revogação da Instrução n.º 8/2009 e estabelece os modelos de Ficha sobre Informação Normalizada Europeia em Matéria de Crédito aos Consumidores a utilizar pelas instituições de crédito tendo em vista o cumprimento dos deveres de informação pré-contratual previstos no Decreto-Lei n.º 133/2009, de 2 de junho, em conformidade com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 42-A/2013, de 28 de março.
		Instrução n.º 13/2013, de 11 de junho	Procede à revogação da Instrução n.º 11/2009 e sistematiza as regras de cálculo da Taxa Anual Efetiva Global (TAEG), em conformidade com os princípios gerais, pressupostos e fórmula de cálculo que se encontram definidos no Decreto-Lei n.º 133/2009, de 2 de junho, em conformidade com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 42-A/2013, de 28 de março.
		Instrução n.º 14/2013, de 11 de junho	Procede à revogação da Instrução n.º 12/2009 e determina os elementos de informação a prestar mensalmente ao Banco de Portugal em relação aos contratos de crédito aos consumidores abrangidos pelo âmbito de aplicação do Decreto-Lei n.º 133/2009, de 2 de junho, com exceção das ultrapassagens de crédito, em conformidade com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 42-A/2013, de 28 de março.
		Instrução n.º 15/2013, de 11 de junho	Estabelece as taxas máximas (TAEG) a praticar nos contratos de crédito aos consumidores a celebrar durante o 3.º trimestre de 2013.
		Instrução n.º 21/2013, de 18 de setembro	Estabelece as taxas máximas (TAEG) a praticar nos contratos de crédito aos consumidores a celebrar durante o 4.º trimestre de 2013.
	Instrução n.º 29/2013, de 5 de dezembro	Estabelece as taxas máximas (TAEG) a praticar nos contratos de crédito aos consumidores a celebrar durante o 1.º trimestre de 2014.	
	Operações de Crédito	Decreto-Lei n.º 58/2013, de 8 de maio	Estabelece um novo regime sobre a classificação e contagem de prazo das operações de crédito, os juros remuneratórios, a capitalização de juros e a mora do devedor.

A1 – Quadro 1 • Principais medidas de carácter legal e regulamentar – 2013

Área	Tema	Instrumento	Descrição
	Serviços de pagamento	Carta-Circular n.º 3/2013/DSC, de 1 de fevereiro	Define boas práticas relativas ao comissionamento aplicável à aceitação de cartões de pagamento. Transmite o entendimento de que o comissionamento associado à aceitação de cartões de pagamento deve corresponder à natureza da transação efetivamente realizada, a débito ou a crédito, e não à classificação do tipo de cartão.
Política Monetária	Mercados Monetários	Instrução n.º 1/99, de 31 de dezembro, alterada pelas Instruções n.ºs 2/2013, 10/2013 e 33/2013	Regula o funcionamento do Mercado de Operações de Intervenção.
		Instrução n.º 7/2012, de 15 de março, alterada pelas Instruções n.ºs 11/2013 e 28/2013	Regula a aceitação e utilização de direitos de crédito adicionais como ativos de garantia para operações de crédito do Eurosistema.
	Mercados Monetários	Instrução n.º 47/98, de 23 de dezembro, alterada pela Instrução n.º 9/2013	Regula o sistema de transferências eletrónicas de mercado no âmbito da liquidação financeira de operações dos mercados monetários organizados.
		Instrução n.º 8/2013, de 15 de abril	Estabelece e regula o Mercado Monetário Interbancário com Garantia.
		Carta-Circular n.º 1/2013/DMR, de 12 de abril, substituída pela n.º 5/2013, de 17 de dezembro	Estabelece o preçário para os serviços do SITEME (Sistema de Transferências Eletrónicas de Mercado do Banco de Portugal).
		Carta-Circular n.º 3/2013, de 12 de setembro	Comunica a inelegibilidade de direitos de crédito que integrem o PERSI e o Regime Extraordinário.
Sistemas de pagamentos	SICOI e SEPA	Instrução n.º 19/2013, de 16 de agosto	Altera o Regulamento do SICOI (Instrução n.º 3/2009, de 16 de fevereiro) com vista, nomeadamente, à introdução de: i) um ciclo de compensação adicional para as TEI SEPA e previsão das correspondentes penalizações por atraso na liquidação, assim como alguns ajustes no horário das sessões de compensação deste subsistema; ii) ajustamentos relacionados com os pedidos de participação, de alteração do modo de participação e de cessação da participação nos subsistemas do SICOI; iii) normas relativas ao carácter definitivo e irrevogável das operações processadas no SICOI; e iv) normas derogatórias relativas à migração da comunidade bancária nacional para a SEPA.
		Decreto-Lei n.º 141/2013, de 18 de outubro	Visa assegurar a aplicação no ordenamento jurídico nacional do disposto no Regulamento (UE) n.º 260/2012, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de março de 2012, que estabelece os requisitos técnicos e de negócio para as transferências a crédito e os débitos diretos em euros e altera o Regulamento (CE) n.º 924/2009.
Estatística	Operações e posições com o exterior	Instrução n.º 3/2013, de 27 de fevereiro e Instrução 20/2013, de 16 de agosto	Estatísticas de Operações e Posições com o Exterior – Alteram a Instrução n.º 27/2012, de 17 de setembro de 2012 – visando reduzir os custos de reporte para os agentes económicos no âmbito do novo sistema das estatísticas das operações e posições com o exterior – aumento do limiar de isenção de reporte de informação para 100 000 euros; e na isenção de reporte para entidades singulares.
	Central de responsabilidades de crédito	Instrução n.º 17/2013, de 15 de julho	Regulamento da Central de Responsabilidades de Crédito – altera a Instrução n.º 21/2008, de 15 de janeiro de 2009 – visando o aumento do detalhe informativo sobre os saldos de responsabilidades de crédito comunicados e maior celeridade na retificação, por parte das entidades participantes, da informação reportada.

A2 – Quadro 1 • Representação institucional internacional do Banco de Portugal – 2013

Âmbito	Estrutura	Comité/Grupo de trabalho	Principais atividades desenvolvidas	U. E.	Subestruturas:				
					N.º de reuniões presenciais	N.º teleconf.	N.º	N.º de reuniões presenciais	N.º teleconf.
Euro sistema / SEBC	Banco Central Europeu (BCE)	Conselho do BCE	Condução da política monetária, incluindo decisões relativas a taxas de juro e medidas não convencionais, com vista à manutenção do grau de acomodação monetária necessário à recuperação da atividade económica. Realização de trabalhos preparatórios ao abrigo do SSM. Adoção de orientações e decisões necessárias ao desempenho das restantes atribuições estatutárias cometidas ao Euro sistema.	GOV	23	1		1	
		Conselho Geral	Análise da situação económica, monetária e financeira da UE, aprovação do Relatório Anual das Finanças Públicas e do Relatório de Convergência de 2013, análise de questões macroprudenciais e preparação de reuniões de fóruns internacionais.	GOV	4	1			
		<i>High Level Eurosystem Seminar with the Bank of Russia</i>	Reflexão e debate em três vertentes principais: i) desenvolvimentos económicos recentes na área do euro e na Rússia; ii) evolução das funções de banco central - a dimensão da política monetária; iii) evolução das funções de banco central - a dimensão da supervisão e da estabilidade financeira.	GOV	1				
		<i>Eurosystem High Level Group on SWIFT Oversight</i>	Acompanhamento do desenvolvimento da arquitetura distribuída da SWIFT, da renovação do programa de mensagens utilizado, dos desenvolvimentos ao nível da ciber-segurança e do plano de testes para 2014.	ADM	1				
		<i>High Level Group on Supervision</i>	Operacionalização do Mecanismo Único de Supervisão e das modalidades de transição.	ADM		1			
		<i>Task Force on Supervision</i>	Preparação das decisões do <i>High Level Group on Supervision</i> , em particular no que diz respeito à identificação de instituições de relevância sistémica, ao mapeamento do sistema bancário da área do euro, à preparação do modelo de supervisão do SSM e ao sistema de reporte.	DSP DES	10	2	5	41	16
		<i>SEPA High Level Group / SEPA Council</i>	Acompanhamento e discussão de matérias relativas ao processo de migração para a SEPA e ao modelo de <i>governance</i> da SEPA.	ADM	2	1			
		<i>High Level Task Force on the Establishment of Eurosystem Internal Credit Risk Assessment</i>	Análise, discussão e preparação de um relatório com as recomendações respeitantes à eventual criação de capacidades internas de avaliação do risco de crédito no Euro sistema.	DGR	1				
		<i>Accounting and Monetary Income Committee (AMICO)</i>	Suporte ao Conselho do BCE ao nível de questões contabilísticas e da repartição do rendimento monetário; continuação da harmonização contabilística nos bancos centrais do Euro sistema; análise do tratamento contabilístico de novas operações, com especial destaque para as situações derivadas da crise de dívida soberana e efeito ao nível da repartição do rendimento monetário; atualização dos normativos contabilísticos: coordenação de <i>task force</i> para produção de um relatório de divergências entre o enquadramento contabilístico do Euro sistema e os IFRS.	DCC	4		1		4
		<i>Banknote Committee (BANCO)</i>	Acompanhamento do projeto de desenvolvimento da segunda série de notas de euro (ES2) e da respetiva campanha de comunicação; análise de questões relacionadas com a produção, <i>procurement</i> , emissão e contrafação de notas de euro.	DET	8	2	12	41	

A2 – Quadro 1 • Representação institucional internacional do Banco de Portugal – 2013

Âmbito	Estrutura	Comité/Grupo de trabalho	Principais atividades desenvolvidas	U. E.	Subestruturas:				
					N.º de reuniões presenciais	N.º teleconf.	N.º	N.º de reuniões presenciais	N.º teleconf.
		<i>Committee on Controlling (COMCO)</i>	Controlo financeiro dos projetos, atividades e sistemas em operação do Eurosistema/SEBC, nomeadamente avaliação dos respetivos custos, envelopes financeiros, análises custo/benefício, bem como desenvolvimento de metodologias e instrumentos neste âmbito: <i>Eurosystem Cost Benefit Analysis (ECBA)</i> , <i>Value for money</i> , <i>Pricing Envelope</i> , <i>Eurosystem Cost Recovery Analysis (ECRA)</i> , segunda versão do <i>Handbook</i> . Validação ao nível local do apuramento dos custos das notas.	DCC	5	2	1	5	
		<i>Eurosystem/ESCB Communications Committee (ECCO)</i>	Atividades relativas à política, instrumentos e plataformas de comunicação do BCE; acompanhamento da comunicação social nas áreas de interesse do SEBC e do conhecimento público sobre o Eurosistema e o euro; preparação relacionada com o Mecanismo Único de Supervisão; contribuição para a campanha informativa para o lançamento da série “Europa” e a circulação da nova nota de 5 euros; envolvimento em iniciativas educativas.	DRI GAB DOI DET	2	3	2	8	
		<i>Financial Stability Committee (FSC)</i>	Assistência aos órgãos de decisão do BCE na prossecução das suas funções relacionadas com a estabilidade do sistema financeiro e a supervisão prudencial das instituições de crédito, nomeadamente análise de relatórios do <i>Financial Stability Review</i> , discussão sobre matérias relacionadas com a regulamentação, supervisão e gestão de crises.	DES DSP DDE	3	3	2	9	3
		<i>Information Technology Committee (ITC)</i>	Acompanhamento das atividades relativas ao desenvolvimento de projetos no contexto do SEBC e reforço da articulação com os comités de negócio e <i>COMCO</i> , prestando o apoio técnico necessário à execução de projetos do Eurosistema. Colaboração com o <i>EISC</i> na atualização de políticas de governance ao <i>POCP (IT Project Organisation and Control Policy)</i> . Acompanhamento das atividades das subestruturas, com especial enfoque nas questões de harmonização de <i>shared services</i> , comunicações, segurança e de arquiteturas aplicacionais.	DOI	6		4	24	19
		<i>Internal Auditors Committee (IAC)</i>	Planeamento e realização da atividade de auditoria interna aos sistemas e processos comuns a nível do Eurosistema/SEBC de forma a assegurar a eficácia dos processos de gestão de risco, controlo e governação.	DAU	5	1	2	6	8
		<i>International Relations Committee (IRC)</i>	Contribuição na preparação de posições sobre a arquitetura financeira internacional. Acompanhamento da evolução das perspetivas económicas mundiais, do sistema financeiro global e respetivos riscos de mercado e do sistema monetário internacional. Monitorização dos desenvolvimentos no MTC II e políticas relacionadas com os países candidatos e potenciais candidatos à UE. Atividades de cooperação entre BCN.	ADM DRI	5	3	2	4	1
		<i>Legal Committee (LEGCO)</i>	Acompanhamento das matérias de natureza jurídica no âmbito do Eurosistema/SEBC, destacando-se as relativas ao projeto <i>T2S</i> , ao <i>TARGET2</i> , à documentação sobre a política monetária e ao enquadramento jurídico das medidas excecionais de alargamento das garantias nas operações de crédito do Eurosistema.	DJU	11	2	1	2	1
		<i>Market Operations Committee (MOC)</i>	Acompanhamento da evolução da crise financeira, em geral, e da crise da dívida soberana, em particular; assessoria relativa à implementação e acompanhamento das medidas não convencionais de política monetária e acompanhamento da execução dos programas da UE/FMI na Grécia, Irlanda e Portugal.	DMR	6	45	13	23	65

A2 – Quadro 1 • Representação institucional internacional do Banco de Portugal – 2013

Âmbito	Estrutura	Comité/Grupo de trabalho	Principais atividades desenvolvidas	U. E.	Subestruturas:				
					N.º de reuniões presenciais	N.º teleconf.	N.º	N.º de reuniões presenciais	N.º teleconf.
		<i>Monetary Policy Committee (MPC)</i>	Avaliação das implicações da crise de dívida soberana na área do euro, incluindo a adoção de medidas não convencionais de política monetária. Elaboração das projeções macroeconómicas do Eurosistema e monitorização das finanças públicas na UE. Análise da heterogeneidade nas condições monetárias e financeiras na área do euro.	DEE	11	2	5	24	
		<i>Organisational Development Committee (ODC)*</i>	Consulta aos Comités do Eurosistema/SEBC sobre a atual grelha de classificação de funções do Eurosistema. Contributo para a implementação das fases 1 e 2 da <i>Eurosystem Functions Development Lifecycle (EFDL)</i> . Função de <i>Steering</i> do <i>EPCCO</i> . Acompanhamento do <i>Operational Risk Management (ORM)</i> e <i>Business Continuity Management (BCM)</i> .	DRH SEC DGR	5		1	5	
		<i>Payment and Settlement Systems Committee (PSSC)</i>	Acompanhamento do funcionamento e evolução do <i>TARGET2</i> , do processo de migração para a <i>SEPA</i> , da elaboração das recomendações de segurança para os pagamentos, das atividades de superintendência ao nível do SEBC e das matérias relativas ao <i>post-trade</i> e à utilização de colateral. Participação nas atividades associadas ao processo de implementação do <i>T2S</i> .	DPG DMR DOI	8	4	18	78	23
		<i>Risk Management Committee (RMC)</i>	Participação no exercício <i>Biennial Review of Risk Control Framework</i> , que conduziu à revisão das margens de avaliação (<i>haircuts</i>) aplicáveis aos ativos de garantia aceites nas operações de crédito do Eurosistema e no exercício <i>Eurosystem Financial Risks and Buffers</i> , em cooperação com o <i>AMICO</i> . Avaliação do desempenho das fontes de avaliação de crédito aceites no âmbito do <i>ECAF</i> e monitorização das contrapartes com operações de crédito do Eurosistema vivas. Acompanhamento de diversos aspetos relacionados com a gestão das reservas cambiais do Eurosistema.	DGR DCC	4	16	3	2	15
		<i>Statistics Committee (STC)</i>	Atualizados os atos legais e orientações do BCE na sequência da publicação do novo Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC 2010); incorporadas melhorias nas estatísticas de base tendo em vista os novos requisitos de política monetária e análise de estabilidade financeira. No domínio das tecnologias de informação, BCE finalizou a implementação de um novo tipo de fluxo de dados (<i>SDMX-ML</i>) na infraestrutura de troca de dados do SEBC, num ambiente de testes. Abordado o tema da cooperação entre o Sistema Estatístico Europeu (SEE) e o SEBC.	DDE	4		17	39	13
		<i>Budget Committee (BUCOM)</i>	Suporte ao Conselho do BCE na avaliação do orçamento do BCE: execução do orçamento do BCE de 2012, execução intermédia do orçamento de 2013 e proposta de orçamento do BCE para 2014, bem como avaliação da proposta de pedido suplementar de <i>FTE</i> e orçamento para 2013 decorrente do <i>SSM</i> .	DCC	4	1			
		<i>Eurosystem IT Steering Committee (EISC)</i>	<i>Governance</i> de TI no contexto do Eurosistema/SEBC: Definição de modelos e regras de atuação nesse contexto, análise da problemática dos projetos TI em curso e em preparação, assessoria ao Conselho do BCE na preparação das respetivas decisões.	CON	3	2			

* antigo *Organisational Analysis Working Group (OWG)*

A2 – Quadro 1 • Representação institucional internacional do Banco de Portugal – 2013

Âmbito	Estrutura	Comité/Grupo de trabalho	Principais atividades desenvolvidas	U. E.	Subestruturas:					
					N.º de reuniões presenciais	N.º teleconf.	N.º	N.º de reuniões presenciais	N.º teleconf.	
		<i>Human Resources Conference (HRC)</i>	Identificação de oportunidades e desenvolvimento de recomendações para atividades de formação comum entre BC; proposta de medidas para promover o intercâmbio de pessoal entre BC; partilha de informação sobre práticas e políticas de RH; exploração de outras áreas de cooperação em matéria de GRH; desenvolvimento de uma plataforma para comunicação das ofertas de formação e de mobilidade no SEBC.	DRH	4					
		<i>Competitiveness Research Network (CompNet)</i>	Produção de investigação aplicada que permite identificar o que impulsiona a dinâmica de competitividade em países e empresas da UE. Os resultados são relevantes para apoiar a vigilância da estabilidade das várias economias e apontar os fatores que podem dificultar a transmissão da política monetária. Esta <i>network</i> tem participantes de todos os BCN da UE, bem como de organismos internacionais interessados em questões de competitividade.	GAB DEE	4					
		<i>Ethical Framework Task Force (EFTF)</i>	Elaboração de um documento com vista à revisão do enquadramento legal e ético relativamente à prevenção do uso indevido de informação privilegiada. Preparação de síntese das principais normas existentes em cada um dos bancos nacionais.	CON	1					
		<i>ESCB Information Management Network</i>	<i>4th ESCB Information Management Network Meeting</i> em Frankfurt com o objetivo de acompanhar as melhores práticas e partilhar conhecimentos ao nível de Bibliotecas e Arquivos do Eurosistema relativamente ao acesso e preservação digital da documentação.	DSA	1					
		<i>ESCB Museum Directors</i>	Reunião do grupo de trabalho nas instalações do <i>Banque de France</i> . Análise dos projetos dos BCN na constituição de museus e centros de interpretação. Partilha de experiências e apresentação de soluções.	DSA	1					
		<i>Eurosystem Procurement Coordination Office (EPCO)</i>	Desenvolvimento do <i>vade mecum</i> sobre Boas Práticas de Contratação Pública no Eurosistema; preparação e realização de 12 procedimentos agregados de contratação pública permitindo, na sua maioria, a obtenção de importantes benefícios financeiros, administrativos e de harmonização de serviços para o Eurosistema. Desenvolveram-se estudos para a futura realização de procedimentos aquisitivos.	DSA DOI	6		3	3		
		<i>Heads of Security of Central Banks</i>	Troca de informação e experiências, no domínio da segurança física, para análise de ameaças e implementação de melhores práticas. Neste âmbito, são realizados relatórios analíticos sobre ameaças e riscos que afetam os bancos centrais. Concomitantemente são efetuadas análises de alguns dos principais incidentes e elaboração de relatórios que serviram de base para o processo contínuo de análise e gestão de riscos operacionais.	DSA	5	20				
		<i>Task Force on Common Rules and Minimum Standards</i>	Estabelecimento de regras comuns e padrões mínimos para tratamento de informação sensível a nível do SEBC - atualização na sequência da ação de auditoria ao Secretariado do Conselho/ Conselho Geral do BCE.	DRI	1					
		Outras		DMR DOI	2					

A2 – Quadro 1 • Representação institucional internacional do Banco de Portugal – 2013

Âmbito	Estrutura	Comité/Grupo de trabalho	Principais atividades desenvolvidas	U. E.	N.º de reuniões presenciais	Subestruturas:			
						N.º teleconf.	N.º	N.º de reuniões presenciais	N.º teleconf.
União Europeia	Conselho da União Europeia	ECOFIN Informal	Acompanhamento da situação económica e financeira; discussão dos dossiers relativos à união bancária, ao financiamento do crescimento económico de longo prazo e melhoria do acesso das PME ao crédito; preparação e <i>follow-up</i> das reuniões FMI/BM e G20.	GOV	2				
		<i>Working Party on Financial Services - CRD IV / CRR</i>	Análise e negociação das propostas da Comissão para reforço da regulação do setor bancário: a Diretiva (CRD IV) regula o acesso e exercício de atividade das instituições e o Regulamento (CRR) estabelece os requisitos prudenciais que as instituições têm de respeitar.	DSP DES	1				
		<i>Working Party on Financial Services - Mortgage Credit Directive Expert Group</i>	Discussão da proposta de Diretiva sobre Crédito Hipotecário apresentada pela Comissão Europeia a 31 de março de 2011, a qual foi adoptada pelo Parlamento Europeu a 10 de dezembro de 2013 e aprovada pelo Conselho a 28 de janeiro de 2014.	DSC	2				
		<i>Working Party on Financial Services - Payment Accounts Directive Expert Group</i>	Discussão da proposta de Diretiva relativa à comparabilidade dos encargos relacionados com as contas de pagamento, à mudança de conta de pagamento e ao acesso a contas de pagamento com características básicas, apresentada pela Comissão Europeia a 8 de maio de 2013.	DSC	4				
		<i>Working Party on Financial Services - Regulation on Packaged Retail Investment Products (PRIIPS) Expert Group</i>	Discussão da proposta de Regulamento relativa às informações-chave a prestar aos investidores na comercialização de produtos de investimento vendidos em pacotes, apresentada pela Comissão Europeia a 3 de julho de 2012.	DSC	1				
		<i>Working Party on Financial Services - AMLD</i>	Negociação da proposta da Comissão para a revisão da Diretiva 2005/60/CE, sobre prevenção da utilização do sistema financeiro para o branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo.	DAS	8				
		<i>Working Party on Financial Services - Banking Recovery and Resolution</i>	Negociação da proposta de Diretiva relativa à recuperação e resolução de instituições de crédito e empresas de investimento.	DES	8				
		<i>Working Party on Financial Services - Single Resolution Mechanism</i>	Negociação da proposta do Regulamento relativo ao Mecanismo Único de Resolução.	DES	9				
		<i>Ad-Hoc Working Party on the Banking Supervision Mechanism</i>	Negociação das propostas da Comissão referentes a: i) atribuição ao BCE de competências de supervisão prudencial e criação do Mecanismo Único de Supervisão; ii) alterações ao Regulamento que instituiu a Autoridade Bancária Europeia, à luz desta atribuição de competências ao BCE.	DSP DES	4				

A2 – Quadro 1 • Representação institucional internacional do Banco de Portugal – 2013

Âmbito	Estrutura	Comité/Grupo de trabalho	Principais atividades desenvolvidas	U. E.	N.º de reuniões presenciais	Subestruturas:			
						N.º teleconf.	N.º	N.º de reuniões presenciais	N.º teleconf.
Comité Económico e Financeiro (CEF)		Comité Económico e Financeiro (CEF)	Monitorização da situação económica e financeira dos Estados-Membros e da União; discussão e acompanhamento dos desenvolvimentos e reformas no setor financeiro, com destaque para a união bancária; coordenação das posições da UE na esfera internacional; preparação dos trabalhos e decisões do Conselho ECOFIN, incluindo as respetivas reuniões informais.	ADM GAB	10				
		<i>EFC - Alternates</i>	Preparação de posições da UE na esfera internacional (G20 e FMI); preparação do relatório anual do CEF sobre movimentos de capitais e liberdade de pagamentos.	GAB	1	1			
		<i>EFC - Sub-Committee on IMF and Related Issues (SCIMF)</i>	Preparação de contributos para posições da UE no FMI e no G20, com destaque para os tópicos relativos à arquitetura financeira internacional (incluindo reformas de quotas e governação, recursos, supervisão e facilidades do FMI); contributos para a preparação das Reuniões de Primavera e Anuais do FMI/BM.	DRI	4	5			
		<i>EFC - Sub-Committee on EU Sovereign Debt Markets (ESDM)</i>	Acompanhamento da evolução dos mercados de dívida soberana europeus, com enfoque no impacto e desafios decorrentes da crise de dívida soberana na área do euro; preparação de <i>Collective Action Clauses (CACs)</i> comuns a todos os Estados-Membros.	DMR	3				
		<i>EFC - Euro-Coin Sub-Committee (ECSC)</i>	Acompanhamento de questões relacionadas com a emissão e circulação da moeda metálica.	DET	2				
Comité de Política Económica (CPE)		Comité de Política Económica (CPE)	Implementação dos mecanismos de alerta no âmbito do Semestre Europeu. Discussão da política económica europeia em áreas estruturais como o emprego, a energia e os orçamentos nacionais.	DEE	7		1	3	
Comissão Europeia		<i>European Committee of Central Balance Sheet Data Offices (ECCBSO)</i>	Publicação do Relatório sobre Produtos e Serviços das Centrais de Balanços Europeias coordenado pela Central de Balanços do Banco de Portugal; reformulação da base de dados <i>BACH</i> e do respetivo <i>website</i> ; eleição da Central de Balanços do Banco de Portugal para a Presidência do <i>Working Group BACH</i> ; assinatura de um protocolo de cooperação institucional entre o <i>ECCBSO</i> e o <i>CMFB</i> .	DDE	1		4	5	
		<i>Early Intervention Working Group</i>	Preparação de uma proposta legislativa sobre gestão de crises e medidas de resolução.	DSP DES	2				
		<i>Expert Group on Market Infrastructures</i>	Preparação de uma proposta legislativa sobre a resolução de contrapartes centrais.	DES	1				
		<i>Committee on Consumer Credit Directive Implementation</i>	Avaliação da metodologia de cálculo da TAEG prevista na Diretiva 2008/48/CE relativa a contratos de crédito aos consumidores.	DSC	3				

A2 – Quadro 1 • Representação institucional internacional do Banco de Portugal – 2013

Âmbito	Estrutura	Comité/Grupo de trabalho	Principais atividades desenvolvidas	U. E.	Subestruturas:				
					N.º de reuniões presenciais	N.º teleconf.	N.º	N.º de reuniões presenciais	N.º teleconf.
		<i>Committee on the Prevention of Money Laundering and Terrorist Financing / Expert Group on the Prevention of Money Laundering and Terrorist Financing</i>	Análise de aspetos relacionados com a revisão da Diretiva 2005/60/CE; coordenação e preparação das reuniões plenárias GAFI.	DAS	3				
		<i>Payments Committee / Expert Group on Banking, Payments and Insurance</i>	Aconselhamento à Comissão no âmbito da adoção de medidas de execução e de atos delegados no domínio da Diretiva sobre Serviços de Pagamento (DSP) e da Diretiva sobre Moeda Eletrónica (DME). Preparação de propostas legislativas sobre matérias relacionadas com a área bancária, sistemas de pagamentos e seguros.	DPG DJU DES	5				
		Outros		DPG			2	4	1
		<i>European Anti-Fraud Office (OLAF) / European Technical and Scientific Centre (ETSC)</i>	Análise e classificação de contrafações de moedas de euro; assistência às autoridades nacionais.	DET	3		1	2	
		<i>Counterfeit Coin Experts Group (CCEG)</i>	Implementação dos procedimentos técnicos de análise de moedas de euro contrafeitas estabelecidos pelos Ministérios das Finanças nacionais.	DET				2	
	<i>Eurostat</i>	<i>European Statistical Forum</i>	Primeira reunião deste <i>Forum</i> , composto pelos Presidentes dos INE, pelos Diretores de Estatística dos BCN, <i>Eurostat</i> e BCE, que irá coordenar e aconselhar os dois sistemas, o SEE e o SEBC. Entre os assuntos discutidos, destacam-se os relacionados com a cooperação na área da balança de pagamentos, com a qualidade das estatísticas europeias e com o programa de trabalhos do CMFB para 2014.	DDE	1				
		<i>European Statistical Forum Bureau</i>	Preparação das reuniões plenárias do <i>ESF</i> .	DDE	1				
		<i>Committee on Monetary Financial and BOP Statistics (CMFB)</i>	Ponto de situação das discussões mantidas pelo Grupo de Reflexão sobre a cooperação entre o SEE e o SEBC; programa e trabalhos para o biénio 2013-2014; análise dos indicadores do <i>Scoreboard</i> do <i>Macroeconomic Imbalance Procedure (MIP)</i> ; apresentação das iniciativas no âmbito do G20 e do <i>Special Data Dissemination Standard Plus (SDDS Plus)</i> do FMI; ponto de situação dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do Procedimento dos Défices Excessivos (PDE); relatório final da <i>task force</i> que analisou o registo das <i>head offices (HOs)</i> e <i>holding companies (HCs)</i> no âmbito dos novos manuais internacionais.	DDE	2		10	20	
		<i>CMFB Executive Body</i>	Preparação das reuniões plenárias do <i>CMFB</i> .	DDE	5				

A2 – Quadro 1 • Representação institucional internacional do Banco de Portugal – 2013

Âmbito	Estrutura	Comité/Grupo de trabalho	Principais atividades desenvolvidas	U. E.	Subestruturas:					
					N.º de reuniões presenciais	N.º teleconf.	N.º	N.º de reuniões presenciais	N.º teleconf.	
Comité Europeu do Risco Sistémico (ESRB)		<i>General Board</i>	Análise e avaliação dos riscos para a estabilidade financeira e vulnerabilidades de natureza sistémica na UE, através da elaboração e publicação de painéis de indicadores de risco, comentários e estudos. Emissão de uma recomendação relativa a objetivos intermédios e instrumentos de política macroprudencial. Acompanhamento dos trabalhos relativos à revisão do <i>ESRB</i> , incluindo futuras implicações do <i>SSM</i> .	ADM DSP DES	3					
		<i>Advisory Technical Committee (ATC)</i>	Análise e discussão, a nível técnico, de diversos assuntos em preparação das reuniões do <i>General Board</i> , designadamente: riscos e potenciais vulnerabilidades para a estabilidade financeira da UE; elaboração de recomendações.	DES DSP	5	2	10	31	32	
European Banking Authority (EBA)		<i>Board of Supervisors</i>	Desenvolvimento de regulamentação do setor bancário, convergência de práticas no âmbito dos colégios de supervisores, identificação e quantificação do risco sistémico, em articulação com o <i>ESRB</i> , realização de exercícios europeus de <i>stress test</i> e do exercício de reforço de capitais para restabelecer confiança e estabilidade nos mercados .	ADM DSP DES	5					
		<i>Standing Committee on Regulation and Policy (SCRePol)</i>	Contribuição para o desenvolvimento de matérias relacionadas com a elaboração de normas vinculativas ou não-vinculativas no âmbito da área bancária, de pagamentos, <i>e-money</i> , bem como intervenção em instituições financeiras em dificuldades financeiras e resolução.	DSP DES	7	2	12	71	5	
		<i>Standing Committee on Oversight and Practices (SCOP)</i>	Contribuição para o desenvolvimento de matérias relacionadas com a identificação de vulnerabilidades, com cooperação com outras autoridades de supervisão, nomeadamente no que diz respeito ao funcionamento dos colégios de supervisores e às decisões conjuntas sobre adequação de capital e avaliação de risco, e elaboração de <i>standards</i> de supervisão harmonizados.	DSP DES	3	1	4	16	3	
		<i>Standing Committee on Accounting, Reporting and Auditing (SCARA)</i>	Contribuição para o desenvolvimento de matérias relacionadas com contabilidade, reporte de informação, auditoria e transparência.	DSP DES DOI	5		4	17	4	
		<i>Standing Committee on Consumer Protection and Financial Innovation (SCConFin)</i>	Implementação do mandato da <i>EBA</i> no domínio da proteção dos consumidores e da inovação financeira, designadamente na promoção da transparência, simplicidade e equidade nos mercados bancários de retalho, monitorização do seu funcionamento, análise de práticas inovadoras e avaliação do impacto de características dos produtos e de práticas de comercialização.	DSC	5		2	6		
		<i>Review Panel</i>	Realização de <i>peer reviews</i> das atividades das autoridades de supervisão com o objetivo de reforçar a consistência da respetiva atuação.	DES DSP	5	3				

A2 – Quadro 1 • Representação institucional internacional do Banco de Portugal – 2013

Âmbito	Estrutura	Comité/Grupo de trabalho	Principais atividades desenvolvidas	U. E.	Subestruturas:				
					N.º de reuniões presenciais	N.º teleconf.	N.º	N.º de reuniões presenciais	N.º teleconf.
		<i>EBA/ECB Impact Study Group</i>	Análise e elaboração de estudos de impacto quantitativo em relação a desenvolvimentos do enquadramento regulamentar; recolha e controlo da informação por forma a analisar a evolução do capital mínimo exigido no âmbito das Diretivas 2006/48/EC e 2006/49/EC; análise dos efeitos pro-cíclicos da <i>CRD</i> .	DES DSP	2				
		<i>Stress Testing Task Force</i>	Análise e elaboração de procedimentos de <i>stress tests</i> , respetiva coordenação e implementação.	DES DSP	5	7	1	2	2
		<i>Task Force on Consistency of Outcomes in RWAs</i>	Análise das carteiras das PME, retalho bem como as carteiras de baixa sinistralidade, no âmbito da avaliação da consistência dos <i>RWAs</i> , e respetiva implementação.	DES	7				
		<i>IT Sounding Board</i>	Análise de assuntos que dizem respeito tanto aos bancos centrais como à <i>EBA</i> , como por exemplo, projetos de reporte de informação dos bancos para <i>EBA</i> .	DSP	3		1	2	
	<i>European Securities and Market Authority (ESMA)</i>	<i>European Enforcers Coordination Sessions (EECS)</i>	Coordenação das atividades de <i>enforcement</i> contabilístico dos Estados-Membros, tendo em vista contribuir para uma aplicação uniforme das <i>IAS/IFRS</i> .	DSP DES	5				
		<i>Joint Committee Sub-Committee on Consumer Protection and Financial Innovation (JCSCCFI)</i>	Garantir a necessária consistência inter-setorial entre as <i>ESAs (EBA, EIOPA e ESMA)</i> relativamente à proteção do consumidor e à inovação financeira no âmbito dos matérias transversais cobertas pelo programa de trabalhos do <i>Joint Committee</i> .	DSC	1		2	2	3
		<i>Joint Sub-Committee on Financial Conglomerates (JFCF)</i>	Matérias prudenciais e sancionatórias relacionadas com a Diretiva dos conglomerados financeiros e identificação e avaliação de potenciais riscos dos conglomerados financeiros.	DSP DES	1	1			
		<i>Anti Money Laundering Committee (AMLC)</i>	Análise de aspetos relacionados com a revisão da Diretiva 2005/60/CE.	DAS	4				
	<i>European Forum of Deposit Insurers</i>	<i>Forum</i>	Cooperação entre os sistemas de garantia de depósitos da União Europeia.	DES	2				
	Outros			DPG DET			10	14	

A2 – Quadro 1 • Representação institucional internacional do Banco de Portugal – 2013

Âmbito	Estrutura	Comité/Grupo de trabalho	Principais atividades desenvolvidas	U. E.	N.º de reuniões presenciais	Subestruturas:			
						N.º teleconf.	N.º	N.º de reuniões presenciais	N.º teleconf.
Países de língua portuguesa	Encontro de Lisboa		Na sessão pública, debate de questões económicas e financeiras relevantes para os países de língua portuguesa, com destaque para a apresentação do caso angolano no que diz respeito à potenciação do crédito à economia. Nas duas sessões restritas, reflexão focada na cooperação multilateral entre os bancos centrais lusófonos e na agenda das reuniões anuais do FMI e do Banco Mundial.	GOV ADM DRI GAB	1				
	Encontro de Contabilidade		Apresentação e debate de cinco temas principais: i) normas internacionais (<i>International Financial Reporting Standards-IFRS</i>) e sua aplicabilidade aos bancos centrais; ii) classificação e mensuração dos instrumentos financeiros; iii) fundos de pensões; iv) gestão dos riscos de balanço dos bancos centrais; v) senhoriação.	DCC	1				
	Encontro de Recursos Humanos		Reflexão conjunta em diversos painéis temáticos: i) gerir RH em tempos de crise; ii) responsabilidade social, ética organizacional e abertura à sociedade como dimensões a valorizar na cultura dos bancos centrais; iii) gestão da mudança e papel dos RH no desenvolvimento da estratégia organizacional.	ADM CON DRH	1				
	Forum de Sistemas e Tecnologias de Informação		Reflexão focada sobre seis áreas temáticas: i) infraestrutura de chaves públicas; ii) segurança dos Sistemas de Informação; iii) <i>business intelligence</i> ; iv) mobilidade e colaboração; v) <i>IT governance</i> ; vi) Portal dos Bancos Centrais de Países de Língua Portuguesa (BCPLP).	DOI	1				
	Encontro de Supervisão Bancária		Reflexão focada em diversos temas: i) supervisão consolidada; ii) governação corporativa e controlo interno; iii) importância da formação e da informação para a estabilidade do sistema financeiro; iv) modelo de supervisão bancária em cada um dos BCPLP.	DES DSC DSP	1				
	Grupo de Trabalho sobre Sistemas de Pagamentos Internacionais		Identificação preliminar das vantagens, potencialidades, desafios e riscos de um sistema de pagamentos entre os países de língua portuguesa que possa contribuir para aprofundar a cooperação e a integração lusófona neste domínio, e esboço dos princípios de um modelo técnico e funcional adaptado aos PLPs.	DCC DGR DMR DPG DRI	2	3			
Acordo de Cooperação Cambial Portugal-Cabo Verde (ACC)	Comissão do ACC (COMACC)		Análise e reflexão sobre diversas questões técnicas com relevância para a prossecução dos objetivos do ACC, no respetivo quadro de referência: a promoção da estabilidade macroeconómica e financeira em Cabo Verde e o fomento das suas relações económicas e financeiras com Portugal e com a área do euro.	DRI	2				
	Unidade de Acompanhamento Macroeconómico (UAM-ACC)		Elaboração de relatórios sobre a conjuntura macroeconómica cabo-verdiana e outros contributos técnicos orientados para o bom funcionamento do ACC.	DRI	2				
Acordo de Cooperação Económica Portugal-São Tomé e Príncipe (ACE)	Comissão do ACE (COMACE)		Reflexão e debate em torno de diversas questões técnicas relevantes para a prossecução dos objetivos do ACE, no seu quadro de referência: a promoção da estabilidade macroeconómica e financeira em São Tomé e Príncipe e o fortalecimento das respetivas relações económicas e financeiras com Portugal e com a área do euro.	DRI	2				
	Unidade de Acompanhamento Macroeconómico (UAM-ACE)		Preparação de relatórios sobre a conjuntura macroeconómica santomense e outros contributos técnicos de apoio ao bom funcionamento do ACE.	DRI	2				

A2 – Quadro 1 • Representação institucional internacional do Banco de Portugal – 2013

Âmbito	Estrutura	Comité/Grupo de trabalho	Principais atividades desenvolvidas	U. E.	Subestruturas:					
					N.º de reuniões presenciais	N.º teleconf.	N.º	N.º de reuniões presenciais	N.º teleconf.	
Outras reuniões internacionais	Fundo Monetário Internacional (FMI)	<i>Annual Meetings</i>	Situação económica e financeira mundial, perspetivas e recomendações de política; agenda de política global, nomeadamente recomendações para uma implementação mais ambiciosa da agenda de reformas pelos membros e para assegurar maior coerência de políticas numa economia mundial crescentemente interligada, governação, recursos, financiamento e supervisão do FMI.	GOV	1					
		<i>Spring Meetings</i>	Situação económica e financeira mundial, perspetivas e recomendações de política; agenda de política global, nomeadamente o restabelecimento da resiliência da economia mundial, as reformas de governação e a supervisão do FMI.	GOV	1					
	Banco de Pagamentos Internacionais (BIS)	<i>Annual General Meeting</i>	Questões decorrentes da relação acionista, aprovação das contas e do Relatório Anual do <i>BIS</i> .	GOV	1					
		<i>Meeting of Governors</i>	Temas da agenda financeira internacional, entre os quais desenvolvimentos e riscos da situação económica mundial, evolução dos mercados financeiros e iniciativas de política com o objetivo de reforçar a estabilidade financeira mundial, em particular no domínio da regulação financeira.	GOV	6					
		<i>High-level Seminar with the Bank of Russia</i>	Sessões de debate em torno de três temas: i) a gestão da volatilidade dos fluxos de capitais e das taxas de câmbio; ii) o papel do sistema financeiro e as suas interações com a economia real; iii) as infraestruturas dos mercados financeiros locais.	GOV	1					
		<i>Irving Fisher Committee</i>	Nos anos ímpares, o <i>Irving Fisher Committee (IFC)</i> promove a realização de um seminário que precede a reunião do <i>International Statistical Institute (ISI)</i> e que é organizado em parceria com o banco central do país onde o <i>ISI</i> se realiza. Em 2013, o seminário foi dedicado ao tema "Medição da alteração estrutural no sistema financeiro após a crise".	DDE	1					
		<i>International Statistical Institute (ISI)</i>	59ª Sessão Bianual do <i>ISI</i> . O Banco de Portugal participou em três das sete <i>Special Topic Sessions</i> patrocinadas pelo IFC: STS082 – " <i>Reviewing measures of external debt</i> ", STS080 – " <i>The use of microeconomic data in compiling macroeconomic statistics</i> " e STS057 – " <i>Methodological and compilation review on bank interest rate statistics</i> ".	DDE	1					
		Outras		DDE DES	3					
	Financial Stability Board (FSB)	<i>Regional Consultative Group for Europe</i>	Reúne representantes de autoridades de regulação e supervisão financeira de membros do <i>FSB</i> (representam os países que integram o G20) e autoridades de alguns países europeus não-membros (como Portugal), constituindo um mecanismo institucional que visa facilitar a troca de pontos de vista sobre vulnerabilidades dos sistemas financeiros e o debate sobre as iniciativas já iniciadas ou potenciais para promover a estabilidade financeira.	GOV	1					
	OCDE	<i>Economic Policy Committee</i>	Análise das perspetivas para a economia mundial, em particular para os países membros da OCDE, bem como as políticas macroeconómicas apropriadas. Debate de questões estruturais e macroeconómicas, com o objectivo de estabelecer melhores práticas.	DEE	2					

A2 – Quadro 1 • Representação institucional internacional do Banco de Portugal – 2013

Âmbito	Estrutura	Comité/Grupo de trabalho	Principais atividades desenvolvidas	U. E.	Subestruturas:					
					N.º de reuniões presenciais	N.º teleconf.	N.º	N.º de reuniões presenciais	N.º teleconf.	
		<i>Working Party n.º 1</i>	Análise técnica de documentação produzida pelo Departamento de Estudos Económicos da OCDE, centrada em tópicos estruturais e macroeconómicos. Discussão das principais publicações e indicadores produzidos pela OCDE.	DEE	2					
		<i>Working Party on Financial Statistics</i>	Tópicos abordados: (i) indicadores de finanças públicas; (ii) fluxos de fundos; (iii) riqueza financeira das famílias; e (iv) práticas nacionais de compilação de contas financeiras.	DDE	1		2	2		
		<i>Working Group on International Investment Statistics</i>	Preparação da introdução dos novos manuais metodológicos, designadamente no que diz respeito aos impactos esperados, à estrutura e formato da informação a reportar (<i>SDMX</i>), aos novos reportes (<i>templates</i>) e à política de comunicação. Observados casos específicos e melhores práticas a nível da compilação das estatísticas do investimento direto, e reportados principais desenvolvimentos ao nível de outros organismos e fóruns internacionais, em especial FMI e <i>Eurostat</i> em matérias próximas do investimento direto.	DDE	1					
		<i>Working Party on Debt Management (WPDM)</i>	Discussão dos desenvolvimentos registados na gestão de dívidas soberanas e respetivos mercados de títulos.	DMR	1					
		<i>Committee on Financial Markets (CFM)</i>	Acompanhamento dos principais desenvolvimentos nos mercados financeiros e promoção da cooperação internacional, identificando políticas e medidas que visam assegurar o funcionamento eficiente dos mercados e preservar a estabilidade financeira. Realização de “mesas redondas” com representantes da indústria, <i>tours de table</i> e conferências destacando-se os temas das garantias no sistema financeiro e da educação financeira (INFE).	DSP DMR DES	3					
		<i>Task Force on Financial Consumer Protection</i>	Definição de orientações para a implementação da concretização dos <i>High-Level Principles on Financial Consumer Protection</i> adoptados pelo G20 em outubro de 2011.	DSC	3	1				
		<i>International Network on Financial Education (INFE)</i>	<i>Advisory Board</i>	Definição das linhas de orientação estratégica dos trabalhos da <i>INFE</i> e do respectivo modelo de funcionamento.	DSC	2				
<i>General Meeting</i>	Definição de princípios e boas práticas de educação financeira, incluindo a educação financeira nas escolas, a medição da literacia financeira, a definição de estratégias nacionais, a inclusão financeira e os incentivos à poupança. Dinamização da cooperação internacional na área da educação financeira.		DSC	2		2	4			
<i>International Financial Consumer Protection Network (FinCoNet)</i>	<i>Governing Council</i>	Discussão de princípios de regulação e supervisão da conduta de mercado no âmbito dos produtos financeiros, em particular os produtos bancários de retalho. Encontram-se a decorrer trabalhos sobre o papel das entidades de supervisão e sobre boas práticas de concessão responsável de crédito.	DSC	1	6					
	<i>General Meeting</i>	Organização, em Lisboa, da Assembleia Geral Constituinte da <i>FinCoNet</i> que deu origem à primeira organização internacional de autoridades de supervisão responsável pela proteção de consumidores de produtos bancários.	DSC	1						

A2 – Quadro 1 • Representação institucional internacional do Banco de Portugal – 2013

Âmbito	Estrutura	Comité/Grupo de trabalho	Principais atividades desenvolvidas	U. E.	Subestruturas:					
					N.º de reuniões presenciais	N.º teleconf.	N.º	N.º de reuniões presenciais	N.º teleconf.	
Grupo de Ação Financeira (GAFI)	Plenário		Análise e discussão dos relatórios de progresso dos membros do GAFI incluídos no processo de acompanhamento. Discussão da possibilidade de alargamento do GAFI, análise da estratégia futura, dos mecanismos do seu funcionamento e preparação da quarta ronda de avaliações mútuas.	CON DAS	3					
	<i>Global Network Coordination Group (GNCG)</i>		Discussão do desenvolvimento da rede mundial anti branqueamento de capitais e contra o financiamento do terrorismo.	CON	2					
	<i>Evaluation and Compliance Group (ECG)</i>		Conclusão da Metodologia para a 4.ª ronda de avaliações mútuas.	DAS	3					
	<i>Policy Development Group (PDG)</i>		Conclusão das Orientações do GAFI sobre Avaliação Nacional dos Riscos de Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo e sobre os Profissionais do Direito.	CON	3					
	<i>Risk, Trends and Methods Group (RTMG)</i>		Discussão das novas tendências e métodos de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo.	CON	3					
	Grupos Regionais Tipo GAFI	GAFISUD		Representação de Portugal como Observador do Grupo de Ação Financeira da América do Sul.	CON	2				
Child and Youth Finance	<i>International Summit</i>		Agrega várias organizações internacionais com o objetivo de criar sistemas, programas e estratégias dedicados à promoção da educação e proteção financeira e económica das crianças e jovens.	DSC	1					
	<i>Regional Meeting</i>			DSC	1					
Central Bankers' Club (CBC)			Apresentação e discussão de tópicos relacionados com <i>Management Business Application Lifecycle Management (ALM)</i> , <i>Project Portfolio Management (PPM)</i> , <i>Project Management (PM)</i> , <i>Open Source Software (OSS)</i> e <i>Data Management (DM)</i> bem como as inovações tecnológicas nos bancos centrais participantes. Partilha de boas práticas nos processos de <i>Governance</i> , Estratégias de <i>Sourcing</i> , Segurança e alinhamento entre os departamentos de negócio e de TI.	DOI	1					
SAP Central Bank Forum (SCBF)			Estratégia SAP para bancos centrais e desafios <i>SEPA</i> . Apresentações sobre implementações de módulos SAP e <i>upgrades</i> técnicos. Estratégia e visão da SAP relativamente a soluções <i>Hana</i> e <i>Cloud</i> .	DOI	2					
OMFIF - Official Monetary And Financial Institutions Forum	<i>Europe and Latin America OMFIF meetings</i>		Discussão e partilha de ideias entre entidades do setor público e privado respeitantes à economia global e em particular políticas económica e monetária, gestão de ativos, supervisão financeira e regulação.	DMR	2					
SOMA					395	143	161	522	214	

A2 – Quadro 2 • Representação institucional nacional do Banco de Portugal – 2013

Estrutura	Missão / Principais atribuições	Legislação relevante	Reuniões em 2013	Órgão/ Depart.
CNEF – Comité Nacional para a Estabilidade Financeira	Troca de informação, avaliação de riscos para a estabilidade financeira e coordenação das autoridades com responsabilidades em matéria de regulação e supervisão financeira.	Memorando de Entendimento entre o Ministério das Finanças, o Banco de Portugal, o ISP e a CMVM, de 27 de julho de 2007	1	GOV
CNSF – Conselho Nacional de Supervisores Financeiros	Promover a coordenação das autoridades de supervisão do sistema financeiro (Banco de Portugal, ISP e CMVM). Presidido pelo Governador do Banco de Portugal.	Decreto-Lei n.º 228/2000, de 23 de setembro	6	GOV Vice-GOV
CNSA – Conselho Nacional de Supervisão de Auditoria	Integra o Banco de Portugal, a CMVM, o ISP, a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e a Inspeção-Geral de Finanças.	Decreto-Lei n.º 225/2008, de 20 de novembro	11	GOV ADM
SII – Sistema de Indemnização dos Investidores	Garantir aos investidores meios de ressarcimento de direitos que não possam ser satisfeitos em virtude da situação financeira da entidade prestadora dos serviços de investimento. Participam as empresas de investimento e as instituições de crédito autorizadas a efetuar operações de investimento com sede em Portugal. O SII é administrado por uma comissão executiva presidida por um membro da CMVM e composta por dois vogais – um membro do Conselho de Administração do Banco de Portugal e um elemento nomeado pelo Ministro das Finanças.	Decreto-Lei n.º 222/99, de 22 de junho	12	GOV ADM
Grupo de trabalho sobre prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo (CNSF)	Promover a coordenação das autoridades de supervisão do sistema financeiro (Banco de Portugal, ISP e CMVM), no âmbito de procedimentos relacionados com a prevenção do BC e do FT.	Lei n.º 25/2008, de 25 de Junho	1	DAS
Grupo de Trabalho constituído pelo Despacho n.º 9125/2013	Proceder à avaliação nacional dos riscos de BC/FT e apresentar as propostas legislativas, regulamentares e operacionais decorrentes dos novos Padrões do GAFL.	Lei n.º 25/2008, de 25 de Junho	8	DAS
Plenário do Conselho Superior de Estatística	Orientação e coordenação do Sistema Estatístico Nacional.	Lei do Sistema Estatístico Nacional	2	DDE
Secção Permanente de Coordenação Estatística (SPCE)	Preparar o documento <i>Linhas Gerais da Atividade Estatística Oficial</i> , definir as respetivas prioridades e proceder à sua monitorização anual, a submeter ao Plenário do Conselho.	Lei do Sistema Estatístico Nacional	4	DDE
Secção Permanente de Estatísticas Económicas (SPEE)	Acompanhar a produção das estatísticas oficiais nas áreas das estatísticas económicas e analisar as respetivas metodologias de suporte, avaliando a sua adequação às necessidades dos utilizadores.	Lei do Sistema Estatístico Nacional	3	DDE
Secção Permanente de Estatísticas Sociais (SPES)	Acompanhar a produção de estatísticas nas áreas sociais e analisar as respetivas metodologias de suporte, avaliando a sua adequação às necessidades dos utilizadores.	Lei do Sistema Estatístico Nacional	4	DDE
Secção Eventual para a Revisão da Lei do Sistema Estatístico Nacional (SELSEN)	Apresentar um anteprojeto legislativo de revisão da Lei do Sistema Estatístico Nacional.	Lei do Sistema Estatístico Nacional	9	DDE



A2 – Quadro 2 • Representação institucional nacional do Banco de Portugal – 2013

Estrutura	Missão / Principais atribuições	Legislação relevante	Reuniões em 2013	Órgão/ Depart.
Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento das Estatísticas Macroeconómicas (GT DEM)	Acompanhar e emitir parecer sobre os trabalhos de implementação das novas metodologias no âmbito das estatísticas macroeconómicas.	Lei do Sistema Estatístico Nacional	2	DDE DEE
Grupo de Trabalho das Estatísticas do Mercado de Trabalho (GT MT)	Conclusão do Relatório sobre as fontes estatísticas do Mercado de Trabalho e a utilização que é feita por diversos organismos. Continuação do aprofundamento do Plano de Ação para troca de informação relativa ao Mercado de Trabalho entre instituições.	Lei do Sistema Estatístico Nacional	1	DDE DEE
Grupo de Trabalho das Classificações Económicas e Sociais	Acompanhar e aprovar o estudo das Classificações Económicas e Sociais do Sistema Estatístico Nacional.	Lei do Sistema Estatístico Nacional	1	DDE
Grupo de Trabalho para Constituição de Um Ficheiro Único para o SEN (GT FUESEN)	Constituição de Um Ficheiro Único que responda às necessidades das diversas entidades do SEN e respeite as normas nacionais e internacionais.	Lei do Sistema Estatístico Nacional	1	DDE
<i>Task-Force</i> para Análise dos Conceitos para Fins Estatísticos da Área Temática “Economia e Finanças”	Analisar os conceitos para fins estatísticos da área temática “Economia e Finanças”.	Lei do Sistema Estatístico Nacional	5	DDE
Grupo de Trabalho das Estatísticas das Administrações Públicas	Cooperação Institucional envolvendo o Instituto Nacional de Estatística, a Direção Geral do Orçamento e o Banco de Portugal no domínio da compilação das Estatísticas das Administrações Públicas.	Lei do Sistema Estatístico Nacional	10	DDE
Grupo de Trabalho de Acompanhamento da Central de Responsabilidades de Crédito	Acompanhamento do funcionamento da Central de Responsabilidades de Crédito gerida pelo Banco de Portugal.	Decreto-Lei n.º 204/2008 de 14 de outubro: regime jurídico relativo à Central de Responsabilidades de Crédito (CRC)	1	DDE
GTIN – Grupo de trabalho interbancário para o numerário	Promover a cooperação e a concertação de objetivos entre os diferentes intervenientes na gestão do numerário, no domínio, nomeadamente, da sua guarda, tratamento e distribuição, tendo por base, para além do enquadramento legal nacional, as políticas comuns definidas no contexto do Eurosistema para a ‘emissão monetária’ e as orientações que enformam a sua aplicação (BdP e IC).	Instrução do Banco de Portugal n.º 30/2009, alterada pela Instrução n.º 30/2012, sobre Operações de Depósito e Levantamentos de notas euro no Banco de Portugal Instrução do Banco de Portugal n.º 31/2009, sobre Operações de depósito e levantamentos de moeda metálica de euro no Banco de Portugal	1	DET

A2 – Quadro 2 • Representação institucional nacional do Banco de Portugal – 2013

Estrutura	Missão / Principais atribuições	Legislação relevante	Reuniões em 2013	Órgão/ Depart.
SGRN – Subgrupo de trabalho para a recirculação de notas	Acompanhar, ao nível nacional, a implementação do quadro comum para a recirculação de notas pelas instituições de crédito e demais profissionais que operam com numerário, nomeadamente as Empresas de Transporte de Valores (BdP, IC e ETV).	Decreto-Lei n.º 195/2007, de 15 de maio Decisão ECB/2010/14, de 16 de setembro Decisão ECB/2010/14, de 16 de setembro, alterada pela Decisão ECB/2012/19	1	DET
GAPM – Grupo de acompanhamento permanente da moeda metálica	Acompanhar as questões regulamentares e operacionais relacionada com a moeda metálica (BdP, INCM e DGTF).	Decreto-Lei n.º 246/2007, de 26 de junho de 2007	1	DET
Operacionalização do Fundo de Resolução	Desenvolver e apresentar propostas de atuação para a operacionalização do Fundo de Resolução (BdP, FGD).	Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras	2	DJU DSP DAS
Comité Consultivo Geral da Interbolsa	O Comité Consultivo Geral é chamado a pronunciar-se sobre questões e matérias respeitantes à atividade global da Interbolsa, que sejam do interesse de todos ou da grande maioria dos seus utilizadores.		1	DMR DPG
GT para a implementação da plataforma do MMI com garantia	Discussão sobre as condições operacionais e jurídicas para a criação da plataforma do MMI com garantia e elaboração dos documentos de suporte deste mercado, nomeadamente o Protocolo do Comité Executivo e o Contrato de Garantia.		5	DMR
Comité Executivo do MMI com garantia	Assegurar a Presidência e o Secretariado do Comité Executivo do MMI com garantia.	Instrução n.º 8/2013, de 15 de abril	2	DMR
Comissão Permanente do Grupo Português de Utilizadores SWIFT (GPUS)	O GPUS promove a ligação entre a SWIFT e as instituições financeiras nacionais associadas do GPUS contando com o apoio logístico e administrativo da APB. O BdP na qualidade de membro e acionista da SWIFT desde fevereiro de 1983 tem participado ativamente nos órgãos de gestão e atividades do GPUS.		7	DMR
GT de Acompanhamento da Medida 2.16 do MoU – Planos de Contingência sobre o Incumprimento de Particulares e Empresas	Acompanhamento da implementação dos princípios e regras a observar pelas instituições de crédito no acompanhamento e gestão de situações de risco de incumprimento e na regularização extrajudicial das situações de incumprimento das obrigações por parte dos clientes bancários no âmbito de contratos de crédito (ESAME, BdP, MoF, MoJ, IAPMEI, DGC e Mediador do Crédito).	Decreto-Lei n.º 227/2012, de 25 de outubro	5	DSC
Comissão de avaliação do regime extraordinário	Acompanhamento da implementação do regime extraordinário de proteção de devedores de crédito à habitação em situação económica muito difícil.	Lei n.º 58/2012, de 9 de novembro	2	DSC
Fórum para a supervisão comportamental bancária	Estrutura de natureza consultiva de apoio ao exercício da função de supervisão comportamental do Banco de Portugal e espaço de partilha de informação e de apreciações sobre o funcionamento dos mercados bancários a retalho.		1	DSC

A3 – Quadro 1 • Apresentações em seminários e conferências – 2013

Evento	Data do evento	Tema da apresentação	Autor da apresentação	Órgão/ Depart.
Conferência <i>Os Novos Padrões Internacionais do GAFI</i>	10 Abr.	Principais inovações dos Padrões do GAFI	José Nunes Pereira	DAS
Seminário <i>Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo</i>	19 Abr.	A supervisão no âmbito da prevenção do BC/FT	Filomena Bispo	DAS
Apresentação <i>A Supervisão do Sistema Bancário</i>	12 Nov.	Funções e poderes do Banco de Portugal	João Raposo e Carlos Lopes	DAS
XII Jornadas de Auditoria e Gestão	23 Out.	Modelos de Risco e risco dos modelos: Governação, Controlo, Validação e Auditoria	Francisco Rocha	DAU
XX Conferência Anual do IPAI	21 Nov.	Auditoria Interna-desenvolvimentos futuros no contexto de Basileia III	Francisco Rocha	DAU
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos (BdP em colaboração com Associação Portuguesa das Agências de Viagens e Turismo) - Lisboa	03 Jan.	A importância das estatísticas externas e a Área de Empresa como forma de aproximação do Banco de Portugal às empresas	Filipa Lima	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos (BdP em colaboração com Associação Portuguesa das Agências de Viagens e Turismo) - Lisboa	03 Jan.	O novo sistema de estatísticas da Balança de Pagamentos e orientações específicas para o reporte de agências de viagens e operadores turísticos	Carla Marques	DDE
Apresentação da Central de Balanços e do novo sistema das Estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal - Associação Nacional da Indústria de Moldes (CEFAMOL), Marinha Grande	17 Jan.	Análise do Setor da Fabricação de Moldes Metálicos	Homero Gonçalves	DDE
Apresentação da Central de Balanços e do novo sistema das Estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal - Associação Nacional da Indústria de Moldes (CEFAMOL), Marinha Grande	17 Jan.	Informação da Empresa e do Setor a partir da Central de Balanços	Margarida Brites	DDE
Apresentação da Central de Balanços e do novo sistema das Estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal - Associação Nacional da Indústria de Moldes (CEFAMOL), Marinha Grande	17 Jan.	A importância das estatísticas externas, a Área de Empresa como forma de aproximação do Banco de Portugal às empresas; Novo sistema de reporte para a balança de pagamentos: o que reportar, como e quando	Patrícia Gonçalves	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos (BdP em colaboração com Associação Empresarial Região de Leiria) - Leiria	17 Jan.	A importância das estatísticas externas e a Área de Empresa como forma de aproximação do Banco de Portugal às empresas	Filipa Lima	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos (BdP em colaboração com Associação Empresarial Região de Leiria) - Leiria	17 Jan.	Novo sistema de reporte para a balança de pagamentos: o que reportar, como e quando	Patrícia Gonçalves	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos (BdP em colaboração com Associação Nacional Empresas Metalúrgicas e Eletromecânicas) - Lisboa	17 Jan.	A importância das estatísticas externas e a Área de Empresa como forma de aproximação do Banco de Portugal às empresas	Marta Veloso	DDE

A3 – Quadro 1 • Apresentações em seminários e conferências – 2013

Evento	Data do evento	Tema da apresentação	Autor da apresentação	Órgão/ Depart.
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos (BdP em colaboração com Associação Nacional Empresas Metalúrgicas e Eletromecânicas) - Lisboa	17 Jan.	Novo sistema de reporte para a balança de pagamentos: o que reportar, como e quando	Beatriz Matos	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos - Lisboa	18 Jan.	A importância das estatísticas externas e a Área de Empresa como forma de aproximação do Banco de Portugal às empresas	João Cadete de Matos	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos - Lisboa	18 Jan.	Área de Empresa e novo sistema de reporte para a balança de pagamentos	Carla Marques	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos - Lisboa	18 Jan.	COPE (Comunicação de operações e posições com o exterior): o que reportar, como e quando	Ana Margarida Meneses	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos - Lisboa	18 Jan.	Casos práticos no âmbito da comunicação de operações e posições com o exterior	Lídia Brás	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos (BdP em colaboração com Associação Portuguesa das Agências de Viagens e Turismo) - Lisboa	18 Jan.	A importância das estatísticas externas e a Área de Empresa como forma de aproximação do Banco de Portugal às empresas	Carla Marques	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos (BdP em colaboração com Associação Portuguesa das Agências de Viagens e Turismo) - Lisboa	18 Jan.	O novo sistema de estatísticas da Balança de Pagamentos e orientações específicas para o reporte de agências de viagens e operadores turísticos	Patrícia Gonçalves	DDE
<i>ECB Seminar on ESCB statistics for managers</i>	21-22 Jan.	<i>A new data collection system to compile balance of payments statistics</i>	Lúis Teles	DDE
<i>ECB Seminar on ESCB statistics for managers</i>	21-22 Jan.	<i>Central Balance Sheet Databases - Non Financial Corporations</i>	Margarida Brites	DDE
<i>ECB Seminar on ESCB statistics for managers</i>	21-22 Jan.	<i>Data granularity, flexibility and reporting burden</i>	Paula Casimiro	DDE
Orçamento de Estado 2013 & Encerramento de Contas 2012 & Comunicação para a Balança de Pagamentos e Informação Sobre a Estrutura Empresarial Distrital (promovido pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas) - Bragança	21 Jan.	Área de Empresa e informação sobre estrutura empresarial distrital. Papel das empresas no novo sistema das estatísticas externas.	Filipa Lima	DDE
Orçamento de Estado 2013 & Encerramento de Contas 2012 & Comunicação para a Balança de Pagamentos e Informação Sobre a Estrutura Empresarial Distrital (promovido pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas) - Bragança	21 Jan.	Novo sistema de reporte para a balança de pagamentos: o que reportar, como e quando	Carmo Noronha	DDE
Orçamento de Estado 2013 & Encerramento de Contas 2012 & Comunicação para a Balança de Pagamentos e Informação Sobre a Estrutura Empresarial Distrital (promovido pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas) - Guarda	21 Jan.	Área de Empresa e informação sobre estrutura empresarial distrital. Papel das empresas no novo sistema das estatísticas externas.	Ana Almeida	DDE

A3 – Quadro 1 • Apresentações em seminários e conferências – 2013

Evento	Data do evento	Tema da apresentação	Autor da apresentação	Órgão/ Depart.
Orçamento de Estado 2013 & Encerramento de Contas 2012 & Comunicação para a Balança de Pagamentos e Informação Sobre a Estrutura Empresarial Distrital (promovido pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas) - Guarda	21 Jan.	Novo sistema de reporte para a balança de pagamentos: o que reportar, como e quando	Patrícia Gonçalves	DDE
Orçamento de Estado 2013 & Encerramento de Contas 2012 & Comunicação para a Balança de Pagamentos e Informação Sobre a Estrutura Empresarial Distrital (promovido pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas) - Lisboa	21 Jan.	Área de Empresa e informação sobre estrutura empresarial distrital. Papel das empresas no novo sistema das estatísticas externas.	João Cadete de Matos	DDE
Orçamento de Estado 2013 & Encerramento de Contas 2012 & Comunicação para a Balança de Pagamentos e Informação Sobre a Estrutura Empresarial Distrital (promovido pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas) - Lisboa	21 Jan.	Novo sistema de reporte para a balança de pagamentos: o que reportar, como e quando	João Falcão	DDE
Orçamento de Estado 2013 & Encerramento de Contas 2012 & Comunicação para a Balança de Pagamentos e Informação Sobre a Estrutura Empresarial Distrital (promovido pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas) - Portalegre	21 Jan.	Área de Empresa e informação sobre estrutura empresarial distrital. Papel das empresas no novo sistema das estatísticas externas.	Marta Veloso	DDE
Orçamento de Estado 2013 & Encerramento de Contas 2012 & Comunicação para a Balança de Pagamentos e Informação Sobre a Estrutura Empresarial Distrital (promovido pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas) - Portalegre	21 Jan.	Novo sistema de reporte para a balança de pagamentos: o que reportar, como e quando	Fernando Escada	DDE
Orçamento de Estado 2013 & Encerramento de Contas 2012 & Comunicação para a Balança de Pagamentos e Informação Sobre a Estrutura Empresarial Distrital (promovido pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas) - Santa Maria da Feira	21 Jan.	Área de Empresa e informação sobre estrutura empresarial distrital. Novo sistema de reporte para a balança de pagamentos: o que reportar, como e quando	Carla Marques	DDE
Orçamento de Estado 2013 & Encerramento de Contas 2012 & Comunicação para a Balança de Pagamentos e Informação Sobre a Estrutura Empresarial Distrital (promovido pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas) - Setúbal	21 Jan.	Área de Empresa e informação sobre estrutura empresarial distrital. Papel das empresas no novo sistema das estatísticas externas.	Ana Margarida Meneses	DDE
Orçamento de Estado 2013 & Encerramento de Contas 2012 & Comunicação para a Balança de Pagamentos e Informação Sobre a Estrutura Empresarial Distrital (promovido pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas) - Setúbal	21 Jan.	Novo sistema de reporte para a balança de pagamentos: o que reportar, como e quando	Lídia Brás	DDE
Orçamento de Estado 2013 & Encerramento de Contas 2012 & Comunicação para a Balança de Pagamentos e Informação Sobre a Estrutura Empresarial Distrital (promovido pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas) - Castelo Branco	22 Jan.	Área de Empresa e informação sobre estrutura empresarial distrital. Papel das empresas no novo sistema das estatísticas externas.	Luís Teles	DDE
Orçamento de Estado 2013 & Encerramento de Contas 2012 & Comunicação para a Balança de Pagamentos e Informação Sobre a Estrutura Empresarial Distrital (promovido pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas) - Castelo Branco	22 Jan.	Novo sistema de reporte para a balança de pagamentos: o que reportar, como e quando	Marta Veloso	DDE

A3 – Quadro 1 • Apresentações em seminários e conferências – 2013

Evento	Data do evento	Tema da apresentação	Autor da apresentação	Órgão/ Depart.
Orçamento de Estado 2013 & Encerramento de Contas 2012 & Comunicação para a Balança de Pagamentos e Informação Sobre a Estrutura Empresarial Distrital (promovido pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas) - Évora	22 Jan.	Área de Empresa e informação sobre estrutura empresarial distrital. Papel das empresas no novo sistema das estatísticas externas.	Ana Margarida Meneses	DDE
Orçamento de Estado 2013 & Encerramento de Contas 2012 & Comunicação para a Balança de Pagamentos e Informação Sobre a Estrutura Empresarial Distrital (promovido pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas) - Évora	22 Jan.	Novo sistema de reporte para a balança de pagamentos: o que reportar, como e quando	Beatriz Matos	DDE
Orçamento de Estado 2013 & Encerramento de Contas 2012 & Comunicação para a Balança de Pagamentos e Informação Sobre a Estrutura Empresarial Distrital (promovido pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas) - Lisboa	22 Jan.	Área de Empresa e informação sobre estrutura empresarial distrital.	João Cadete de Matos	DDE
Orçamento de Estado 2013 & Encerramento de Contas 2012 & Comunicação para a Balança de Pagamentos e Informação Sobre a Estrutura Empresarial Distrital (promovido pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas) - Lisboa	22 Jan.	Novo sistema de reporte para a balança de pagamentos: o que reportar, como e quando	João Falcão	DDE
Orçamento de Estado 2013 & Encerramento de Contas 2012 & Comunicação para a Balança de Pagamentos e Informação Sobre a Estrutura Empresarial Distrital (promovido pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas) - Santarém	22 Jan.	Área de Empresa e informação sobre estrutura empresarial distrital. Papel das empresas no novo sistema das estatísticas externas.	Carla Marques	DDE
Orçamento de Estado 2013 & Encerramento de Contas 2012 & Comunicação para a Balança de Pagamentos e Informação Sobre a Estrutura Empresarial Distrital (promovido pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas) - Santarém	22 Jan.	Novo sistema de reporte para a balança de pagamentos: o que reportar, como e quando	Helena Marques	DDE
Orçamento de Estado 2013 & Encerramento de Contas 2012 & Comunicação para a Balança de Pagamentos e Informação Sobre a Estrutura Empresarial Distrital (promovido pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas) - Vila Real	22 Jan.	Área de Empresa e informação sobre estrutura empresarial distrital. Papel das empresas no novo sistema das estatísticas externas.	Filipa Lima	DDE
Orçamento de Estado 2013 & Encerramento de Contas 2012 & Comunicação para a Balança de Pagamentos e Informação Sobre a Estrutura Empresarial Distrital (promovido pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas) - Vila Real	22 Jan.	Novo sistema de reporte para a balança de pagamentos: o que reportar, como e quando	Carmo Noronha	DDE
Orçamento de Estado 2013 & Encerramento de Contas 2012 & Comunicação para a Balança de Pagamentos e Informação Sobre a Estrutura Empresarial Distrital (promovido pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas) - Viseu	22 Jan.	Área de Empresa e informação sobre estrutura empresarial distrital. Papel das empresas no novo sistema das estatísticas externas.	Ana Almeida	DDE
Orçamento de Estado 2013 & Encerramento de Contas 2012 & Comunicação para a Balança de Pagamentos e Informação Sobre a Estrutura Empresarial Distrital (promovido pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas) - Viseu	22 Jan.	Novo sistema de reporte para a balança de pagamentos: o que reportar, como e quando	Patrícia Gonçalves	DDE

A3 – Quadro 1 • Apresentações em seminários e conferências – 2013

Evento	Data do evento	Tema da apresentação	Autor da apresentação	Órgão/Depart.
Orçamento de Estado 2013 & Encerramento de Contas 2012 & Comunicação para a Balança de Pagamentos e Informação Sobre a Estrutura Empresarial Distrital (promovido pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas) - Castelo Branco	23 Jan.	Área de Empresa e informação sobre estrutura empresarial distrital. Papel das empresas no novo sistema das estatísticas externas.	Luís Teles	DDE
Orçamento de Estado 2013 & Encerramento de Contas 2012 & Comunicação para a Balança de Pagamentos e Informação Sobre a Estrutura Empresarial Distrital (promovido pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas) - Castelo Branco	23 Jan.	Novo sistema de reporte para a balança de pagamentos: o que reportar, como e quando	Marta Veloso	DDE
Orçamento de Estado 2013 & Encerramento de Contas 2012 & Comunicação para a Balança de Pagamentos e Informação Sobre a Estrutura Empresarial Distrital (promovido pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas) - Évora	23 Jan.	Área de Empresa e informação sobre estrutura empresarial distrital. Papel das empresas no novo sistema das estatísticas externas.	Ana Margarida Meneses	DDE
Orçamento de Estado 2013 & Encerramento de Contas 2012 & Comunicação para a Balança de Pagamentos e Informação Sobre a Estrutura Empresarial Distrital (promovido pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas) - Évora	23 Jan.	Novo sistema de reporte para a balança de pagamentos: o que reportar, como e quando	Beatriz Matos	DDE
Orçamento de Estado 2013 & Encerramento de Contas 2012 & Comunicação para a Balança de Pagamentos e Informação Sobre a Estrutura Empresarial Distrital (promovido pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas) - Fátima	23 Jan.	Área de Empresa e informação sobre estrutura empresarial distrital. Papel das empresas no novo sistema das estatísticas externas.	Carla Marques	DDE
Orçamento de Estado 2013 & Encerramento de Contas 2012 & Comunicação para a Balança de Pagamentos e Informação Sobre a Estrutura Empresarial Distrital (promovido pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas) - Fátima	23 Jan.	Novo sistema de reporte para a balança de pagamentos: o que reportar, como e quando	Helena Marques	DDE
Orçamento de Estado 2013 & Encerramento de Contas 2012 & Comunicação para a Balança de Pagamentos e Informação Sobre a Estrutura Empresarial Distrital (promovido pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas) - Lisboa	23 Jan.	Área de Empresa e informação sobre estrutura empresarial distrital. Papel das empresas no novo sistema das estatísticas externas.	João Cadete de Matos	DDE
Orçamento de Estado 2013 & Encerramento de Contas 2012 & Comunicação para a Balança de Pagamentos e Informação Sobre a Estrutura Empresarial Distrital (promovido pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas) - Lisboa	23 Jan.	Novo sistema de reporte para a balança de pagamentos: o que reportar, como e quando	João Falcão	DDE
Orçamento de Estado 2013 & Encerramento de Contas 2012 & Comunicação para a Balança de Pagamentos e Informação Sobre a Estrutura Empresarial Distrital (promovido pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas) - Viana do Castelo	23 Jan.	Área de Empresa e informação sobre estrutura empresarial distrital. Papel das empresas no novo sistema das estatísticas externas.	Filipa Lima	DDE
Orçamento de Estado 2013 & Encerramento de Contas 2012 & Comunicação para a Balança de Pagamentos e Informação Sobre a Estrutura Empresarial Distrital (promovido pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas) - Viana do Castelo	23 Jan.	Novo sistema de reporte para a balança de pagamentos: o que reportar, como e quando	Carmo Noronha	DDE

A3 – Quadro 1 • Apresentações em seminários e conferências – 2013

Evento	Data do evento	Tema da apresentação	Autor da apresentação	Órgão/ Depart.
Orçamento de Estado 2013 & Encerramento de Contas 2012 & Comunicação para a Balança de Pagamentos e Informação Sobre a Estrutura Empresarial Distrital (promovido pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas) - Viseu	23 Jan.	Área de Empresa e informação sobre estrutura empresarial distrital. Papel das empresas no novo sistema das estatísticas externas.	Ana Almeida	DDE
Orçamento de Estado 2013 & Encerramento de Contas 2012 & Comunicação para a Balança de Pagamentos e Informação Sobre a Estrutura Empresarial Distrital (promovido pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas) - Viseu	23 Jan.	Novo sistema de reporte para a balança de pagamentos: o que reportar, como e quando	Patrícia Gonçalves	DDE
Orçamento de Estado 2013 & Encerramento de Contas 2012 & Comunicação para a Balança de Pagamentos e Informação Sobre a Estrutura Empresarial Distrital (promovido pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas) - Aveiro	24 Jan.	Área de Empresa e informação sobre estrutura empresarial distrital. Papel das empresas no novo sistema das estatísticas externas.	Ana Almeida	DDE
Orçamento de Estado 2013 & Encerramento de Contas 2012 & Comunicação para a Balança de Pagamentos e Informação Sobre a Estrutura Empresarial Distrital (promovido pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas) - Aveiro	24 Jan.	Novo sistema de reporte para a balança de pagamentos: o que reportar, como e quando	Ana Margarida Meneses	DDE
Orçamento de Estado 2013 & Encerramento de Contas 2012 & Comunicação para a Balança de Pagamentos e Informação Sobre a Estrutura Empresarial Distrital (promovido pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas) - Beja	24 Jan.	Área de Empresa e informação sobre estrutura empresarial distrital. Papel das empresas no novo sistema das estatísticas externas.	Luís Teles	DDE
Orçamento de Estado 2013 & Encerramento de Contas 2012 & Comunicação para a Balança de Pagamentos e Informação Sobre a Estrutura Empresarial Distrital (promovido pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas) - Beja	24 Jan.	Novo sistema de reporte para a balança de pagamentos: o que reportar, como e quando	Marta Veloso	DDE
Orçamento de Estado 2013 & Encerramento de Contas 2012 & Comunicação para a Balança de Pagamentos e Informação Sobre a Estrutura Empresarial Distrital (promovido pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas) - Braga	24 Jan.	Área de Empresa e informação sobre estrutura empresarial distrital. Papel das empresas no novo sistema das estatísticas externas.	Filipa Lima	DDE
Orçamento de Estado 2013 & Encerramento de Contas 2012 & Comunicação para a Balança de Pagamentos e Informação Sobre a Estrutura Empresarial Distrital (promovido pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas) - Braga	24 Jan.	Novo sistema de reporte para a balança de pagamentos: o que reportar, como e quando	Carmo Noronha	DDE
Orçamento de Estado 2013 & Encerramento de Contas 2012 & Comunicação para a Balança de Pagamentos e Informação Sobre a Estrutura Empresarial Distrital (promovido pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas) - Lisboa	24 Jan.	Área de Empresa e informação sobre estrutura empresarial distrital. Papel das empresas no novo sistema das estatísticas externas.	João Cadete de Matos	DDE
Orçamento de Estado 2013 & Encerramento de Contas 2012 & Comunicação para a Balança de Pagamentos e Informação Sobre a Estrutura Empresarial Distrital (promovido pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas) - Lisboa	24 Jan.	Novo sistema de reporte para a balança de pagamentos: o que reportar, como e quando	João Falcão	DDE

A3 – Quadro 1 • Apresentações em seminários e conferências – 2013

Evento	Data do evento	Tema da apresentação	Autor da apresentação	Órgão/ Depart.
Orçamento de Estado 2013 & Encerramento de Contas 2012 & Comunicação para a Balança de Pagamentos e Informação Sobre a Estrutura Empresarial Distrital (promovido pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas) - Aveiro	25 Jan.	Área de Empresa e informação sobre estrutura empresarial distrital. Papel das empresas no novo sistema das estatísticas externas.	Ana Almeida	DDE
Orçamento de Estado 2013 & Encerramento de Contas 2012 & Comunicação para a Balança de Pagamentos e Informação Sobre a Estrutura Empresarial Distrital (promovido pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas) - Aveiro	25 Jan.	Novo sistema de reporte para a balança de pagamentos: o que reportar, como e quando	Ana Margarida Meneses	DDE
Orçamento de Estado 2013 & Encerramento de Contas 2012 & Comunicação para a Balança de Pagamentos e Informação Sobre a Estrutura Empresarial Distrital (promovido pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas) - Braga	25 Jan.	Área de Empresa e informação sobre estrutura empresarial distrital. Papel das empresas no novo sistema das estatísticas externas.	Filipa Lima	DDE
Orçamento de Estado 2013 & Encerramento de Contas 2012 & Comunicação para a Balança de Pagamentos e Informação Sobre a Estrutura Empresarial Distrital (promovido pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas) - Braga	25 Jan.	Novo sistema de reporte para a balança de pagamentos: o que reportar, como e quando	Carmo Noronha	DDE
Orçamento de Estado 2013 & Encerramento de Contas 2012 & Comunicação para a Balança de Pagamentos e Informação Sobre a Estrutura Empresarial Distrital (promovido pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas) - Faro	25 Jan.	Área de Empresa e informação sobre estrutura empresarial distrital. Papel das empresas no novo sistema das estatísticas externas.	Luís Teles	DDE
Orçamento de Estado 2013 & Encerramento de Contas 2012 & Comunicação para a Balança de Pagamentos e Informação Sobre a Estrutura Empresarial Distrital (promovido pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas) - Faro	25 Jan.	Novo sistema de reporte para a balança de pagamentos: o que reportar, como e quando	Carla Marques	DDE
Orçamento de Estado 2013 & Encerramento de Contas 2012 & Comunicação para a Balança de Pagamentos e Informação Sobre a Estrutura Empresarial Distrital (promovido pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas) - Faro	26 Jan.	Área de Empresa e informação sobre estrutura empresarial distrital. Papel das empresas no novo sistema das estatísticas externas. Novo sistema de reporte para a balança de pagamentos: o que reportar, como e quando	Carla Marques	DDE
<i>Head Offices, Holding Companies and Special Purpose Entities Task Force</i>	26 Jan.	<i>Current procedures for attributing NACE codes</i>	Teresa Crespo	DDE
Orçamento de Estado 2013 & Encerramento de Contas 2012 & Comunicação para a Balança de Pagamentos e Informação Sobre a Estrutura Empresarial Distrital (promovido pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas) - Coimbra	28 Jan.	Área de Empresa e informação sobre estrutura empresarial distrital. Papel das empresas no novo sistema das estatísticas externas.	Marta Veloso	DDE
Orçamento de Estado 2013 & Encerramento de Contas 2012 & Comunicação para a Balança de Pagamentos e Informação Sobre a Estrutura Empresarial Distrital (promovido pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas) - Coimbra	28 Jan.	Novo sistema de reporte para a balança de pagamentos: o que reportar, como e quando	Carmo Noronha	DDE

A3 – Quadro 1 • Apresentações em seminários e conferências – 2013

Evento	Data do evento	Tema da apresentação	Autor da apresentação	Órgão/ Depart.
Orçamento de Estado 2013 & Encerramento de Contas 2012 & Comunicação para a Balança de Pagamentos e Informação Sobre a Estrutura Empresarial Distrital (promovido pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas) - Ponta Delgada	28 Jan.	Área de Empresa e informação sobre estrutura empresarial distrital. Papel das empresas no novo sistema das estatísticas externas. Novo sistema de reporte para a balança de pagamentos: o que reportar, como e quando	Carla Marques	DDE
Orçamento de Estado 2013 & Encerramento de Contas 2012 & Comunicação para a Balança de Pagamentos e Informação Sobre a Estrutura Empresarial Distrital (promovido pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas) - Porto	28 Jan.	Área de Empresa e informação sobre estrutura empresarial distrital. Papel das empresas no novo sistema das estatísticas externas.	Filipa Lima	DDE
Orçamento de Estado 2013 & Encerramento de Contas 2012 & Comunicação para a Balança de Pagamentos e Informação Sobre a Estrutura Empresarial Distrital (promovido pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas) - Porto	28 Jan.	Novo sistema de reporte para a balança de pagamentos: o que reportar, como e quando	Fernando Escada	DDE
Orçamento de Estado 2013 & Encerramento de Contas 2012 & Comunicação para a Balança de Pagamentos e Informação Sobre a Estrutura Empresarial Distrital (promovido pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas) - Setúbal	28 Jan.	Área de Empresa e informação sobre estrutura empresarial distrital. Papel das empresas no novo sistema das estatísticas externas.	Patrícia Gonçalves	DDE
Orçamento de Estado 2013 & Encerramento de Contas 2012 & Comunicação para a Balança de Pagamentos e Informação Sobre a Estrutura Empresarial Distrital (promovido pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas) - Setúbal	28 Jan.	Novo sistema de reporte para a balança de pagamentos: o que reportar, como e quando	Ana Margarida Meneses	DDE
Orçamento de Estado 2013 & Encerramento de Contas 2012 & Comunicação para a Balança de Pagamentos e Informação Sobre a Estrutura Empresarial Distrital (promovido pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas) - Coimbra	29 Jan.	Área de Empresa e informação sobre estrutura empresarial distrital. Papel das empresas no novo sistema das estatísticas externas.	Marta Veloso	DDE
Orçamento de Estado 2013 & Encerramento de Contas 2012 & Comunicação para a Balança de Pagamentos e Informação Sobre a Estrutura Empresarial Distrital (promovido pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas) - Coimbra	29 Jan.	Novo sistema de reporte para a balança de pagamentos: o que reportar, como e quando	Carmo Noronha	DDE
Orçamento de Estado 2013 & Encerramento de Contas 2012 & Comunicação para a Balança de Pagamentos e Informação Sobre a Estrutura Empresarial Distrital (promovido pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas) - Porto	29 Jan.	Área de Empresa e informação sobre estrutura empresarial distrital. Papel das empresas no novo sistema das estatísticas externas.	Filipa Lima	DDE
Orçamento de Estado 2013 & Encerramento de Contas 2012 & Comunicação para a Balança de Pagamentos e Informação Sobre a Estrutura Empresarial Distrital (promovido pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas) - Porto	29 Jan.	Novo sistema de reporte para a balança de pagamentos: o que reportar, como e quando	Fernando Escada	DDE
Orçamento de Estado 2013 & Encerramento de Contas 2012 & Comunicação para a Balança de Pagamentos e Informação Sobre a Estrutura Empresarial Distrital (promovido pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas) - Angra do Heroísmo	30 Jan.	Área de Empresa e informação sobre estrutura empresarial distrital. Papel das empresas no novo sistema das estatísticas externas. Novo sistema de reporte para a balança de pagamentos: o que reportar, como e quando	Carla Marques	DDE

A3 – Quadro 1 • Apresentações em seminários e conferências – 2013

Evento	Data do evento	Tema da apresentação	Autor da apresentação	Órgão/ Depart.
Orçamento de Estado 2013 & Encerramento de Contas 2012 & Comunicação para a Balança de Pagamentos e Informação Sobre a Estrutura Empresarial Distrital (promovido pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas) - Coimbra	30 Jan.	Área de Empresa e informação sobre estrutura empresarial distrital. Papel das empresas no novo sistema das estatísticas externas.	Carmo Noronha	DDE
Orçamento de Estado 2013 & Encerramento de Contas 2012 & Comunicação para a Balança de Pagamentos e Informação Sobre a Estrutura Empresarial Distrital (promovido pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas) - Coimbra	30 Jan.	Novo sistema de reporte para a balança de pagamentos: o que reportar, como e quando	Marta Veloso	DDE
Orçamento de Estado 2013 & Encerramento de Contas 2012 & Comunicação para a Balança de Pagamentos e Informação Sobre a Estrutura Empresarial Distrital (promovido pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas) - Porto	30 Jan.	Área de Empresa e informação sobre estrutura empresarial distrital. Papel das empresas no novo sistema das estatísticas externas.	Filipa Lima	DDE
Orçamento de Estado 2013 & Encerramento de Contas 2012 & Comunicação para a Balança de Pagamentos e Informação Sobre a Estrutura Empresarial Distrital (promovido pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas) - Porto	30 Jan.	Novo sistema de reporte para a balança de pagamentos: o que reportar, como e quando	Fernando Escada	DDE
Orçamento de Estado 2013 & Encerramento de Contas 2012 & Comunicação para a Balança de Pagamentos e Informação Sobre a Estrutura Empresarial Distrital (promovido pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas) - Porto	31 Jan.	Área de Empresa e informação sobre estrutura empresarial distrital. Papel das empresas no novo sistema das estatísticas externas.	Filipa Lima	DDE
Orçamento de Estado 2013 & Encerramento de Contas 2012 & Comunicação para a Balança de Pagamentos e Informação Sobre a Estrutura Empresarial Distrital (promovido pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas) - Porto	31 Jan.	Novo sistema de reporte para a balança de pagamentos: o que reportar, como e quando	Fernando Escada	DDE
Orçamento de Estado 2013 & Encerramento de Contas 2012 & Comunicação para a Balança de Pagamentos e Informação Sobre a Estrutura Empresarial Distrital (promovido pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas) - Horta	01 Fev.	Área de Empresa e informação sobre estrutura empresarial distrital. Papel das empresas no novo sistema das estatísticas externas. Novo sistema de reporte para a balança de pagamentos: o que reportar, como e quando	Carla Marques	DDE
Orçamento de Estado 2013 & Encerramento de Contas 2012 & Comunicação para a Balança de Pagamentos e Informação Sobre a Estrutura Empresarial Distrital (promovido pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas) - Funchal	01 Fev.	Área de Empresa e informação sobre estrutura empresarial distrital. Papel das empresas no novo sistema das estatísticas externas.	Patrícia Gonçalves	DDE
Orçamento de Estado 2013 & Encerramento de Contas 2012 & Comunicação para a Balança de Pagamentos e Informação Sobre a Estrutura Empresarial Distrital (promovido pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas) - Funchal	01 Fev.	Novo sistema de reporte para a balança de pagamentos: o que reportar, como e quando	Beatriz Matos	DDE
Reunião da Secção Permanente de Estatísticas Económicas - Conselho Superior de Estatística	04 Fev.	Estatísticas de Títulos: experiência no Banco de Portugal e desenvolvimentos no BCE	Carmo Aguiar	DDE

A3 – Quadro 1 • Apresentações em seminários e conferências – 2013

Evento	Data do evento	Tema da apresentação	Autor da apresentação	Órgão/ Depart.
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos - Porto	04 Fev.	A importância das estatísticas externas e a Área de Empresa como forma de aproximação do Banco de Portugal às empresas	Filipa Lima	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos - Porto	04 Fev.	Área de Empresa e novo sistema de reporte para a balança de pagamentos	Carmo Noronha	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos - Porto	04 Fev.	COPE (Comunicação de operações e posições com o exterior): o que reportar, como e quando	Pedro Pólvora	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos (BdP em colaboração com Associação Port. Fundos Investimento, Pensões e Patrimónios) - Lisboa	06 Fev.	A importância das estatísticas externas e a Área de Empresa como forma de aproximação do Banco de Portugal às empresas	Carla Marques	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos (BdP em colaboração com Associação Port. Fundos Investimento, Pensões e Patrimónios) - Lisboa	06 Fev.	Área de Empresa e novo sistema de reporte para a balança de pagamentos	Marta Veloso	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos (BdP em colaboração com Associação Investimento, Pensões e Patrimónios) - Lisboa	06 Fev.	Orientações específicas para o reporte de operações financeiras e dos Fundos no âmbito do novo sistema da balança de pagamentos	Lídia Brás	DDE
<i>ESCB STC / WGMFS and Eurosystem FSC / WGCR Joint Task Force Credit Registers</i>	13 Fev.	<i>Report</i>	Ana Almeida	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos - Ponta Delgada	15 Fev.	A importância das estatísticas externas e a Área de Empresa como forma de aproximação do Banco de Portugal às empresas	Carla Marques	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos - Ponta Delgada	15 Fev.	Novo sistema de reporte para a balança de pagamentos: o que reportar, como e quando	Carmo Noronha	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos (BdP em colaboração com Associação Portuguesa das Agências de Viagens e Turismo) - Ponta Delgada	15 Fev.	A importância das estatísticas externas e a Área de Empresa como forma de aproximação do Banco de Portugal às empresas	Carla Marques	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos (BdP em colaboração com Associação Portuguesa das Agências de Viagens e Turismo) - Ponta Delgada	15 Fev.	O novo sistema de estatísticas da Balança de Pagamentos e orientações específicas para o reporte de agências de viagens e operadores turísticos	Carmo Noronha	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos (BdP em colaboração com Associação Industrial Portuguesa) - Lisboa	20 Fev.	A importância das estatísticas externas e a Área de Empresa como forma de aproximação do Banco de Portugal às empresas	Carla Marques	DDE

A3 – Quadro 1 • Apresentações em seminários e conferências – 2013

Evento	Data do evento	Tema da apresentação	Autor da apresentação	Órgão/ Depart.
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos (BdP em colaboração com Associação Industrial Portuguesa) - Lisboa	20 Fev.	Área de Empresa e novo sistema de reporte para a balança de pagamentos	Carla Ferreira	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos (BdP em colaboração com Associação Industrial Portuguesa) - Lisboa	20 Fev.	COPE (Comunicação de operações e posições com o exterior): o que reportar, como e quando	Pedro Pólvora	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos (BdP em colaboração com Associação da Hotelaria de Portugal) - Funchal	20 Fev.	A importância das estatísticas externas e a Área de Empresa como forma de aproximação do Banco de Portugal às empresas	Filipa Lima	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos (BdP em colaboração com Associação da Hotelaria de Portugal) - Funchal	20 Fev.	Área de Empresa e novo sistema de reporte para a balança de pagamentos	Carmo Noronha	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos (BdP em colaboração com Associação da Hotelaria de Portugal) - Funchal	20 Fev.	Orientações específicas para o reporte de hotéis e empreendimentos turísticos no âmbito do novo sistema da balança de pagamentos	Beatriz Matos	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos (BdP em colaboração com Associação Portuguesa das Agências de Viagens e Turismo) - Funchal	21 Fev.	A importância das estatísticas externas e a Área de Empresa como forma de aproximação do Banco de Portugal às empresas	Filipa Lima	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos (BdP em colaboração com Associação Portuguesa das Agências de Viagens e Turismo) - Funchal	21 Fev.	Área de Empresa e novo sistema de reporte para a balança de pagamentos	Carmo Noronha	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos (BdP em colaboração com Associação Portuguesa das Agências de Viagens e Turismo) - Funchal	21 Fev.	Orientações específicas para o reporte de agências de viagens e operadores turísticos no âmbito do novo sistema da balança de pagamentos	Beatriz Matos	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos - Funchal	21 Fev.	A importância das estatísticas externas e a Área de Empresa como forma de aproximação do Banco de Portugal às empresas	Filipa Lima	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos - Funchal	21 Fev.	Área de Empresa e novo sistema de reporte para a balança de pagamentos	Carmo Noronha	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos - Funchal	21 Fev.	COPE (Comunicação de operações e posições com o exterior): o que reportar, como e quando	Beatriz Matos	DDE
<i>Workshop on Balance of Payments - Basileia</i>	28 Fev.	<i>Early estimates for balance of payments: feasibility/robustness</i>	João Cadete de Matos	DDE
<i>Workshop on Balance of Payments - Basileia</i>	01 Mar.	<i>Enhancing balance of payments quality: the way forward</i>	João Cadete de Matos	DDE

A3 – Quadro 1 • Apresentações em seminários e conferências – 2013

Evento	Data do evento	Tema da apresentação	Autor da apresentação	Órgão/ Depart.
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos (BdP em colaboração com Associação dos Transitários de Portugal) - Lisboa	04 Mar.	A importância das estatísticas externas e a Área de Empresa como forma de aproximação do Banco de Portugal às empresas	Carla Marques	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos (BdP em colaboração com Associação dos Transitários de Portugal) - Lisboa	04 Mar.	O novo sistema de estatísticas da Balança de Pagamentos e orientações específicas para o reporte dos transitários	Pedro Pólvora	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos (BdP em colaboração com Associação dos Transitários de Portugal) - Porto	05 Mar.	A importância das estatísticas externas e a Área de Empresa como forma de aproximação do Banco de Portugal às empresas	Carla Marques	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos (BdP em colaboração com Associação dos Transitários de Portugal) - Porto	05 Mar.	O novo sistema de estatísticas da Balança de Pagamentos e orientações específicas para o reporte dos transitários	Pedro Pólvora	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos - Lisboa	08 Mar.	A importância das estatísticas externas e a Área de Empresa como forma de aproximação do Banco de Portugal às empresas	Luís Teles	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos - Lisboa	08 Mar.	Área de Empresa e novo sistema de reporte para a balança de pagamentos	Carla Ferreira	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos - Lisboa	08 Mar.	COPE (Comunicação de operações e posições com o exterior): o que reportar, como e quando	Helena Marques	DDE
UNL	12 Mar.	As Estatísticas do BP	João Cadete de Matos e José Faustino	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos (BdP em colaboração com Associação Empresarial de Águeda) - Águeda	12 Mar.	A importância das estatísticas externas e a Área de Empresa como forma de aproximação do Banco de Portugal às empresas	Carla Marques	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos (BdP em colaboração com Associação Empresarial de Águeda) - Águeda	12 Mar.	Área de Empresa e novo sistema de reporte para a balança de pagamentos	Ana Margarida Meneses	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos (BdP em colaboração com Associação Empresarial de Águeda) - Águeda	12 Mar.	COPE (Comunicação de operações e posições com o exterior): o que reportar, como e quando	Thomas Verheij	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos (BdP em colaboração com Associação Empresarial Ourém - Fátima) - Ourém	13 Mar.	A importância das estatísticas externas e a Área de Empresa como forma de aproximação do Banco de Portugal às empresas	Filipa Lima	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos (BdP em colaboração com Associação Empresarial Ourém - Fátima) - Ourém	13 Mar.	Área de Empresa e novo sistema de reporte para a balança de pagamentos	Thomas Verheij	DDE

A3 – Quadro 1 • Apresentações em seminários e conferências – 2013

Evento	Data do evento	Tema da apresentação	Autor da apresentação	Órgão/Depart.
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos (BdP em colaboração com Associação Empresarial Ourém - Fátima) - Ourém	13 Mar.	COPE (Comunicação de operações e posições com o exterior): o que reportar, como e quando	Beatriz Matos	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos (BdP em colaboração com Associação Empresarial Ourém - Fátima) - Fátima	13 Mar.	A importância das estatísticas externas e a Área de Empresa como forma de aproximação do Banco de Portugal às empresas	Filipa Lima	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos (BdP em colaboração com Associação Empresarial Ourém - Fátima) - Fátima	13 Mar.	Área de Empresa e novo sistema de reporte para a balança de pagamentos	Thomas Verheij	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos (BdP em colaboração com Associação Empresarial Ourém - Fátima) - Fátima	13 Mar.	Orientações específicas para o reporte de hotéis e empreendimentos turísticos no âmbito do novo sistema da balança de pagamentos	Beatriz Matos	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos (BdP em colaboração com Associação Portuguesa de Seguradores) - Lisboa	15 Mar.	A importância das estatísticas externas e a Área de Empresa como forma de aproximação do Banco de Portugal às empresas	Carla Marques	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos (BdP em colaboração com Associação Portuguesa de Seguradores) - Lisboa	15 Mar.	Área de Empresa e novo sistema de reporte para a balança de pagamentos	Carla Ferreira	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos (BdP em colaboração com Associação Portuguesa de Seguradores) - Lisboa	15 Mar.	Orientações específicas para o reporte de operações financeiras e seguros no âmbito do novo sistema da balança de pagamentos	Márcio Mateus	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos (BdP em colaboração com Associação Portuguesa de Técnicos de Contabilidade) - Porto	18 Mar.	A importância das estatísticas externas e a Área de Empresa como forma de aproximação do Banco de Portugal às empresas	Carla Marques	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos (BdP em colaboração com Associação Portuguesa de Técnicos de Contabilidade) - Porto	18 Mar.	Área de Empresa e novo sistema de reporte para a balança de pagamentos	Carmo Noronha	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos (BdP em colaboração com Associação Portuguesa de Técnicos de Contabilidade) - Porto	18 Mar.	COPE (Comunicação de operações e posições com o exterior): o que reportar, como e quando	Lídia Brás	DDE
3ª Conferência da Central de Balanços do Banco de Portugal - Sessão em Santarém	18 Mar.	Acesso à informação estatística do Banco de Portugal	João Cadete de Matos	DDE
3ª Conferência da Central de Balanços do Banco de Portugal - Sessão em Santarém	18 Mar.	Comunicação de Operações e Posições com o Exterior ao Banco de Portugal - Papel das empresas no novo sistema das estatísticas externas	Filipa Lima	DDE
3ª Conferência da Central de Balanços do Banco de Portugal - Sessão em Santarém	18 Mar.	Informação da Empresa e do Setor a partir da Central de Balanços	Ana Almeida	DDE

A3 – Quadro 1 • Apresentações em seminários e conferências – 2013

Evento	Data do evento	Tema da apresentação	Autor da apresentação	Órgão/ Depart.
3ª Conferência da Central de Balanços do Banco de Portugal - Sessão em Santarém	18 Mar.	Análise do Setor Agrícola	Margarida Brites	DDE
Seminário na UCP - Porto	19 Mar.	As estatísticas do Banco de Portugal	João Cadete de Matos	DDE
Seminário na UCP - Porto	19 Mar.	A Central de Balanços do Banco de Portugal	Ana Almeida	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos (BdP em colaboração com Associação Empresarial Região Castelo Branco) - Castelo Branco	19 Mar.	A importância das estatísticas externas e a Área de Empresa como forma de aproximação do Banco de Portugal às empresas	Carla Marques	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos (BdP em colaboração com Associação Empresarial Região Castelo Branco) - Castelo Branco	19 Mar.	Área de Empresa e novo sistema de reporte para a balança de pagamentos	Pedro Pólvora	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos (BdP em colaboração com Associação Empresarial Região Castelo Branco) - Castelo Branco	19 Mar.	COPE (Comunicação de operações e posições com o exterior): o que reportar, como e quando	Fernando Escada	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos (BdP em colaboração com Associação Portuguesa de Técnicos de Contabilidade) - Lisboa	20 Mar.	A importância das estatísticas externas e a Área de Empresa como forma de aproximação do Banco de Portugal às empresas	Carla Marques	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos (BdP em colaboração com Associação Portuguesa de Técnicos de Contabilidade) - Lisboa	20 Mar.	Novo sistema de reporte para a balança de pagamentos: o que reportar, como e quando	Lídia Brás	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos (BdP em colaboração com Associação Portuguesa de Técnicos de Contabilidade) - Coimbra	25 Mar.	A importância das estatísticas externas e a Área de Empresa como forma de aproximação do Banco de Portugal às empresas	Carla Marques	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos (BdP em colaboração com Associação Portuguesa de Técnicos de Contabilidade) - Coimbra	25 Mar.	Área de Empresa e novo sistema de reporte para a balança de pagamentos	Helena Marques	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos (BdP em colaboração com Associação Portuguesa de Técnicos de Contabilidade) - Coimbra	25 Mar.	COPE (Comunicação de operações e posições com o exterior): o que reportar, como e quando	Lídia Brás	DDE
Sessão de ponto de situação com o sistema bancário no âmbito do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos - Lisboa	26 Mar.	Comunicação de Operações e Posições com o Exterior ao Banco de Portugal - Papel dos bancos no novo sistema das estatísticas externas	Filipa Lima	DDE
Sessão de ponto de situação com o sistema bancário no âmbito do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos - Lisboa	26 Mar.	Aspetos regulamentares e especificidades da informação a reportar pelos bancos	Carla Marques	DDE

A3 – Quadro 1 • Apresentações em seminários e conferências – 2013

Evento	Data do evento	Tema da apresentação	Autor da apresentação	Órgão/ Depart.
Sessão de ponto de situação com o sistema bancário no âmbito do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos - Lisboa	26 Mar.	Liquidações e Operações: o que reportar, como e quando	Marta Veloso	DDE
Sessão de ponto de situação com o sistema bancário relativo ao novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos - Lisboa	26 Mar.	Casos práticos no âmbito da comunicação de operações e posições com o exterior	Márcio Mateus	DDE
Seminário "Os Serviços e a Competitividade da Economia Portuguesa – das Políticas às Ações Concretas" - CCP	02 Abr.	Os serviços e a competitividade da economia portuguesa	João Cadete de Matos	DDE
Sessão de apresentação sobre a CB e o financiamento das empresas a alunos de mestrado da Porto Business School	02 Abr.	As empresas não financeiras em Portugal	Margarida Brites	DDE
UNL	04 Abr.	As estatísticas do Banco de Portugal	João Cadete de Matos	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos (BdP em colaboração com Associação Portuguesa de Técnicos de Contabilidade) - Porto	04 Abr.	A importância das estatísticas externas e a Área de Empresa como forma de aproximação do Banco de Portugal às empresas	João Falcão	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos (BdP em colaboração com Associação Portuguesa de Técnicos de Contabilidade) - Porto	04 Abr.	Novo sistema de reporte para a balança de pagamentos: o que reportar, como e quando	Thomas Verheij	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos (BdP em colaboração com Associação Portuguesa de Técnicos de Contabilidade) - Lisboa	05 Abr.	A importância das estatísticas externas e a Área de Empresa como forma de aproximação do Banco de Portugal às empresas	Carla Marques	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos (BdP em colaboração com Associação Portuguesa de Técnicos de Contabilidade) - Lisboa	05 Abr.	Área de Empresa e novo sistema de reporte para a balança de pagamentos	Márcio Mateus	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos (BdP em colaboração com Associação Portuguesa de Técnicos de Contabilidade) - Lisboa	05 Abr.	COPE (Comunicação de operações e posições com o exterior): o que reportar, como e quando	Diana Correia	DDE
XX Jornadas de Classificação e Análise de Dados (JOCLAD2013)	12 Abr.	<i>Building a Customer Relationship Management (CRM) model for the Statistics function in Banco de Portugal</i>	José Faustino, Joaquim António e Paulo Jesus	DDE
XX Jornadas de Classificação e Análise de Dados (JOCLAD2013)	12 Abr.	<i>Profitability in the manufacturing sector in Portugal: evidence from micro-data</i>	Homero Gonçalves e Tiago Pereira	DDE
XX Jornadas de Classificação e Análise de Dados (JOCLAD2013)	12 Abr.	<i>The dynamics of debt in the context of financial accounts - evidence from Portugal</i>	Filipa Lima, Olga Monteiro, Paula Menezes e Lígia Nunes	DDE

A3 – Quadro 1 • Apresentações em seminários e conferências – 2013

Evento	Data do evento	Tema da apresentação	Autor da apresentação	Órgão/ Depart.
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos (BdP em colaboração com Associação Portuguesa de Técnicos de Contabilidade) - Guarda	15 Abr.	A importância das estatísticas externas e a Área de Empresa como forma de aproximação do Banco de Portugal às empresas	João Falcão	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos (BdP em colaboração com Associação Portuguesa de Técnicos de Contabilidade) - Guarda	15 Abr.	Novo sistema de reporte para a balança de pagamentos: o que reportar, como e quando	Thomas Verheij	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos - Lisboa	17 Abr.	A importância das estatísticas externas e a Área de Empresa como forma de aproximação do Banco de Portugal às empresas	Filipa Lima	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos - Lisboa	17 Abr.	Área de Empresa e novo sistema de reporte para a balança de pagamentos	Carla Marques	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos - Lisboa	17 Abr.	COPE (Comunicação de operações e posições com o exterior): o que reportar, como e quando	Márcio Mateus	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos - Porto	17 Abr.	A importância das estatísticas externas e a Área de Empresa como forma de aproximação do Banco de Portugal às empresas	Carmo Noronha	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos - Porto	17 Abr.	Área de Empresa e novo sistema de reporte para a balança de pagamentos	Pedro Pólvora	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos - Porto	17 Abr.	COPE (Comunicação de operações e posições com o exterior): o que reportar, como e quando	Lídia Brás	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos (BdP em colaboração com Associação Portuguesa de Técnicos de Contabilidade) - Albufeira	18 Abr.	A importância das estatísticas externas e a Área de Empresa como forma de aproximação do Banco de Portugal às empresas	Filipa Lima	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos (BdP em colaboração com Associação Portuguesa de Técnicos de Contabilidade) - Albufeira	18 Abr.	Novo sistema de reporte para a balança de pagamentos: o que reportar, como e quando	Beatriz Matos	DDE
<i>OECD-ABS Workshop on Pensions</i>	22-24 Abr.	<i>Pension Liabilities in a context of an ageing population: the Portuguese case</i>	Ana Almeida	DDE
<i>OECD-ABS Workshop on Pensions</i>	22-24 Abr.	<i>Pension statistics for the new ESA: compilation issues and some results for Portugal in 2011</i>	Ana Almeida	DDE
Sessão de apresentação do BP na FEP	23 Abr.	A informação da empresa e do setor na Central de Balanços	Margarida Brites	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos (BdP em colaboração com Instituto Superior de Novas Profissões) - Lisboa	07 Mai.	A importância das estatísticas externas e a Área de Empresa como forma de aproximação do Banco de Portugal às empresas	Carla Ferreira	DDE

A3 – Quadro 1 • Apresentações em seminários e conferências – 2013

Evento	Data do evento	Tema da apresentação	Autor da apresentação	Órgão/ Depart.
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos (BdP em colaboração com Instituto Superior de Novas Profissões) - Lisboa	07 Mai.	Novo sistema de reporte para a balança de pagamentos e orientações específicas para o reporte de hotéis e empreendimentos turísticos no âmbito do novo sistema da balança de pagamentos	Beatriz Matos	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos (BdP em colaboração com Associação Portuguesa de Técnicos de Contabilidade) - Funchal	09 Mai.	A importância das estatísticas externas e a Área de Empresa como forma de aproximação do Banco de Portugal às empresas	Carla Marques	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos (BdP em colaboração com Associação Portuguesa de Técnicos de Contabilidade) - Funchal	09 Mai.	Novo sistema de reporte para a balança de pagamentos: o que reportar, como e quando	Thomas Verheij	DDE
<i>Workshop sobre a utilização do SICAE pelas entidades da administração pública</i>	09 Mai.	A relevância da CAE na atividade do Banco de Portugal	Margarida Brites	DDE
ISEGI	09 Mai.	Apresentação sobre as Estatísticas do Banco/EMF	Paula Casimiro e Rita Lameira	DDE
Sessão de apresentação da Prestação de Serviços na Central de Balanços- 2013 no ISCAP	14 Mai.	Prestação de serviços na Central de Balanços	Margarida Brites e Ana Bárbara Pinto	DDE
Sessão de apresentação da Prestação de Serviços na Central de Balanços- 2013 na FEP	14 Mai.	Prestação de serviços na Central de Balanços	Margarida Brites e Ana Bárbara Pinto	DDE
Sessão de apresentação do Banco de Portugal + candidaturas a estágios profissionais (DRH) + Prestação de Serviços na Central de Balanços- 2013 na UCP	15 Mai.	Prestação de serviços na Central de Balanços	Margarida Brites e Ana Bárbara Pinto	DDE
<i>WG Monetary and Financial Statistics</i>	16 Mai.	<i>The Portuguese CCR: main features and use for statistical purposes</i>	Paula Casimiro	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos (BdP em colaboração com Associação Portuguesa de Técnicos de Contabilidade) - Ponta Delgada	16 Mai.	A importância das estatísticas externas e a Área de Empresa como forma de aproximação do Banco de Portugal às empresas	Filipa Lima	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos (BdP em colaboração com Associação Portuguesa de Técnicos de Contabilidade) - Ponta Delgada	16 Mai.	Novo sistema de reporte para a balança de pagamentos: o que reportar, como e quando	Carmo Noronha	DDE
Seminário interno: Como aumentar a competitividade das exportações? - a experiência do setor do calçado	21 Mai.	Principais características do setor do calçado	Margarida Brites	DDE
Reunião da <i>TF Accounting and Statistics</i>	23 Mai.	<i>BACH Database</i>	Margarida Brites	DDE
Reunião da Secção Permanente de Estatísticas Económicas - Conselho Superior de Estatística	24 Mai.	Principais resultados de 2012: estatísticas da BoP/PII e CF	Carla Marques e Olga Monteiro	DDE

A3 – Quadro 1 • Apresentações em seminários e conferências – 2013

Evento	Data do evento	Tema da apresentação	Autor da apresentação	Órgão/ Depart.
Sessão de apresentação das estatísticas do Banco na Universidade do Minho	28 Mai.	As estatísticas do Banco de Portugal	Luís Teles	DDE
Sessão de apresentação das estatísticas do Banco na Universidade do Minho	28 Mai.	A Central de Balanços do Banco de Portugal	Margarida Brites	DDE
<i>7th Workshop on Statistics, Mathematics and Computation (WSMC7) e 5th International Conference on Risk Analysis (ICRA5)</i>	29 Mai.	<i>Collateral demands in the context of a financial crisis</i>	Rodrigo Batista e Rita Avelino	DDE
<i>7th Workshop on Statistics, Mathematics and Computation (WSMC7) e 5th International Conference on Risk Analysis (ICRA5)</i>	29 Mai.	<i>Using interest rate statistics for analytical purposes</i>	Patrícia Antunes e Lígia Nunes	DDE
<i>7th Workshop on Statistics, Mathematics and Computation (WSMC7) e 5th International Conference on Risk Analysis (ICRA5)</i>	29 Mai.	<i>Stylized facts on Portuguese corporate credit default: the relevance of firm level data</i>	Homero Gonçalves e Ana Filipa Carvalho	DDE
Sessão de apresentação do sistema de informação para a Balança de Pagamentos - 1.ª sessão Lisboa	06 Jun.	Fluxo de informação e testes efetuados	Carla Ferreira	DDE
Sessão de apresentação do sistema de informação para a Balança de Pagamentos - 1.ª sessão Lisboa	06 Jun.	Revisões e correção da informação	Helena Marques	DDE
Sessão de apresentação do sistema de informação para a Balança de Pagamentos - 2.ª sessão Lisboa	06 Jun.	Fluxo de informação e testes efetuados	João Falcão	DDE
Sessão de apresentação do sistema de informação para a Balança de Pagamentos - 2.ª sessão Lisboa	06 Jun.	Revisões e correção da informação	Thomas Verheij	DDE
Sessão de apresentação do sistema de informação para a Balança de Pagamentos - 1.ª sessão Porto	06 Jun.	Fluxo de informação e testes efetuados	Carla Marques	DDE
Sessão de apresentação do sistema de informação para a Balança de Pagamentos - 1.ª sessão Porto	06 Jun.	Interpretação de erros e alertas (problemas frequentes)	Ana Margarida Meneses	DDE
Sessão de apresentação do sistema de informação para a Balança de Pagamentos - 1.ª sessão Porto	06 Jun.	Revisões e correção da informação	Carmo Noronha	DDE
Sessão de apresentação do sistema de informação para a Balança de Pagamentos - 2.ª sessão Porto	06 Jun.	Fluxo de informação e testes efetuados	Carla Marques	DDE
Sessão de apresentação do sistema de informação para a Balança de Pagamentos - 2.ª sessão Porto	06 Jun.	Interpretação de erros e alertas (problemas frequentes)	Carmo Noronha	DDE
Sessão de apresentação do sistema de informação para a Balança de Pagamentos - 2.ª sessão Porto	06 Jun.	Revisões e correção da informação	Ana Margarida Meneses	DDE
Sessão de apresentação do sistema de informação para a Balança de Pagamentos - 1.ª sessão Lisboa	07 Jun.	Fluxo de informação e testes efetuados	João Falcão	DDE

A3 – Quadro 1 • Apresentações em seminários e conferências – 2013

Evento	Data do evento	Tema da apresentação	Autor da apresentação	Órgão/ Depart.
Sessão de apresentação do sistema de informação para a Balança de Pagamentos - 1.ª sessão Lisboa	07 Jun.	Revisões e correção da informação	Carmen Cabral	DDE
Sessão de apresentação do sistema de informação para a Balança de Pagamentos - 2.ª sessão Lisboa	07 Jun.	Fluxo de informação e testes efetuados	Carla Marques	DDE
Sessão de apresentação do sistema de informação para a Balança de Pagamentos - 2.ª sessão Lisboa	07 Jun.	Revisões e correção da informação	Helena Marques	DDE
<i>Workshop on integrated management of micro-databases</i>	20 Jun.	<i>Challenges and prospects for setting-up a European Union shared system on credit</i>	Ana Almeida	DDE
<i>Workshop on integrated management of micro-databases</i>	20 Jun.	<i>Micro-databases on securities statistics as a key issue for satisfying user needs</i>	Luís Teles Dias	DDE
<i>Workshop on integrated management of micro-databases</i>	20 Jun.	<i>Building business registers to monitor entrepreneurial dynamics</i>	Homero Gonçalves e Mário Lourenço	DDE
<i>Workshop on integrated management of micro-databases</i>	20 Jun.	<i>Efficient ways of dealing with accounting data from enterprises</i>	Margarida Brites	DDE
<i>Workshop on integrated management of micro-databases</i>	20 Jun.	<i>A flexible approach to credit statistics: The use of the Portuguese Central Credit Register for statistical compilation</i>	Paula Casimiro	DDE
<i>Workshop on integrated management of micro-databases</i>	20 Jun.	<i>How granular should data be to compile BoP statistics?</i>	Carla Marques	DDE
<i>Workshop on integrated management of micro-databases</i>	20 Jun.	<i>The use of payments data to improve monetary and financial analysis</i>	Filipa Lima	DDE
<i>Workshop on integrated management of micro-databases</i>	20 Jun.	<i>Is micro-data reporting the future for interest rate statistics?</i>	Rita Lameira, Patrícia Antunes e Inês Antunes	DDE
<i>Workshop on integrated management of micro-databases</i>	20 Jun.	<i>Business intelligence in securities statistics: An evolutionary approach</i>	M. Carmo Aguiar	DDE
<i>Workshop on integrated management of micro-databases</i>	21 Jun.	<i>Integrating micro-databases for statistical purposes</i>	Paula Menezes e Luís D'Aguiar	DDE
Sessão de esclarecimento de dúvidas sobre o novo sistema de informação para a Balança de Pagamentos: "Às 5.ªs no Banco de Portugal" - Lisboa	04 Jul.	Objetivo da sessão, dar a palavra ao reportante, e destaques sobre a comunicação de operações e posições com o exterior	Carla Ferreira	DDE
Sessão de esclarecimento de dúvidas sobre o novo sistema de informação para a Balança de Pagamentos: "Às 5.ªs no Banco de Portugal" - Lisboa	04 Jul.	Questões frequentes no âmbito da comunicação de operações e posições com o exterior	Ana Margarida Meneses	DDE
Sessão de esclarecimento de dúvidas sobre o novo sistema de informação para a Balança de Pagamentos: "Às 5.ªs no Banco de Portugal" - Lisboa	04 Jul.	Casos práticos no âmbito da comunicação de operações e posições com o exterior	Thomas Verheij	DDE
Seminário interno: Como aumentar a competitividade das Exportações? - A experiência do INESC	09 Jul.	Caracterização das empresas com I&D em Portugal a partir da Central de Balanços e da Balança de Pagamentos Tecnológica	Margarida Brites	DDE

A3 – Quadro 1 • Apresentações em seminários e conferências – 2013

Evento	Data do evento	Tema da apresentação	Autor da apresentação	Órgão/ Depart.
Sessão de esclarecimento de dúvidas sobre o novo sistema de informação para a Balança de Pagamentos: “Às 5. ^{as} no Banco de Portugal” - Lisboa	11 Jul.	Objetivo da sessão, dar a palavra ao reportante, e destaques sobre a comunicação de operações e posições com o exterior	Carla Ferreira	DDE
Sessão de esclarecimento de dúvidas sobre o novo sistema de informação para a Balança de Pagamentos: “Às 5. ^{as} no Banco de Portugal” - Lisboa	11 Jul.	Questões frequentes no âmbito da comunicação de operações e posições com o exterior	Ana Margarida Meneses	DDE
Sessão de esclarecimento de dúvidas sobre o novo sistema de informação para a Balança de Pagamentos: “Às 5. ^{as} no Banco de Portugal” - Lisboa	11 Jul.	Casos práticos no âmbito da comunicação de operações e posições com o exterior	Lídia Brás	DDE
Ação de Formação aos Prestadores de Serviços na Central de Balanços	17 Jul.	Prestação de serviços na Central de Balanços em 2012 - Sessão de Abertura	Margarida Brites	DDE
Sessão de esclarecimento de dúvidas sobre o novo sistema de informação para a Balança de Pagamentos: “Às 5. ^{as} no Banco de Portugal” - Lisboa	18 Jul.	Objetivo da sessão, dar a palavra ao reportante, e destaques sobre a comunicação de operações e posições com o exterior	Carla Marques	DDE
Sessão de esclarecimento de dúvidas sobre o novo sistema de informação para a Balança de Pagamentos: “Às 5. ^{as} no Banco de Portugal” - Lisboa	18 Jul.	Questões frequentes no âmbito da comunicação de operações e posições com o exterior	Carla Ferreira	DDE
Sessão de esclarecimento de dúvidas sobre o novo sistema de informação para a Balança de Pagamentos: “Às 5. ^{as} no Banco de Portugal” - Lisboa	18 Jul.	Casos práticos no âmbito da comunicação de operações e posições com o exterior	João Falcão	DDE
Sessão de esclarecimento de dúvidas sobre o novo sistema de informação para a Balança de Pagamentos: “Às 5. ^{as} no Banco de Portugal” - Lisboa	25 Jul.	Objetivo da sessão, dar a palavra ao reportante, e destaques sobre a comunicação de operações e posições com o exterior	Carla Marques	DDE
Sessão de esclarecimento de dúvidas sobre o novo sistema de informação para a Balança de Pagamentos: “Às 5. ^{as} no Banco de Portugal” - Lisboa	25 Jul.	Questões frequentes no âmbito da comunicação de operações e posições com o exterior	João Falcão	DDE
Sessão de esclarecimento de dúvidas sobre o novo sistema de informação para a Balança de Pagamentos: “Às 5. ^{as} no Banco de Portugal” - Lisboa	25 Jul.	Casos práticos no âmbito da comunicação de operações e posições com o exterior	Helena Marques	DDE
Prestação de Serviços na Central de Balanços - 1.ª Avaliação intercalar	08 Ago.	Ponto de situação sobre o controlo de qualidade da IES e do ISII no âmbito da prestação de serviços na Central de Balanços em 2013	Margarida Brites	DDE
<i>ISI 2013 - 59th World Statistics Congress</i>	26 Ago.	<i>Measuring external debt in a context of macroeconomic imbalances</i>	João Cadete de Matos, Ana Margarida de Almeida, Lígia Maria Nunes e Daniela Black Miranda	DDE
<i>ISI 2013 - 59th World Statistics Congress</i>	27 Ago.	<i>Discussant's synthesis on session STS057 Methodological and compilation review on bank interest rates statistics</i>	João Cadete de Matos	DDE

A3 – Quadro 1 • Apresentações em seminários e conferências – 2013

Evento	Data do evento	Tema da apresentação	Autor da apresentação	Órgão/ Depart.
<i>ISI 2013 - 59th World Statistics Congress</i>	27 Ago.	<i>Impact and benefits of micro-databases' integration on the statistics of the Banco de Portugal</i>	Paula Menezes e Luís D'Aguiar	DDE
9.ª Reunião do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento das Estatísticas Macroeconómicas	04 Set.	<i>Macroeconomic Imbalance Procedure (MIP) – implicações para os Sistemas Estatísticos</i>	Filipa Lima	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos - Porto	10 Set.	A importância das estatísticas externas e a Área de Empresa como forma de aproximação do Banco de Portugal às empresas	Carla Ferreira	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos - Porto	10 Set.	Área de Empresa e novo sistema de reporte para a balança de pagamentos	Pedro Pólvora	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos - Lisboa	11 Set.	A importância das estatísticas externas e a Área de Empresa como forma de aproximação do Banco de Portugal às empresas	Carla Marques	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos - Lisboa	11 Set.	Novo sistema de reporte para a balança de pagamentos: o que reportar, como e quando	Diana Correia	DDE
CONTRIMAC - Contas Trimestrais da Macaronésia	16 Set.	A atividade económica da Madeira nas estatísticas do Banco de Portugal	João Cadete de Matos	DDE
CONTRIMAC - Contas Trimestrais da Macaronésia	16 Set.	Estatísticas da dívida pública da Madeira no contexto das contas financeiras de Portugal	Ana Almeida	DDE
<i>STC Thematic meeting</i>	19 Set.	<i>Towards a vision for an Analytical Credit dataset</i>	Ana Almeida	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos - Lisboa	26 Set.	A importância das estatísticas externas e a Área de Empresa como forma de aproximação do Banco de Portugal às empresas	Carla Marques	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos - Lisboa	26 Set.	Área de Empresa e novo sistema de reporte para a balança de pagamentos	Carla Ferreira	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos - Lisboa	26 Set.	COPE (Comunicação de operações e posições com o exterior): o que reportar, como e quando	Carla Peixoto	DDE
<i>OECD Working Party on Financial Statistics and Working Party on National Accounts, October 2013</i>	03 Out.	<i>The Portuguese economy seen through the lenses of flow-of-funds: how inter-sectoral relationships evolved in 2000-2012</i>	Ana Almeida e Daniel Carvalho	DDE
UNL	07 Out.	As Estatísticas do BP	João Cadete de Matos e José Faustino	DDE
<i>ECCBSO meeting</i>	07 Out.	<i>Products and services of the european CBSOs: Main results for 2013 and discussion on the way forward</i>	Ana Almeida e Margarida Brites	DDE

A3 – Quadro 1 • Apresentações em seminários e conferências – 2013

Evento	Data do evento	Tema da apresentação	Autor da apresentação	Órgão/ Depart.
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos (BdP em colaboração com a Associação Comercial do Distrito de Évora e Associação da Hotelaria de Portugal , Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal) - Évora	08 Out.	A importância das estatísticas externas e a Área de Empresa como forma de aproximação do Banco de Portugal às empresas	Carla Marques	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos (BdP em colaboração com a Associação Comercial do Distrito de Évora e Associação da Hotelaria de Portugal , Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal) - Évora	08 Out.	O novo sistema de estatísticas da Balança de Pagamentos e orientações específicas para o reporte de agências de viagens, operadores turísticos, hotéis e empreendimentos turísticos	Carla Ferreira	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos (BdP em colaboração com Associação Portuguesa das Agências de Viagens e Turismo) - Lisboa	09 Out.	A importância das estatísticas externas e a Área de Empresa como forma de aproximação do Banco de Portugal às empresas	Carla Ferreira	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos (BdP em colaboração com Associação Portuguesa das Agências de Viagens e Turismo) - Lisboa	09 Out.	O novo sistema de estatísticas da Balança de Pagamentos e orientações específicas para o reporte de agências de viagens e operadores turísticos	Beatriz Matos	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos - Lisboa	10 Out.	A importância das estatísticas externas e a Área de Empresa como forma de aproximação do Banco de Portugal às empresas	Carla Marques	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos - Lisboa	10 Out.	Área de Empresa e novo sistema de reporte para a balança de pagamentos	Carmo Noronha	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos (BdP em colaboração com a Associação da Hotelaria de Portugal e Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal) - Lisboa	15 Out.	A importância das estatísticas externas e a Área de Empresa como forma de aproximação do Banco de Portugal às empresas	Carla Marques	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos (BdP em colaboração com a Associação da Hotelaria de Portugal e Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal) - Lisboa	15 Out.	Área de Empresa e novo sistema de reporte para a balança de pagamentos	Carla Ferreira	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos (BdP em colaboração com a Associação da Hotelaria de Portugal e Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal) - Lisboa	15 Out.	Orientações específicas para o reporte de hotéis e empreendimentos turísticos no âmbito do novo sistema da balança de pagamentos	Beatriz Matos	DDE
Seminário Para que servem as estatísticas? Que uso diário lhes damos?	21 Out.	Perspetivar o futuro da comunicação estatística - o contributo do Banco de Portugal	João Cadete de Matos	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos - Lisboa	22 Out.	A importância das estatísticas externas e a Área de Empresa como forma de aproximação do Banco de Portugal às empresas	Ana Margarida Meneses	DDE

A3 – Quadro 1 • Apresentações em seminários e conferências – 2013

Evento	Data do evento	Tema da apresentação	Autor da apresentação	Órgão/ Depart.
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos - Lisboa	22 Out.	Área de Empresa e novo sistema de reporte para a balança de pagamentos	Carla Peixoto	DDE
<i>Seminar on financial statistics, Banca d'Italia</i>	29 Out.	<i>Compilation of Financial Accounts the experience of Banco de Portugal</i>	Ana Almeida	DDE
<i>Open data and public information, 4th International Workshop, Sharing best practices in R&D and education statistics</i>	05 Nov.	<i>Increasing the stock of knowledge with R&D: the contribution of Banco de Portugal</i>	João Cadete de Matos	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos - Lisboa	06 Nov.	A importância das estatísticas externas e a Área de Empresa como forma de aproximação do Banco de Portugal às empresas	Carmo Noronha	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos - Lisboa	06 Nov.	Área de Empresa e novo sistema de reporte para a balança de pagamentos	Márcio Mateus	DDE
<i>Financial Accounts Seminar at the Central Bank of the Republic of Turkey</i>	13 Nov	<i>Financial accounts in Portugal</i>	Filipa Lima	DDE
<i>Financial Accounts Seminar at the Central Bank of the Republic of Turkey</i>	13 Nov.	<i>Non-financial sectors and estimation methods</i>	Filipa Lima	DDE
<i>Financial Accounts Seminar at the Central Bank of the Republic of Turkey</i>	13 Nov.	<i>Use of securities statistics</i>	Filipa Lima	DDE
<i>Financial Accounts Seminar at the Central Bank of the Republic of Turkey</i>	14 Nov.	<i>Sector accounts and financial accounts: uses (Banco de Portugal)</i>	Filipa Lima	DDE
<i>Financial Accounts Seminar at the Central Bank of the Republic of Turkey</i>	14 Nov.	<i>Financial accounts data needs (Banco de Portugal)</i>	Filipa Lima	DDE
Reunião da Secção Permanente de Estatísticas Económicas - Conselho Superior de Estatística	18 Nov.	Estatísticas da Central de Balanços	Margarida Brites	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos - Porto	18 Nov.	A importância das estatísticas externas e a Área de Empresa como forma de aproximação do Banco de Portugal às empresas	Carla Marques	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos - Porto	18 Nov.	Área de Empresa e novo sistema de reporte para a balança de pagamentos	Carmo Noronha	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos - 1.ª sessão Porto	19 Nov.	A importância das estatísticas externas e a Área de Empresa como forma de aproximação do Banco de Portugal às empresas	Carla Marques	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos - 1.ª sessão Porto	19 Nov.	Área de Empresa e novo sistema de reporte para a balança de pagamentos	Carmo Noronha	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos - 2.ª sessão Porto	19 Nov.	A importância das estatísticas externas e a Área de Empresa como forma de aproximação do Banco de Portugal às empresas	Carla Marques	DDE

A3 – Quadro 1 • Apresentações em seminários e conferências – 2013

Evento	Data do evento	Tema da apresentação	Autor da apresentação	Órgão/ Depart.
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos - 2.ª sessão Porto	19 Nov.	Área de Empresa e novo sistema de reporte para a balança de pagamentos	Carmo Noronha	DDE
<i>ECB – Financial accounts seminar</i>	20 Nov.	<i>National compilation practices The experience of Banco de Portugal</i>	Filipa Lima	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos - Lisboa	21 Nov.	A importância das estatísticas externas e a Área de Empresa como forma de aproximação do Banco de Portugal às empresas	Carla Ferreira	DDE
Sessão de apresentação do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos - Lisboa	21 Nov.	Área de Empresa e novo sistema de reporte para a balança de pagamentos	Ana Margarida Meneses	DDE
Seminário Mestrado de Contabilidade, Fiscalidade e Finanças Empresariais - ISEG	21 Nov.	Para que servem as estatísticas? Que uso diário lhes damos	João Cadete de Matos	DDE
Seminário Mestrado de Contabilidade, Fiscalidade e Finanças Empresariais - ISEG	21 Nov.	A Central de Balanços do Banco de Portugal	Margarida Brites	DDE
Reunião WG-GFS	24 Nov.	Indicadores mensais sobre finanças públicas disponíveis em Portugal.	Sérgio Branco	DDE
Reunião do WG-EAA	26 Nov.	<i>The new financial accounts compilation and dissemination IT system in Portugal</i>	Olga Monteiro	DDE
Sessão de ponto de situação com o sistema bancário no âmbito do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos - Lisboa	27 Nov.	Âmbito e especificidades da informação a reportar pelos bancos para a balança de pagamentos	Carla Marques	DDE
Sessão com o sistema bancário no âmbito do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos - Lisboa	27 Nov.	Liquidações e Operações: o que reportar, como e quando	João Falcão	DDE
Sessão com o sistema bancário no âmbito do novo sistema de reporte de informação para a Balança de Pagamentos - Lisboa	27 Nov.	Casos práticos no âmbito da comunicação de operações e posições com o exterior	Thomas Verheij	DDE
Reunião da Secção Permanente de Coordenação Estatística - Conselho Superior de Estatística	27 Nov.	Política de revisões das estatísticas do Banco de Portugal	António Agostinho	DDE
Jornadas de Estatística Regional	29 Nov.	A Atividade Económica dos Açores nas Estatísticas do Banco de Portugal	João Cadete de Matos	DDE
V Encontro Ibérico	04 Dez.	<i>Using Micro-data for Statistics Production</i>	João Cadete de Matos	DDE
V Encontro Ibérico	04 Dez.	<i>Anacredit</i>	Ana Almeida	DDE
V Encontro Ibérico	04 Dez.	<i>NEW BoP/IIP COMPILATION SYSTEM – Banco de Portugal</i>	Filipa Lima	DDE
V Encontro Ibérico	04 Dez.	<i>Implementation of ESA/2010 in financial accounts: expected impact of holdings' new treatment in Portugal</i>	Ana Almeida	DDE
<i>Economics, Econometrics and Finance Seminar</i>	28-29 Jan.	<i>Liquidity Risk in Banking: is there Herding?</i>	Diana Bonfim	DEE

A3 – Quadro 1 • Apresentações em seminários e conferências – 2013

Evento	Data do evento	Tema da apresentação	Autor da apresentação	Órgão/ Depart.
<i>2nd MoFIR Workshop on Banking</i>	7-8 Mar.	<i>Liquidity Risk in Banking: is there Herding?</i>	Diana Bonfim	DEE
<i>RES-Royal Economic Society Annual Conference</i>	3-5 Abr.	<i>Business Cycles: We got News</i>	Sandra Gomes	DEE
<i>European Public Choice Meeting 2013</i>	3-6 Abr.	<i>What Accounts for Portuguese Regional Differences in Students' Performance? Evidence from OECD Pisa</i>	Manuel Pereira	DEE
<i>THEMA/University of Cergy-Pontoise</i>	4-5 Abr.	<i>Paying for others protection: Casual evidence on wages in a two-tier system</i>	Álvaro Novo e Mário Centeno	DEE
<i>2013 Annual Conference for Scottish Economic Society</i>	8-10 Abr.	<i>Paying for others protection: Casual evidence on wages in a two-tier system</i>	Álvaro Novo	DEE
<i>4th Annual Conference of TIGN-IADBE</i>	12-13 Abr.	<i>Managers Mobility, Trade Status and Wages</i>	Luca Opromolla	DEE
<i>Labor-Health Economics Workshop</i>	25 Abr.	<i>Decomposing the Returns to Education</i>	Pedro Portugal	DEE
<i>3rd SEEK Conference "Engines for More and Better Jobs in Europe"</i>	25-26 Abr.	<i>Paying for others protection: Casual evidence on wages in a two-tier system</i>	Álvaro Novo	DEE
<i>18th Society of Labor Economists Meeting</i>	3-4 Mai.	<i>When Supply Meets Demand: Wage Inequality in Portugal</i>	Álvaro Novo e Mário Centeno	DEE
<i>18th Society of Labor Economists Meeting</i>	3-4 Mai.	<i>Girls School Attendance: A Dynamic Discrete Choice Structural Approach</i>	Hugo Reis	DEE
<i>18th Society of Labor Economists Meeting</i>	3-4 Mai.	<i>Wage rigidity and employment adjustment at the firm level: Evidence from survey data</i>	Fernando Martins	DEE
<i>NYU Economics Ph.D Alumni Conference</i>	31 Mai. - 1 Jun.	<i>Managers Mobility, Trade Status and Wages</i>	Luca Opromolla	DEE
<i>The Society for Financial Econometrics Annual Conference</i>	12-14 Jun.	<i>Quantile Regression for Long Memory Testing: A Case of Realized Volatility</i>	Paulo Rodrigues	DEE
<i>North American Summer Meeting Econometric Society</i>	12-17 Jun.	<i>On the value of Information in the Moment Structure of DSGE Models</i>	Nikolay Iskrev	DEE
<i>SED 2013</i>	25-30 Jun.	<i>On the value of Information in the Moment Structure of DSGE Models</i>	Nikolay Iskrev	DEE
<i>EcoMod 2013</i>	30 Jun. - 3 Jul.	<i>Fiscal multiplier(s) in a small euro area economy-How big can they be in times of crisis?</i>	José Maria	DEE
<i>EcoMod 2013</i>	1-3 Jul.	<i>Wage rigidity and employment adjustment at the firm level: Evidence from survey data</i>	Fernando Martins	DEE
<i>PET13 Lisbon Conference</i>	5-7 Jul.	<i>Liquidity Risk in Banking: is there herding?</i>	Diana Bonfim	DEE
<i>7th Portuguese Economic Journal</i>	8-9 Jul.	<i>Systemic Risk Analysis using Forwardlooking Distance-t-Default Series</i>	Martin Saldias	DEE
<i>7th Portuguese Economic Journal</i>	8-9 Jul.	<i>What Survey Data Reveal about Price and Wage Rigidity</i>	Fernando Martins	DEE
<i>7th Portuguese Economic Journal</i>	8-9 Jul.	<i>Housing Market Dynamics: Any News?</i>	Sandra Gomes	DEE
<i>7th Portuguese Economic Journal</i>	8-9 Jul.	<i>The Risk Taking Channel in Portugal</i>	Carla Soares	DEE

A3 – Quadro 1 • Apresentações em seminários e conferências – 2013

Evento	Data do evento	Tema da apresentação	Autor da apresentação	Órgão/ Depart.
<i>7th Portuguese Economic Journal</i>	8-9 Jul.	<i>Inequality and Policy Changes: the case of a decline on inflation in open economies</i>	Bernardino Adão	DEE
<i>7th Portuguese Economic Journal</i>	8-9 Jul.	<i>On the Distribution of Information in the Moment Structure of DSGE Models</i>	Nikolay Iskrev	DEE
<i>7th Portuguese Economic Journal</i>	8-9 Jul.	<i>The Tip of the Iceberg: A Quantitative Framework for Estimating Trade Costs</i>	Luca Opromolla	DEE
<i>7th Portuguese Economic Journal</i>	8-9 Jul.	<i>Credit Policy and the Zero Bound on Interest Rates</i>	Pedro Teles	DEE
<i>7th Portuguese Economic Journal</i>	8-9 Jul.	<i>Labor Immobility and the Transmission of Monetary Policy</i>	Isabel Correia	DEE
<i>7th Portuguese Economic Journal</i>	8-9 Jul.	<i>Everything you always wanted to know about sex discrimination</i>	Pedro Portugal	DEE
12th CRETE	14-18 Jul.	<i>Labor Immobility and the Transmission of Monetary Policy in a Monetary Union</i>	Isabel Correia	DEE
12th CRETE	14-18 Jul.	<i>Credit Policy and the Zero Bound on Interest Rates</i>	Pedro Teles	DEE
SAET	24-27 Jul.	<i>Spillovers in the Adaptation of Renewable Technologies</i>	Bernardino Adão	DEE
SAET	26-27 Jul.	<i>Topics in Theoretical and Applied Economics</i>	Caterina Mendicino	DEE
<i>European Economic Association Meetings</i>	26-30 Ago.	<i>Inequality and Policy Changes: the case of a decline on inflation in open economies</i>	Isabel Correia	DEE
<i>European Meeting of the Econometric Society</i>	26-30 Ago.	<i>Welfare Costs of Inflation with Distortionary Taxation</i>	Bernardino Adão	DEE
<i>ESCB-AHEAD Conference</i>	27 Ago.	<i>Liquidity Risk in Banking: is there herding?</i>	Diana Bonfim	DEE
<i>Economics and Law of Sovereign Debt: the Eurozone, Argentina and Beyond</i>	8-10 Set.	<i>Eurozone Countries at Risk (then and now)</i>	Isabel Correia e Pedro Teles	DEE
2.º Encontro Luso-Brasileiro de Macroeconomia	11-15 Set.	<i>Inequality and Policy Changes: the case of a decline on inflation in open economies</i>	Bernardino Adão	DEE
2.º Encontro Luso-Brasileiro de Macroeconomia	11-15 Set.	<i>Redistributional and Consumer Default Effects of Capital Income Tax Cuts</i>	António Antunes	DEE
2.º Encontro Luso-Brasileiro de Macroeconomia e Fundação Getulio Vargas	11-15 Set 21-26 Set.	<i>Credit Policy and the Zero Bound on Interest Rates</i>	Pedro Teles	DEE
<i>25th EALE Conference</i>	19-21 Set.	<i>Paying for others protection: Casual evidence on wages in a two-tier system</i>	Álvaro Novo e Mário Centeno	DEE
<i>25th EALE Conference</i>	18-22 Set.	<i>Wage rigidity and employment adjustment at the firm level: Evidence from survey data</i>	Fernando Martins	DEE
<i>25th EALE Conference</i>	18-22 Set.	<i>Labour Demand</i>	Pedro Portugal	DEE

A3 – Quadro 1 • Apresentações em seminários e conferências – 2013

Evento	Data do evento	Tema da apresentação	Autor da apresentação	Órgão/ Depart.
<i>Labor Market Reform in the EMU Conference</i>	25-27 Set.	<i>Labour Demand</i>	Pedro Portugal	DEE
<i>XXVIII AIEL Conference of Labour Economics</i>	26-28 Set.	<i>Paying for others protection: Casual evidence on wages in a two-tier system</i>	Álvaro Novo e Mário Centeno	DEE
<i>Workshop on top-down stress tests</i>	30 Set.	<i>Modelling corporate and household default rates in Portugal</i>	António Antunes e Nuno Alves	DEE
<i>Bank of Canada / CREI Conference</i>	3-6 Out.	<i>Credit Policy and the Zero Bound on Interest Rates</i>	Pedro Teles	DEE
<i>NBER Development program and 26th BREAD Conference on Development Economics</i>	10-13 Out.	<i>Parental Valuation of School Attributes in Developing Countries: Evidence from Pakistan</i>	Hugo Reis	DEE
<i>16th Annual DNB Research Conference - The Impact on the Dynamics of SMEs</i>	17-18 Out.	<i>Catastrophic Job Destruction</i>	Pedro Portugal	DEE
<i>Universita' Cattolica del Sacro Cuore Milano</i>	23-25 Out.	<i>The Tip of the Iceberg: A Quantitative Framework for Estimating Trade Cost</i>	Luca Opromolla	DEE
<i>54th Annual Conference Alma Mater Studiorum - University of Bologna</i>	24-26 Out.	<i>Paying for others protection: Casual evidence on wages in a two-tier system</i>	Álvaro Novo	DEE
<i>Association of Southern European Economic Theorists (ASSET)</i>	7-10 Nov.	<i>Labor Immobility and the Monetary Transmission of Monetary Policy in a Monetary Union</i>	Isabel Correia	DEE
<i>Firms' Behaviour in the Crisis: What do Micro Data Tell US? Conference</i>	28-29 Nov	<i>Catastrophic job Destruction</i>	Pedro Portugal	DEE
<i>International Workshop on the Dynamics of Low Wage, Low Pay and Transfer Receipt</i>	15-16 Nov.	<i>The Impact of the Minimum Wage on Low-Wage and Young Workers</i>	Álvaro Novo e Mário Centeno	DEE
<i>City University of New York - Queens College</i>	1-5 Dez.	<i>The Tip of the Iceberg: A Quantitative Framework for Estimating Trade Costs</i>	Luca Opromolla	DEE
<i>Workshop on Empirical Monetary Economics</i>	9-11 Dez.	<i>The Risk-Taking Channel of Monetary Policy</i>	Carla Soares	DEE
Centro de Caparide do Ministério da Educação e Ciência	11 Dez.	Divulgação dos resultados nacionais do PISA 2012	Hugo Reis e Manuel Pereira	DEE
Faculdade de Economia do Porto	12 Dez.	Desemprego jovem: uma geração sem saída	Álvaro Novo	DEE
<i>XXII International Conference on Money, Banking and Finance</i>	12-13 Dez.	<i>Networking Capital and Tax Liabilities as Determinants of Corporate Credit Risk</i>	Luciana Barbosa	DEE
<i>24th (EC)2 Conference - The Econometric Analysis of Mixed Frequency Data</i>	13-14 Dez.	<i>Autoregressive augmentation of MIDAS regressions</i>	Claudia Duarte	DEE
XVIII Curso de Pós-Graduação em Direito dos Valores Mobiliários	19 Nov.	<i>Capital Requirements Directive (CRD) IV: melhor capital, maior estabilidade?</i>	José Rosas	DES
XXII Reunião Anual da Estrutura Sindical do Banco de Portugal - Ferreira do Zêzere	05 Dez.	Mecanismo Único de Supervisão Bancária (SSM)	Graça Damião	DES

A3 – Quadro 1 • Apresentações em seminários e conferências – 2013

Evento	Data do evento	Tema da apresentação	Autor da apresentação	Órgão/ Depart.
Conferência Anual da ASFAC (Associação de Instituições de Crédito Especializado)	10 Dez.	Conceito de Instituições de Crédito	Margarida Rei	DES
XXI Jornadas de Auditoria e Gestão do Banco de Portugal	23 Out.	Gestão do Risco no Banco de Portugal	Helena Adegas	DGR
Apresentação à banca sobre a plataforma do Mercado Monetário Interbancário com Garantia (MMI/CG)	16 Abr.	Mercado Monetário Interbancário com Garantia (MMI/CG)	Luís Filipe Sousa	DMR
Apresentação à banca sobre a plataforma integrada para a Gestão de Operações de Política Monetária (GOPM)	26 Jun.	GOPM - Plataforma integrada para a Gestão de Operações de Política Monetária	Eva Janeiro e Luís Miguel Oliveira	DMR
Comité Consultivo Operacional da Interbolsa	28 Jun.	ColMS - Sistema de Gestão de Ativos de Garantia e Operações	Eva Janeiro	DMR
Seminário do Grupo Português de Utilizadores SWIFT (GPUS) 2013	28 Nov.	ColMS - Sistema de Gestão de Ativos de Garantia e Operações	Pedro Corsino Matos	DMR
Ciclo de seminários SEPA: É tempo de agir - Sessões em Faro e Évora	4-5 Jun.	SEPA: É tempo de agir	Tereza Cavaco, Rui Pimentel e José Martins	DPG
10.º Congresso Smart Cards	5-6 Jun.	Inovação nos pagamentos de retalho: desafios colocados ao regulador	Rui Pimentel	DPG
Ciclo de seminários SEPA: É tempo de agir - Sessões em Porto e Braga	19-20 Jun.	SEPA: É tempo de agir	Tereza Cavaco, José Martins e Miguel Lima	DPG
Ciclo de seminários SEPA: É tempo de agir - Sessão no Funchal	26 Jun.	SEPA: É tempo de agir	Tereza Cavaco, Rui Pimentel e Rita Bairros	DPG
<i>6th Conference on Payments and Securities Settlement Systems (Macedónia)</i>	1-3 Jul.	<i>How to get more secure and convenient payments in Europe?</i>	Rui Pimentel	DPG
<i>6th Conference on Payments and Securities Settlement Systems (Macedónia)</i>	1-3 Jul.	<i>Future trends in Retail Payments</i>	Rui Pimentel	DPG
<i>6th Conference on Payments and Securities Settlement Systems (Macedónia)</i>	1-3 Jul.	<i>How to defeat cybercrime and fraud at the counter?</i>	Rui Pimentel	DPG
Ciclo de seminários SEPA: É tempo de agir - Sessão em Ponta Delgada	11 Jul.	SEPA: É tempo de agir	Tereza Cavaco, Rita Bairros e Paula Matos	DPG
Ciclo de seminários SEPA: É tempo de agir - Sessão em Castelo Branco	16 Jul.	SEPA: É tempo de agir	Tereza Cavaco, Rui Pimentel e José Martins	DPG
Ciclo de seminários SEPA: É tempo de agir - Sessão em Lisboa	18 Jul.	SEPA: É tempo de agir	Tereza Cavaco, Rui Pimentel e José Martins	DPG
Ciclo de seminários SEPA: É tempo de agir - Sessões em Viseu e Coimbra	23-24 Jul.	SEPA: É tempo de agir	Tereza Cavaco, Rui Pimentel e José Martins	DPG

A3 – Quadro 1 • Apresentações em seminários e conferências – 2013

Evento	Data do evento	Tema da apresentação	Autor da apresentação	Órgão/ Depart.
<i>11th CEE Retail Banking Forum (Budapest)</i>	9-11 Out.	<i>Next Developments in European Retail Payments: Innovation versus Security</i>	Rui Pimentel	DPG
Conferência <i>ArtVision</i> : Está preparado para a <i>SEPA</i> ?	26 Nov.	<i>SEPA - Área Única de Pagamentos em Euros</i>	Paula Matos e Rita Bairros	DPG
Sessão de Apresentação do Estudo <i>Paying Preferences of Portuguese Consumers</i> pela Universidade Católica	11 Dez.	Os hábitos de pagamento dos consumidores portugueses	Tereza Cavaco	DPG
Seminário da reunião anual da <i>Task Force on Central Bank Cooperation (BCE-IRC)</i>	10 Set.	Banco de Portugal <i>cooperation activities: main findings in 2013 and outlook</i>	Maria João Azevedo	DRI
XXIII Encontro de Lisboa entre os Bancos Centrais dos Países de Língua Portuguesa	4 Out.	A cooperação entre os bancos centrais -- tendências recentes e projetos futuros	José Luís Marques, Maria João Azevedo e Fernando Heitor	DRI+ DMR
XXIII Encontro de Lisboa entre os Bancos Centrais dos Países de Língua Portuguesa	4 Out.	Conjuntura económica e financeira global na perspetiva do FMI: novas dioptrias?	Lúis Saramago	DRI
XXIII Encontro de Lisboa entre os Bancos Centrais dos Países de Língua Portuguesa	4 Out.	A agenda do FMI - principais elementos	Inês Alves	DRI
Ciclo de Conferências de Literacia Financeira da Fundação Dr. António Cupertino de Miranda	24 Jan.	A criação de um referencial de literacia financeira em Portugal	Susana Narciso	DSC
III Jornadas do Direito do Consumo	15 Mar.	O regime geral da prevenção e gestão do incumprimento de contratos de crédito por particulares	Pedro Dias	DSC
<i>2nd Annual Child and Youth Finance International Summit & Awards Ceremony</i>	08 Mai.	<i>The Portuguese National Plan for Financial Education - Child & Youth: the key target group</i>	Luis Vaz	DSC
Encontro dos Bancos Centrais dos Países de Língua Portuguesa - <i>Workshop</i> sobre inclusão e formação financeira	11 Jul.	O papel dos Bancos Centrais na promoção da inclusão financeira	Elisabete Santos e Joana Costa	DSC
Encontro dos Bancos Centrais dos Países de Língua Portuguesa - <i>Workshop</i> sobre inclusão e formação financeira	11 Jul.	Estratégias para a formação financeira	Susana Narciso	DSC
1.ª Conferência Internacional do Plano Nacional de Formação Financeira	12 Jul.	O papel dos meios de comunicação na disseminação da formação financeira	Lúcia Leitão	DSC
Worshop do Mestrado de Banca e Seguros - Universidade Católica do Porto	22 Jul.	Supervisão Comportamental nos mercados bancários de retalho	Lúcia Leitão	DSC
II Encontro de supervisão em Angola	12 Set.	A importância estratégica da formação e informação financeira: a experiência do Banco de Portugal	Fernando Coalho	DSC
Conferência sobre o endividamento e sobreendividamento das famílias - CIAB - Tribunal Arbitral de Consumo	03 Out.	O endividamento e sobreendividamento das famílias - problemas e soluções	Elisabete Santos e Pedro Dias	DSC
Dia da formação financeira - Escola Secundária Filipa de Vilhena	31 Out.	O referencial da educação financeira	Lúcia Leitão e Susana Narciso	DSC

A3 – Quadro 1 • Apresentações em seminários e conferências – 2013

Evento	Data do evento	Tema da apresentação	Autor da apresentação	Órgão/ Depart.
Dia da formação financeira - O endividamento das famílias: prevenir ou solucionar?	31 Out.	Prevenção e gestão do sobreendividamento	Lúcia Leitão	DSC
<i>Child and Youth Finance International - Regional Meeting for Europe and Central Asia</i>	4-5 Nov.	<i>The Portuguese National Plan for Financial Education - Global Money Week and other awareness raising events</i>	Luis Vaz	DSC
V Fórum do Banco Central do Brasil sobre Inclusão Financeira	4-6 Nov.	A regulação bancária e os seus reflexos para os consumidores	Lúcia Leitão	DSC
Workshop no Banco Central do Brasil	07 Nov.	A estratégia de supervisão comportamental do Banco de Portugal	Lúcia Leitão	DSC
Ciclo de <i>workshops</i> de normas comportamentais - ASFAC	19 Nov.	Publicidade a produtos e serviços bancários	Maria João Candeias, Tiago Aguiar e João Ramiro Santos	DSC
Ciclo de <i>workshops</i> de normas comportamentais - ASFAC	20 Nov.	Gestão de reclamações de clientes bancários	Carlos Farinha e Cesarina Sousa	DSC
Ciclo de <i>workshops</i> de normas comportamentais - ASFAC	22 Nov.	Produtos de crédito aos consumidores	Susana Narciso e Tiago Aguiar	DSC
Jornadas de Auditoria e Gestão	23 Out.	Sistemas e modelos de governação das instituições de crédito e sociedades financeiras	Sofia Torres Magalhães	DSP
Conferência Anual da ASFAC	10 Dez.	O Governo Interno das Instituições de Crédito	Sofia Torres Magalhães	DSP

A3 – Quadro 2 • Artigos publicados – 2013

Artigo	Autor(es)	Publicação	Órgão / Depart.
<i>Unconventional Fiscal Policy at the Lower Bound</i>	Isabel Horta Correia, Emanuel Fahri, Juan-Pablo Nicolini e Pedro Teles	<i>American Economic Review</i>	DEE
<i>Financial and Economic Downturns in OECD Countries</i>	Markus Haavio, Caterina Mendicino e Maria Teresa Punzi	<i>Applied Economics Letters</i>	DEE
<i>Worldwide synchronization since the nineteenth century: a wavelet-based view</i>	António Rua	<i>Applied Economics Letters</i>	DEE
<i>Confiança e Atividade Económica: o Caso de Portugal</i>	Caterina Mendicino e Maria Teresa Punzi	<i>BdP Boletim Económico inverno 2013</i>	DEE
<i>Segmentar os salários</i>	Mário Centeno e Álvaro Novo	<i>BdP Boletim Económico inverno 2013</i>	DEE
<i>Sobre os Sindicatos, a Sindicalização e o Prémio Sindical</i>	Pedro Portugal e Hugo Vilares	<i>BdP Boletim Económico inverno 2013</i>	DEE
<i>A elasticidade-preço da procura externa das exportações portuguesas: uma comparação com outros países da área do euro</i>	Sónia Cabral e Cristina Manteu	<i>BdP Boletim Económico inverno 2013</i>	DEE
<i>O conteúdo importado da procura global em Portugal</i>	Fátima Cardoso, Paulo Esteves e António Rua	<i>BdP Boletim Económico outono 2013</i>	DEE
<i>Determinantes da rigidez à baixa dos salários: alguns aspetos metodológicos e nova evidência empírica</i>	Daniel A. Dias, Carlos Robalo Marques e Fernando Martins	<i>BdP Boletim Económico outono 2013</i>	DEE
<i>Previsões macroeconómicas de curto prazo para os E.U.A. a partir de nowcasts do survey of professional forecasters</i>	Inês Maria Gonçalves	<i>BdP Boletim Económico outono 2013</i>	DEE
<i>Efeitos macroeconómicos das alterações da legislação fiscal em Portugal</i>	Manuel Coutinho Pereira	<i>BdP Boletim Económico outono 2013</i>	DEE
<i>Concorrência na economia portuguesa: margens preço-custo estimadas com mercados de trabalho imperfeitos</i>	João Amador e Ana Cristina Soares	<i>BdP Boletim Económico primavera 2013</i>	DEE
<i>Comércio internacional e desigualdade salarial</i>	Luca David Opromolla	<i>BdP Boletim Económico primavera 2013</i>	DEE
<i>Contabilidade dos ciclos económicos para Portugal</i>	Nikolay Iskrev	<i>BdP Boletim Económico primavera 2013</i>	DEE
<i>Investimento estrangeiro e reforma institucional: Portugal no contexto europeu</i>	Paulo Júlio, Ricardo Pinheiro Alves e José Tavares	<i>BdP Boletim Económico primavera 2013</i>	DEE
<i>Previsão de retornos agregados utilizando valuation ratios, out-of-sample</i>	Ana Sequeira	<i>BdP Boletim Económico verão 2013</i>	DEE
<i>Previsão de curto prazo das receitas dos impostos indiretos: uma aplicação para Portugal</i>	Cláudia Braz	<i>BdP Boletim Económico verão 2013</i>	DEE
<i>Choques do preço do petróleo e os seus efeitos sobre a atividade económica e preços: uma aplicação para Portugal</i>	Francisco Craveiro Dias	<i>BdP Boletim Económico verão 2013</i>	DEE
<i>O ciclo mundial de exportações de turismo</i>	Paulo M.M. Rodrigues	<i>BdP Boletim Económico verão 2013</i>	DEE

A3 – Quadro 2 • Artigos publicados – 2013

Artigo	Autor(es)	Publicação	Órgão / Depart.
<i>Existirá um canal de tomada de risco da política monetária em Portugal?</i>	Diana Bonfim e Carla Soares	<i>BdP REF maio 2013</i>	DEE
<i>Taxas de juro bancárias sobre novas operações de empréstimos concedidos a sociedades não financeiras - Uma primeira apreciação de um novo conjunto de informação microeconómica</i>	Carlos Santos	<i>BdP REF maio 2013</i>	DEE
<i>Investimento e Situação Financeira das Empresas: evidência recente</i>	Luísa Farinha e Pedro Prego	<i>BdP REF maio 2013</i>	DEE
<i>A Implementação do Buffer de Capital Contracíclico: Regras versus Discricionariedade</i>	Diana Bonfim e Nuno Monteiro	<i>BdP REF novembro 2013</i>	DEE
<i>Volume de Transação de Opções e a Volatilidade de Retorno dos Bancos</i>	Rafael Barbosa e Martín Saldías	<i>BdP REF novembro 2013</i>	DEE
<i>Uma Política Macropprudencial para a Estabilidade Financeira</i>	Rita Bessone Basto	<i>BdP REF novembro 2013</i>	DES
<i>Everything you always wanted to know about sex discrimination</i>	Ana Rute Cardoso, Paulo Guimarães e Pedro Portugal	<i>BdP WP 02/2013</i>	DEE
<i>Is there a role for domestic demand pressure on export performance?</i>	Paulo Soares Esteves e António Rua	<i>BdP WP 03/2013</i>	DEE
<i>Ageing and fiscal sustainability in a small euro area economy</i>	Gabriela Lopes de Castro, José R. Maria, Ricardo Mourinho Félix e Cláudia Braz	<i>BdP WP 04/2013</i>	DEE
<i>Mind the gap! The relative wages of immigrants in the Portuguese labour market</i>	Sónia Cabral e Cláudia Duarte	<i>BdP WP 05/2013</i>	DEE
<i>Foreign direct investment and institutional reform: evidence and an application to Portugal</i>	Paulo Júlio, Ricardo Pinheiro-Alves e José Tavares	<i>BdP WP 06/2013</i>	DEE
<i>Monetary policy shocks: We got news!</i>	Sandra Gomes, Nikolay Iskrev e Caterina Mendicino	<i>BdP WP 07/2013</i>	DEE
<i>Competition in the portuguese economy: Estimated price-cost margins under imperfect labour markets</i>	João Amador e Ana Cristina Soares	<i>BdP WP 08/2013</i>	DEE
<i>The sources of wage variation: a three-way high-dimensional fixed effects regression model</i>	Sónia Torres, Pedro Portugal, John T. Addison e Paulo Guimarães	<i>BdP WP 09/2013</i>	DEE
<i>Macroeconomic Forecasting Using Low-Frequency Filters</i>	Ana Pereira e João Vale e Azevedo	<i>BdP WP 1/2013</i>	DEE
<i>The Output Effects of (Non-Separable) Government Consumption at the Zero Lower Bound</i>	João Valle e Azevedo e Valerio Ercolani	<i>BdP WP 10/2013</i>	DEE
<i>Fiscal multipliers in a small euro area economy: How big can they get in crisis times?</i>	Gabriela Lopes de Castro, Ricardo Mourinho Félix, Paulo Júlio e José R. Maria	<i>BdP WP 11/2013</i>	DEE
<i>Survey evidence on price and wage rigidities in Portugal</i>	Fernando Martins	<i>BdP WP 12/2013</i>	DEE
<i>Characterizing economic growth paths based on new structural change tests</i>	Luís Catela Nunes	<i>BdP WP 13/2013</i>	DEE

A3 – Quadro 2 • Artigos publicados – 2013

Artigo	Autor(es)	Publicação	Órgão / Depart.
<i>Catastrophic Job Destruction</i>	Anabela Carneiro, Pedro Portugal e José Varejão	<i>BdP WP 14/2013</i>	DEE
<i>Output effects of a measure of tax shocks based on changes in legislation for Portugal</i>	Manuel Coutinho Pereira	<i>BdP WP 15/2013</i>	DEE
<i>Inside PESSOA - A Detailed Description of the Model</i>	José R. Maria	<i>BdP WP 16/2013</i>	DEE
<i>Macroprudential Regulation and Macroeconomic Activity</i>	Sudipto Karmakar	<i>BdP WP 17/2013</i>	DEE
<i>Bank Capital and Lending: An Analysis of Commercial Banks in the United States</i>	Sudipto Karmakar	<i>BdP WP 18/2013</i>	DEE
<i>The Precautionary Saving Effect of Government Consumption</i>	Valerio Ercolani e Nicola Pavoni	<i>Bocconi University mimeo</i>	DEE
<i>Facilidades financeiras do FMI para os países de baixo rendimento</i>	Luís Saramago e Fernando Heitor	<i>Cadernos de Cooperação abril 2013</i>	DRI
<i>Ajuda pública ao desenvolvimento</i>	Ana Mafalda Redondo e Luís Quintaneiro	<i>Cadernos de Cooperação outubro 2013</i>	DRI
<i>On the Behaviour of Phillips-Perron Tests in the Presence of Persistent Cycles</i>	B. T. Castro, Paulo Rodrigues e A.M.R. Taylor	<i>CEFAGE-UE Working Paper</i>	DEE
<i>Regional tourism development: culture, nature, life cycle and attractiveness</i>	J. Romão, J. Guerreiro e Paulo Rodrigues	<i>Current Issues in Tourism</i>	DEE
<i>The distribution of debt across euro area countries: the role of individual characteristics, institutions and credit conditions</i>	Olympia Bover, Jose Maria Casado, Philip Du Caju, Sónia Costa, Yvonne McCarthy, Eva Sierminska, Panagiota Tzamourani, Ernesto Villanueva e Tibor Zavadil	<i>Documentos de trabajo/Banco de Espanha</i>	DEE
<i>Competition in the Portuguese Economy: Insights from a profit elasticity approach</i>	João Amador e Ana Cristina Soares	<i>ECB Working Paper</i>	DEE
<i>Corporate finance and economic activity in the euro area (Occasional Paper)</i>	Luísa Farinha (co-autoria com membros da Task Force of the Monetary Policy Committee of the ESCB)	<i>ECB Working Paper</i>	DEE
<i>Financial shocks and the macroeconomy: heterogeneity and non-linearities</i>	K. Hubrich, A. D'Agostino, M. Cervená, M. Ciccarelli, P. Guarda, M. Haavio, Caterina Mendicino, P. Jeanfils, E. Ortega e M. T. Valderrama	<i>ECB Working Paper</i>	DEE
<i>Is there a role for domestic demand pressure on export performance?</i>	Paulo Esteves e António Rua	<i>ECB Working Paper</i>	DEE
<i>The impact of persistent cycles on zero frequency unit root tests</i>	B. T. Castro, Paulo Rodrigues e A.M.R. Taylor	<i>Econometric Theory</i>	DEE
<i>Costly Intermediation and Consumption Smoothing</i>	António Antunes, Tiago Cavalcanti e Anne Villamil	<i>Economic Inquiry</i>	DEE
<i>Price-level targeting rules and financial shocks: The case of Canada</i>	Ali Dib, Caterina Mendicino e Yahong Zhang	<i>Economic Modelling</i>	DEE

A3 – Quadro 2 • Artigos publicados – 2013

Artigo	Autor(es)	Publicação	Órgão / Depart.
<i>Counterfactual analysis of bank mergers</i>	Pedro Pita Barros, Diana Bonfim, Moshe Kim e Nuno Martins	<i>Empirical Economics</i>	DEE
<i>The dynamic effects of shocks to wages and prices in the United States and the Euro Area</i>	Rita Duarte e Carlos Robalo Marques	<i>Empirical Economics</i>	DEE
<i>Labor Immobility and the Transmission Mechanism of Monetary Policy in a Monetary Union</i>	Bernardino Adão e Isabel Horta Correia	<i>European Economic Review</i>	DEE
<i>Challenges and prospects for setting-up a European Union shared system on credit</i>	Ana Almeida	<i>IFC Bulletin No 37 e Suplemento ao Boletim Estatístico do Banco de Portugal 3 2013</i>	DDE
<i>Micro-databases on securities statistics as a key issue for satisfying user needs</i>	Luís Teles Dias	<i>IFC Bulletin No 37 e Suplemento ao Boletim Estatístico do Banco de Portugal 3 2013</i>	DDE
<i>Building business registers to monitor entrepreneurial dynamics</i>	Homero Gonçalves e Mário Lourenço	<i>IFC Bulletin No 37 e Suplemento ao Boletim Estatístico do Banco de Portugal 3 2013</i>	DDE
<i>Efficient ways of dealing with accounting data from enterprises</i>	Margarida Brites	<i>IFC Bulletin No 37 e Suplemento ao Boletim Estatístico do Banco de Portugal 3 2013</i>	DDE
<i>A flexible approach to credit statistics: The use of the Portuguese Central Credit Register for statistical compilation</i>	Paula Casimiro	<i>IFC Bulletin No 37 e Suplemento ao Boletim Estatístico do Banco de Portugal 3 2013</i>	DDE
<i>How granular should data be to compile BoP statistics?</i>	Carla Marques	<i>IFC Bulletin No 37 e Suplemento ao Boletim Estatístico do Banco de Portugal 3 2013</i>	DDE
<i>The use of payments data to improve monetary and financial analysis</i>	Filipa Lima	<i>IFC Bulletin No 37 e Suplemento ao Boletim Estatístico do Banco de Portugal 3 2013</i>	DDE
<i>Is micro-data reporting the future for interest rate statistics?</i>	Rita Lameira, Patrícia Antunes e Inês Antunes	<i>IFC Bulletin No 37 e Suplemento ao Boletim Estatístico do Banco de Portugal 3 2013</i>	DDE
<i>Business intelligence in securities statistics: An evolutionary approach</i>	M. Carmo Aguiar	<i>IFC Bulletin No 37 e Suplemento ao Boletim Estatístico do Banco de Portugal 3 2013</i>	DDE
<i>Integrating micro-databases for statistical purposes</i>	Paula Menezes e Luís D'Aguiar	<i>IFC Bulletin No 37 e Suplemento ao Boletim Estatístico do Banco de Portugal 3 2013</i>	DDE
<i>Fiscal Consolidation in a Small Euro Area Economy</i>	Vanda Almeida, Gabriela Castro, Ricardo Mourinho Félix e José R. Maria	<i>International Journal of Central Banking</i>	DEE
<i>House Prices, Credit Growth, and Excess Volatility: Implications for Monetary and Macprudential Policy</i>	Paolo Gelain, Kevin J. Lansing e Caterina Mendicino	<i>International Journal of Central Banking</i>	DEE

A3 – Quadro 2 • Artigos publicados – 2013

Artigo	Autor(es)	Publicação	Órgão / Depart.
<i>Approximating and Forecasting Macroeconomic Signals in Real-Time</i>	João Valle e Azevedo e Ana Pereira	<i>International Journal of Forecasting</i>	DEE
<i>Does the euro area forward rate provide accurate forecasts of the short rate?</i>	Sónia Costa e Ana Beatriz Galvão	<i>International Journal of Forecasting</i>	DEE
<i>Financial Depth in the WAEMU: Benchmarking Against Frontier SSA Countries</i>	Calixte Ahokpossi, Kareem Ismail, Sudipto Karmakar e Mesmin Koulet-Vickot	<i>International Monetary Fund Working Paper</i>	DEE
<i>A Market-based Approach to Sector Risk Determinants and Transmission in the Euro Area</i>	Martín Saldías	<i>Journal of Banking & Finance</i>	DEE
<i>Leaning against boom-bust cycles in credit and housing prices</i>	Luisa Lambertini, Caterina Mendicino e Maria Teresa Punzi	<i>Journal of Economic Dynamics and Control</i>	DEE
<i>Expectation-driven cycles in the housing market: Evidence from survey data</i>	Luisa Lambertini, Caterina Mendicino e Maria Teresa Punzi	<i>Journal of Financial Stability</i>	DEE
<i>Systemic Risk Analysis Using Forward-looking Distance-to-Default Series</i>	Martín Saldías	<i>Journal of Financial Stability</i>	DEE
<i>A Theory of Entry into and Exit from Export Markets</i>	Giammario Impullitti, Alfonso Irarrazabal e Luca Opromolla	<i>Journal of International Economics</i>	DEE
<i>Catastrophic Job Destruction during the Portuguese Economic Crisis</i>	Anabela Carneiro, Pedro Portugal e José Varejão	<i>Journal of Macroeconomics</i>	DEE
<i>Innovation in Retail Payments: Challenges posed to regulators</i>	Rui Pimentel	<i>Journal of Payments Strategy and Systems</i>	DPG
<i>The Margins of Multinational Production and the Role of Intrafirm Trade</i>	Alfonso Irarrazabal, Andreas Moxnes e Luca Opromolla	<i>Journal of Political Economy</i>	DEE
<i>Finite Sample Performance of Frequency and Time Domain Tests for Seasonal Fractional Integration</i>	João Valle e Azevedo, Paulo Rodrigues e A. Rubia	<i>Journal of Statistical Computation and Simulation</i>	DEE
<i>The Welfare Gains of Financial Liberalization: Capital Accumulation and Heterogeneity</i>	António Antunes e Tiago Cavalcanti	<i>Journal of the European Economic Association</i>	DEE
<i>Dynamic threshold modelling and the US business cycle</i>	Miguel de Carvalho, António Rua e K. F. Turkman	<i>Journal of the Royal Statistical Society Series C</i>	DEE
<i>Recursive adjustment, unit root tests and structural breaks</i>	Paulo Rodrigues	<i>Journal of Time Series Analysis</i>	DEE
<i>Wage rigidity and employment adjustment at the firm level: Evidence from survey data</i>	Carlos Robalo Marques, Daniel Dias e Fernando Martins	<i>Labour Economics</i>	DEE
<i>Do Low-wage Workers React Less To Longer Unemployment Benefits? Quasi-experimental evidence</i>	Mário Centeno e Álvaro Novo	<i>Oxford Bulletin of Economics and Statistics</i>	DEE
<i>Dynamic factor models with jagged edge panel data: Taking on board the dynamics of the idiosyncratic components</i>	Francisco Dias, Maximiano Pinheiro e António Rua	<i>Oxford Bulletin of Economics and Statistics</i>	DEE
<i>The Reservation Wage Unemployment Duration Nexus</i>	John T. Addison, José António Machado e Pedro Portugal	<i>Oxford Bulletin of Economics and Statistics</i>	DEE
<i>Foreign direct investment and institutional reform: Evidence and an application to Portugal</i>	Paulo Júlio, Ricardo Pinheiro-Alves e José Tavares	<i>Portuguese Economic Journal</i>	DEE

A3 – Quadro 2 • Artigos publicados – 2013

Artigo	Autor(es)	Publicação	Órgão / Depart.
<i>Comissionamento nos mercados bancários a retalho</i>	DSC	<i>Relatório de Supervisão Comportamental 2012</i>	DSC
<i>A educação financeira nas escolas</i>	DSC	<i>Relatório de Supervisão Comportamental 2012</i>	DSC
<i>Product and destination mix in export markets</i>	João Amador e Luca D. Opromolla	<i>Review of World Economics</i>	DEE
<i>Choosing between Time and State Dependence: Micro Evidence on Firms' Price-Reviewing Strategies</i>	Daniel Dias, Carlos Robalo Marques e Fernando Martins	<i>Scandinavian Journal of Economics</i>	DEE
<i>Determining the number of global and country-specific factors in the euro area</i>	Francisco Dias, Maximiano Pinheiro e António Rua	<i>Studies in Nonlinear Dynamics & Econometrics</i>	DEE
<i>Time-varying fiscal policy in the U.S.</i>	Artur Lopes e Manuel Pereira	<i>Studies in Nonlinear Dynamics & Econometrics</i>	DEE
<i>Building a Customer Relationship Management model for the statistical function in Banco de Portugal</i>	José Faustino, Joaquim António e Paulo Jesus	<i>Suplemento ao Boletim Estatístico do Banco de Portugal 4 2013</i>	DDE
<i>Impact and benefits of micro-databases' integration on the statistics of the Banco de Portugal</i>	Paula Menezes e Luís D'Aguiar	<i>Suplemento ao Boletim Estatístico do Banco de Portugal 4 2013</i>	DDE
<i>Pension statistics for the new ESA: compilation, modelling and some results for Portugal in 2011</i>	Ana Almeida, Sérgio Branco e João Falcão	<i>Suplemento ao Boletim Estatístico do Banco de Portugal 4 2013</i>	DDE
<i>Measuring external debt in a context of macroeconomic imbalances</i>	João Cadete de Matos, Ana Almeida, Lígia Nunes e Daniela Miranda	<i>Suplemento ao Boletim Estatístico do Banco de Portugal 4 2013</i>	DDE
<i>The dynamics of debt in the context of financial accounts - evidence from Portugal</i>	Filipa Lima, Olga Monteiro, Paula Menezes e Lígia Nunes	<i>Suplemento ao Boletim Estatístico do Banco de Portugal 4 2013</i>	DDE
<i>The Portuguese economy through the lenses of flow of funds: how inter-sectoral relationships evolved in 2000-2012</i>	Ana Almeida e Daniel Carvalho	<i>Suplemento ao Boletim Estatístico do Banco de Portugal 4 2013</i>	DDE
<i>Profitability in the manufacturing sector in Portugal: evidence from micro-data</i>	Homero Gonçalves e Tiago Pereira	<i>Suplemento ao Boletim Estatístico do Banco de Portugal 4 2013</i>	DDE
<i>Pension liabilities in a context of an ageing population: the Portuguese case</i>	Ana Almeida, Sérgio Branco e João Falcão	<i>Suplemento ao Boletim Estatístico do Banco de Portugal 4 2013</i>	DDE
<i>Determinants of the EONIA spread and the financial crisis</i>	Paulo Rodrigues e Carla Soares	<i>The Manchester School</i>	DEE
<i>Research note: The importance of online tourism demand</i>	C. Ramos e Paulo Rodrigues	<i>Tourism Economics</i>	DEE





II BALANÇO E CONTAS

1. Apresentação
2. Demonstrações Financeiras
3. Notas às Demonstrações Financeiras
4. Relatório dos Auditores Externos
5. Relatório e Parecer do Conselho de Auditoria

1. Apresentação

Para os efeitos previstos no Artigo 54.º da Lei Orgânica do Banco de Portugal, apresentam-se as demonstrações financeiras relativas ao ano de 2013¹ (ver Secções 2. e 3.), as quais foram preparadas de acordo com Plano de Contas do Banco de Portugal (PCBP) atualmente em vigor.

As contas anuais do Banco são sujeitas a auditoria externa, nos termos do Artigo 46.º da Lei Orgânica (ver Secção 4.) e, conforme previsto

no seu Artigo 43.º, foram objeto de relatório e parecer do Conselho de Auditoria (ver Secção 5.). O Conselho Consultivo pronunciou-se sobre as contas do Banco.

1.1. Evolução da composição do Balanço

O quadro seguinte apresenta a evolução das posições de fim de ano das principais rubricas do balanço do Banco de Portugal, no período de 2009 a 2013:

Quadro 1

	2009	2010	2011	2012	2013	Δ 2013/2012
	(milhões de euros)					
ATIVO	62 524	99 750	109 768	119 406	111 592	(7814)
Ouro	9425	12 979	14 964	15 509	10 714	(4795)
Fundo Monetário internacional (Líq.)	263	298	306	301	288	(13)
Ativos de gestão (Líq.)	15 064	19 183	16 011	15 015	14 883	(131)
Moeda estrangeira	529	2053	594	871	1168	297
Euros	14 535	17 130	15 417	14 144	13 715	(429)
Carteira de negociação	9138	11 259	9351	8402	8593	191
Carteira de investimento a vencimento	5397	5870	6067	5742	5122	(620)
Ativos de política monetária	16 708	45 060	53 270	59 768	53 895	(5874)
Op. de financiamento às Instituições de Crédito	16 061	40 899	46 002	52 784	47 864	(4920)
Títulos detidos para fins de política monetária	648	4161	7269	6984	6031	(953)
Ativos sobre o Eurosistema	19 130	20 195	23 019	26 347	29 471	3124
Participação e ativos transferidos para BCE	1123	1152	1181	1210	1235	25
Outros ativos sobre o Eurosistema	18 007	19 043	21 838	25 136	28 236	3099
Outros ativos	1056	1101	1241	1526	1439	(87)
PASSIVO E RECURSOS PRÓPRIOS	62 524	99 750	109 768	119 406	111 592	(7814)
Notas em circulação	18 608	19 376	20 452	21 003	22 303	1300
Notas colocadas em circulação (líq.)	663	333	(1369)	(4022)	(5895)	(1873)
Ajustamentos à circulação	17 945	19 043	21 821	25 025	28 198	3173
Responsabilidade p/ c/ IC: op. de política monetária	8771	4921	5691	8136	8218	83
Responsabilidades p/ c/ outras entidades	2	1	4869	5484	7629	2146
Responsabilidades p/ c/ Eurosistema	23 436	59 921	60 964	66 026	59 565	(6461)
Outras responsabilidades	364	444	516	356	386	30
Provisões *	99	54	23	8	-	(8)
Recursos próprios	10 365	14 098	16 295	17 454	12 589	(4865)
Diferenças de reavaliação	6479	10 055	12 061	12 657	7758	(4899)
Provisão para riscos gerais *	2301	2464	2924	3192	3322	130
Capital e reservas	1370	1381	1420	1474	1483	9
Resultados transitados	(39)	-	(142)	(318)	(227)	91
Resultado do período	254	198	31	449	253	(196)

* As rubricas de Provisões e Provisão para riscos gerais foram ajustadas em todos os anos, de acordo com as regras do PCBP em vigor desde 2012

Apresentam-se de seguida as posições no final de 2013 das principais rubricas do balanço do Banco de Portugal, assim como as respetivas

variações face ao ano anterior, ordenadas numa lógica de agregação idêntica às análises efetuadas ao longo deste relatório:

Quadro 2

	2012	2013	(milhões de euros) Δ 2013/2012
1.1.1. Ativos e passivos de política monetária	51 632	45 676	(5956)
Ativos de política monetária	59 768	53 895	(5874)
Responsabilidade p/ c/ IC: op. de política monetária	(8136)	(8218)	(83)
1.1.2. Ouro e ativos de gestão (líq.)	30 524	25 597	(4927)
Ouro	15 509	10 714	(4795)
Ativos de gestão (Líq.)	15 015	14 883	(131)
1.1.3. Outros ativos de balanço	28 174	31 198	3024
FMI (Líq.)	301	288	(13)
Ativos sobre o Eurosistema	26 347	29 471	3124
Outros ativos	1526	1439	(87)
1.1.4. Notas em circulação	21 003	22 303	1300
Notas colocadas em circulação (líq.)	(4022)	(5895)	(1873)
Ajustamentos à circulação	25 025	28 198	3173
1.1.5. Responsabilidades p/ c/ Eurosistema	66 026	59 565	(6461)
1.1.6. Outros passivos	5847	8015	2168
Responsabilidades p/ c/ outras entidades	5484	7629	2146
Outras responsabilidades	356	386	30
Provisões	8	-	(8)
1.1.7. Recursos próprios	17 454	12 589	(4865)
Diferenças de reavaliação	12 657	7758	(4899)
Provisão para riscos gerais	3192	3322	130
Capital e reservas	1474	1483	9
Resultados transitados	(318)	(227)	91
Resultado do período	449	253	(196)

1.1.1. Ativos e passivos de política monetária

O saldo total (líquido) das operações de política monetária, decididas no quadro do Eurosistema, registou em 2013 uma redução significativa face a 2012 (-5956 milhões de euros), invertendo a tendência de crescimento dos últimos anos (Gráfico 1).

A significativa descida do saldo líquido destas operações deve-se essencialmente à redução da cedência de liquidez às instituições de crédito (IC) nacionais (-4920 milhões de euros), no contexto do processo de desalavancagem dos seus balanços. Esta redução verificou-se fundamentalmente no saldo das operações de prazo alargado, através da liquidação antecipada, por opção das IC, de parte das operações a

3 anos contratadas no final de 2011 e início de 2012. Este decréscimo foi em parte compensado pelo ligeiro aumento do saldo das operações principais de refinanciamento, o qual se verificou com maior destaque no segundo semestre de 2013.

Para a redução do saldo líquido das operações de política monetária contribuiu também o decréscimo das carteiras de títulos detidos para fins de política monetária (-953 milhões de euros), no âmbito de operações não convencionais, materializadas nas carteiras dos programas de estabilização do mercado de títulos (*Securities Market Programme* – SMP) e de obrigações hipotecárias (*Covered Bonds Purchase Programmes* – CBPP) (Gráfico 2 e Gráfico 5).

Da análise intra-anual dos saldos diários seguidamente apresentados, pode observar-se que o ano de 2013 apresenta, no refinanciamento às IC, uma redução gradual no primeiro trimestre do ano, seguida de um aumento até ao terceiro trimestre, tendo-se verificado uma nova queda progressiva durante o último trimestre do ano, principalmente em decurso dos reembolsos antecipados das operações de prazo alargado, já atrás assinalados (Gráficos 3 e 4). Quanto às operações de absorção de liquidez pode verificar-se que estas mantiveram níveis razoavelmente estáveis ao longo do ano em análise, com um maior nível de absorção nos últimos meses do ano.

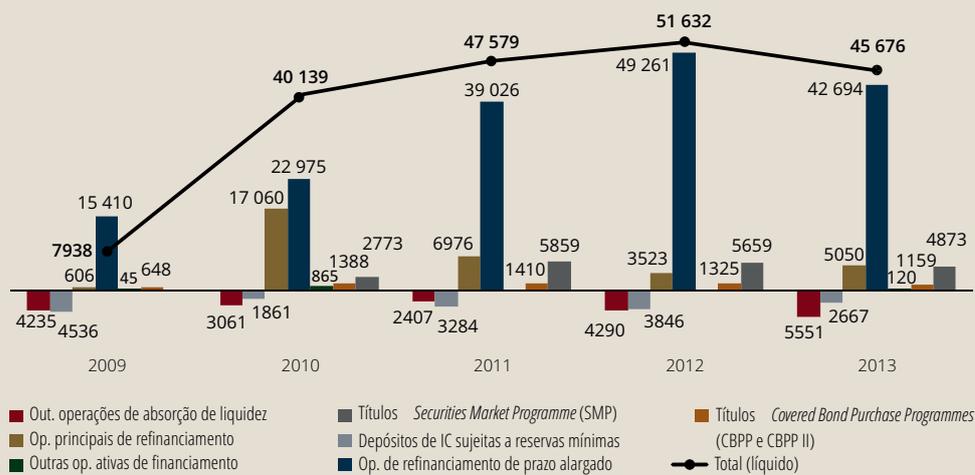


Gráfico 1 • Ativos e passivos de política monetária

Milhões de euros

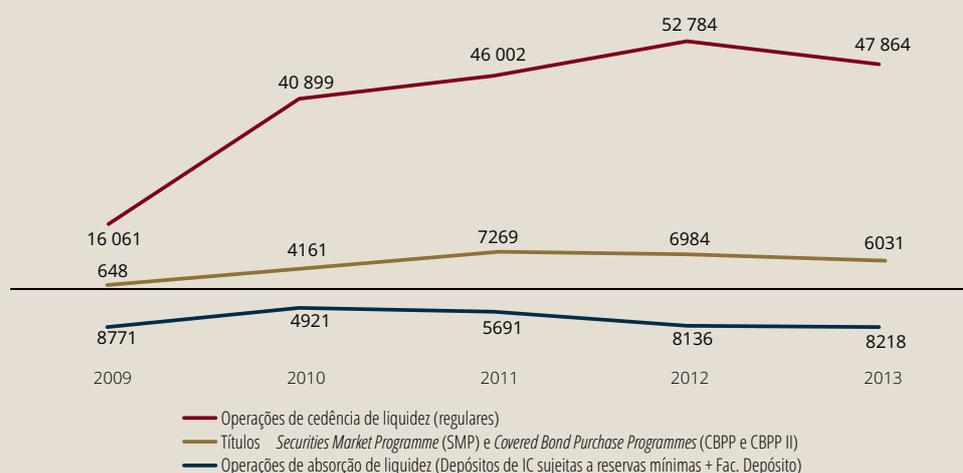


Gráfico 2 • Agregados de operações de política monetária

Milhões de euros

No que diz respeito à carteira de títulos detidos para fins de política monetária, os montantes de investimento apresentados traduzem a participação do Banco de Portugal nos programas de estabilização aprovados pelo Eurosistema, no âmbito da função de execução partilhada das operações não convencionais de política monetária. Como referido atrás, o montante global desta carteira apresenta uma redução de -953 milhões de euros face ao final de 2012, para a qual se destaca o contributo do decréscimo da carteira SMP. Ao longo de 2013 não se realizaram aquisições para qualquer das carteiras deste âmbito (estando todos os programas já encerrados), sendo as suas reduções essencialmente decorrentes da maturidade de títulos. Todas estas carteiras

são valorizadas ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade, e são detidas até à maturidade.

1.1.2. Ouro e ativos de gestão (líq.)

• Ouro

A reserva de Ouro do Banco de Portugal não apresenta, face a 2012, qualquer variação em termos de quantidade (que se mantém em 382,5 toneladas). Desta forma, o acentuado decréscimo do valor desta reserva, face a dezembro de 2012 (-4795 milhões de euros), deve-se unicamente à evolução negativa da sua cotação e é compensado por uma variação, de igual montante, na rubrica “Diferenças de reavaliação”.

Gráfico 3 •
Evolução diária dos agregados de operações de política monetária

Milhões de euros

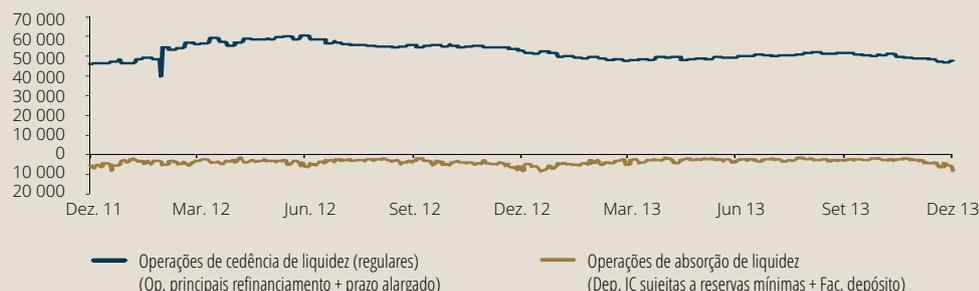


Gráfico 4 •
Evolução diária das operações de política monetária regulares

Milhões de euros



Gráfico 5 •
Evolução diária das carteiras de títulos detidos para fins de política monetária

Milhões de euros



A evolução do preço do ouro refletiu um marcado decréscimo do seu preço em USD, contrariando a tendência de crescimento verificada nos últimos anos (Gráfico 6). Esta redução foi ligeiramente agravada pela depreciação do USD face ao euro, verificada em 2013 (Gráfico 7).

(ME) e euros apresentaram aumentos respetivos de +297 e +191 milhões de euros. Estas alterações não influenciam, porém, a estrutura global da carteira, a qual continua a privilegiar, de forma destacada, os investimentos em ativos denominados em euros (Gráfico 8).

- Ativos de gestão (líq.)

Os ativos de gestão do Banco de Portugal apresentam, em 2013, uma diminuição bastante ligeira face aos níveis verificados no ano anterior (-131 milhões de euros). Esta redução decorre apenas do decréscimo verificado na carteira de investimento a vencimento em euros (-620 milhões de euros), uma vez que as carteiras de negociação em moeda estrangeira

A evolução registada traduz a opção de investimento do Banco, dentro da flexibilidade permitida pelos limites estabelecidos através dos acordos ao nível do Eurosistema, e reflete o compromisso entre rentabilidade e risco face à atual conjuntura económica e financeira.

- Carteiras de negociação em euros e ME

Ao nível da composição por instrumento, a carteira de negociação, quer na componente

Gráfico 6 • Cotação do Ouro (onças de ouro fino)



Gráfico 7 • Evolução cambial – EUR/USD

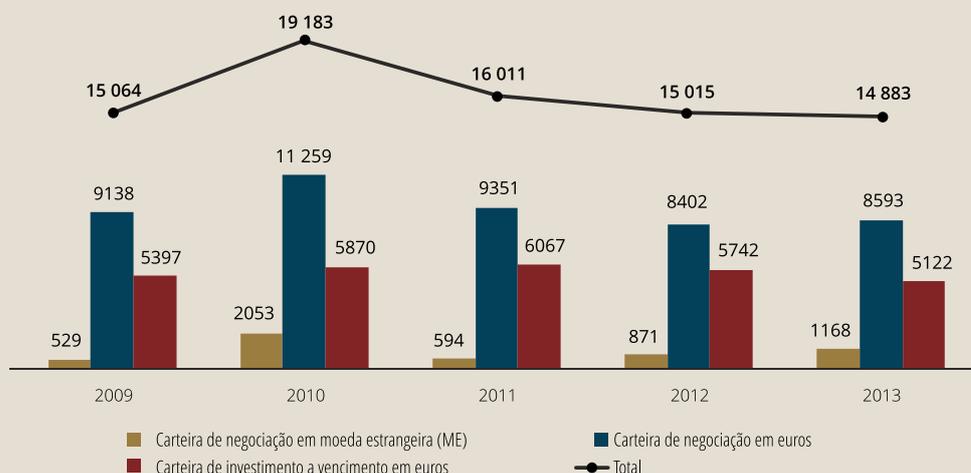


Gráfico 8 • Ativos de Gestão (Líq.)

Milhões de euros

em euros, quer na componente em ME, continua a ser maioritariamente constituída por títulos, à semelhança de anos anteriores, embora a componente de depósitos e outras aplicações em ME tenha sido um pouco reforçada no período em análise (Gráficos 9 e 10). Os títulos desta carteira são valorizados a preços de mercado.

No que respeita à composição por moeda da carteira de negociação em ME, pode referir-se que, em dezembro de 2013, esta continua a ser maioritariamente constituída por USD (cerca de 91 por cento do total de investimento em ME, comparativamente com 99,9 por cento em 2011 e 80 por cento em 2012).

A carteira de negociação em euros atingiu em dezembro de 2013 um total de 8593 milhões

de euros, sendo 98 por cento do seu valor referente a títulos. Pode referir-se que a maioria desta carteira diz respeito a títulos emitidos por residentes na área euro (7988 milhões de euros), destacando-se, na sua composição, as obrigações de dívida pública (6479 milhões de euros) e as obrigações paragonamentais e supranacionais (1456 milhões de euros).

A gestão das carteiras do Banco de Portugal em 2013 processou-se num quadro de política monetária acomodatória na zona euro, tendo a taxa de juro das operações principais de refinanciamento registado duas descidas no decurso do ano (em maio e novembro), situando-se a 31 de dezembro de 2013 em 0,25 por cento. Estas descidas refletem decisões de política monetária do BCE, num contexto de

Gráfico 9 •
Composição
da carteira
de negociação
em ME

Milhões de euros

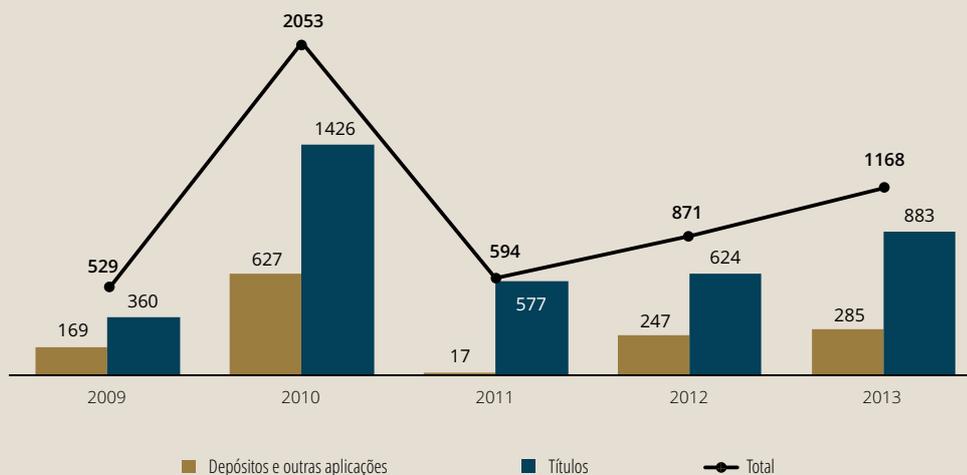
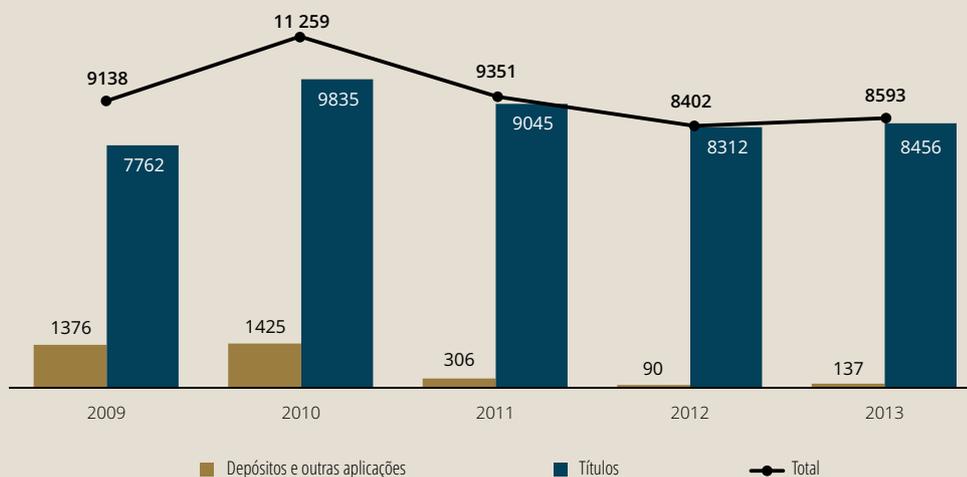


Gráfico 10 •
Composição
da carteira
de negociação
em euros

Milhões de euros



perspetivas de inflação abaixo dos níveis compatíveis com a estabilidade de preços na área do euro. As taxas de juro do mercado monetário mantiveram-se relativamente estáveis ao longo de 2013, em níveis historicamente baixos. Nos mercados da dívida pública da zona euro, onde se concentra a maioria das aplicações financeiras do Banco, observou-se uma situação diferenciada em 2013: por um lado, nos mercados *core* verificou-se uma subida das taxas de rentabilidade, designadamente no segundo semestre, acompanhando parcialmente o movimento do mercado norte-americano; por outro lado, nos países mais afetados pela crise de dívida soberana continuaram a registar-se episódios de alguma instabilidade, mas com uma clara melhoria face

ao ano anterior, traduzindo-se em descidas das taxas de rentabilidade. Toda esta situação continuou a exigir um esforço redobrado e uma flexibilidade acrescida na gestão de ativos (Gráficos 11, 12, 13 e 14).

– Carteira de investimento a vencimento

No que se refere à carteira de investimento a vencimento (Gráfico 15), totalmente denominada em euros, valorizada ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade e detida até ao vencimento, assinala-se que continua a ser constituída, praticamente na sua totalidade, por títulos. Esta carteira apresenta, face a 2012, uma redução de -620 milhões de euros, essencialmente em resultado de, no

Gráfico 11 • Taxas de juro do mercado monetário

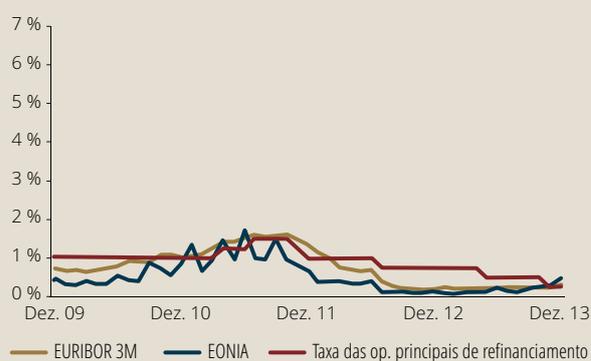


Gráfico 12 • Taxas de juro a 3 meses

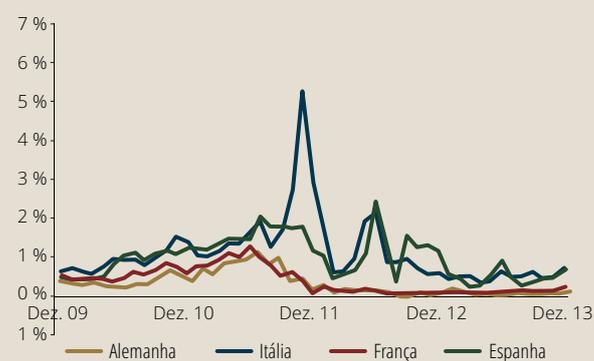


Gráfico 13 • Taxas de juro a 2 anos

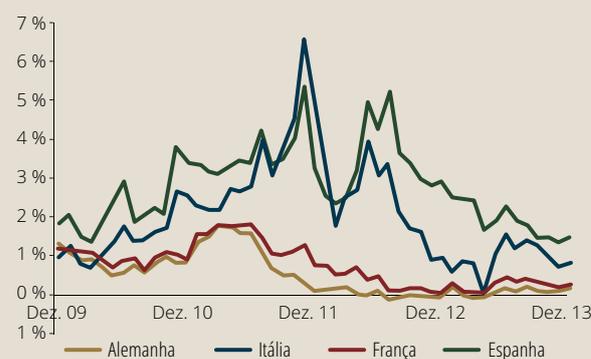


Gráfico 14 • Taxas de juro a 10 anos



ano em análise, não ter sido reinvestida nesta própria carteira a totalidade do capital proveniente do vencimento de títulos, parte do qual foi aplicado nas carteiras de negociação.

1.1.3. Outros ativos de balanço

Entre as restantes rubricas ativas do balanço do Banco de Portugal destacam-se os Ativos sobre o Eurosistema, quer pelo seu peso no total do balanço, quer pela sua evolução positiva verificada de forma contínua nos últimos anos. Na composição destes ativos destaca-se a posição remunerada relativa aos ajustamentos às notas em circulação, efetuados de acordo com a decisão BCE/2010/29. Estes ajustamentos apresentam, em dezembro de 2013, o montante total de 28 198 milhões de euros

(+3173 milhões de euros do que em dezembro de 2012). O crescimento desta posição ativa reflete o aumento da circulação do Eurosistema e o aumento do diferencial positivo entre as notas recolhidas e as colocadas em circulação pelo Banco (Gráfico 16).

Adicionalmente, deverá também referir-se o aumento do valor da participação do Banco de Portugal no capital do BCE, assim como da posição referente aos ativos de reserva transferidos, os quais resultaram do aumento da chave de capital do Banco de 1,7504 por cento para 1,7636 por cento. Este aumento de chave resultou da revisão dos dados estatísticos de base para o cálculo da chave de capital do BCE, referentes ao período de 2001 a 2006, por ocasião da entrada da Croácia para a União

Gráfico 15 •
Composição da carteira de investimento a vencimento por maturidade
Milhões de euros

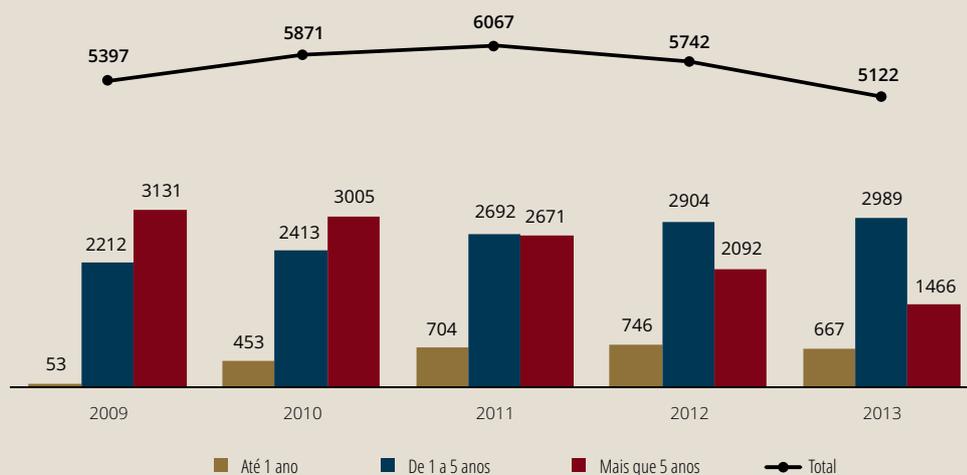


Gráfico 16 •
Notas em circulação e ajustamentos à circulação
Milhões de euros



Europeia a 1 de julho de 2013. Adicionalmente pode antecipar-se que a chave de capital do Banco será novamente revista a 1 de janeiro de 2014, decorrente da revisão quinquenal prevista nos Estatutos do Sistema Europeu de Bancos Centrais, passando a participação do Banco para 1,7434 por cento, com base nos dados de base estatísticos com referência ao período de 2006 a 2011.

1.1.4. Notas em circulação

O agregado Notas em circulação, registado no passivo do Banco de Portugal, traduz a quota de Portugal nas Notas em circulação do Eurosistema (Gráfico 16). Este agregado manteve a tendência de crescimento contínuo, desde o início da circulação do euro, reflexo do aumento da circulação global ao nível do Eurosistema em 1300 milhões de euros em 2013.

1.1.5. Responsabilidades para com o Eurosistema

O valor das responsabilidades para com o Eurosistema (respeitantes às responsabilidades *TARGET*) apresenta, a dezembro de 2013, uma redução significativa face a 2012 (-6461 milhões de euros). Esta redução encontra-se bastante influenciada pelo acentuado decréscimo do financiamento às IC (-4920 milhões de euros) e pelo aumento das responsabilidades para com

o setor público (+2406 milhões de euros), refletidas nas responsabilidades para com outras entidades. Este decréscimo das responsabilidades *TARGET* foi porém parcialmente compensado pelo aumento do diferencial positivo entre as notas recolhidas e colocadas em circulação pelo Banco de Portugal (Gráfico 17).

1.1.6. Outros passivos

O agregado de outros passivos inclui a rubrica Responsabilidades internas para com outras entidades em euros, a qual se refere, praticamente na totalidade, ao saldo de depósitos do Setor Público. Estas responsabilidades apresentam um marcado crescimento de 2146 milhões de euros face a dezembro de 2012 e refletem, maioritariamente, o valor de depósitos da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP) relacionados com fundos provenientes da União Europeia e do FMI, no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal (PAEF).

A rubrica de provisões diz respeito, em 2012, à provisão, decidida pelo Conselho do BCE, relativa aos *defaults* ocorridos em operações de política monetária em 2008, de acordo com as perspetivas, nessa data, de recuperação de colaterais. Em 2013, com base nas atuais perspetivas de recuperação pelo Eurosistema da totalidade do valor em dívida, esta provisão

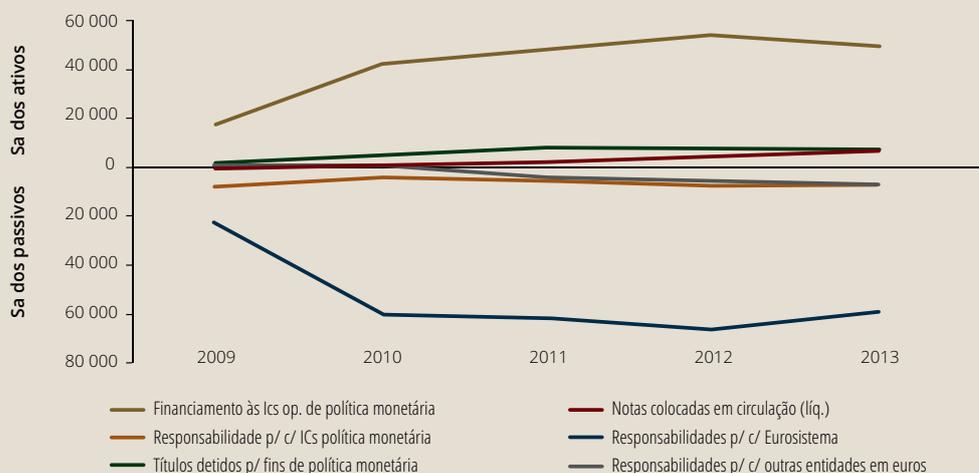


Gráfico 17 •
Responsabilidades para com o Eurosistema e principais contrapartidas

Milhões de euros

foi totalmente reposta, de acordo com Decisão do Conselho do BCE, tendo como contrapartida o reconhecimento de um rendimento enquadrado na rubrica resultado líquido da repartição do rendimento monetário.

1.1.7. Recursos próprios

Em 2013, o agregado de Recursos próprios do Banco de Portugal (Diferenças de reavaliação, Provisão para riscos gerais, Capital próprio e Resultado líquido do período) apresenta uma significativa redução de 4865 milhões de euros, maioritariamente decorrente do marcado decréscimo das diferenças de reavaliação positivas do ouro (-4796 milhões de euros) (Gráfico 18).

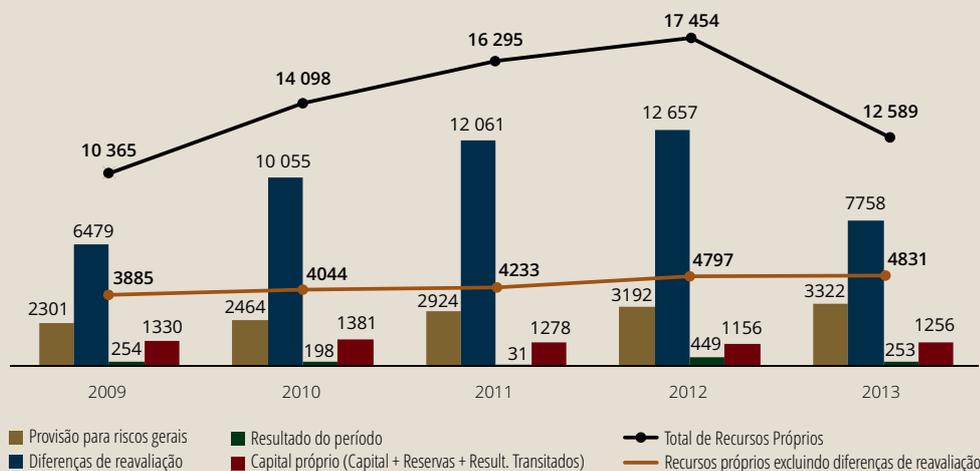
Excluindo as diferenças de reavaliação, a variação deste agregado, face a 2012, foi de +34 milhões de euros, resultando do efeito conjugado (i) do reforço em dezembro de 2013, da provisão para riscos gerais (+130 milhões de euros), (ii) do reconhecimento do resultado líquido de 2013 (253 milhões de euros) e (iii) do impacto da distribuição de 359 milhões de euros de dividendos ao Estado pela aplicação do resultado líquido de 2012. Destaca-se ainda o reconhecimento, em resultados transitados, de desvios atuariais positivos de 2013, referentes ao Fundo de Pensões de Benefício Definido (PBD) e a outras responsabilidades

pós emprego (num total de 17 milhões de euros) os quais contribuíram igualmente para um acréscimo deste agregado.

A provisão para riscos gerais tem uma natureza equivalente a uma reserva, dado que apresenta um carácter de permanência, destinando-se a cobrir riscos potenciais de balanço numa perspetiva de médio e longo prazo, e apresenta, a dezembro de 2013, o montante global de 3322 milhões de euros. Este valor tem em consideração, entre outros fatores, a avaliação de riscos efetuada para o período em análise, num contexto de fortalecimento de recursos próprios e da manutenção de níveis de autonomia financeira adequados à missão do Banco, por forma a capacitá-lo para, a qualquer momento, ter a possibilidade de cobrir eventuais perdas, incluindo as que resultem da partilha de risco com o Eurosistema.

Gráfico 18 •
Recursos próprios

Milhões de euros



1.2. Evolução da Demonstração de resultados

As principais componentes da demonstração de resultados, de 2009 a 2013, são apresentadas no seguinte quadro:

Quadro 3

	2009	2010	2011	2012	2013	Δ 2013/2012
	(milhões de euros)					
Margem de juros	538	607	729	803	727	-76
Juros e outros rendimentos equiparados	826	1149	1614	1513	1156	-357
Juros e outros gastos equiparados	-288	-542	-885	-710	-429	281
Resultados realizados em op. financeiras	165	156	-70	91	-5	-96
Prejuízos não realizados em op. financeiras	-6	-222	-18	-2	-114	-112
Transferências de / para provisões p / riscos	-145	-163	-460	-268	-130	138
Rendimentos de ações e participações	27	45	25	20	54	34
Result. líq. da repartição do rendimento monetário	-56	35	-9	113	11	-102
Gastos de natureza administrativa	164	175	165	168	176	8
Gastos com pessoal	118	121	111	108	123	16
Relativos à supervisão	14	16	16	17	22	4
Excluindo os relativos à supervisão	104	104	95	91	102	11
Fornecimentos e serviços de terceiros	36	40	37	41	38	-3
Relativos ao PAEF	-	-	1	5	1	-4
Excluindo os relativos ao PAEF	36	40	36	36	36	0
Outros gastos de natureza administrativa	1	1	1	1	1	0
Depreciações e amortizações do período	9	14	16	18	14	-4
Gastos relativos à produção de notas	18	13	12	15	13	-2
Outros Resultados	11	12	16	41	4	-37
Resultado antes de impostos	353	283	37	614	358	-256
Imposto sobre o rendimento – corrente	-52	-80	-201	-	-75	-75
Imposto sobre o rendimento – diferido	-46	-4	195	-165	-31	134
Resultado líquido do período	254	198	31	449	253	-197

O resultado líquido do período de 2013 situa-se em 253 milhões de euros, em linha com a média dos últimos anos, mas apresentando uma redução de -197 milhões de euros face a 2012.

Para a redução do resultado do período face a 2012 destacam-se, como principais impactos, a redução da margem de juros e dos resultados realizados em operações financeiras, o aumento dos prejuízos não realizados em operações financeiras e o decréscimo do resultado líquido da repartição do rendimento monetário. Estes contributos negativos foram compensados essencialmente pela redução no reforço da provisão para riscos gerais, em

face da ponderação dos diversos fatores que regem a sua movimentação. Com a redução do resultado antes de impostos verifica-se um correspondente decréscimo do montante de imposto sobre o rendimento.

No ano em análise, a margem de juros, principal componente da demonstração de resultados do Banco apresentou, face a 2012, um decréscimo de -76 milhões de euros (-10 por cento) (Gráfico 19). Esta variação deveu-se, essencialmente, ao facto de a redução verificada nos juros e outros rendimentos equiparados ter superado o decréscimo dos juros e outros gastos equiparados. Para

além da diminuição das taxas de juro médias anuais, verificou-se a redução de saldos médios de algumas das principais componentes de ativos e de passivos, onde se destacam, pela sua materialidade, o financiamento às IC e as responsabilidades *TARGET*, e pelo seu impacto na margem de juros, a redução do saldo médio das carteiras de títulos a vencimento.

Na diminuição dos juros dos ativos assinalam-se, como principais fatores, a redução das taxas de rendimento médias anuais, o acen tuado decréscimo do saldo médio dos ativos de política monetária e a redução do montante global das carteiras de títulos a vencimento, que, pela sua natureza, apresentam atualmente taxas de remuneração superiores aos restantes ativos de juros em carteira. Compensando estes

impactos negativos verificou-se um aumento da posição ativa de ajustamentos à circulação e dos saldos médios das carteiras de negociação.

No que diz respeito aos juros dos passivos, a sua redução deveu-se principalmente à diminuição significativa de taxas médias anuais e de saldos médios associados aos principais passivos de balanço, onde se destacam as responsabilidades para com o Eurosistema (*TARGET*), em parte contrariado pelo aumento do saldo médio de depósitos do Setor Público.

Os resultados realizados em operações financeiras apresentam, em 2013, um valor acumulado negativo de -5 milhões de euros, composto maioritariamente por prejuízos realizados em operações cambiais, em parte compensados por resultados positivos realizados em operações

Gráfico 19 • Margem de juros

Milhões de euros

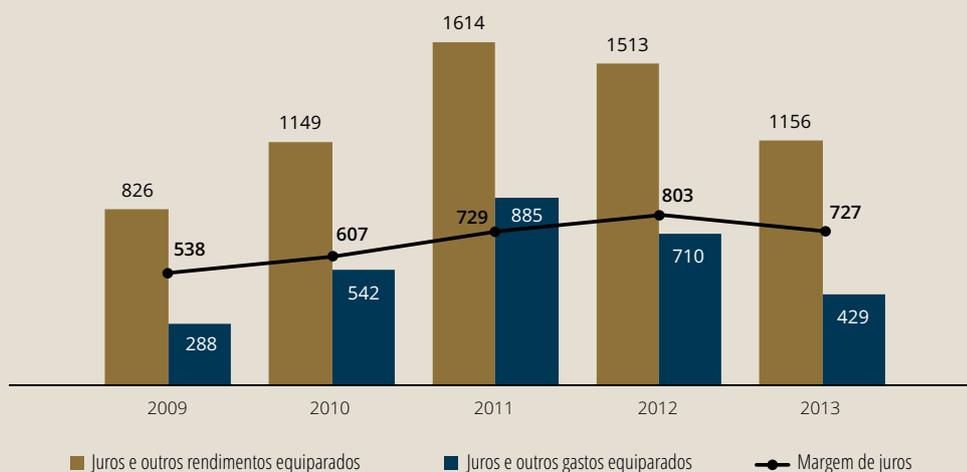


Gráfico 20 • Resultados de operações financeiras e menos valias potenciais

Milhões de euros



com instrumentos financeiros das carteiras de negociação. Este resultado acumulado negativo de 2013 traduz-se numa redução de -96 milhões de euros face a 2012 (Gráfico 20), destacando-se, como maior variação, o decréscimo das valias realizadas em operações com títulos da carteira de negociação em euros (-94 milhões de euros).

No que diz respeito à variação dos prejuízos não realizados em operações financeiras, o ano de 2013 apresentou valores bastante superiores aos dois últimos anos, tendo sido reconhecidos em final de ano -114 milhões de euros de prejuízos não realizados (face a -18 milhões de euros em 2011 e -2 milhões de euros em 2012). Estas perdas potenciais dizem respeito a diferenças de reavaliação cambiais negativas (-55 milhões de euros) e a desvalorizações de preço de títulos (-60 milhões de euros). De acordo com as regras contabilísticas harmonizadas do Eurosistema, as menos valias potenciais são reconhecidas em gastos do período a 31 de dezembro, enquanto as mais valias potenciais se mantêm reconhecidas em balanço nas respetivas rubricas de diferenças de reavaliação.

Em final de ano a provisão para riscos gerais foi reforçada pelo montante de 130 milhões de euros (Gráfico 21). Para este reforço foram tidos em consideração os critérios de prudência, já atrás referidos, e que se encontram enunciados no PCBP e as posições globais de riscos financeiros de balanço a médio e longo prazo a que o Banco se encontra exposto, num contexto

da importância crescente do fortalecimento dos recursos próprios dos bancos centrais por forma a terem capacidade de cobrir possíveis perdas, incluindo as que resultam da partilha de risco com o Eurosistema, mantendo níveis de autonomia financeira adequados à sua missão.

Em 2013, a rubrica de resultado líquido da repartição do rendimento monetário inclui, genericamente, o resultado associado a este período (num total de 3 milhões de euros) e o ganho relativo à parcela do Banco de Portugal na reversão da provisão para riscos partilhados com o Eurosistema relacionada com operações de política monetária (8 milhões de euros). No que respeita ao resultado da repartição do rendimento monetário, a significativa descida verificada (de 95 milhões de euros em 2012 para apenas 3 milhões de euros em 2013) decorre, essencialmente, da aproximação à chave de capital do peso das contribuições líquidas do Banco de Portugal no total das contribuições do Eurosistema (de 2,1 por cento em 2012 para 2,5 por cento em 2013).

Os gastos de natureza administrativa apresentam, em 2013, um crescimento de 5 por cento face a 2012 (+8 milhões de euros), situando-se em 176 milhões de euros (Gráfico 22). Este crescimento deve-se à variação verificada na principal componente destes gastos, ou seja, em gastos com pessoal (70 por cento do total de gastos desta natureza), que apresentam um acréscimo significativo de 14 por cento face a

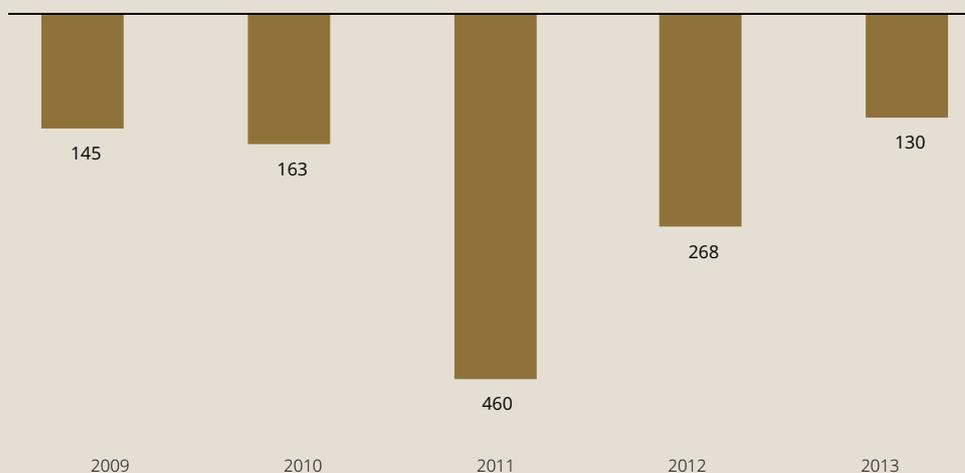


Gráfico 21 •
Transferência de/
para provisões
para riscos

Milhões de euros

2012 (+16 milhões de euros), atingindo 123 milhões de euros em 2013. O crescimento acentuado dos gastos com pessoal reconhecidos em 2013 deve-se a, neste ano, terem sido refletidos contabilisticamente, em simultâneo: (i) o subsídio de férias relativo ao ano de 2012 (cujas especialização foi anulada nesse ano face à decisão da suspensão do seu pagamento baseada na aplicação da Lei do Orçamento de Estado para 2013, que veio posteriormente a ser considerada inconstitucional pelo Acórdão do Tribunal Constitucional

n.º 187/2013); e (ii) o valor da especialização do subsídio de férias de 2013 a pagar em 2014 (com os respetivos encargos sociais obrigatórios). Conforme se verifica no quadro 4, procedendo em termos de reporte a um ajustamento, para os períodos financeiros a que correspondem, dos valores reconhecidos em gastos com pessoal referentes ao subsídio de férias de 2012 e respetivos encargos, pode verificar-se que os gastos com pessoal apresentariam um aumento de apenas 4 milhões de euros (+3 por cento).

Quadro 4

	2009	2010	2011	2012	2013	(milhões de euros) Δ 2013/2012
Gastos com pessoal	118	121	111	108	123	16
Ajustamento relativo a subsídio de férias e respetivos encargos sociais obrigatórios				6	-6	
Gastos com pessoal em base comparável	118	121	111	114	117	4
Relativos à supervisão	14	16	16	18	21	2
Excluindo os relativos à supervisão	104	104	95	96	97	1

Salienta-se que, conforme se pode verificar pelo quadro anterior, o crescimento verifica-se essencialmente com o reforço do quadro técnico do Banco de Portugal para fazer face ao acréscimo das responsabilidades que lhe estão cometidas no atual contexto económico e financeiro, nomeadamente em matéria de supervisão bancária. Todas as restantes áreas de atividade apresentam um nível de gastos com pessoal praticamente idêntico ao ano anterior, prosseguindo-se assim em 2013 o cenário de contenção

remunerativa e de redução de gastos implementado desde 2010, em resultado da orientação do Conselho de Administração no sentido de associar o Banco ao esforço da sociedade portuguesa no atual contexto económico e financeiro. No ano em análise foram mantidas as medidas adotadas com caráter transitório, as quais incidem sobre parcelas de remuneração e demais gastos com recursos humanos que não são legal ou contratualmente obrigatórios.

Gráfico 22 •
Gastos de natureza administrativa

Milhões de euros



A rubrica Fornecimentos e serviços de terceiros (FST) (que representa cerca de 21 por cento do total dos gastos de natureza administrativa) apresenta em 2013 um valor de 38 milhões de euros, evidenciando um decréscimo de 8 por cento face a 2012 (-3 milhões de euros). Esta redução traduz fundamentalmente o decréscimo de gastos no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal (PAEF) (-4 milhões de euros), os quais tiveram em 2013 uma expressão reduzida. Excluindo este efeito, verifica-se um nível de gastos praticamente idêntico ao do ano anterior, o qual reflete a prossecução dos esforços de contenção de gastos e uma gestão eficiente de recursos. Destacam-se como principais decréscimos o fim do arrendamento de imóveis utilizados de forma transitória em virtude das obras de remodelação do edifício da Rua do Comércio e a redução do recurso a serviços externos de vigilância e segurança. Assinala-se ainda a revisão de políticas de contratualização, promovida pelos diversos Departamentos do Banco, que permitiu acomodar a evolução de preços associados a diversos consumos gerais (como eletricidade), assim como o aumento de

alguns gastos diretamente associados à atividade do Banco, como a promoção de estágios por forma a suprir necessidades pontuais de recursos humanos e a manutenção obrigatória de máquinas e ferramentas associadas a atividades com notas e moedas.

O valor de depreciações e amortizações do período representa, em 2013, 14 milhões de euros, tendo decrescido 24 por cento face a dezembro de 2012 (-4 milhões de euros), fundamentalmente em resultado da conclusão em 2012 da amortização de sistemas aplicacionais do Banco de elevada expressão financeira (nomeadamente o sistema *Enterprise Resource Planning* (ERP) da SAP). Em relação ao impacto fiscal nos resultados de 2013, o valor estimado de imposto corrente é de 75 milhões de euros. Importa referir que este montante considera a dedução integral do prejuízo fiscal apurado em 2012, cujo efeito nesta estimativa se traduz numa redução de 27 milhões de euros. Este efeito é, em termos de resultados, anulado pela reversão do imposto diferido ativo relativo ao prejuízo fiscal reconhecido em 2012 (ver Nota 30 da Secção 3. Notas às demonstrações financeiras).

Lisboa, 25 de fevereiro de 2014

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Governador

Carlos da Silva Costa

Os Vice-Governadores

Pedro Miguel de Seabra Duarte Neves
José Joaquim Berberan e Santos Ramalho

Os Administradores

José António da Silveira Godinho
João José Amaral Tomaz

Distribuição de resultados

De acordo com o estipulado no n.º 2 do Artigo 53.º da Lei Orgânica, o resultado líquido do período de 2013, no montante de 253,01 milhões de euros, foi distribuído da seguinte forma:

10 % para reserva legal	25 301 332,47 euros
10 % para outras reservas	25 301 332,47 euros

e, nos termos da alínea c):

80 % para o Estado a título de dividendos	202 410 659,78 euros
---	----------------------

de acordo com o despacho n.º 81/14 de 30 de abril de 2014, de Sua Excelência a Ministra de Estado e das Finanças.

2. Demonstrações financeiras

Balanço do Banco de Portugal

Ativo	Notas	31-12-2013		31-12-2012	
		Ativo bruto	Depreciações, amortizações e imparidades	Ativo líquido	Ativo líquido
1. Ouro e ouro a receber	2	10 713 666		10 713 666	15 509 114
2. Ativos externos em ME		2 013 481		2 013 481	1 663 495
2.1. Fundo Monetário Internacional	3	1 190 335		1 190 335	1 241 500
2.2. Depósitos, títulos e outras aplicações externas em ME	4	823 147		823 147	421 995
3. Ativos internos em ME	4	344 866		344 866	448 673
4. Ativos externos em euros	5	561 678		561 678	511 637
4.1. Depósitos, títulos e empréstimos		561 678		561 678	511 637
4.2. Ativos res. facilidade de crédito ao abrigo do Mec. taxa de câmbio II (MTC II)					
5. Financiamento às IC da área euro relacionado com operações de política monetária em euros	6	47 863 510		47 863 510	52 783 910
5.1. Operações principais de refinanciamento		5 050 000		5 050 000	3 523 000
5.2. Operações de refinanciamento de prazo alargado		42 694 010		42 694 010	49 260 910
5.3. Operações ocasionais de regularização de liquidez					
5.4. Ajustamento estrutural de liquidez					
5.5. Facilidade marginal de cedência		119 500		119 500	
5.6. Créditos relacionados com valor de cobertura adicional					
6. Outros ativos internos em euros	5	43 608		43 608	58 435
7. Títulos internos denominados em euros		14 018 808		14 018 808	14 816 394
7.1. Títulos detidos para fins de política monetária	7	6 031 073		6 031 073	6 984 254
7.2. Outros títulos internos denominados em euros	5	7 987 736		7 987 736	7 832 140
9. Ativos sobre o Eurosistema	8	29 470 899		29 470 899	26 346 681
9.1. Participação no capital do BCE		212 990		212 990	201 933
9.2. Ativos de reserva transferidos para o BCE		1 022 025		1 022 025	1 008 345
9.3. Ativos relacionados com contas TARGET (líq.)					
9.4. Ativos relacionados com a emissão de notas (líq.)		28 197 550		28 197 550	25 024 918
9.5. Outros ativos sobre o Eurosistema (líq.)		38 335		38 335	111 485
10. Valores a cobrar		3018		3018	4
11. Outros ativos		6 845 424	287 198	6 558 226	7 267 789
11.1. Moeda metálica		44 970		44 970	50 097
11.2. Ativos fixos tangíveis e intangíveis	9	338 993	216 980	122 013	127 184
11.3. Outros ativos financeiros	10	5 198 743		5 198 743	5 822 689
11.4. Variações patrimoniais de operações extrapatrimoniais					
11.5. Acréscimos e diferimentos	11	1 009 425		1 009 425	910 240
11.6. Contas diversas e de regularização	12/19	253 293	70 219	183 075	357 579
Total de depreciações e amortizações			216 980		
Total de imparidades	19		70 219		
Total do ativo		111 878 959	287 198	111 591 760	119 406 134

Passivo, diferenças de reavaliação, provisão para riscos gerais e capital próprio (milhares de euros)

	Notas	31-12-2013	31-12-2012
1. Notas em circulação	13	22 303 015	21 003 305
2. Responsabilidades p/ com as IC – Operações de política monetária em euros	14	8 218 427	8 135 794
2.1. Depósitos à ordem de IC (subj. a controlo de reservas mínimas)		2 667 427	3 846 051
2.2. Facilidade de depósito		5 535 000	4 289 742
2.3. Depósitos a prazo			
2.4. Acordos de recompra – regularização de liquidez			
2.5. Depósitos por ajustamento colateral em op. de cedência		16 000	
3. Outras responsabilidades p/ com IC da área euro em euros			
5. Responsabilidades internas p/ com outras entidades em euros	15	7 629 461	5 483 618
5.1. Responsabilidades para com o setor público		7 629 417	5 223 337
5.2. Outras responsabilidades		43	260 282
6. Responsabilidades externas em euros	16	426	426
7. Responsabilidades internas em ME			
8. Responsabilidades externas em ME			
8.1. Depósitos e outras responsabilidades			
8.2. Responsabilidades res. facilidade de crédito ao abrigo do MTC II			
9. Atribuição de Direitos de Saque Especiais pelo FMI	3	901 883	940 110
10. Responsabilidades para com o Eurosistema		59 564 538	66 025 846
10.1. Resp. com o BCE pela emissão de certificados de dívida			
10.2. Responsabilidades relacionadas com contas TARGET (líq.)	8	59 564 536	66 025 846
10.3. Responsabilidades relacionadas com a emissão de notas (líq.)			
10.4. Outras responsabilidades para com o Eurosistema (líq.)		3	
11. Diversas		385 168	355 091
11.1. Variações patrimoniais de operações extrapatrimoniais			
11.2. Acréscimos e diferimentos	17	34 536	63 247
11.3. Responsabilidades diversas	18	350 631	291 843
12. Provisões	19		7622
13. Diferenças de reavaliação	20	7 758 201	12 657 389
14. Provisão para riscos gerais	19	3 321 622	3 191 622
15. Capital próprio	21	1 256 006	1 156 156
15.1. Capital		1000	1000
15.2. Reservas e resultados transitados		1 255 006	1 155 156
16. Resultado líquido do período		253 013	449 154
Total do passivo, diferenças de reavaliação, provisão para riscos gerais e capital próprio		111 591 760	119 406 134

O diretor do Departamento de Contabilidade e Controlo

José Pedro Silva Ferreira

Nota: Os totais / subtotais incluídos nas demonstrações financeiras e nas notas explicativas podem não coincidir devido a arredondamentos, uma vez que os valores estão apresentados em milhares de euros.

Demonstração de resultados

(milhares de euros)

Rubricas	Notas	31-12-2013	31-12-2012
1. Juros e outros rendimentos equiparados		1 155 795	1 512 827
2. Juros e outros gastos equiparados		428 789	710 155
3. Resultado líquido de juros e de gastos e rendimentos equiparados	22	727 006	802 672
4. Resultados realizados em operações financeiras	23	(5227)	90 527
5. Prejuízos não realizados em operações financeiras	24	114 246	2382
6. Transferência de / para provisões para riscos	19	(130 000)	(267 618)
7. Resultado de operações financeiras, menos valias e provisões para riscos		(249 473)	(179 473)
8. Comissões e outros rendimentos bancários		6536	6406
9. Comissões e outros gastos bancários		5285	5311
10. Resultado líquido de comissões e de outros gastos e rendimentos bancários		1252	1095
11. Rendimentos de ações e participações	25	54 215	19 950
12. Resultado líquido da repartição do rendimento monetário	26	11 227	112 822
13. Outros rendimentos e ganhos	27	17 407	46 341
14. Total de rendimentos e ganhos líquido		561 633	803 408
15. Gastos com pessoal	28	123 363	107 735
16. Fornecimentos e serviços de terceiros		37 552	41 033
17. Outros gastos de natureza administrativa		1113	1002
18. Depreciações e amortizações do período	9	13 691	17 929
19. Total de gastos de natureza administrativa		175 719	167 699
20. Gastos relativos à produção de notas		12 972	15 079
21. Outros gastos e perdas	27	18 415	6754
22. Imparidade de ativos (perdas / reversões)	29	(3689)	(292)
23. Dotações para a reserva de resultados de operações de ouro			
24. Total de gastos e perdas líquido		203 417	189 240
25. Resultado antes de impostos		358 217	614 168
26. Imposto sobre o rendimento		105 203	165 013
26.1. Imposto sobre o rendimento – corrente	30	74 624	325
26.2. Imposto sobre o rendimento – diferido	30	30 580	164 689
27. Resultado líquido do período		253 013	449 154

O diretor do Departamento de Contabilidade e Controlo

José Pedro Silva Ferreira

Nota: Os totais / subtotais incluídos nas demonstrações financeiras e nas notas explicativas podem não coincidir devido a arredondamentos, uma vez que os valores estão apresentados em milhares de euros.

Demonstração das alterações nos capitais próprios

(milhares de euros)

Descrição	Notas	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados distribuíveis	Resultados transitados não distribuíveis	Resultado líquido do período	Total capital próprio
Posição a 31 de dezembro de 2011 (1)		1000	224 864	1 194 428	-39 812	-183 931	31 382	1 227 931
Distribuição de resultados de 2011								
Distribuição de dividendos ao detentor de capital	21						-18 699	-18 699
Outras operações	21		3117	50 611	-41 045		-12 683	0
Sub-total da distribuição de resultados de 2011 (2)		-	3117	50 611	-41 045	-	-31 382	-18 699
Alterações em 2012								
Desvios atuariais do Fundo de Pensões	32					-31 444		-31 444
Desvios atuariais de Outros benefícios pós-emprego	32					-20 246		-20 246
Ajustamentos por impostos diferidos	30					-1386		-1386
Sub-total das alterações em 2012 (3)		-	-	-	-	-53 076	-	-53 076
Resultado Líquido de 2012 (4)							449 154	449 154
Resultado Integral de 2012 (5) = (3) + (4)						-53 076	449 154	396 079
Posição a 31 de dezembro de 2012 (6) = (1) + (2) + (5)		1000	227 981	1 245 039	-80 857	-237 007	449 155	1 605 311
Posição a 31 de dezembro de 2012 (7)		1000	227 981	1 245 039	-80 857	-237 007	449 155	1 605 311
Distribuição de resultados de 2012								
Distribuição de dividendos ao detentor de capital	21						-359 324	-359 324
Outras operações	21		44 915	-35 942	80 857		-89 831	-
Sub-total da distribuição de resultados de 2012 (8)		-	44 915	-35 942	80 857	-	-449 154	-359 324
Alterações em 2013								
Desvios atuariais do Fundo de Pensões	32					4858		4858
Desvios atuariais de Outros benefícios pós-emprego	32					12 285		12 285
Ajustamentos por impostos diferidos	30					-7125		-7125
Sub-total das alterações em 2013 (9)		-	-	-	-	10 019	-	10 019
Resultado Líquido de 2013 (10)							253 013	253 013
Resultado Integral de 2013 (11) = (9) + (10)		-	-	-	-	10 019	253 013	263 032
Posição a 31 de dezembro de 2013 (12) = (7) + (8) + (11)		1000	272 896	1 209 098	-	-226 988	253 014	1 509 019

O diretor do Departamento de Contabilidade e Controlo

José Pedro Silva Ferreira

Nota: Os totais / subtotais incluídos nas demonstrações financeiras e nas notas explicativas podem não coincidir devido a arredondamentos, uma vez que os valores estão apresentados em milhares de euros

3. Notas às demonstrações financeiras

(Montantes expressos em milhares de euros, exceto quando indicação diferente)

Nota 1 • Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas

1.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas em conformidade com o Plano de Contas do Banco de Portugal (PCBP), cuja revisão foi aprovada pelo Ministro de Estado e das Finanças nos termos do n.º 1 do artigo 63.º da Lei Orgânica, tendo o Plano revisito entrado em vigor no dia 1 de janeiro de 2012. Destaca-se neste plano a definição de dois elementos singulares de balanço: as Diferenças de Reavaliação, que representam valias potenciais positivas não reconhecidas em resultados (ver pontos b) e r) da Nota 1.2.); e a Provisão para riscos gerais, que é uma provisão que se distingue das demais por ter uma natureza equivalente a uma reserva, embora os seus reforços e reposições sejam efetuados diretamente por contrapartida da demonstração de resultados. Estes dois elementos são apresentados no balanço entre o Passivo e o Capital próprio.

As bases para a preparação das demonstrações financeiras, contempladas no atual PCBP, assentam em dois normativos principais: (i) a Orientação Contabilística do Banco Central Europeu² (BCE) em que se adotam as regras obrigatórias aplicáveis para o tratamento das atividades principais de Banco Central e as regras facultativas recomendadas para as participações financeiras; e (ii) orientações técnicas relativas a reconhecimento e mensuração baseadas nos IFRS³ para as restantes atividades, que serão aplicadas desde que se verifiquem as seguintes condições cumulativas:

- Não se tratar de uma matéria à qual sejam aplicáveis as regras contabilísticas de utilização obrigatória contidas na Orientação Contabilística do BCE;

- A implementação da orientação técnica não conflitue com o espírito e lógica conceptual da Orientação Contabilística do BCE;
- A orientação técnica não conflitue com disposições legais aplicáveis ao Banco, de onde se salienta a sua Lei Orgânica;
- A orientação técnica não conflitue com disposições específicas do PCBP sobre determinadas matérias; e
- Não se tratar de uma matéria que conflitue com o papel específico de Banco Central.

O PCBP é um normativo desenhado específica e apropriadamente para as atividades de banco central, contendo assim limites e regras de movimentação de provisões e de reservas.

De acordo com a Orientação Contabilística do BCE os ativos e passivos são classificados segundo o critério de residência na área do euro. Deste modo, são considerados ativos e passivos internos os relativos a entidades residentes na área do euro.

As participações em empresas subsidiárias e associadas são registadas nas demonstrações financeiras conforme se descreve no ponto 1.2 h) desta Nota. Dada a imaterialidade dos resultados de um eventual processo de consolidação, o Banco não prepara demonstrações financeiras consolidadas.

No que respeita às divulgações sobre as posições relacionadas com a atividade principal do Banco de Portugal, nomeadamente as que se relacionam com a participação no funcionamento do SEBC, o Banco segue os procedimentos harmonizados estabelecidos pelo BCE. Sobre as restantes áreas de atividade, é prestada a

informação definida pelos IFRS, sempre que esta não conflitue com (i) a atividade normal dos mercados e agentes que neles atuem; (ii) os objetivos das próprias operações conduzidas pelo Banco de Portugal; e (iii) o objetivo do Banco de Portugal no seu papel de banco central.

O Banco faz parte integrante do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC) estando, deste modo, sujeito ao disposto nos estatutos do SEBC/BCE que, nos termos do n.º 1 do artigo 27.º, obriga a uma auditoria externa independente às contas anuais dos bancos centrais do Eurosistema. No sentido de garantir a independência dos auditores externos o Banco segue as boas práticas do Eurosistema definidas com este propósito.

1.2. Resumo das principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas e critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras relativas ao período de 2013, são os seguintes:

a) Regime de acréscimo

O Banco segue o regime de acréscimo em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras, nomeadamente no que se refere aos juros das operações ativas e passivas que são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou cobrança.

b) Reconhecimento de resultados em operações financeiras

Os ganhos e perdas realizados em operações financeiras são levados à demonstração de resultados na data de liquidação das operações, salvo nas situações previstas no método alternativo do *"economic approach"*, descrito na Orientação Contabilística do BCE, nomeadamente operações transacionadas num ano cuja liquidação ocorra apenas no ano seguinte, onde os ganhos e perdas realizados em

operações financeiras são reconhecidos no período da data da transação.

No decurso do período, as diferenças de reavaliação (diferença entre o valor de mercado e o custo médio ponderado) são registadas em balanço em contas de reavaliação específicas para cada tipo de instrumento e de moeda.

No final do ano as diferenças de reavaliação negativas são reconhecidas em resultados como "prejuízos não realizados".

Não é efetuada compensação entre diferenças de reavaliação apuradas em cada título (código ISIN) ou denominação de moeda.

c) Conversão de ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e resultados denominados em moeda estrangeira

Os ativos, passivos e elementos extrapatrimoniais denominados em moeda estrangeira são convertidos para euros com base nas taxas de câmbio em vigor à data das demonstrações financeiras. A taxa utilizada ao longo do período na conversão dos gastos e rendimentos em moeda estrangeira é a da data de reconhecimento em resultados.

d) Operações em moeda estrangeira

O apuramento de ganhos ou perdas de operações em moeda estrangeira é efetuado moeda a moeda por referência ao respetivo custo médio ponderado, o qual é calculado com base no método do "custo médio líquido diário", adiante designado por "custo médio do dia".

De acordo com este método, o câmbio médio de cada divisa só é alterado quando a quantidade comprada no dia é superior à quantidade vendida, para posições ativas. Os resultados das vendas são determinados pelo diferencial entre o valor de transação e o custo médio do dia.

Nos casos em que as quantidades vendidas são superiores às quantidades compradas, o custo médio do dia é determinado por duas componentes: compras do dia (ao valor de transação) mais o diferencial entre vendas e compras do dia (ao custo médio ponderado histórico). Nas situações em que exista uma posição passiva

de uma moeda estrangeira, o custo médio da posição passiva será afetado pelas vendas líquidas, reconhecendo resultados pelas aquisições. As operações cambiais à vista e a prazo e as operações de permuta de moeda são registadas contabilisticamente da seguinte forma:

- Operações cambiais à vista
 - As compras e vendas de moeda estrangeira à vista são registadas em contas extrapatrimoniais na data da transação e em contas de balanço na data de liquidação das operações, altura em que o custo médio ponderado da posição cambial da moeda é afetado em conformidade com o método anteriormente descrito;
 - As compras à vista de moeda estrangeira contra a venda de euros são registadas à taxa de câmbio de transação;
 - As compras à vista de moeda estrangeira contra a venda de outra moeda estrangeira são registadas em euros, através da utilização da taxa de câmbio à vista na data do contrato, da divisa de cotação do negócio;
 - Nas vendas à vista de moeda estrangeira contra euros, os ganhos e perdas cambiais da operação resultam da diferença entre o contravalor em euros da transação e o custo médio da moeda estrangeira vendida;
 - Nas vendas à vista de moeda estrangeira contra a compra de outra moeda estrangeira os ganhos e perdas cambiais da operação resultam da diferença entre o contravalor em euros da divisa de cotação do negócio, ao câmbio da transação, e o custo médio da moeda estrangeira vendida.
 - Operações cambiais a prazo
 - Estas transações são registadas em contas extrapatrimoniais e em contas de balanço, desde a data da sua contratação até à data de liquidação, à taxa à vista em vigor na data do contrato;
 - As compras a prazo de moeda estrangeira contra a venda a prazo de outra moeda estrangeira são registadas em euros, através da utilização da taxa de câmbio à vista na data do contrato, da divisa de cotação do negócio. A diferença entre os contravalores à vista e a prazo é tratada como juro a pagar/receber, sendo especializado durante o período total da operação. De salientar que o custo médio ponderado da posição cambial é afetado na data da transação da operação;
 - Nas operações de venda a prazo de moeda estrangeira, os ganhos e perdas cambiais da operação resultam da diferença entre o contravalor em euros, à taxa à vista, da divisa de cotação do negócio e o custo médio ponderado dessa divisa e são registados na respetiva conta de resultados na data em que a compra afeta o custo de aquisição. O diferencial entre os contravalores à vista e a prazo é tratado como juro a pagar/receber, sendo especializado até à data de liquidação da operação.
- Operações de permuta de moeda (“*Swaps*” cambiais)
 - As compras/vendas de moeda à vista são tratadas como uma operação cambial à vista; as vendas/compras de moeda a prazo são reconhecidas em contas extrapatrimoniais na data da transação e em contas de balanço na data da liquidação da operação cambial à vista, à taxa à vista em vigor na data do contrato;
 - A diferença entre os contravalores à vista e a prazo é tratada como juro a pagar/receber, sendo especializado até à data da liquidação da operação;
 - O custo médio ponderado da posição cambial de cada divisa não é afetado pelos fluxos simultâneos de entrada e saída de moeda;
 - Não há lugar a diferenças de reavaliação das posições cambiais uma vez que estas

são apuradas sobre o conjunto das posições cambiais à vista e a prazo.

Como exceção a este tratamento contabilístico, as operações cambiais à vista contratadas no ano mas cuja liquidação ocorra em ano subsequente são reconhecidas em balanço no ano em que a transação tiver sido contratada, em conformidade com o previsto no denominado método alternativo do *economic approach*, referenciado no ponto 1.2 b).

e) Ouro

O ouro encontra-se reconhecido ao valor de mercado.

O tratamento contabilístico do ouro é idêntico ao das moedas estrangeiras referido na alínea anterior. Em resumo, o custo médio do *stock* do ouro só é alterado quando a quantidade comprada, no dia, é superior à quantidade vendida. Os resultados das vendas são determinados pelo diferencial entre o valor de transação e o custo médio ponderado.

O método de reconhecimento de resultados é também em tudo idêntico às operações em moeda estrangeira.

f) Títulos detidos para fins de política monetária

A rubrica Títulos detidos para fins de política monetária é destinada aos títulos relacionados com operações não convencionais de política monetária e é composta pelas seguintes carteiras:

- Programa de aquisição de obrigações hipotecárias (*Covered Bonds Purchase Programme* – CBPP)

Tendo por base as decisões do Conselho do BCE de 7 de maio e 4 de junho de 2009, que preconizam um conjunto de medidas coordenadas ao nível do Eurosistema, o Banco de Portugal adquiriu, para fins de política monetária, obrigações hipotecárias denominadas em euros e emitidas no Eurosistema. As compras ao abrigo deste programa terminaram em 30 de junho de 2010.

- Programa de estabilização do mercado de títulos no âmbito do Eurosistema (*Securities Market Programme* – SMP)

A decisão do Conselho do BCE de 14 de maio de 2010 estabeleceu um programa de aquisição de títulos da dívida pública que preconiza a estabilização do mercado europeu de títulos, ao abrigo do qual o Banco de Portugal adquiriu obrigações do tesouro de países da área do euro. O Conselho do BCE decidiu em 6 de setembro de 2012 encerrar este programa a novas aquisições.

- Programa de aquisição de obrigações hipotecárias II (*Covered Bonds Purchase Programme II* – CBPP II)

Com objetivos semelhantes aos do primeiro programa de aquisição de obrigações hipotecárias (CBPP) a decisão do Conselho do BCE de 3 de novembro de 2011 estabeleceu um novo programa de aquisição deste tipo de obrigações (CBPP II), ao abrigo do qual o Banco de Portugal adquiriu obrigações denominadas em euros e emitidas no Eurosistema. Desde 31 de outubro de 2012 que se encontram encerradas as compras ao abrigo deste programa.

Os títulos destas carteiras, classificados como detidos até à maturidade, são valorizados ao custo amortizado e são sujeitos a testes de imparidade efetuados ao nível do Eurosistema.

g) Títulos não relacionados com operações de política monetária

O Banco de Portugal detém em carteira títulos negociáveis (carteira de negociação) e títulos mantidos até à maturidade (carteira de investimento a vencimento).

- Carteira de negociação

A carteira de títulos negociáveis encontra-se valorizada a preços de mercado.

A determinação e reconhecimento de resultados em títulos negociáveis respeita o método valorimétrico do custo médio ponderado por título. Segundo este método, para efeitos de

apuramento de um novo custo médio ponderado, o custo das compras do dia é adicionado ao custo médio ponderado de cada título. As vendas são deduzidas ao *stock* pela aplicação do último custo médio ponderado. A diferença entre o valor das vendas e o custo amortizado do título, é considerada resultado realizado (ganho ou perda). Por sua vez, o prêmio ou desconto amortizado até ao momento da venda é igualmente considerado um resultado realizado (juro).

As diferenças de reavaliação correspondem à diferença entre o custo amortizado do título e o respetivo valor de mercado, e são tratadas conforme se refere no ponto 1.2 b) desta Nota.

- Carteira de investimento a vencimento

A carteira de títulos mantidos até à maturidade encontra-se valorizada ao custo amortizado, calculado de forma totalmente independente dos restantes títulos classificados como de negociação, estando sujeita a testes de imparidade de acordo com o modelo definido ao nível do Eurosistema. O tratamento contabilístico dos juros e dos prémios e descontos dos títulos desta carteira é análogo ao da carteira de títulos negociáveis.

h) Participações

As participações do Banco apresentam um carácter duradouro e a sua manutenção está ligada à atividade do Banco. As participações são registadas nas demonstrações financeiras na rubrica Outros ativos financeiros.

As participações em empresas subsidiárias e associadas são valorizadas de acordo com o recomendado pela Orientação Contabilística do BCE, através do método *Net Asset Value*⁴.

As restantes participações encontram-se registadas pelo critério do custo de aquisição, deduzido de possíveis ajustamentos julgados adequados.

i) Notas em circulação

O BCE e os dezassete Bancos Centrais Nacionais (BCN) dos Estados-Membros participantes,

que constituem o Eurosistema, colocam notas de euro em circulação⁵. O BCE e 12 destes BCN colocam notas de euro em circulação desde 1 de janeiro de 2002; o Banco Central da Eslovénia, adotou o euro em 1 de janeiro de 2007; os Bancos Centrais de Chipre e Malta em 1 de janeiro de 2008; o Banco Central da Eslováquia em 1 de janeiro de 2009; e o Banco Central da Estónia em 1 de janeiro de 2011. A responsabilidade pela emissão do valor total das notas de euro em circulação é repartida no último dia útil de cada mês de acordo com a "tabela de repartição de notas de banco"⁶.

Ao BCE foi atribuída uma dotação de emissão de 8 por cento do total das notas de euro em circulação e os restantes 92 por cento foram distribuídos pelos BCN de acordo com a respetiva chave de subscrição do capital do BCE. A dotação de notas de euro em circulação repartidas por cada BCN é relevada na rubrica de balanço Notas em circulação.

A diferença entre o valor de notas de euro atribuídas a cada BCN de acordo com a tabela de repartição de notas de banco e o valor da diferença entre as notas colocadas e as notas recolhidas por esse BCN dá origem a posições intra-Eurosistema remuneradas. Essas posições ativas ou passivas, que vencem juros⁷, são relevadas nas subrubricas Ativos / Responsabilidades relacionados com a emissão de notas (líq.) (ver ponto 1.2 j) desta Nota).

Sempre que um Estado-Membro adote o euro, esses saldos intra-Eurosistema referentes às notas de euro em circulação serão ajustados durante um período de 5 anos para que alterações aos padrões de circulação das notas não alterem significativamente as posições relativas dos BCN em termos de rendimentos. Os ajustamentos baseiam-se na diferença entre a média das notas em circulação em cada BCN verificada no período de referência e o valor médio no mesmo período se as notas tivessem sido repartidas de acordo com a chave de subscrição no capital do BCE. Esses ajustamentos dos saldos deixarão de ser aplicáveis a partir do primeiro dia do sexto ano seguinte ao ano de conversão fiduciária de cada novo participante no Eurosistema.

Os juros sobre estas posições são liquidados (pagos ou recebidos) através da conta de liquidação do BCE e são relevados na demonstração de resultados dos BCN em Resultado líquido de juros e de gastos e de rendimentos equiparados.

O Conselho do BCE decidiu que os rendimentos do BCE referentes à dotação de 8 por cento do total da emissão de notas de euro sejam atribuídos aos BCN, no mesmo período a que dizem respeito, ocorrendo o seu pagamento no último dia útil do mês de janeiro do ano financeiro seguinte, sob a forma de distribuição antecipada de dividendos⁸. Esse rendimento deverá ser distribuído na totalidade, exceto nos casos em que se antecipe um resultado líquido para o BCE inferior ao rendimento relativo às notas de euro em circulação, ou quando haja lugar a dedução, por decisão do Conselho do BCE, de despesas incorridas pelo BCE relativas a notas de banco. O Conselho do BCE pode também decidir pela transferência parcial ou total desse rendimento para uma provisão para riscos de câmbios, de taxa de juro, de crédito e de flutuação do preço do ouro.

j) Posições intra-Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC)

De acordo com o Artigo 28.º dos Estatutos do SEBC / BCE, os bancos centrais nacionais do SEBC são os únicos subscritores e detentores do capital do BCE. A subscrição é efetuada de acordo com a tabela de repartição estabelecida conforme o disposto no Artigo 29.º. Neste contexto, a participação do Banco de Portugal no capital do BCE, bem como os créditos atribuídos pelo BCE relativos à transferência de ativos de reserva previstos no Artigo 30.º, resultam da aplicação das ponderações constantes da tabela a que se refere o Artigo 29.º dos Estatutos do SEBC / BCE. A participação do Banco de Portugal no capital do BCE é apresentada no balanço na rubrica ativa Participação no capital do BCE.

As posições intra-Eurosistema, expressas nas rubricas Ativos / Responsabilidades relacionadas

com contas *TARGET*, resultam de pagamentos transfronteiriços dentro da União Europeia que são liquidados em euros. Estes pagamentos, que são maioritariamente efetuados por iniciativa de entidades privadas, são inicialmente liquidados via sistema *TARGET 2 – Trans-European Automated Real-time Gross settlement Express Transfer* – e dão origem a saldos bilaterais nas contas *TARGET* dos bancos centrais da União Europeia. Estes saldos bilaterais são apresentados diariamente de uma forma líquida por cada BCN, representando apenas uma posição de cada BCN para com o BCE. Os saldos intra-Eurosistema do Banco de Portugal para com o BCE são apresentados no balanço na rubrica Ativos / Responsabilidades relacionadas com contas *TARGET*.

A posição intra-Eurosistema relacionada com a transferência de ativos de reserva para o BCE no momento da entrada do Banco de Portugal no Eurosistema é denominada em euros e é apresentada no balanço na rubrica Ativos de reserva transferidos para o BCE.

As posições intra-Eurosistema relacionadas com a emissão de notas são englobadas numa única posição líquida e são apresentadas na rubrica de balanço Ativos / Responsabilidades relacionados com a emissão de notas (ver ponto 1.2 i) Notas em circulação).

k) Ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis e imobilizações em curso

O ativo fixo tangível e intangível encontra-se contabilizado ao custo de aquisição, deduzido das respetivas depreciações e amortizações acumuladas. Este custo de aquisição inclui despesas que são diretamente atribuíveis à aquisição dos bens.

As depreciações e amortizações são registadas em duodécimos segundo o método das quotas constantes, sendo aplicadas taxas de depreciação e amortização anuais de acordo com a sua vida útil estimada:

	Número de anos
Ativos fixos tangíveis	
Edifícios e outras construções	10 a 50
Instalações	4 a 20
Equipamento	
Máquinas e ferramentas	4 a 8
Equipamento informático	3 a 5
Equipamento de transporte	4 a 8
Mobiliário e material	4 a 8
Ativos intangíveis	3

As depreciações das viaturas são efetuadas de um modo diferenciado, consoante se preveja que estas sejam vendidas ao fim de 5 anos (ou 4 anos no caso de viaturas híbridas) ou se mantenham para uso continuado ao serviço do Banco. Desta forma, as primeiras são depreciadas à taxa de 13 por cento em 5 anos (ou 13,75 por cento em 4 anos, no caso de viaturas híbridas), considerando um valor residual de 35 por cento (45 por cento no caso de viaturas híbridas) no fim deste período, e as segundas a uma taxa de 10 por cento em 8 anos, considerando um valor residual de 20 por cento no fim deste período. O valor residual é determinado com base no definido na Portaria n.º 383/2003, de 14 de maio.

As imobilizações em curso encontram-se registadas pelo valor total das despesas já faturadas ao Banco, sendo transferidas para ativos fixos tangíveis ou ativos intangíveis quando começam a ser efetivamente utilizados, iniciando-se então a sua depreciação ou amortização.

I) Responsabilidades com pensões de reforma e outros benefícios

No âmbito das convenções coletivas de trabalho em vigor no setor bancário, o Banco assumiu, até 31 de dezembro de 2010, o compromisso do pagamento aos trabalhadores admitidos anteriormente a 3 de março de 2009 ou aos seus familiares que se encontram abrangidos pelos planos de benefícios definidos do Fundo de Pensões do Banco de Portugal (i) de prestações pecuniárias a título

de pensões de reforma por limite de idade, invalidez e reforma antecipada, (ii) de pensões de sobrevivência, (iii) de subsídios complementares e de subsídio por morte, e (iv) dos encargos relativos aos Serviços de Assistência Médico Social (SAMS) das pensões.

O decreto-Lei n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro de 2011, os trabalhadores do Banco no ativo, inscritos na Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB) e abrangidos pelo Fundo de Pensões – Plano de Benefício Definido (Fundo de Pensões), passassem a integrar o Regime Geral de Segurança Social (RGSS) para efeitos de proteção nas eventualidades de reforma por limite de idade (velhice).

Mantém-se como responsabilidade do Fundo de Pensões a cobertura de responsabilidades por morte e invalidez, bem como o complemento referente ao diferencial entre os benefícios calculados ao abrigo do RGSS e os benefícios definidos nos respetivos Planos de Pensões, os quais têm por base as convenções coletivas de trabalho aplicáveis e os normativos internos do próprio Banco.

As responsabilidades do Banco com o Fundo de Pensões são calculadas anualmente, na data de fecho das contas, pela Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal (SGFPBP), com base no Método de Crédito da Unidade Projetada. Os principais pressupostos atuariais (financeiros e demográficos) utilizados no cálculo destas responsabilidades são apresentados na Nota 32.

O reconhecimento de gastos e responsabilidades com pensões de reforma é efetuado conforme o definido no IAS 19, incorporando as últimas revisões endossadas pela União Europeia (IAS 19R). De acordo com o estabelecido, o montante relevado em gastos com pessoal respeita ao custo do serviço corrente e ao custo líquido dos juros, o qual é calculado com base na aplicação de uma única taxa de juro às responsabilidades e aos ativos do Fundo. Os ganhos e perdas atuariais resultam, sobretudo, de (i) diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores efetivamente verificados e (ii) de alterações nos pressupostos atuariais e financeiros. Estes ganhos e perdas são registados diretamente em resultados transitados.

As contribuições para o Fundo de Pensões são efetuadas para assegurar a solvência do mesmo, sendo o financiamento mínimo das responsabilidades por pensões em pagamento de 100 por cento e o das responsabilidades por serviços passados de pessoal no ativo de 95 por cento.

Os empregados que iniciaram a atividade no Banco a partir de 3 de março de 2009 passaram, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 54/2009, de 2 de março, a estar abrangidos pelo Regime Geral da Segurança Social. Estes empregados têm, no entanto, a possibilidade de optar por um plano complementar de pensões, para o qual o Banco contribui com 1,5 por cento da remuneração mensal efetiva. Contudo, tratando-se de um plano de contribuição definida, o Banco não tem obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais.

m) Outros benefícios pós-emprego

Até ao ano de 2011, as responsabilidades relativas a outros benefícios pós-emprego não eram reconhecidas no balanço do Banco de Portugal, sendo os pagamentos efetuados registados diretamente em resultados do período em que ocorriam. Estes benefícios pós-emprego referem-se essencialmente (i) à atribuição de pensões de reforma e sobrevivência a reformados e pensionistas que não

se encontram abrangidos pelo fundo de pensões do Banco de Portugal, (ii) à subvenção extraordinária atribuída a empregados do Banco reformados até 31 de dezembro de 1993 e (iii) às participações em despesas de doença e funeral dos reformados e pensionistas. A partir do período de 2012, o Banco de Portugal passou a reconhecer no seu passivo o valor presente das responsabilidades a liquidar no futuro relativas aos benefícios pós-emprego acima referidos.

O valor atual destes benefícios pós-emprego é calculado anualmente, na data de fecho das contas, pela SGFPBP, com base no Método de Crédito da Unidade Projetada. Os principais pressupostos atuariais (financeiros e demográficos) utilizados no cálculo do valor atual destes benefícios são apresentados na Nota 32.

O reconhecimento de gastos e responsabilidades com estes benefícios pós-emprego é efetuado conforme o definido no IAS 19R. Anualmente, o Banco de Portugal reconhece diretamente em gastos com pessoal o montante referente (i) ao custo dos juros relativo a benefícios que os atuais reformados já beneficiam, e (ii) ao custo do serviço corrente e ao custo dos juros relativos a benefícios que os atuais empregados ativos beneficiarão aquando da sua reforma. Os ganhos e perdas líquidos resultantes de desvios atuariais, decorrentes de variações e alterações de pressupostos ou da alteração das condições dos benefícios, são registados diretamente em capitais próprios, na rubrica de resultados transitados, em conformidade com a política contabilística igualmente adotada para os desvios atuariais das responsabilidades com pensões de reforma.

n) Prémios de antiguidade e outros encargos por passagem à reforma

O Banco de Portugal tem reconhecido no seu passivo o valor presente das responsabilidades pelo tempo de serviço decorrido, relativas a prémios de antiguidade e outros encargos por passagem à situação de reforma.

O valor atual dos benefícios com prémios de antiguidade e outros encargos por passagem

à reforma é calculado anualmente, na data de fecho das contas, pela SGFPBP, com base no Método de Crédito da Unidade Projetada. Os principais pressupostos atuariais (financeiros e demográficos) utilizados no cálculo do valor atual destes benefícios são apresentados na Nota 32.

Anualmente, o Banco de Portugal reconhece diretamente em resultados o custo do serviço corrente, o custo dos juros e os ganhos e perdas líquidos resultantes de desvios atuariais, decorrentes de alterações de pressupostos ou da alteração das condições dos benefícios.

o) Imposto sobre o rendimento

O encargo do período com o imposto sobre o rendimento é calculado tendo em consideração o disposto no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) e os incentivos e benefícios fiscais aplicáveis ao Banco.

Os impostos diferidos ativos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros, decorrente de diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal. Os impostos diferidos são calculados tendo por base a melhor estimativa do montante de imposto a recuperar e a pagar no futuro.

p) Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são reavaliados com base no seu valor de mercado ou, na sua ausência, na estimativa do valor de mercado, sendo as diferenças de reavaliação tratadas conforme se descreve no ponto 1.2 b) desta Nota, numa base individual.

q) Imparidades e provisões

As imparidades de ativos são apresentadas no balanço a deduzir ao valor contabilístico desses mesmos ativos. O valor destas imparidades resulta da melhor estimativa das perdas associadas a cada classe de ativos e tem por referência a melhor estimativa dos fluxos financeiros futuros.

As provisões são reconhecidas no passivo pela melhor estimativa possível da quantia da obrigação.

O PCBP prevê a criação de provisões decorrentes de riscos partilhados com o conjunto de bancos centrais da área do euro, de acordo com decisões e dentro dos limites estabelecidos pelo Conselho do BCE. Estas provisões são dedutíveis para efeitos fiscais. Para outras provisões ou imparidades, o Banco segue o regime fiscal definido no Código do IRC.

r) Diferenças de reavaliação

As diferenças de reavaliação são calculadas de acordo com o referido no ponto 1.2 b) desta Nota. Quando estas diferenças são positivas, são mantidas em balanço numa perspetiva de não distribuição de resultados não realizados. As diferenças de reavaliação positivas em final de período são apresentadas individualmente no balanço entre o Passivo e o Capital próprio.

De referir que, em final do ano, por uma questão de prudência, quando as diferenças de reavaliação são negativas, são transferidas para a demonstração de resultados, contribuindo para o apuramento do resultado líquido do período.

s) Provisão para riscos gerais

De acordo com o número 2 do Artigo 5.º da Lei Orgânica do Banco, o Conselho de Administração pode criar outras reservas e provisões destinadas a cobrir riscos de depreciação ou prejuízos a que determinadas espécies de valores ou operações estejam particularmente sujeitas.

O PCBP prevê a criação de uma Provisão para riscos gerais, que é uma provisão que se distingue das demais por ter uma natureza equivalente a uma reserva, embora os seus reforços e reposições sejam efetuados diretamente por contrapartida da demonstração de resultados.

A definição do montante da Provisão para riscos gerais tem em conta, entre outros fatores, a avaliação de riscos efetuada para o período em análise, num contexto de fortalecimento de

recursos próprios e da manutenção de níveis de autonomia financeira adequados à missão do Banco, por forma a capacitá-lo para, a qualquer momento, ter a possibilidade de cobrir eventuais perdas, incluindo as que resultam da partilha de risco com o Eurosistema. A Provisão para riscos gerais é movimentada por decisão do Conselho de Administração, em conformidade com o número 2 do Artigo 5.º da Lei Orgânica do Banco.

A Provisão para riscos gerais é considerada um elemento autónomo de balanço apresentado entre o Passivo e o Capital próprio.

t) Reservas e resultados transitados

As reservas do Banco são constituídas e movimentadas de acordo com o estabelecido na Lei Orgânica do Banco e dividem-se entre (i) a

reserva legal; (ii) a reserva especial relativa aos ganhos de operações de alienação do ouro; e (iii) outras reservas.

A reserva especial relativa aos ganhos de operações de alienação do ouro, prevista na alínea b) do número 1 do Artigo 53.º da Lei Orgânica do Banco, é dotada anualmente pelo montante exato dos ganhos obtidos naquelas operações, sem limite máximo de referência. As dotações anuais para reforço desta reserva são reconhecidas na demonstração de resultados e contribuem para o apuramento do resultado líquido do período.

Os resultados transitados representam resultados de períodos anteriores que se encontram a aguardar aplicação por parte do Conselho de Administração, ou resultados não reconhecidos na demonstração de resultados por determinação das normas contabilísticas.

Nota 2 • ouro e ouro a receber

	31-12-2013		31-12-2012	
	Oz.o.f.(*)	Milhares de euros	Oz.o.f.(*)	Milhares de euros
Ouro em caixa	5 549 398	4 834 746	5 549 398	6 998 784
Ouro depositado à ordem	6 747 916	5 878 920	6 747 916	8 510 330
Reserva em ouro	12 297 314	10 713 666	12 297 314	15 509 114

(*) 1 onça de ouro fino = 31,103481 gramas de ouro fino (grs.o.f.)

Em 31 de dezembro de 2013, o valor do ouro apresenta uma acentuada redução de 4 795 448 milhares de euros face ao saldo final do ano anterior, sendo este decréscimo unicamente resultante da evolução negativa da cotação do ouro em euros.

A reserva de ouro do Banco de Portugal a 31 de dezembro de 2013 encontra-se valorizada ao preço de mercado de 871,22 euros por onça de ouro fino, apresentando uma redução da sua cotação de 31 por cento face ao valor de 1 261,18 euros verificado a 31 de dezembro de 2012. O decréscimo desta cotação deveu-se à diminuição do preço da onça de ouro fino em dólar americano (USD), que passou de 1 664,00

USD em 31 de dezembro de 2012 para 1 201,5 USD em 31 de dezembro de 2013, conjugado com a apreciação do euro face ao USD (4,3 por cento) verificada entre as datas em análise.

As diferenças de reavaliação associadas à reserva de ouro são apuradas tendo por base o valor da cotação em euros por onça de ouro fino, não havendo distinção entre a reavaliação do preço do ouro e a reavaliação cambial. As mais valias potenciais associadas a este ativo (7 683 249 milhares de euros a 31 de dezembro de 2013) são reconhecidas como diferenças de reavaliação positivas de acordo com a política contabilística descrita nos pontos 1.2 b) e r) da Nota 1 (ver Nota 20).

Em termos de localização da reserva do ouro apresenta-se o seguinte detalhe:

Localização	31-12-2013		31-12-2012	
	Oz.o.f.	Milhares de euros	Oz.o.f.	Milhares de euros
No país	5 549 398	4 834 746	5 549 398	6 998 784
No estrangeiro				
Banco de Inglaterra	5 988 932	5 217 677	5 988 932	7 553 115
Banco de Pagamentos Internacionais (BIS)	640 658	558 154	640 658	807 984
Reserva Federal dos Estados Unidos	118 327	103 089	118 327	149 231
Total	12 297 314	10 713 666	12 297 314	15 509 114

Nota 3 • Operações ativas e passivas com o fundo monetário Internacional (FMI)

	31-12-2013		31-12-2012	
	Milhares de DSE	Milhares de euros	Milhares de DSE	Milhares de euros
Quota no FMI	1 029 700	1 151 514	1 029 700	1 200 321
Depósitos de conta corrente do FMI	(821 922)	(919 155)	(821 960)	(958 159)
Posição de reserva no FMI	207 778	232 359	207 740	242 163
Direitos de saque especiais	792 636	886 405	793 285	924 733
Outros ativos junto do FMI	64 000	71 571	64 000	74 605
Posição ativa sobre o FMI	1 064 414	1 190 335	1 065 025	1 241 500
Atribuição de DSE pelo FMI	(806 477)	(901 883)	(806 477)	(940 110)
Posição passiva para com o FMI	(806 477)	(901 883)	(806 477)	(940 110)

As posições com o FMI são denominadas em Direitos de Saque Especiais (DSE), os quais são tratados como uma moeda estrangeira, de acordo com o descrito no ponto 1.2 c) da Nota 1.

A Posição de reserva no FMI traduz o contravalor em euros, a 31 de dezembro de 2013, da quota de Portugal no FMI, correspondente à participação inicial e aos sucessivos reforços da mesma, no valor total de 1 151 514 milhares de euros (1 029 700 milhares de DSE), deduzido de 919 155 milhares de euros dos depósitos do FMI junto do Banco de Portugal (821 922 milhares de DSE). Sinaliza-se que em 2013 não ocorreu qualquer alteração na quota do Banco de Portugal no FMI, sendo a variação do seu valor em euros unicamente resultante da variação da cotação do DSE face a dezembro de 2012.

A posição ativa sobre o FMI engloba ainda, a dezembro de 2013, (i) a posição em Direitos de saque especiais, a qual diz respeito ao

contravalor em euros do montante de DSE assignado ao Banco de Portugal, no valor de 886 405 milhares de euros (792 636 milhares de DSE) e (ii) a rubrica Outros ativos junto do FMI, a qual inclui a participação de Portugal nos empréstimos ao abrigo do *New Arrangements to Borrow* (NAB), no montante de 71 571 milhares de euros (64 000 milhares de DSE, sem qualquer variação face a dezembro de 2012). Os NAB são acordos financeiros estabelecidos entre o FMI e alguns dos seus Estados Membros com capacidade financeira para auxiliar o sistema monetário internacional, os quais permitem ao FMI a obtenção de recursos dentro de termos e condições pré-estabelecidas por forma a atuar em situações de necessidade. Estes acordos correspondem a linhas de crédito, aprovadas para cada Estado participante, sendo que o montante máximo de participação do Banco de Portugal é de 1542 milhões de DSE (ver Nota 31).

A posição passiva corresponde à rubrica Atribuição de DSE pelo FMI e releva, a 31 de dezembro de 2013, uma responsabilidade perante o FMI de 901 883 milhares de euros (806 477 milhares de DSE).

A variação das diversas rubricas ativas e passivas contempla o efeito da depreciação do DSE em relação ao euro face a 31 de dezembro de 2012 (-4,1 por cento).

Em setembro de 2009 o Conselho do FMI aprovou um programa de venda de ouro até ao limite máximo de 403,3 toneladas, cuja concretização foi concluída em dezembro de 2010. Em fevereiro de 2012 o Conselho do FMI aprovou a primeira distribuição parcial, pelos seus membros, dos lucros obtidos com as referidas vendas de ouro (no montante de 700 000 milhares de DSE), de acordo com o peso da sua quota no FMI, na expectativa de que estes transferissem a sua parcela de lucros, ou efetuassem uma nova contribuição de montante equivalente, para apoio ao financiamento de países de baixo rendimento. Relativamente a essa primeira distribuição, foi atribuída ao Banco de Portugal, em 2012, a sua primeira parcela nos lucros das vendas, no montante de 3583 milhares de euros. No contexto da iniciativa acima referida, Portugal concordou, a 30 de abril de

2012, após consulta ao Ministro de Estado e das Finanças, com a transferência da sua parcela de lucros para a conta de subsídio do *Poverty Reduction and Growth Trust*, relativa à facilidade de apoio concessional de *Extended Credit Facility* (PRGT-ECF), o qual tem como objetivo auxiliar os países de baixo rendimento na obtenção, manutenção ou restabelecimento de uma situação macroeconómica estável e sustentada.

O FMI voltou a aprovar a distribuição do remanescente dos lucros das referidas operações de venda de ouro (num total de 1750 milhões de DSE), tendo correspondido, em 2013, a parcela do Banco de Portugal a 8535 milhares de euros. De forma análoga a 2012, Portugal concordou, em janeiro de 2013, com a transferência desta parcela de lucros para a conta de subsídio da referida facilidade de apoio do PRGT-ECF.

Embora com impacto líquido nulo em termos de resultados, o Banco registou, em 2012 e 2013, em outros rendimentos e ganhos, a atribuição das suas parcelas de lucros (pelos valores respetivos de 3583 milhares de euros e 8535 milhares de euros) e em outros gastos e perdas, a transferência desse montante de lucros como contribuição para o PRGT-ECF (ver Nota 27).

Nota 4 • Depósitos, títulos e outras aplicações em moeda estrangeira (ME)

	31-12-2013	31-12-2012
Ativos externos em ME		
Títulos	721 673	417 528
Depósitos e outras aplicações	101 473	4467
	<u>823 147</u>	<u>421 995</u>
Ativos internos em ME		
Títulos internos em ME	161 174	206 544
Depósitos e outras aplicações	183 692	242 128
	<u>344 866</u>	<u>448 674</u>
Total das aplicações em títulos em ME	882 847	624 072
Total dos depósitos e outras aplicações em ME	285 166	246 596
	<u>1 168 012</u>	<u>870 669</u>

No ano de 2013 assinala-se o reforço da carteira de ativos de negociação denominados em ME, em resultado de opções estratégicas de investimento do Banco. Para este aumento contribui de forma mais destacada o incremento da carteira de títulos de negociação, valorizada a preços de mercado, que representa a 31 de dezembro de 2013 um peso de 76 por cento no total de ativos em ME (2012: 72 por cento), tendo a seguinte composição:

	31-12-2013	31-12-2012
Títulos externos em ME		
De Dívida Pública	621 853	369 416
De Paragovernamentais e Supranacionais	99 820	48 112
	721 673	417 528
Títulos internos em ME		
De Dívida Pública	36 134	37 595
De Paragovernamentais e Supranacionais	125 040	168 950
	161 174	206 544
	882 847	624 072

No que respeita à composição da carteira de ME por moeda pode referir-se que, a 31 de dezembro de 2013, esta é essencialmente constituída por USD (cerca de 91 por cento do total de ME), à semelhança do que já acontecia em 2012 (80 por cento do total de ME correspondiam a USD).

Nota 5 • Depósitos, títulos e outras aplicações em euros

	31-12-2013	31-12-2012
Ativos externos em euros		
Títulos	468 421	479 611
Depósitos e outras aplicações	93 257	32 026
	561 678	511 637
Ativos internos em euros		
Títulos	7 987 736	7 832 140
Depósitos e outras aplicações	43 608	58 435
	8 031 344	7 890 575
Total das aplicações em títulos em euros	8 456 157	8 311 752
Total dos depósitos e outras aplicações em euros	136 865	90 461
	8 593 022	8 402 213

A carteira de negociação em euros apresenta um ligeiro incremento face a dezembro de 2012, mantendo porém uma estrutura idêntica ao nível da composição por instrumento financeiro e por residência. Assinala-se assim

que, de acordo com as opções estratégicas do Banco, a componente de títulos internos continua a representar a maior parcela desta carteira (93 por cento do total destes ativos), com um peso idêntico ao de dezembro de 2012. A repartição da carteira de títulos de negociação denominados em euros, valorizada a preços de mercado, é a seguinte:

	31-12-2013	31-12-2012
Títulos externos em euros		
De paragovernamentais e supranacionais	441 412	453 402
De empresas / instituições financeiras	27 010	26 209
	468 421	479 611
Títulos internos em euros		
De dívida pública	6 479 220	6 310 762
De paragovernamentais e supranacionais	1 455 825	1 439 196
De empresas / instituições financeiras	52 691	82 182
	7 987 736	7 832 140
	8 456 157	8 311 752

Nota 6 • Financiamento às IC da área euro relacionado com operações de política monetária em euros

Em 31 de dezembro de 2013 o valor das operações de refinanciamento às IC da área do euro relacionado com operações de política monetária em euros ao nível do Eurosistema

é de 752 438 milhões de euros (2012: 1 127 092 milhões de euros), do qual o Banco de Portugal colocou 47 864 milhões de euros (2012: 52 784 milhões de euros).

As operações principais de refinanciamento são operações reversíveis de cedência de liquidez com uma frequência semanal e normalmente com um prazo de uma semana. Desde outubro de 2008 que estas operações são colocadas através de leilões de taxa fixa, com satisfação integral da procura. A 31 de dezembro de 2013, o montante colocado pelo Banco de Portugal é de 5 050 000 milhares de euros (2012: 3 523 000 milhares de euros). Estas operações têm um papel importante na prossecução dos objetivos de condução das taxas juro, de gestão da liquidez do mercado e de sinalização das orientações da política monetária.

As operações de refinanciamento de prazo alargado são operações reversíveis de cedência de liquidez conduzidas por prazos de 3, 6, 12 ou 36 meses. A 31 de dezembro de 2013, o montante total colocado pelo Banco de Portugal ascende a 42 694 010 milhares de euros (2012: 49 260 910 milhares de euros), colocados a taxa fixa ou variável, com referência à taxa das operações principais de refinanciamento.

As operações a 36 meses foram aprovadas pelo Conselho do BCE a 8 de dezembro de 2011, no âmbito de medidas adicionais de aumento do financiamento e liquidez no mercado monetário da área do euro, tendo as IC a opção de reembolso antecipado passado o primeiro ano. A primeira operação com reflexo no balanço do

Banco de Portugal realizou-se a 22 de dezembro de 2011 e a segunda efetivou-se a 1 de março de 2012. Durante o ano de 2013 foi exercida, por parte das IC, a referida opção de reembolso antecipado, tendo sido liquidado parte do montante associado a estas operações.

De acordo com o artigo 32.4 dos Estatutos, os riscos relacionados com operações de política monetária, se se materializarem, podem ser, total ou parcialmente, partilhados por todos os bancos centrais nacionais (BCN) do Eurosistema, na proporção da sua participação no capital do BCE à data.

As perdas relativas a estas operações apenas se materializam se ocorrer o incumprimento da contraparte e a recuperação dos fundos provenientes da execução dos colaterais associados não for suficiente para cobertura das respetivas perdas. Saliencia-se que o Conselho do BCE exclui da partilha de riscos os colaterais específicos que podem ser aceites pelos BCN de acordo com os seus próprios critérios.

Em 31 de dezembro de 2013 a rubrica de Financiamento às IC inclui também 119 500 milhares de euros relativos a operações de facilidades marginais de cedência, que correspondem a empréstimos *overnight* obtidos pelas IC nacionais junto do Banco de Portugal, como forma de acederem às facilidades de liquidez do Eurosistema às taxas de remuneração pré-definidas para estas operações.

Nota 7 • Títulos detidos para fins de política monetária

	31-12-2013	31-12-2012
Títulos detidos para fins de política monetária		
Programa de aquisição de obrigações hipotecárias (CBPP)	925 916	1 083 197
Programa de aquisição de obrigações hipotecárias II (CBPP II)	232 615	241 981
Programa de estabilização do mercado de tít. do Eurosistema (SMP)	4 872 542	5 659 076
	6 031 073	6 984 254

A carteira de Títulos detidos para fins de política monetária contém, a 31 de dezembro de 2013, títulos adquiridos pelo Banco de Portugal no âmbito dos programas de aquisição de

obrigações hipotecárias⁹ (CBPP e CBPP II), e títulos da dívida pública adquiridos no âmbito do programa de estabilização do mercado de títulos¹⁰ (SMP) (ver ponto 1.2 f) da Nota 1).

No âmbito dos programas de aquisição de obrigações hipotecárias (CBPP e CBPP II), o BCE e os BCN adquiriram títulos internos em euros com o objetivo de facilitar as condições de financiamento das IC e das empresas, assim como encorajar as IC a manter / expandir o crédito aos seus clientes. As compras de títulos no âmbito destes programas terminaram em 30 de junho de 2010 (CBPP) e em 31 de Outubro de 2012 (CBPP II). A redução nestes itens em 2013 deveu-se ao vencimento de títulos destas carteiras.

Relativamente ao programa de estabilização do mercado de títulos do Eurosistema (SMP), o BCE e os BCN adquiriram títulos no sentido de contrariar as falhas de funcionamento de alguns segmentos do mercado de dívida interna e restaurar o correto funcionamento do mecanismo de transmissão da política monetária. O Conselho do BCE decidiu em 6 de setembro de 2012 encerrar este programa a novas aquisições, pelo que em 2013 não se verificou qualquer aquisição para esta carteira. A diminuição deste item, em 2013, deveu-se essencialmente ao vencimento de títulos.

O valor total de títulos detidos pelos BCN do Eurosistema, no âmbito do programa de estabilização do mercado de títulos (SMP), é de 165 845 509 milhares de euros (2012: 192 608 054 milhares de euros), dos quais o Banco de Portugal detém 4 872 542 milhares de euros. De acordo com o artigo 32.4 dos Estatutos do BCE, quaisquer perdas relativas a esta carteira, se materializadas, deverão ser partilhadas pelos diversos BCN do Eurosistema, na proporção das suas chaves no capital do BCE.

Conforme referido no ponto 1.2 f) da Nota 1), no final de ano foram efetuados, ao nível do Eurosistema, testes de imparidade aos títulos detidos para fins de política monetária, com base na informação disponível e nos valores recuperáveis estimados com referência a 31 de dezembro de 2013. Relativamente ao teste de imparidade conduzido no final de 2013 aos títulos que compõem a carteira SMP, o Conselho do BCE identificou um indicador de imparidade, relacionado com os títulos de dívida irlandeses, que ocorreu no decurso de 2013. Este evento decorre da reestruturação da dívida soberana irlandesa, em resultado da troca de Notas Promissórias por obrigações de dívida pública de longo prazo, no contexto da resolução do *Irish Bank Resolution Corporation* (IBRC). O Conselho do BCE considerou que a ocorrência deste indicador não implica perdas por imparidade nos títulos detidos pelos BCN uma vez que, com base na informação disponível a 31 de dezembro de 2013, não existe evidência de alterações nos fluxos financeiros futuros estimados. Assim, nenhuma perda por imparidade foi registada no final de ano relativa aos títulos de dívida irlandeses que compõem a carteira SMP.

Refira-se ainda que não foram também encontradas evidências de imparidade relativamente aos restantes títulos que compõem a carteira SMP ou as outras duas carteiras de títulos detidos para fins de política monetária (CBPP e CBPP II).

O Conselho do BCE avalia numa base regular os riscos financeiros associados aos títulos adquiridos ao abrigo do programa de estabilização do mercado de títulos e dos programas de aquisição de obrigações hipotecárias.

Nota 8 • Ativos e passivos para com o eurosistema

- Participação no capital do BCE

De acordo com o Artigo 28.º dos Estatutos do SEBC/BCE, os BCN do SEBC são os únicos subscritores e detentores do capital do BCE. A subscrição é efetuada de acordo com a tabela de repartição estabelecida conforme o disposto no Artigo 29.º, cujo ponto 3 define que

essas ponderações sejam ajustadas de cinco em cinco anos após a instituição do SEBC.¹¹

Em resultado da entrada da Croácia como Estado Membro da União Europeia, a 1 de julho de 2013, ocorreu a seguinte alteração das chaves de capital do BCE:

Chaves de subscrição do capital do BCE

	Até 30-06-2013	A partir de 01-07-2013
Nationale Bank van België / Banque Nationale de Belgique	2,4256 %	2,4176 %
Deutsche Bundesbank	18,9373 %	18,7603 %
Eesti Pank	0,1790 %	0,1780 %
Central Bank of Ireland	1,1107 %	1,1111 %
Bank of Greece	1,9649 %	1,9483 %
Banco de España	8,3040 %	8,2533 %
Banque de France	14,2212 %	14,1342 %
Banca d'Italia	12,4966 %	12,4570 %
Central Bank of Cyprus	0,1369 %	0,1333 %
Banque centrale du Luxembourg	0,1747 %	0,1739 %
Central Bank of Malta	0,0632 %	0,0635 %
De Nederlandsche Bank	3,9882 %	3,9663 %
Oesterreichische Nationalbank	1,9417 %	1,9370 %
Banco de Portugal	1,7504 %	1,7636 %
Banka Slovenije	0,3288 %	0,3270 %
Národná banka Slovenska	0,6934 %	0,6881 %
Suomen Pankki – Finlands Bank	1,2539 %	1,2456 %
BCN da área do euro	69,9705 %	69,5581 %
Българска народна банка / Bulgarian National Bank	0,8686 %	0,8644 %
Česká národní banka	1,4472 %	1,4539 %
Danmarks Nationalbank	1,4835 %	1,4754 %
Hrvatska narodna banka	–	0,5945 %
Latvijas Banka	0,2837 %	0,2742 %
Lietuvos bankas	0,4256 %	0,4093 %
Magyar Nemzeti Bank	1,3856 %	1,3740 %
Narodowy Bank Polski	4,8954 %	4,8581 %
Banca Națională a României	2,4645 %	2,4449 %
Sveriges Riksbank	2,2582 %	2,2612 %
Bank of England	14,5172 %	14,4320 %
BCN externos à área do euro	30,0295 %	30,4419 %
	100,0000 %	100,0000 %

De acordo com o ponto 3 do Artigo 48.º dos Estatutos do SEBC / BCE, o capital subscrito do BCE aumenta, automaticamente, quando um Estado Membro entra para a União Europeia e o respetivo BCN passa a pertencer ao SEBC. Este aumento é determinado multiplicando o montante de capital subscrito prévio à data da entrada pelo rácio, de acordo com a nova tabela de repartição alargada, entre o peso do novo BCN e o peso dos BCN que já eram membros do SEBC. De acordo com esta regra, a 1 de julho de 2013, o valor total do capital subscrito do BCE aumentou de 10 760 652 milhares de euros para 10 825 007 milhares de euros.

Com a revisão dos dados estatísticos de base para o cálculo da chave de capital do BCE,

referentes ao período de 2001 a 2006, que ocorreu por ocasião da entrada da Croácia para a União Europeia em 1 de julho de 2013, a percentagem do Banco de Portugal no capital subscrito do BCE aumentou de 1,7504 por cento para 1,7636 por cento, e o valor desta participação, incluindo prestações acessórias por ajustamento das reservas acumuladas, passou de 201 933 milhares de euros a 31 de dezembro de 2012, para 212 990 milhares a 31 de dezembro de 2013.

A percentagem do Banco de Portugal no capital do BCE subscrito e realizado pelos BCN do Eurosistema passou de 2,5016 por cento a 31 de dezembro de 2012, para 2,5354 por cento a 31 de dezembro de 2013.

- Ativos de reserva transferidos para o BCE

Esta rubrica representa a posição ativa resultante das transferências de ativos de reserva dos BCN do Eurosistema para o BCE. Este ativo foi convertido para euros ao câmbio fixado à data das transferências e é remunerado, em base diária, à última taxa marginal das operações principais de refinanciamento do Eurosistema, ajustada de modo a refletir o rendimento nulo da parcela referente ao ouro.

Em resultado dos ajustamentos da participação percentual dos BCN na tabela de repartição para a subscrição do capital do BCE e pela entrada para o Eurosistema de novos BCN, a posição ativa resultante das transferências de ativos de reserva dos BCN participantes para o BCE tem vindo a ser ajustada, por força do número 3 do Artigo 30.º dos Estatutos.

A alteração verificada nas chaves do capital do BCE, a 1 de julho de 2013, também implicou um ajustamento dos ativos de reserva do Banco de Portugal transferidos para o BCE. De modo a refletir o aumento de peso da chave de capital, esta posição aumentou de 1 008 345 milhares de euros em 31 de dezembro de 2012 para 1 022 025 milhares de euros em 31 de dezembro de 2013.

- Ativos relacionados com a emissão de notas

A rubrica Ativos relacionados com a emissão de notas (líq.) consiste na posição ativa do Banco de Portugal relativa à repartição de notas de euro pelo Eurosistema (ver pontos 1.2 i) e 1.2 j) da Nota 1). Em resultado da alteração das chaves de capital do BCE dos diversos BCN, descrita nos pontos anteriores, a percentagem do Banco de Portugal na tabela de repartição de notas¹² passou de 2,3015 por cento em 31 de dezembro de 2012, para 2,3325 por cento em 31 de dezembro de 2013.

O aumento desta posição ativa face a 31 de dezembro de 2012 (de 25 024 918 milhares de euros para 28 197 550 milhares de euros)

deve-se à conjugação do aumento da circulação global do Eurosistema (5 por cento face a 2012), com o aumento da posição ativa do Banco relativa ao diferencial entre as notas colocadas e retiradas de circulação pelo Banco (ver Nota 13). A posição ativa do ajustamento à circulação é remunerada à taxa marginal das operações principais de refinanciamento do Eurosistema.

- Outros ativos sobre o Eurosistema

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo da rubrica Outros ativos sobre o Eurosistema (38 335 milhares de euros) refere-se: (i) a resultados do método de cálculo do rendimento monetário de 2013 e acertos relativos a anos anteriores, pelos montantes respetivos de 3269 milhares de euros e 336 milhares de euros, liquidados em 31 de janeiro de 2014 (ver Nota 26) e (ii) ao montante a receber de 34 728 milhares de euros da parte dos rendimentos de 2013 referentes à dotação de emissão de notas de euro do BCE e dos títulos do BCE adquiridos ao abrigo do *Securities Market Programme* (SMP), liquidados também a 31 de janeiro de 2014 (ver Nota 25), no seguimento da decisão do Conselho do BCE.

- Responsabilidades relacionadas com contas *TARGET*

Em 31 de dezembro de 2013, as Responsabilidades relacionadas com contas *TARGET* (líq.), (ver ponto 1.2 j) da Nota 1) apresentam uma posição credora de 59 564 536 milhares de euros (31 de dezembro de 2012: 66 025 846 milhares de euros). Esta posição é remunerada à taxa marginal das operações principais de refinanciamento do Eurosistema.

Nota 9 • Ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis

	31-12-2013	31-12-2012
Ativos fixos tangíveis		
Terrenos	8888	8895
Edifícios e outras construções	107 208	82 207
Instalações	80 463	64 590
Equipamento	82 008	81 156
Património artístico e museológico	8939	8814
	<u>287 506</u>	<u>245 662</u>
Ativos intangíveis		
Programas de computador	41 195	39 749
Ativos fixos tangíveis e intangíveis em curso		
	<u>10 292</u>	<u>48 251</u>
Total de ativos fixos tangíveis e intangíveis bruto	<u>338 993</u>	<u>333 662</u>
Depreciações e amortizações acumuladas		
Depreciações de ativos fixos tangíveis	(179 300)	(172 172)
Amortizações de ativos intangíveis	(37 680)	(34 306)
	<u>(216 980)</u>	<u>(206 478)</u>
Total de ativos fixos tangíveis e intangíveis líq.	<u>122 013</u>	<u>127 184</u>

Para os períodos de 2012 e de 2013, os movimentos nesta rubrica foram os seguintes:

	31-12-2011		Depreciações e amortizações do período	31-12-2012	
	Saldos líquidos	Aumentos		Diminuições	Saldos líquidos
Ativos fixos tangíveis					
Terrenos	8895	-	-	-	8895
Edifícios e outras construções	38 179	2129	59	2552	37 697
Instalações	6995	5467	47	2973	9442
Equipamento	10 588	2949	20	4877	8641
Património artístico e museológico	8764	124	73	-	8814
	<u>73 421</u>	<u>10 669</u>	<u>199</u>	<u>10 402</u>	<u>73 490</u>
Ativos intangíveis					
Programas de computador	7919	5130	-	7607	5442
Ativos fixos tangíveis e intangíveis em curso					
Imobilizações em curso – Projetos	40 750	18 444	11 104	-	48 090
Adiantamentos	974	118	930	-	162
	<u>41 724</u>	<u>18 562</u>	<u>12 034</u>	<u>-</u>	<u>48 251</u>
	<u>123 065</u>	<u>34 361</u>	<u>12 233</u>	<u>18 009</u>	<u>127 184</u>

	31-12-2012			Depreciações e amortizações do período	31-12-2013
	Saldos líquidos	Aumentos	Diminuições		Saldos líquidos
Ativos fixos tangíveis					
Terrenos	8895	-	8	-	8888
Edifícios e outras construções	37 697	25 024	10	2595	60 116
Instalações	9442	15 973	13	2992	22 410
Equipamento	8641	3675	363	4099	7854
Património artístico e museológico	8814	150	24	-	8939
	73 490	44 821	419	9687	108 206
Ativos intangíveis					
Programas de computador	5442	2077	-	4004	3515
Ativos fixos tangíveis e intangíveis em curso					
Imobilizações em curso – Projetos	48 090	5048	42 999	-	10 138
Adiantamentos	162	155	164	-	154
	48 251	5203	43 162	-	10 292
	127 184	52 101	43 581	13 691	122 013

O montante relevado em ativos fixos tangíveis e intangíveis em curso, a 31 de dezembro de 2013, diz essencialmente respeito a projetos

em curso referentes a Obras em edifícios e instalações do Banco e Sistemas e Tecnologias de Informação.

Nota 10 • Outros ativos financeiros

	31-12-2013	31-12-2012
Participações em entidades não residentes na zona euro	21 650	21 650
Participações em entidades residentes na zona euro	54 912	59 224
Carteira de investimento a vencimento	5 122 180	5 741 815
Outros ativos	2	-
	5 198 743	5 822 689

A rubrica Outros ativos financeiros releva essencialmente as participações financeiras do Banco de Portugal e a carteira de títulos de investimento a vencimento.

No que diz respeito às participações do Banco apresenta-se o seguinte detalhe:

	31-12-2013		31-12-2012	
	% Participação	Valor	% Participação	Valor
Participações em entidades não residentes na zona euro				
Banco de Pagamentos Internacionais (BIS)	1,57 %	21 650	1,57 %	21 650
Participações em entidades residentes na zona euro				
Finangeste, S. A.	44,44 %	27 800	44,44 %	36 005
SGFPBP, S. A.	97,81 %	2921	97,81 %	2718
Valora, S. A.	100,00 %	24 191	100,00 %	20 500
Swift	0,01 %	1	0,01 %	1
		54 912		59 224

As variações ocorridas nos valores das participações resultam essencialmente da aplicação do método de valorização *Net Asset Value*, sendo a contrapartida das diferenças de valorização reconhecidas diretamente em resultados do período (ver Nota 27). Este procedimento não foi aplicado às participações no BIS e na Swift, uma vez que as respetivas percentagens de participação são residuais (1,57 por cento e 0,01 por cento), estando estas registadas ao custo de aquisição, de acordo com a política contabilística apresentada no ponto 1.2 h) da Nota 1.

No âmbito da gestão de fundos próprios do Banco de Portugal, a carteira de investimento a vencimento encontra-se registada, pelas suas características, na rubrica de Outros Ativos Financeiros. Esta carteira é constituída apenas por títulos denominados em euros e é valorizada a custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Em dezembro de 2013 apresenta um decréscimo de 619 635 milhares de euros face a 2012, em

virtude de vencimentos dos títulos em carteira a essa data, cujos respetivos recursos financeiros foram maioritariamente investidos nas carteiras de negociação. Como referido, estes ativos são sujeitos a testes de imparidade, não tendo sido encontradas evidências de alterações nos fluxos financeiros futuros estimados, pelo que nenhuma perda por imparidade foi registada.

A decomposição desta carteira de investimento, por tipo de instrumento financeiro, é a seguinte:

	31-12-2013	31-12-2012
Carteira de investimento a vencimento		
De Dívida Pública	4 739 258	5 176 606
De paragonamentais e supranacionais	232 965	315 708
De empresas / instituições financeiras	149 957	249 501
	5 122 180	5 741 815

Nota 11 • Acréscimos e diferimentos ativos

	31-12-2013	31-12-2012
Acréscimos de rendimentos		
Juros e out. rendim. a receber por op. de Banco Central	887 241	755 177
Outros acréscimos de rendimentos	6896	-
	894 136	755 177
Gastos diferidos		
Despesas com gasto diferido por op. de Banco Central	19 827	20 150
Outros gastos diferidos	16 467	18 200
Impostos diferidos ativos	78 994	116 713
	115 289	155 063
	1 009 425	910 240

A 31 de dezembro de 2013 os acréscimos de rendimentos a receber por operações de Banco Central dizem essencialmente respeito a juros corridos: (i) de operações de financiamento às IC no âmbito de política monetária, (ii) de títulos da carteira detida para fins de política monetária, (iii) de títulos e outras aplicações

das carteiras de negociação em euros e ME e da carteira de investimento a vencimento em euros, e (iv) da posição líquida referenciada no ponto 1.2 j) da Nota 1 relacionada com a emissão de notas. O acréscimo verificado face a 2012 diz em grande parte respeito ao crescimento do montante especializado de juros das operações ativas de política monetária, (553 637 milhares de euros a 31 de dezembro de 2013 face a 383 875 milhares de euros a 31 de dezembro de 2012), essencialmente decorrente de rendimentos das operações de refinanciamento de prazo alargado. Este aumento foi em parte compensado pelas reduções dos rendimentos especializados referentes às carteiras de títulos detidos para fins de política monetária e de investimento a vencimento.

As despesas com gasto diferido por operações de Banco Central referem-se, fundamentalmente, a juros dos títulos com cupão das diversas carteiras do Banco (negociação, investimento a vencimento e títulos detidos

para fins de política monetária), corridos e não vencidos até à data de aquisição, pagos à contraparte aquando da compra e que serão recebidos pelo Banco na data de vencimento dos respetivos cupões, ou aquando das vendas dos títulos, se estas ocorrerem antes do vencimento.

No montante registado em outros gastos diferidos a 31 de dezembro de 2013 destaca-se o valor de 13 414 milhares de euros relativo ao reconhecimento do valor atualizado do

diferencial entre os fluxos financeiros dos juros a receber dos empréstimos concedidos aos empregados, utilizando a taxa de juro das Convenções Coletivas de Trabalho e as taxas de juro de mercado. A contrapartida deste valor encontra-se registada a deduzir ao respetivo ativo referente a Créditos ao pessoal (ver Nota 12).

O detalhe do montante apurado como ativos por impostos diferidos de 2012 e 2013 é apresentado na Nota 30.

Nota 12 • Contas diversas e de regularização do ativo

	31-12-2013	31-12-2012
Créditos ao pessoal	135 228	130 420
Situações especiais de crédito	70 219	73 910
Fundo de Pensões – Plano de Benefícios Definido (PBD)	38 345	26 099
Fundo de Pensões – Plano de Contribuições Definidas (PCD)-CRA	4501	4722
Devedores diversos	1104	3513
IRC – Pag. p/ conta e Pag. adicional p/ conta	–	186 744
Outras posições ativas de Banco Central	–	2584
Outras contas de valor reduzido	3896	3497
	253 293	431 488
Imparidades de situações especiais de crédito	(70 219)	(73 910)
	183 075	357 579

Os Créditos ao pessoal correspondem, na sua maioria, a empréstimos aos empregados para aquisição de habitação.

O valor registado em Situações especiais de crédito refere-se, essencialmente, aos valores a receber da Finangeste ao abrigo do Acordo BP / Finangeste, de 9 de janeiro de 1995, no montante de 69 780 milhares de euros (2012: 73 566 milhares de euros). Encontra-se reconhecida uma imparidade pelo valor total deste ativo (ver Nota 29). A redução verificada em 2013 diz respeito ao montante nominal dos

créditos que esta entidade recuperou, entregues ao Banco por via do apuramento da prestação anual, no âmbito dos termos do referido Acordo.

O valor de 186 744 milhares de euros apresentado em 2012 em IRC – Pagamentos por conta (correspondente ao disposto nos Artigos 105.º e 105.º-A do CIRC) foi totalmente recuperado em 2013, após a entrega da declaração periódica de rendimentos Modelo 22 de IRC, por, em 2012, ter sido apurado um prejuízo fiscal (ver Nota 30). Em virtude do prejuízo apurado nesse ano não foram efetuados, em 2013, pagamentos por conta de IRC.

A rubrica Fundo de Pensões – Plano de Benefícios Definidos diz respeito ao *superavit* deste Fundo a 31 de dezembro de 2013, resultante do facto deste apresentar, a esta data, um nível de financiamento superior a 100 por cento (ver Nota 32).

A posição referente ao Fundo de Pensões – Plano de Contribuições Definidas – Conta de reserva associada (CRA), traduz o valor das unidades de participação deste Fundo afetas ao Banco de Portugal a 31 de dezembro de 2013, valorizadas ao valor de mercado a essa data (ver Nota 32).

Nota 13 • Notas em circulação

As notas denominadas em euros em circulação representam, em 31 de dezembro de 2013, a quota do Banco de Portugal no total das notas de euro em circulação do Eurosistema (ver ponto 1.2 i) da Nota 1).

	31-12-2013	31-12-2012
Notas em circulação		
Notas colocadas em circulação (líq.)	(5 894 535)	(4 021 613)
Ajustamentos à circulação do Eurosistema	28 197 550	25 024 918
	<u>22 303 015</u>	<u>21 003 305</u>

Em 2013 a circulação global do Eurosistema aumentou em 5 por cento. De acordo com a chave de repartição de notas, o Banco de Portugal apresenta a 31 de dezembro de 2013 um total do agregado de notas em circulação de 22 303 015 milhares de euros, face a 21 003 305 milhares de euros em 31 de dezembro de 2012. Por sua vez, o diferencial entre as notas colocadas e retiradas da circulação pelo Banco continua a apresentar, a 31 de dezembro de 2013, um saldo de natureza devedora, tendo aumentado face a 2012. A soma destes dois efeitos explica o crescimento do ajustamento à circulação do Eurosistema, o qual tem como contrapartida um ativo reconhecido na rubrica Outros ativos sobre o Eurosistema (ver Nota 8).

Nota 14 • Responsabilidades para com as IC – operações de política monetária em euros

O saldo da rubrica Responsabilidades para com as IC da área do euro relacionadas com operações de política monetária em euros traduz, essencialmente, a 31 de dezembro de 2013, as contas de depósitos à ordem das IC junto do Banco de Portugal (2 667 427 milhares de euros) e o saldo de operações de facilidade de depósito vivas a esta data (5 535 000 milhares de euros). Estas operações correspondem a depósitos *overnight* colocados pelas IC nacionais junto do Banco de Portugal, como forma de acederem

às facilidades de absorção de liquidez do Eurosistema às taxas de remuneração pré-definidas para estas operações.

As contas de depósitos à ordem das IC junto do Banco de Portugal servem o duplo objetivo de conta de liquidação e de retenção das disponibilidades necessárias ao cumprimento das normas relativas a reservas mínimas, as quais são remuneradas à taxa marginal das operações principais de refinanciamento do Eurosistema.

Nota 15 • Responsabilidades internas para com outras entidades em euros

A subrubrica Setor Público releva, a partir de 2011, essencialmente recursos resultantes do Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal (PAEF). Assim, esta rubrica inclui, para além do saldo da conta de depósitos à ordem da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP) (1033 milhares de euros), o valor de depósitos da mesma instituição referente a fundos disponíveis recebidos da União Europeia (UE) e do FMI. A 31 de dezembro de 2013 estes

depósitos, num total de 7 628 384 milhares de euros (31 de dezembro de 2012: 5 181 820 milhares de euros), são referentes ao EFSM – *European Financial Stabilisation Mechanism*, à BSSF – *Bank Solvency Support Facility* e à EFSF – *European Financial Stabilisation Facility*.

A subrubrica Outras responsabilidades contém os saldos de depósitos à ordem de Fundos de Garantia e de outros intermediários e auxiliares financeiros junto do Banco.

Nota 16 • Responsabilidades externas em euros

O saldo da rubrica de responsabilidades externas em euros, a 31 de dezembro de 2013, é composto pelos saldos das contas de

depósitos à ordem de vários bancos centrais e de organismos internacionais (excluindo o FMI).

Nota 17 • Acréscimos e diferimentos passivos

	31-12-2013	31-12-2012
Rendimentos diferidos		
Outros rendimentos diferidos	1	1
Impostos diferidos passivos	383	397
	384	399
Acréscimos de gastos		
Acréscimos de gastos por op. de Banco Central	16 141	49 859
Outros acréscimos de gastos	18 011	12 990
	34 152	62 849
	34 536	63 247

No montante apresentado em acréscimos de gastos por operações de Banco Central destacam-se os contributos (i) da periodização da remuneração da posição intra-SEBC relativa ao *TARGET* do mês de dezembro de 2013, no montante de 13 110 milhares de euros (2012:

43 127 milhares de euros), (ii) da especialização dos juros a pagar de 2195 milhares de euros sobre as aplicações do IGCP, decorrente da operacionalização do Programa de Assistência Financeira a Portugal, de acordo com o detalhado na Nota 15 (2012: 5599 milhares de euros) e (iii) da especialização da remuneração das disponibilidades mínimas de caixa, desde o dia 11 de dezembro de 2013, no valor de 423 milhares de euros (2012: desde 12 de dezembro, 781 milhares de euros).

Nos Outros acréscimos de gastos encontra-se essencialmente refletida a especialização de gastos com pessoal, devendo-se a variação, face a 2012, ao facto de nesse ano não ter sido especializado o subsídio de férias a pagar em 2013, em conformidade com a Lei do orçamento de Estado para 2013 (ver detalhe na Nota 28).

Nota 18 • Responsabilidades diversas

	31-12-2013	31-12-2012
Notas retiradas de circulação	158 201	159 817
Terceiros	15 921	13 130
Responsab. com outros benefícios pós-emprego	89 289	101 692
Responsab. com prémios antiguidade e gratific. por reforma	12 013	13 084
Estimativa para impostos sobre lucros	74 624	325
Outras responsabilidades de Banco Central	-	2584
Outras contas de valor individual reduzido	679	1212
	350 726	291 843

A rubrica Notas retiradas de circulação representa a responsabilidade do Banco perante os detentores das notas denominadas em escudos, enquanto não forem atingidos os respetivos prazos de prescrição. No ano de 2013

não ocorreu qualquer prescrição de notas, devendo-se a redução desta rubrica apenas à entrega junto do Banco de notas denominadas em escudos não prescritas.

A rubrica Responsabilidades com outros benefícios pós-emprego reflete o valor dos benefícios pós-emprego, conforme descritos no ponto 1.2 m) da Nota 1, apurado através de avaliação atuarial calculada pela SGFPBP. Os desvios atuariais associados a estas responsabilidades, apurados em final de período, são reconhecidos diretamente nos capitais próprios na rubrica de resultados transitados, em conformidade com a política contabilística descrita no ponto m) da Nota 1.2. (ver nota 32).

A rubrica Responsabilidades com prémios de antiguidade e outros encargos por passagem à situação de reforma reflete o valor das responsabilidades, a 31 de dezembro de 2013,

pele tempo de serviço decorrido, apurado através de avaliação atuarial levada a cabo pela SGFPBP. Os desvios atuariais associados a estas responsabilidades, apurados em final de período, são relevados em resultados.

Em 2013 estes desvios foram positivos, tendo sido reconhecidos em Outros proveitos e ganhos (ver Notas 27 e 32).

A estimativa de impostos sobre lucros encontra-se detalhada na Nota 30.

Nota 19 • Imparidades, provisões e provisão para riscos gerais

Os movimentos ocorridos nas rubricas de imparidades, provisões e provisões para riscos gerais,

durante o período findo em 31 de dezembro de 2013, resumem-se como se segue:

	Saldo em 31-12-2012	2013			Saldo em 31-12-2013
		Reforços	Reduções	Valor Líquido	
Imparidades ao ativo					
Imparidades de dívidas a receber	73 910	95	3786	(3691)	70 219
Provisões					
Provisão para op. de pol. monetária – Eurosystema	7622	-	7622	(7622)	-
Provisão para riscos gerais	3 191 622	130 000	-	130 000	3 321 622

No que se refere a imparidades ao ativo o valor apresentado diz essencialmente respeito ao ajustamento total do valor registado em Situações especiais de crédito referente a valores a receber da Finangeste ao abrigo do Acordo BP/Finangeste, de 9 de janeiro de 1995, no montante de 69 780 milhares de euros (2012: 73 566 milhares de euros) (ver Nota 12).

Relativamente à provisão para operações de política monetária, cuja movimentação é decidida ao nível do Conselho do BCE, observou-se, em 2013, a reposição do seu valor total (7622 milhares de euros), resultante da avaliação

sobre a provisão para riscos partilhados em operações de política monetária do Eurosystema.

A Provisão para riscos gerais foi, no período de 2013, reforçada em 130 000 milhares de euros. Este valor tem em consideração, entre outros fatores, a avaliação de riscos efetuada para o período em análise, num contexto de fortalecimento de recursos próprios e da manutenção de níveis de autonomia financeira adequados à missão do Banco, por forma a capacitá-lo para, a qualquer momento, ter a possibilidade de cobrir eventuais perdas, incluindo as que resultam da partilha de risco com o Eurosystema.

Nota 20 • Diferenças de reavaliação

	31-12-2013	31-12-2012
Diferenças de Reavaliação do Ouro	7 683 249	12 478 697
Diferenças de Reavaliação de Moeda Estrangeira	3835	17 465
Diferenças de Reavaliação de Títulos	71 117	161 228
Diferenças de Reavaliação	7 758 201	12 657 389

Relativamente ao ouro, salienta-se o acentuado decréscimo de 4 795 448 milhares de euros referente às mais-valias potenciais em virtude

da desvalorização do preço do ouro em euros (ver Nota 2).

As diferenças de reavaliação positivas de moeda estrangeira devem-se, praticamente na totalidade, a ganhos potenciais com ativos denominados em DSE, à semelhança de dezembro de 2012.

Assinala-se o decréscimo das mais-valias potenciais referentes à flutuação de preço de títulos, as quais dizem respeito, essencialmente, a títulos denominados em euros, uma vez que estes representam cerca de 91 por cento do total da carteira de títulos de negociação do Banco.

Nota 21 • Capital próprio

Os movimentos ocorridos nas rubricas de capital próprio nos períodos de 2012 e 2013 encontram-se detalhados na Demonstração das alterações nos capitais próprios.

O Banco dispõe de um capital de 1000 milhares de euros, que pode ser aumentado, designadamente, por incorporação de reservas, deliberada pelo Conselho de Administração e autorizada pelo Ministro de Estado e das Finanças.

De acordo com o n.º 2 do artigo 53.º da Lei Orgânica do Banco o resultado líquido do período é distribuído da forma seguinte: 10 por cento para a reserva legal, 10 por cento para outras reservas que o Conselho de Administração delibera e o remanescente para o Estado, a título de dividendos, ou para outras reservas, mediante aprovação do Ministro de Estado e das Finanças, sob proposta do Conselho de Administração.

O resultado líquido do período de 2012 foi aplicado de acordo com o Despacho

n.º 59/2013, de 29 de abril, de Sua Excelência o Senhor Ministro de Estado e das Finanças, tendo sido transferidos 44 915 milhares de euros para Reserva Legal, um montante igual para Outras Reservas e distribuídos dividendos ao Estado no montante de 359 324 milhares de euros. Também nesta data, o valor negativo que se encontrava em resultados transitados distribuíveis (-80 857 milhares de euros) foi absorvido por outras reservas.

Os movimentos de 2013 em resultados transitados não distribuíveis, expressos na Demonstração das alterações nos capitais próprios, representam desvios atuariais das responsabilidades com o Fundo de Pensões e das responsabilidades para com outros benefícios pós-emprego, assim como movimentos em impostos diferidos, reconhecidos a 31 de dezembro de 2013 (ver Notas 30 e 32).

Nota 22 • Resultado líquido de juros e de gastos e de rendimentos equiparados

	31-12-2013	31-12-2012
Juros e outros rendimentos equiparados		
Títulos	145 755	166 614
Em moeda estrangeira	8734	8794
Em euros	137 021	157 820
Depósitos e outras aplicações	4335	3308
Em moeda estrangeira	3073	1774
Em euros	1262	1535
Fundo Monetário Internacional	944	1290
Financiamento às IC da área euro	279 810	490 348
Títulos detidos para fins de política monetária	373 572	406 677
Operações ativas com o SEBC	149 861	216 465
Imobilizações financeiras	199 996	226 249
Operações extrapatrimoniais	39	14
Outros ativos	1484	1861
	1 155 795	1 512 827
Juros e outros gastos equiparados		
Responsabilidades para com as IC da área euro	10 421	20 394
Responsabilidades internas p/ c/ outras entidades em euros	52 475	75 025
Fundo Monetário Internacional	740	1015
Responsabilidades intra-Eurosistema	364 787	612 801
Operações extrapatrimoniais	367	920
	428 789	710 155
Resultado líq. de juros e de gastos e rendimentos equiparados	727 006	802 672

Na composição do Resultado Líquido de juros e de gastos e de rendimentos equiparados destaca-se o decréscimo das principais componentes de juros ativas e passivas, essencialmente em resultado da redução generalizada das taxas de rentabilidade. Este impacto foi reforçado pela redução significativa de saldos médios de alguns dos principais ativos e passivos de juros, onde se salientam o Financiamento às IC e as responsabilidades intra-Eurosistema, assim como, embora

com menor materialidade, mas com impacto na margem de juros, a redução do saldo da carteira de títulos detidos para fins de política monetária. Compensando as reduções da componente ativa de juros destaca-se o aumento do saldo médio dos ajustamentos à circulação de notas (incluído nas operações ativas com o SEBC), enquanto que a redução dos juros passivos foi também parcialmente compensada pelo acréscimo do saldo médio dos depósitos do Setor Público.

Nota 23 • Resultados realizados em operações financeiras

	31-12-2013	31-12-2012
Operações cambiais	(22 983)	29 015
Outras operações de gestão em ME	1901	863
Operações de gestão em euros	9076	102 594
Operações extrapatrimoniais	6406	(41 945)
Operações da carteira de política monetária	373	-
	<u>(5227)</u>	<u>90 527</u>

Em 2013 os resultados realizados em operações financeiras apresentam um valor negativo fundamentalmente devido a prejuízos

realizados em operações de troca de moeda.

Face a 2012 a principal redução apresentada diz respeito a ganhos realizados em operações de gestão em euros, maioritariamente respeitantes a operações da carteira de títulos de negociação denominados em euros.

Assinala-se ainda que os resultados relativos a operações extrapatrimoniais são essencialmente referentes a operações de futuros de taxa de juro, cujos resultados, para efeitos de gestão, são analisados em conjunto com os dos ativos relacionados, incluídos nas carteiras do Banco.

Nota 24 • Prejuízos não realizados em operações financeiras

	31-12-2013	31-12-2012
Prejuízos não realizados cambiais	54 499	1421
Prejuízos não realizados em aplicações em ME	8605	409
Prejuízos não realizados em oper. de gestão em euros	51 142	552
	<u>114 246</u>	<u>2382</u>

Os prejuízos não realizados apresentam um acréscimo face a 2012 em todas as suas componentes, destacando-se, pela sua materialidade, os relativos a operações cambiais e a operações de gestão em euros, estas últimas referentes à carteira de títulos de negociação denominados em euros.

Nota 25 • Rendimento de ações e participações

O Conselho do BCE decide anualmente sobre a distribuição (i) do rendimento de senhoria-gem dos 8 por cento do total das notas de euro em circulação alocados ao BCE, e (ii)

do rendimento do BCE proveniente dos títulos adquiridos ao abrigo do *Securities Market Programme* (SMP). Estes rendimentos devem ser distribuídos na totalidade pelo BCE aos

BCN, salvo decisão em contrário por parte do Conselho do BCE, no ano financeiro a que dizem respeito. Neste âmbito, encontra-se registado nesta rubrica o valor total de 34 728 milhares de euros relativo a estes rendimentos do ano de 2013 (2012: 14 375 milhares de euros).

No ano de 2013 esta rubrica contém ainda dividendos recebidos, referentes ao resultado de 2012, das participações do Banco de Portugal, essencialmente (i) no BCE, no

valor de 10 592 milhares de euros (2012: 1905 milhares de euros) e (ii) no Banco de Pagamentos Internacionais (BIS) no valor de 3118 milhares de euros (2012: 3169 milhares de euros).

O Banco recebeu ainda da sua participada Finangeste, com referência a 2013, 5777 milhares de euros, em virtude da distribuição de reservas livres a acionistas, efetuada por parte desta entidade.

Nota 26 • Resultado líquido da repartição do rendimento monetário

Esta rubrica inclui (i) o resultado líquido da repartição do rendimento monetário no valor de 3605 milhares de euros¹³ (2012: 97 110 milhares de euros¹⁴) e (ii) o proveito relativo à parcela do Banco de Portugal na reposição total da provisão para riscos partilhados do Eurosistema relacionados com operações de política monetária, no montante de 7622 milhares de euros (2012: 15 712 milhares de euros) (ver Nota 19).

O montante dos proveitos monetários de cada BCN ao nível do Eurosistema é determinado pelo rendimento apurado de um conjunto de ativos – apelidados de ativos individualizáveis – deduzido de quaisquer juros corridos ou pagos pelos BCN sobre as componentes da base de responsabilidades.

Os ativos individualizáveis consistem nas seguintes rubricas: Financiamento às IC da área do euro relacionadas com operações de política monetária em euros, títulos detidos para fins de política monetária, ativos de reserva transferidos para o BCE, ativos relacionados com contas *TARGET* (líq.), ativos relacionados com a emissão de notas e um montante de ouro na proporção da chave de capital de cada BCN.

A base de responsabilidades consiste nas seguintes rubricas: Notas em circulação, responsabilidades para com as IC da área do euro relacionadas com operações de política monetária em euros, responsabilidades relacionadas com contas *TARGET* (líq.) e responsabilidades relacionadas

com a emissão de notas (líq.).

O ouro é considerado de rendimento nulo e assume-se que a carteira de títulos adquiridos pelo Banco de Portugal no âmbito do programa de aquisição de obrigações hipotecárias gera rendimentos à última taxa de referência do BCE divulgada para as operações principais de refinanciamento. Quando o valor dos ativos individualizáveis de cada BCN excede ou é menor do que o valor da respetiva base de responsabilidades, o rendimento implícito desta diferença é deduzido ou acrescido, sendo calculado à última taxa de referência do BCE divulgada para as operações principais de refinanciamento.

O total dos proveitos monetários do Eurosistema é distribuído aos BCN de acordo com a tabela de repartição do capital subscrito (ver Nota 8). A diferença entre a contribuição do Banco de Portugal, no montante de 416 374 milhares de euros, e a atribuição ao Banco de Portugal, no montante de 419 979 milhares de euros, é o resultado líquido do método de cálculo do rendimento monetário (3605 milhares de euros).

Nota 27 • Outros rendimentos e ganhos e outros gastos e perdas

	31-12-2013	31-12-2012
Outros Rendimentos e Ganhos		
Mais-valias em imobilizado	205	710
Ganhos relativos a períodos anteriores	339	810
Vendas e Prestações de serviços	3022	3179
Rendimentos e ganhos diversos	13 841	41 641
	<u>17 407</u>	<u>46 341</u>
Outros Gastos e Perdas		
Menos-valias em imobilizado	138	65
Perdas relativas a períodos anteriores	356	115
Gastos e perdas diversos	17 921	6574
	<u>18 415</u>	<u>6754</u>
	(1008)	39 587

Nos Rendimentos e ganhos diversos destacam-se: (i) 8535 milhares de euros respeitantes à parcela distribuída a Portugal relativa a resultados da venda de ouro pelo FMI, de acordo com o detalhado na Nota 3 e (ii) os rendimentos resultantes do ajustamento do valor das participações

do Banco na Valora e SGFPBP decorrentes da aplicação do *Net Asset Value* conforme explicitado no ponto 1.2 h) da Nota 1 (3691 milhares de euros e 203 milhares de euros, respetivamente) e (iii) 559 milhares de euros referentes a desvios atuariais positivos da avaliação de final de ano das responsabilidades com Prémios de antiguidade e outros encargos por passagem à reforma (ver Nota 32).

Na rubrica de Gastos e perdas diversos assinalam-se, em 2013: (i) 8535 milhares de euros, respeitantes a contribuições para contas subsidiárias do PRGT, pelo montante equivalente aos rendimentos das vendas de ouro do FMI antes assinaladas (ver detalhe na Nota 3) e (ii) 8206 milhares de euros relativos a gastos resultantes do ajustamento do valor da participação do Banco na Finangeste decorrente da aplicação do *Net Asset Value* conforme explicitado no ponto 1.2 h) da Nota 1.

Nota 28 • Gastos com pessoal

	31-12-2013	31-12-2012
Remunerações dos órgãos de gestão e fiscalização	1066	865
Remunerações dos empregados	83 418	71 107
Encargos sociais obrigatórios	29 592	26 370
Encargos sociais facultativos	7072	7093
Outros gastos com pessoal	2214	2299
	<u>123 363</u>	<u>107 735</u>

Em 2013 foram mantidas as medidas de contenção salarial, aprovadas pelo Conselho de Administração, adotadas com caráter transitório em anos anteriores, as quais incidem sobre parcelas de remuneração e demais gastos com recursos humanos que não são legal e contratualmente obrigatórios, no sentido de associar o Banco ao esforço da sociedade portuguesa no atual contexto económico e financeiro.

O aumento verificado nas remunerações de empregados e nos respetivos encargos sociais obrigatórios deve-se principalmente ao facto de em 2013 terem sido reconhecidos, em simultâneo, gastos relativos (i) ao subsídio de férias do ano de 2012 (cuja especialização foi anulada

nesse ano face à decisão da suspensão do seu pagamento baseada na aplicação da Lei do Orçamento de Estado para 2013, que veio posteriormente a ser considerada inconstitucional pelo Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 187/2013), no montante de cerca de 6 milhões de euros e (ii) à especialização do subsídio de férias de 2013 a pagar em 2014 (com os respetivos encargos sociais obrigatórios). Adicionalmente, assinala-se também um reforço do quadro técnico do Banco de Portugal para fazer face ao acréscimo das responsabilidades que lhe estão cometidas no atual contexto económico e financeiro, nomeadamente em matéria de supervisão bancária. Acrescenta-se que, procedendo em termos de reporte a um ajustamento, para os períodos financeiros a que correspondem, dos valores reconhecidos em gastos com pessoal referentes ao subsídio de férias de 2012 e respetivos encargos, a rubrica gastos com pessoal apresentaria um aumento de 3 por cento, sendo que, excluindo ainda o efeito do reforço estratégico das áreas de supervisão, este crescimento passaria a ser apenas de 1 por cento face a 2012.

Nota 29 • Imparidade de ativos (perdas / reversões)

Nesta rubrica encontra-se incluído, no período de 2013, a redução do ajustamento aos Créditos a outras entidades ao abrigo do contrato de

cessão de créditos celebrado com a Finangeste no montante de 3786 milhares de euros (2012: 292 milhares de euros) (ver Notas 12 e 19).

Nota 30 • Imposto sobre o rendimento

O Banco está sujeito a tributação em sede de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) e às correspondentes derramas.

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de quatro anos, podendo, por isso, em resultado de diferentes interpretações da legislação fiscal, dar origem a eventuais liquidações adicionais. No entanto, é convicção da Administração que não ocorrerá qualquer liquidação adicional de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras relativamente aos períodos anteriores.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a rubrica de imposto sobre o rendimento detalha-se como segue:

	31-12-2013	31-12-2012
Imposto corrente	74 624	325
Imposto diferido	30 580	164 689
	105 203	165 013

No que respeita ao imposto corrente assinala-se, em 2013, que o montante apurado considera a dedução integral do prejuízo fiscal apurado em 2012, cujo efeito se traduz numa redução de 27 244 milhares de euros.

O apuramento do imposto corrente sobre o rendimento resume-se conforme segue:

	31-12-2013	31-12-2012
Apuramento do Imposto corrente sobre o rendimento		
Resultado antes de impostos	358 217	614 168
Variações patrimoniais negativas não refletidas no resultado	(21 319)	(21 319)
Provisões não dedutíveis ou para além dos limites legais	-	(675 000)
Fundo de Pensões e Prémios de Antiguidade	(3742)	(28 017)
Anulação do efeito do NAV	4312	(2633)
Reversão de ajustamentos de valores de ativos tributados	(3786)	(292)
Eliminação da dupla tributação económica dos lucros distribuídos	(5777)	(458)
Benefícios fiscais	(2322)	(2062)
Mais-valias contabilísticas	(67)	(673)
Mais-valias fiscais	26	299
Encargos não devidamente documentados	156	126
Reintegrações e amortizações não aceites como gastos	87	135
Outros	808	254
Rendimento tributável / (Prejuízo fiscal)	326 593	(115 471)
Prejuízo fiscal dedutível	(108 977)	-
Matéria Coletável	217 616	-
Coleta (1)	54 404	-
Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento (CFEI) (2)	(990)	-
Derrama (3)	4866	-
Derrama Estadual (4)	16 135	-
Despesas tributadas autonomamente (5)	208	325
Imposto corrente sobre o rendimento	74 624	325
Reconciliação entre o gasto com imposto corrente do período e o saldo em balanço		
- Reconhecimento como gasto corrente no período (1)+(2)+(3)+(4)+(5)	74 624	325
- Menos: Pagamentos por conta e adicional por conta	-	186 744
- Menos: Retenções na fonte	4	7
- Saldo corrente a (recuperar) / pagar	74 619	(186 427)

Nos termos do disposto no número 2 do Artigo 6.º da Lei n.º 49/2013, de 16 de julho (que estabelece o Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento – CFEI), o montante de IRC a pagar foi reduzido em 990 milhares de

euros em resultado da aplicação do referido benefício.

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2013, os saldos referentes a imposto diferido ativo e passivo, apresentam-se como segue:

Apuramento de imposto diferido	Ativos e Passivos				Resultados	
	31-12-2012		31-12-2011		31-12-2012	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Resultados do exercício	Resultados transitados
Provisão para riscos de crédito	-	-	195 750	-	195 750	-
Fundo de Pensões (activo)	60 439	-	61 825	-	-	1386
Imparidades de crédito	23 279	-	21 516	-	(1763)	-
Prémios antig. e encargos passagem à reforma	4122	-	3643	-	(479)	-
Bonificações de taxa de juro	5	-	29	-	23	-
Amortizações excessivas	-	(397)	-	(376)	21	-
Prejuízo fiscal	28 868	-	-	-	(28 868)	-
Outros	-	-	4	-	4	-
	116 713	(397)	282 767	(376)	164 689	1386

Apuramento de imposto diferido	Ativos e Passivos				Resultados	
	31-12-2013		31-12-2012		31-12-2013	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Resultados do período	Resultados transitados
Fundo de Pensões – PBD	53 315	-	60 439	-	-	7125
Imparidades de crédito	21 918	-	23 279	-	1361	-
Prémios antig. e encargos passagem à reforma	3755	-	4122	-	366	-
Bonificações de taxa de juro	7	-	5	-	(1)	-
Amortizações excessivas	-	(383)	-	(397)	(14)	-
Prejuízo fiscal	-	-	28 868	-	28 868	-
	78 994	(383)	116 713	(397)	30 580	7125

No que diz respeito a impostos diferidos, destaca-se, em 2013, o impacto, em resultados do período, da reversão do ativo constituído em 2012

relativo ao prejuízo fiscal apurado nesse ano (28 868 milhares de euros). As diferenças temporais não apresentam prazos de caducidade.

Nota 31 • Contas extrapatrimoniais

Garantias prestadas, garantias recebidas, depósito e guarda de valores e outros compromissos perante terceiros

	31-12-2013	31-12-2012
Garantias prestadas	487 632	487 632
Garantias recebidas	85 472 283	90 681 021
Depósito e guarda de valores de terceiros	48 904 659	48 110 155
Linhas de crédito irrevogáveis	3 785 641	3 948 438

Em garantias prestadas encontra-se registada a promissória assinada pelo Banco a favor do FMI (ver Nota 3).

Na rubrica de garantias recebidas estão contabilizados os colaterais das operações de política monetária do Eurosistema, incluindo os ao abrigo do Modelo de Banco Central Correspondente (85 467 059 milhares de euros a 31 de dezembro de 2013).

A rubrica Depósito e guarda de valores de terceiros inclui, essencialmente (i) títulos do Estado

português (17 215 029 milhares de euros), (ii) títulos à guarda do banco que estão a colateralizar operações de política monetária com outros BCN, ao abrigo do Modelo de Banco Central Correspondente (6 962 528 milhares de euros) e (iii) o registo do valor da promissória a favor do FMI, emitida pela República Portuguesa, no âmbito do Programa de Assistência Financeira (*Extended Fund Facility*), no valor de 23 887 151 milhares de euros (ver Nota 15).

A rubrica Linhas de crédito irrevogáveis inclui as linhas de crédito intradiário ao sistema financeiro português no montante de 2 061 077 milhares de euros e uma linha de crédito concedida ao FMI no valor de 1542 milhões de DSE, no âmbito dos NAB (1 724 564 milhares de euros) (ver Nota 3).

- Instrumentos financeiros derivados

O Banco utiliza, no decurso da sua atividade, instrumentos financeiros derivados,

destinados essencialmente a gerir riscos associados aos seus ativos, passivos e rubricas extrapatrimoniais. Em 31 de dezembro de 2013 as únicas posições em aberto relacionadas com estes instrumentos diziam respeito a futuros de taxa de juro, com um valor global de contratos de venda de 475 129 milhares de euros.

- Processos em contencioso

Em dezembro de 2013 existem diversos processos de contencioso em curso nos quais o Banco de Portugal foi constituído como réu. A evolução destes processos é acompanhada pelo Conselho de Administração do Banco, pelo Departamento Jurídico e, em algumas situações, por advogados externos, existindo a convicção de que, pela avaliação efetuada a esta data, as hipóteses de o Banco vir a incorrer em perdas financeiras significativas devido a estes processos são consideradas remotas.

Nota 32 • Responsabilidades com pensões de reforma e outros benefícios

- Fundo de Pensões do Banco de Portugal – Plano de benefício definido (PBD)

– Enquadramento

Até 31 de dezembro de 2010 o Banco foi o único responsável pelas pensões de reforma e sobrevivência dos seus colaboradores e familiares admitidos anteriormente a 3 de março de 2009, os quais se encontravam abrangidos por um regime de segurança social substitutivo, constante de instrumento de regulamentação coletiva de trabalho (IRCT), não se encontrando assim integrados no Regime Geral de Segurança Social (RGSS). O decreto-Lei n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro, determinou que, a partir de 1 de janeiro de 2011, os trabalhadores do Banco no ativo, inscritos na Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB)¹⁵ e abrangidos pelo Fundo de Pensões – PBD, passassem a integrar o RGSS para efeitos de proteção na eventualidade de reforma por limite de idade (velhice).

Desta forma o Fundo de Pensões – PBD, relativamente ao benefício de reforma por limite de idade manteve a cobertura das responsabilidades por serviços passados até 31 de dezembro de 2010 e a partir de 1 de janeiro de 2011, passou a assumir apenas o complemento referente ao diferencial entre os benefícios calculados ao abrigo do RGSS e os benefícios definidos nos respetivos Planos de Pensões, os quais têm por base as convenções coletivas de trabalho aplicáveis e os normativos internos do próprio Banco, mantendo como responsabilidade do Fundo a cobertura integral das responsabilidades por morte e invalidez.

Este Plano de Pensões engloba quatro programas de benefícios relativos à remuneração base e diuturnidades e três programas relativos aos complementos remunerativos. Todos os programas estão vedados a trabalhadores admitidos no setor bancário após 2 de março de 2009 (Decreto-Lei n.º 54/2009, de 2 de março).

Os benefícios associados aos referidos programas abrangem as reformas por velhice (em complemento aos assegurados pela Segurança Social), por invalidez ou por antecipação, as pensões de sobrevivência, incluindo o pagamento de eventuais subsídios complementares e subsídio por morte, bem como os encargos do Associado inerentes ao pagamento das pensões, nomeadamente os devidos como contribuições para os serviços de assistência médico-social (SAMS).

No quadro seguinte apresentam-se os riscos considerados de maior relevo de entre aqueles que derivam dos planos de pensões:

Categoria Sub-Risco	Definição do Risco
Risco de longevidade	Risco de eventuais desvios da longevidade da população, face à pressuposta nas avaliações atuariais, se traduzirem num aumento do valor das responsabilidades do FPBD.
Risco de incapacidade	Risco de eventuais desvios da ocorrência de situações de invalidez, face à pressuposta nas avaliações atuariais, se traduzirem num aumento do valor das responsabilidades do FPBD.
Risco de alterações regulamentares no RGSS	Risco associado à ocorrência de alterações regulamentares no RGSS, com impacto no FPBD.
Risco de taxa de juro	Risco de redução do nível de financiamento decorrente da materialização de movimentos adversos das taxas de juro.
Risco de inflação implícita nas taxas pressupostas de crescimento salarial e de atualização de pensões	Risco de redução do nível de financiamento decorrente da materialização de movimentos adversos nas taxas de inflação históricas e/ou esperadas.

O número de participantes abrangidos pelo Fundo de Pensões – PBD do Banco de Portugal é o seguinte:

Número de participantes	31-12-2013	31-12-2012
Ativos	1343	1410
Reformados	1913	1876
Pensionistas	543	534
	3799	3820

A esperança média de vida dos participantes e beneficiários do Fundo apresenta a seguinte decomposição:

Esperança média de vida (anos)	31-12-2013	31-12-2012
Ativos	33	34
Reformados	14	15
Pensionistas	11	12

– Metodologia, pressupostos e política contabilística

As responsabilidades decorrentes dos planos de pensões financiados através do Fundo de Pensões – PBD foram determinadas com base num estudo atuarial elaborado pela SGFPBP, utilizando o *Projected Unit Credit Cost Method*, em conformidade com os princípios estabelecidos no IAS 19R.

Os principais pressupostos atuariais e financeiros, de acordo com a IAS 19R, são os seguintes:

Pressupostos atuariais e financeiros utilizados

	31-12-2013	01-01-2013	31-12-2012	01-01-2012
Taxa de desconto	4,055 %	3,788 %	3,788 %	4,490 %
Taxa de rendimento esperado dos ativos do Fundo	n/a	3,788 %	n/a	4,490 %
Taxa de crescimento da massa salarial				
1.º ano	1,000 %	1,000 %	1,000 %	1,000 %
anos seguintes	3,166 %	3,393 %	3,393 %	3,080 %
Taxa de actualização das pensões				
1.º ano	0,000 %	0,000 %	0,000 %	0,000 %
anos seguintes	2,166 %	2,393 %	2,393 %	2,080 %
Tabelas utilizadas				
– de mortalidade		TV 88/90		
– de invalidez		1978 – S.O.A. Trans. Male (US)		
– de <i>turnover</i>		T-1 Crocker Sarason (US)		
Momento de atribuição da pensão de reforma no FPBP	65 anos		65 anos	
Momento de atribuição da pensão de reforma no RGSS	66 anos		65 anos	
Percentagem de casados	80 %		80 %	
Diferença de idades entre cônjuges	3 anos		3 anos	

A taxa de desconto apurada pela SGFPBP utiliza, na sua determinação, taxas de juro de emissões de obrigações de elevada qualidade creditícia, com liquidez, denominação e termo

adequados ao perfil das responsabilidades do Fundo.

- Evolução das responsabilidades e ativos do Fundo de Pensões – PBD

	31-12-2013			31-12-2012		
	Reformados e pensionistas	Trabalhadores no ativo	Total	Reformados e pensionistas	Trabalhadores no ativo	Total
Responsab. totais por serviços passados						
Benefícios de reforma e sobrevivência	756 177	483 306	1 239 484	783 605	544 060	1 327 665
Contribuições SAMS s/ pensões	44 655	24 428	69 082	47 249	27 575	74 824
Subsídio por Morte	1567	500	2068	1634	589	2223
	802 399	508 234	1 310 633	832 489	572 224	1 404 712
Situação patrimonial do Fundo			1 348 979			1 430 811
Excesso/(Insuficiência) de cobertura (ver Notas 12 e 18)			38 346			26 098
Grau de cobertura das responsabilidades			102,9 %			101,9 %

A evolução das responsabilidades com serviços passados verificada em 2013 resume-se conforme segue:

Responsabilidades por serviços passados	2013	2012
Valor no início do ano	1 404 712	1 276 959
Custo do serviço corrente	10 300	9487
Pensões a pagar (valor esperado)	(61 230)	(60 877)
Custos dos juros	53 216	57 346
Ganhos e perdas atuariais	(96 365)	144 717
Custo por Serviços Passados	-	(22 919)
Valor no final do ano	1 310 633	1 404 712

Dos diversos pressupostos adotados na avaliação das responsabilidades do Fundo destacam-se, pelo seu impacto no nível de financiamento, os relativos à longevidade e ao diferencial entre a taxa de desconto e a taxa de crescimento das pensões.

No quadro seguinte apresentam-se as sensibilidades medidas para cenários de redução do referido diferencial, entre a taxa de desconto e a taxa de crescimento de pensões, em 10 p.b. e de aumento de 1 ano na esperança de vida:

	Análises de sensibilidade a 31-12-2013	Variação de 10 p.b. no Diferencial-Pensões	Aumento de 1 ano na esperança de vida
Impacto nos Ativos do Fundo		1,2 %	0,0 %
Impacto nas Responsabilidades		1,4 %	3,7 %
Impacto no Nível de Financiamento		-0,2 %	-3,7 %

O risco de mercado inerente à política de investimento é acompanhado através do *Value-at-risk* (VaR) calculado para o horizonte temporal de 1 ano com um nível de confiança de 95 por cento numa perspetiva ativos-responsabilidades.

Em 31 de dezembro de 2013, a duração modificada das responsabilidades era de 13,8 anos e a diferença entre a duração modificada da carteira de obrigações do ativo e a duração modificada das responsabilidades, ajustada de forma a incorporar as diferenças de dimensão entre estes dois agregados, era de -1,6 anos.

O valor dos ativos do Fundo de Pensões apresenta, em 2012 e 2013, a seguinte evolução:

Ativos do Fundo	2013	2012
Valor no início do ano	1 430 811	1 255 092
Contribuições correntes entregues ao fundo	11 646	11 966
Contribuições entregues por Reformas antecipadas	5059	3734
Contribuições extraordinárias entregues ao fundo	-	50 000
Pensões pagas	(61 427)	(58 756)
Rendimento líquido do fundo	(37 110)	168 775
Valor no final do ano	1 348 979	1 430 811

Os ativos do Fundo apresentam a seguinte decomposição:

Aplicações do Fundo	31-12-2013	31-12-2012
Terrenos e edifícios	60 053	59 076
Títulos de rendimento variável	165 165	202 791
Títulos de rendimento fixo	1 039 108	1 108 584
Numerário e depósitos bancários	45 978	2127
Outros	38 674	58 234
	1 348 979	1 430 812

Carteira de Títulos do Fundo	31-12-2013	31-12-2012
Títulos de rendimento variável		
Unidade de participação – Fundos de Investimento	165 165	202 791
Títulos de rendimento fixo		
De Dívida Pública	1 021 564	1 079 557
De Supranacionais	17 051	28 555
De outros	493	472
	1 039 108	1 108 584

O ano de 2013 encerrou com um nível de financiamento de 102,9 por cento, superior ao verificado em final de 2012 (101,9 por cento). Esta evolução do nível de financiamento decorre em grande parte do reconhecimento de ganhos atuariais positivos, os quais reduziram o valor final de responsabilidades em 96 365 milhares de euros, detalhados no quadro à frente apresentado. Estes desvios positivos líquidos suplantaram as perdas financeiras decorrentes da evolução do valor da carteira

de ativos, num contexto de subida das taxas de juro dos emitentes soberanos com maior relevância para a política de investimento.

O valor de ganhos e perdas atuariais apuradas nos períodos de 2013 e 2012 é detalhado conforme segue:

	31-12-2013	31-12-2012
Ganhos e Perdas Atuariais		
Movimento populacionais	(15 367)	(12 522)
Desvios técnicos	4162	7938
Crescimento salarial	(6501)	(1 713)
Atualização das pensões	1421	2920
Ajustamentos ao modelo	(6963)	16 567
Outros desvios	(5435)	50
Indexação de pressupostos:		
Crescimento salarial	37 830	(19 768)
Atualização das pensões	37 542	(6 010)
Taxa de desconto	49 677	(132 179)
	96 365	(144 717)
Ganhos e Perdas Financeiros		
Desvios nas pensões pagas	(197)	2121
Desvios do rendimento esperado do Fundo	(91 309)	111 151
	(91 507)	113 272
	4858	(31 444)

No que respeita aos ajustamentos ao modelo atuarial, o impacto negativo de 6963 milhares de euros, refletido em 2013, deve-se principalmente à revisão da cobertura da portabilidade/mobilidade dos benefícios de reforma e sobrevivência. Em 2012, o valor apresentado pela mesma rubrica decorreu de ajustamentos introduzidos para refletir a transferência parcial da cobertura da velhice para o RGSS.

Adicionalmente, em outros desvios encontra-se essencialmente reconhecido o valor referente a perdas atuariais relativas ao aumento da responsabilidade por parte do Fundo de Pensões, pela alteração da idade de reforma no RGSS (de 65 para 66 anos) e do novo fator de sustentabilidade, de acordo com o Decreto-Lei n.º 167-E/2013 de dezembro.

Os valores reconhecidos em gastos com pessoal, relativos ao Fundo de Pensões – PBD, resumem-se conforme segue:

	31-12-2013	31-12-2012
Gastos com pessoal		
Custo do serviço corrente (1)	7778	6879
Custos dos juros	53 216	57 346
Rendimento esperado dos activos do fundo	(54 199)	(57 624)
	6795	6600

(1) Exclui custos suportados por colaboradores e outras entidades

• Outros benefícios pós-emprego

Conforme referido no ponto 1.2 m) da Nota 1, o Banco regista em balanço o valor presente das responsabilidades a liquidar no futuro relativas a outros benefícios pós-emprego, os quais abrangem pensões de reforma e de sobrevivência de antigos empregados não abrangidos pelo Fundo de Pensões, valores de subvenções extraordinárias atribuídas a empregados reformados até 31 de dezembro de 1993 e participações de despesas de doença e funeral pagas a reformados e pensionistas.

- Responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência a reformados

Os benefícios associados a estas responsabilidades referem-se ao pagamento por parte do Banco de Portugal de pensões de reforma e sobrevivência relativas a situações que, pela sua especificidade, se mantiveram na esfera do Banco.

Estas situações abrangem o grupo dos ex-corpos gerentes do Banco de Portugal (membros do Conselho de Administração do Banco de Portugal em funções à data da sua nacionalização, em 13 de setembro de 1974) e os trabalhadores bancários nas ex-colónias, aos quais foram atribuídas pensões na sequência do processo de descolonização.

Dos riscos que derivam destes benefícios, considera-se o risco de longevidade o mais relevante.

Os pressupostos atuariais e financeiros utilizados para o cálculo destas responsabilidades são estabelecidos de acordo com a IAS 19R. Destacam-se os seguintes:

	Pressupostos atuariais e financeiros utilizados			
	31-12-2013	01-01-2013	31-12-2012	01-01-2012
Taxa de desconto	1,857 %	1,023 %	1,023 %	2,904 %
Taxa de atualização de pensões				
1.º ano	0,000 %	0,000 %	0,000 %	0,000 %
anos seguintes	1,650 %	1,695 %	1,695 %	1,432 %
Tabelas utilizadas				
– de mortalidade			TV 88/90	

A evolução das responsabilidades com serviços passados resume-se conforme segue:

Responsabilidades por serviços passados	2013	2012
Valor no início do ano	1331	1287
Pensões pagas	(249)	(224)
Custos dos juros	14	37
Ganhos e perdas atuariais	92	231
Valor no final do ano	1188	1331

Em 31 de dezembro de 2013 a duração modificada das responsabilidades era de 4,7 anos.

De acordo com a política contabilística, apresentada no ponto 1.2 m) da Nota 1, o valor do custo dos juros foi reconhecido em gastos com pessoal (ver Nota 28) e as perdas atuariais em resultados transitados (ver Nota 21).

A população considerada para o cálculo destas responsabilidades em dezembro de 2013 é de 12 participantes (2012: 12 participantes), cuja idade média é de 88,5 anos.

- Responsabilidades relativas à subvenção extraordinária

Os benefícios associados a estas responsabilidades referem-se a situações de subvenções extraordinárias atribuídas a colaboradores do Banco que se reformaram até 31/12/1993, com o objetivo de melhorar as pensões mais baixas.

Dos riscos que derivam destes benefícios, considera-se o risco de longevidade o mais relevante.

Os pressupostos atuariais e financeiros utilizados para o cálculo destas responsabilidades são estabelecidos de acordo com a IAS 19R. Destacam-se os seguintes:

	Pressupostos atuariais e financeiros utilizados			
	31-12-2013	01-01-2013	31-12-2012	01-01-2012
Taxa de desconto	2,558 %	1,843 %	1,843 %	3,601 %
Taxa de atualização de pensões				
1.º ano	0,000 %	0,000 %	0,000 %	0,000 %
anos seguintes	2,013 %	2,077 %	2,077 %	1,846 %
Tabelas utilizadas				
– de mortalidade			TV 88/90	

A evolução das responsabilidades com serviços passados resume-se conforme segue:

Responsabilidades por serviços passados	2013	2012
Valor no início do ano	23 304	19 333
Prestações a pagar	(1571)	(1615)
Custos dos juros	429	696
Ganhos e perdas atuariais	(3456)	4889
Valor no final do ano	18 706	23 304

Em 31 de dezembro de 2013 a duração modificada das responsabilidades era de 8,0 anos.

De acordo com a política contabilística, apresentada no ponto 1.2 m) da Nota 1, o valor do custo dos juros foi reconhecido em gastos com pessoal (ver Nota 28) e as perdas atuariais em resultados transitados (ver Nota 21).

A população considerada para o cálculo destas responsabilidades em dezembro de 2013 é de 1169 participantes (2012: 1200 participantes), cuja idade média é de 75,1 anos.

- Responsabilidades por comparticipações em despesas de doença e funeral dos reformados e pensionistas

No quadro seguinte apresentam-se os riscos considerados de maior relevo de entre aqueles que derivam destes benefícios:

Categoria Sub-Risco	Definição do Risco
Risco de longevidade	Risco de eventuais desvios da longevidade da população, face à pressuposta nas avaliações atuariais, se traduzirem num aumento do valor das responsabilidades associadas a estes benefícios.
Risco de incapacidade	Risco de eventuais desvios da ocorrência de situações de invalidez, face à pressuposta nas avaliações atuariais, se traduzirem num aumento do valor das responsabilidades associadas a estes benefícios.
Risco de sinistralidade	Risco da sinistralidade ser superior à pressuposta nas avaliações atuariais, traduzindo-se num aumento de responsabilidades associadas a estes benefícios.
Risco de inflação médica	Risco de aumento do custo dos atos médicos e da inflação implícita ser superior ao pressuposto nas avaliações atuariais, traduzindo-se num aumento de responsabilidades associadas a estes benefícios.
Risco de taxa de juro	Risco de redução das taxas de juro, traduzindo-se num aumento de responsabilidades associadas a estes benefícios.

Os pressupostos atuariais e financeiros utilizados para o cálculo destas responsabilidades são estabelecidos de acordo com a IAS 19R.

Destacam-se os seguintes:

	Pressupostos atuariais e financeiros utilizados			
	31-12-2013	01-01-2013	31-12-2012	01-01-2012
Taxa de desconto	2,928 %	2,520 %	2,520 %	3,864 %
Taxa de crescimento do gasto médio/anual das despesas				
Ref. Invalidez	5,955 %	6,228 %	6,228 %	5,977 %
Outros	4,518 %	4,542 %	4,542 %	4,291 %
Tabelas utilizadas				
– de mortalidade		TV 88/90		
– de invalidez		1978 – S.O.A. Trans. Male (US)		
– de <i>turnover</i>		T-1 Crocker Sarason (US)		
Percentagem de casados		80 %		80 %
Diferença de idades entre cônjuges		3 anos		3 anos

A evolução das responsabilidades com serviços passados resume-se conforme segue:

Responsabilidades por serviços passados	2013			2012		
	Reformados e pensionistas	Trabalhadores no ativo	Total	Reformados e pensionistas	Trabalhadores no ativo	Total
Valor no início do ano	49 145	27 912	77 057	41 722	19 216	60 938
Despesas pagas	(1915)	–	(1915)	(2143)	–	(2143)
Custo do serviço corrente	–	1227	1227	–	782	782
Custos dos juros	1238	703	1942	1612	742	2354
Ganhos e perdas atuariais	(1762)	(7155)	(8917)	7954	7172	15 126
Valor no final do ano	46 706	22 688	69 394	49 145	27 912	77 057

Em 31 de dezembro de 2013 a duração modificada das responsabilidades era de 14,1 anos. De acordo com a política contabilística, apresentada no ponto 1.2. m) da Nota 1, os valores do custo dos juros e do custo do serviço corrente foram reconhecidos em gastos com pessoal (ver Nota 28) e as perdas atuariais em resultados transitados (ver Nota 21).

A população considerada para o cálculo destas responsabilidades é a seguinte:

Número de participantes	31-12-2013	31-12-2012
Ativos	1733	1683
Reformados e Pensionistas	2440	2393
	4173	4076

A idade média da população abrangida é de 61,3 anos (45,2 anos os empregados ativos, 71,8 anos os reformados e 75,7 anos os pensionistas).

- **Prémios de antiguidade e outros encargos por passagem à reforma**

No quadro seguinte apresentam-se os riscos considerados de maior relevo:

Categoria Sub-Risco	Definição do Risco
Risco de taxa de juro	Risco de redução das taxas de juro, traduzindo-se num aumento de responsabilidades associadas a estes benefícios.
Risco de subavaliação da evolução salarial	Risco de a progressão na carreira e a inflação incorporada serem superiores ao pressuposto nas avaliações atuariais, traduzindo-se num aumento de responsabilidades associadas a estes benefícios.

A evolução das responsabilidades com serviços passados resume-se conforme segue:

Responsabilidades por serviços passados	2013	2012
Valor no início do ano	13 084	12 561
Prémios e gratificações pagos	(1734)	(2119)
Custo do serviço corrente	852	750
Custos dos juros	370	514
Ganhos e perdas atuariais	(559)	1378
Valor no final do ano	12 013	13 084

Em 31 de dezembro de 2013 a duração modificada das responsabilidades era de 8,1 anos.

O valor de desvios atuariais referentes a estas responsabilidades foi reconhecido diretamente em resultados (ver Nota 27).

Os principais pressupostos atuariais e financeiros utilizados para o cálculo destas responsabilidades são os seguintes:

	Pressupostos atuariais e financeiros utilizados			
	31-12-2013	01-01-2013	31-12-2012	01-01-2012
Taxa de desconto	3,334 %	2,819 %	2,819 %	4,080 %
Taxa de crescimento da massa salarial				
1.º ano	1,000 %	1,000 %	1,000 %	1,000 %
anos seguintes	2,836 %	2,959 %	2,959 %	2,773 %
Tabelas utilizadas				
- de mortalidade		TV 88/90		
- de invalidez		1978 - S.O.A. Trans. Male (US)		
- de <i>turnover</i>		T-1 Crocker Sarason (US)		
Momento de atribuição da pensão de reforma no FPBP	65 anos		65 anos	
Momento de atribuição da pensão de reforma no RGSS	66 anos		65 anos	

A população considerada para o cálculo destas responsabilidades em dezembro de 2013 é de 1733 participantes (2012: 1683 participantes).

• **Fundo de Pensões do Banco de Portugal – Plano de contribuição definida**

As alterações aos Acordos de Empresa do Banco de Portugal (AE) publicadas em 22 de junho de 2009 no Boletim do Trabalho e Emprego estabeleceram a criação de um plano complementar de pensões de contribuição definida, financiado através de contribuições do Banco e dos trabalhadores, para os empregados do Banco de Portugal admitidos no sistema bancário a partir de 3 de março de 2009 e inscritos no regime geral da segurança social por força do Decreto-Lei n.º 54/2009 de 2 de março (ver ponto 1.2 I) da Nota 1). Este plano foi criado no ano de 2010, com efeitos reportados a 23 de junho de 2009.

Este Plano Complementar de contribuição definida, contributivo e de direitos adquiridos

é de adesão facultativa para os participantes e obrigatória para o Associado sempre que o participante adira ao Plano.

O Banco de Portugal constituiu um fundo de pensões fechado com vista à criação de um veículo de financiamento alternativo, à disposição dos seus trabalhadores. Estes têm a possibilidade de aderir a este fundo, ou a outro de natureza similar, tendo também a responsabilidade de escolher o perfil de investimento para aplicação das suas contribuições. Estas opções podem ser alteradas anualmente por iniciativa do trabalhador.

No final de 2013, o plano complementar de pensões financiado através deste fundo de pensões abrangia 391 participantes (2012: 276).

Na constituição deste Fundo o Banco de Portugal realizou uma entrega inicial de 5 milhões de euros, a qual constituiu uma conta reserva em seu nome, designada Conta Reserva Associado (CRA). As unidades de participação

da CRA serão transferidas mensalmente para as contas individuais dos participantes pelos valores correspondentes:

- às contribuições que incumbem ao Banco de Portugal e
- às contribuições da responsabilidade dos participantes (através da retenção destas verbas aquando do processamento mensal de salários)

A 31 de dezembro de 2013 o património do Fundo é constituído por 5183 milhares de euros repartidos da seguinte forma:

Unidades de participação (em valor)	31-12-2013	31-12-2012
CRA (Ver Nota 12)	4501	4722
Contas individuais dos participantes	681	408
	5183	5130

Nota 33 • Gestão de riscos

A gestão do risco no Banco de Portugal não visa unicamente assegurar a sustentabilidade e rentabilidade da própria instituição, mas também, num primeiro plano, contribuir para a manutenção da estabilidade financeira do sistema bancário português e assegurar a sua plena participação no Eurosistema. Assim, o Banco de Portugal tem, por conseguinte, como especial preocupação o cumprimento de uma política de gestão de riscos rigorosa e prudente.

O Conselho de Administração procede ao acompanhamento permanente da gestão integrada dos riscos financeiros e operacionais, que é assegurada pelo Departamento de Gestão de Risco, em articulação com a Comissão para o Risco e Controlo Interno (CRCI) e os restantes departamentos do Banco, tendo em atenção o perfil e grau de tolerância ao risco definidos.

- Gestão dos Riscos Financeiros

Os riscos financeiros compreendem, fundamentalmente, o risco de mercado e de crédito decorrentes sobretudo das operações de gestão de ativos de investimento próprios e da participação na política monetária do Eurosistema. Estes últimos incluem não só as operações convencionais de política monetária, mas também as carteiras associadas aos programas de intervenção.

O risco de mercado está associado às perdas decorrentes das flutuações dos preços e taxas de mercado, compreendendo, portanto,

o risco de taxa de juro, o risco cambial e o risco de preço do ouro. O acompanhamento e controlo do risco de mercado são assegurados por recurso a indicadores de *value at risk/expected shortfall*, entre outros, produzidos e monitorizados numa base diária, bem como pela realização regular de exercícios de stress testing.

O risco de crédito está associado às perdas decorrentes da incapacidade das contrapartes e emitentes cumprirem as suas obrigações contratuais. A redução do valor de mercado dos ativos, resultante da degradação do perfil creditício das contrapartes e emitentes, integra-se também na noção de risco de crédito. Para acompanhamento e monitorização deste risco, são produzidos regularmente indicadores de *value at risk/expected shortfall* para as carteiras de ativos próprios e para os portfólios de intervenção.

O risco das operações de gestão de ativos é controlado através da imposição de um conjunto de critérios de elegibilidade e de limites que constam de Normas Orientadoras aprovadas pelo Conselho de Administração. No caso do risco de crédito, os referidos critérios e limites são baseados nas classificações de risco atribuídas pelas agências de *rating* e incorporam uma avaliação qualitativa de toda a informação disponível, incluindo o recurso a indicadores de mercado. O controlo do risco de mercado baseia-se na aplicação de limites ao *value at risk*, bem como na imposição de limites ao posicionamento cambial,

recorrendo-se ainda ao acompanhamento da evolução de medidas de sensibilidade ao risco de taxa de juro, tais como a *modified duration*.

A valorização, avaliação, atribuição de performance e o controlo de limites e restrições das operações de gestão de ativos é assegurado por um sistema de informação de gestão de reservas e ativos, idêntico ao utilizado pelo Banco Central Europeu e pela generalidade dos bancos centrais nacionais que integram o Eurosistema. Este sistema assegura também a liquidação financeira das operações e a monitorização das posições e das principais medidas de risco. Complementarmente, para cálculo do *value at risk / expected shortfall* e do *credit value at risk / expected shortfall*, recorre-se também a softwares comerciais de referência.

A exposição a risco de crédito decorrente das operações de política monetária resulta da parcela da exposição global do Eurosistema que é imputável ao Banco de Portugal, de acordo com a respetiva chave de capital, bem como das operações cujo risco é diretamente assumido pelo Banco.

O controlo dos riscos destas operações é assegurado pela aplicação de um conjunto de regras e procedimentos definidos ao nível do Eurosistema, sendo o acompanhamento e monitorização realizados através do recurso a uma bateria de indicadores agregados de risco produzidos pelo Banco Central Europeu. A verificação do cumprimento das restrições e limites relevantes é assegurado por um conjunto de sistemas aplicativos desenvolvidos internamente pelo Banco de Portugal. No caso particular das carteiras de intervenção, constituídas no âmbito das medidas não convencionais de política monetária, o Banco de Portugal procede a um acompanhamento regular da sua exposição tendo por base medidas de *credit value at risk / expected shortfall* produzidas internamente.

• Gestão dos Riscos Operacionais

O risco operacional está associado a perdas resultantes de falhas ou da inadequação dos processos internos, das pessoas ou dos sistemas, ou ainda decorrentes de eventos externos.

O âmbito de aplicação do processo de gestão do risco operacional compreende todos os processos, atividades, funções, tarefas, operações e projetos que possam pôr em risco a prossecução da missão e dos objetivos do Banco, decorrentes da legislação, da participação no Sistema Europeu de Bancos Centrais e de outros requisitos que possam ter qualquer impacto negativo relevante sobre a atividade e património do Banco.

A política e a metodologia de gestão do risco operacional no Banco seguem, nas suas linhas gerais, o enquadramento para a gestão de risco operacional aprovado a nível do Eurosistema / SEBC, com os ajustamentos que decorrem de alguns aspetos particulares do Banco, e têm em conta os *standards* internacionais e as políticas e práticas geralmente seguidas, nesta matéria, pela comunidade dos bancos centrais.

Notas

1. Totais / subtotais incluídos nos quadros e gráficos apresentados podem não coincidir devido a arredondamentos, uma vez que, nesta secção, os valores estão apresentados em milhões de euros.
2. Orientação do Banco Central Europeu, de 11 de novembro de 2010, relativa ao enquadramento jurídico dos processos contabilísticos e da prestação de informação financeira no âmbito do Sistema Europeu de Bancos Centrais (BCE/2010/20)
3. IFRS: *International Financial Reporting Standards*
4. *Net Asset Value* (NAV) = Valor dos ativos subtraído do valor dos passivos das entidades participadas, multiplicado pela percentagem de participação do Banco de Portugal nessas entidades.
5. Decisão do Banco Central Europeu, de 13 de dezembro de 2010, relativa à emissão de notas de euro (BCE/2010/29), JO L 35, 9/2/2011, p. 26.
6. "Tabela de repartição de notas de banco": percentagens que resultam de se levar em conta a participação do BCE no total da emissão de notas de euro e de se aplicar a tabela de repartição do capital subscrito à participação dos BCN nesse total.
7. Decisão do Banco Central Europeu, de 25 de novembro de 2010, relativa à repartição dos proveitos monetários dos bancos centrais nacionais dos Estados-Membros cuja moeda é o euro (BCE/2010/23), alterada subsequentemente pela Decisão BCE/2011/18, de 03 de novembro de 2011.
8. Decisão do Banco Central Europeu, de 25 de novembro de 2010, relativa à distribuição intercalar dos proveitos do Banco Central Europeu decorrentes das notas de euro em circulação e dos títulos adquiridos ao abrigo do programa dos mercados de títulos de dívida (BCE/2010/24), alterada subsequentemente pela Decisão BCE/2012/33, de 19 de dezembro de 2012.
9. Decisão do BCE de 2 de julho de 2009 que implementou o programa de compra de obrigações hipotecárias (BCE/2009/16) e Decisão do BCE de 3 de novembro de 2011 que implementou o segundo programa de compra de obrigações hipotecárias (BCE/2011/17).
10. Decisão do BCE de 14 de maio de 2010 que estabeleceu o programa de estabilização do mercado de títulos no âmbito do Eurosistema (BCE/2010/5).
11. A tabela de repartição é também ajustada em resultado do alargamento da União Europeia (UE) a novos Estados-Membros.
12. De acordo com o enquadramento contabilístico definido pelo Eurosistema relativo à emissão de notas, foi atribuída ao BCE uma dotação de emissão de 8 por cento do total das notas de euro em circulação. Os restantes 92 por cento foram distribuídos pelos BCN de acordo com a respetiva chave de subscrição do capital do BCE. A dotação de notas de euro em circulação repartidas por cada BCN é relevada na rubrica de balanço Notas em circulação.
13. Inclui o resultado do método de cálculo do rendimento monetário para 2013, no valor de +3269 milhares de euros, e acertos de anos anteriores no montante de +336 milhares de euros (ver Nota 8).
14. Inclui o resultado do método de cálculo do rendimento monetário para 2012, no valor de +94 902 milhares de euros, e acertos de anos anteriores no montante de +2209 milhares de euros (ver Nota 8).
15. Extinta por este Decreto-Lei.

4. Relatório dos auditores externos



Relatório de Auditoria

Exmo. Conselho de Administração

Introdução

1 Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Banco de Portugal, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2013, a Demonstração dos resultados e a Demonstração das alterações nos capitais próprios do exercício findo naquela data, bem como um resumo das políticas contabilísticas significativas e outra informação explicativa.

Responsabilidades do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

2 O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriada destas demonstrações financeiras de acordo com os princípios contabilísticos constantes do Plano de Contas do Banco de Portugal e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.

Responsabilidades do Auditor

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião sobre estas demonstrações financeiras com base na nossa auditoria, a qual foi conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Essas Normas exigem que cumpramos com requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria para obter garantia razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.

4 Uma auditoria envolve a execução de procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou a erro. Ao fazer essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras pelo Banco a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contabilísticas usadas e da razoabilidade das estimativas contabilísticas efetuadas pelo Conselho de Administração, bem como a avaliação da apresentação global das demonstrações financeiras.

5 Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matrikulada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 9077

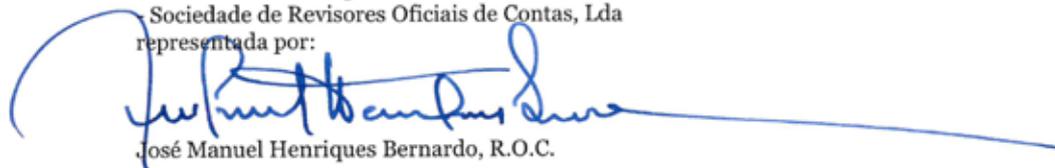
PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

Opinião

6 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco de Portugal em 31 de dezembro de 2013, o resultado das suas operações e as alterações nos capitais próprios no exercício findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos constantes do Plano de Contas do Banco de Portugal, os quais se encontram resumidos na Nota 1 das Notas às demonstrações financeiras.

28 de fevereiro de 2014

PricewaterhouseCoopers & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
representada por:



José Manuel Henriques Bernardo, R.O.C.

5. Relatório e parecer do conselho de auditoria

EXERCÍCIO DE 2013

Nos termos da alínea c) do n.º 1. do artigo 43.º da Lei Orgânica do Banco de Portugal, vem o Conselho de Auditoria apresentar o Relatório e emitir o seu Parecer sobre o Balanço e as Contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, documentos aprovados em sessão do Conselho de Administração de 25 de fevereiro de 2014.

Relatório

1. No âmbito das suas competências o Conselho de Auditoria acompanhou o funcionamento do Banco através da participação dos seus membros, sem direito a voto, nas reuniões do Conselho de Administração, e da documentação emitida, nomeadamente, pelos Departamentos de Contabilidade e Controlo e de Auditoria.

A análise das situações contabilísticas mensais permitiu, de igual modo, o acompanhamento da situação económica e financeira do Banco.

A confirmação de bens e valores à guarda das diversas unidades do Banco continuou a ser feita pelos respetivos responsáveis e pelo Departamento de Auditoria, em regime de programação prévia, tendo o Conselho de Auditoria acompanhado as conferências de fim de ano efetuadas na Sede e no Complexo do Carregado.

Nas suas reuniões, o Conselho de Auditoria apreciou as comunicações que lhe foram remetidas, elaborando sobre as mesmas os documentos de trabalho julgados oportunos e formalizando pareceres ou recomendações sempre que tal se mostrou necessário, conforme consta das respetivas atas.



O Conselho reuniu com o Auditor Externo do Banco sobre os temas mais importantes relacionados com a atividade desenvolvida em 2013 e sobre o respetivo plano para 2014.

Nos termos do n.º 10 do Regulamento do Conselho de Auditoria, o Conselho elabora, anualmente, um plano e um relatório de atividades.

O Conselho apreciou e emitiu parecer, nos termos da Lei Orgânica, sobre o Orçamento de Exploração do Banco para 2014.

Para além das atribuições consignadas na Lei Orgânica do Banco de Portugal e no Regulamento do Conselho de Auditoria, o Conselho continuou a acompanhar, ao abrigo de legislação própria, o funcionamento dos Fundos de Garantia de Depósitos, Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo, Fundo de Resolução e Fundo de Contragarantia Mútuo e a emitir pareceres sobre os seus Relatórios e Contas anuais.

2. A atividade do Banco encontra-se explanada no Relatório do Conselho de Administração que inclui adequada informação sobre a sua situação económica e financeira relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

As “*Notas às demonstrações financeiras*” contêm detalhada informação, quer sobre a apresentação dessas demonstrações, quer sobre as principais políticas contabilísticas e critérios valorimétricos adotados.

Destacam-se, a seguir, as principais variações ocorridas nas demonstrações financeiras, relativamente ao exercício anterior:

Ativo

- diminuição de 4 795 milhões (M) de euros na rubrica “*Ouro*”, resultante unicamente da evolução negativa da cotação, sem qualquer variação na quantidade existente, que se mantém em 382,5 toneladas;



- diminuição de 131 M de euros em “*Ativos de gestão (líquidos)*”, relativos à redução de 620 M de euros na carteira de investimento a vencimento em euros e acréscimos de 297 M de euros na carteira de negociação em moeda estrangeira e 191 M de euros na carteira de negociação em euros;
- diminuição de 5 874 M de euros em “*Ativos de política monetária*”, sendo redução de 4 920 M de euros relativos a operações de financiamento às IC e redução de 953 M de euros em títulos detidos para fins de política monetária;
- aumento de 3 124 M de euros na rubrica “*Ativos sobre o Eurosistema*” proveniente, essencialmente, do efeito conjugado do aumento da circulação do Eurosistema e do aumento do diferencial positivo entre as notas recolhidas e as colocadas em circulação pelo Banco.

Passivo

- aumento de 1 300 M de euros na rubrica “*Notas em circulação*”, reflexo do aumento da circulação global a nível do Eurosistema e da respetiva quota-parte atribuída ao Banco de Portugal;
- aumento de 83 M de euros na rubrica “*Responsabilidades p/ com as IC - operações de política monetária em euros*”, resultante, principalmente, de depósitos à ordem e de operações de facilidade de depósito;
- aumento de 2 146 M de euros na rubrica “*Responsabilidades para com outras entidades*” proveniente, essencialmente, dos valores de depósitos do IGCP referentes a fundos recebidos no âmbito do programa de assistência financeira a Portugal; estes fundos não originam qualquer ganho ou perda para o Banco, sendo, portanto, garantido o princípio da neutralidade relativamente àquele programa;
- redução de 6 461 M de euros na rubrica “*Responsabilidades para com o Eurosistema*” essencialmente associadas às contas TARGET (liq.).



Recursos próprios

Assinala-se que os recursos próprios do Banco de Portugal (diferenças de reavaliação, provisão para riscos gerais, capital próprio, reservas, resultados transitados e resultado líquido do período) atingiram, no final de 2013, o montante de 12 589 M de euros, correspondendo a uma redução de cerca de 4 865 M de euros no exercício em referência. Para esta diminuição contribuíram: (i) – 4 899 M de euros nas diferenças de reavaliação e, essencialmente, as relativas ao ouro; (ii) -196 M de euros no resultado líquido do período; (iii) +130 M euros nas provisões para riscos gerais; (iv) +91 M de euros em resultados transitados; e v) +9 M de euros no capital e reservas.

Conta de Resultados

- diminuição de 76 M de euros na “*Margem de juros*”, explicada essencialmente pela redução nos juros e outros rendimentos equiparados ter superado o decréscimo dos juros e outros gastos equiparados;
- diminuição de 96 M de euros na rubrica “*Resultados realizados em operações financeiras*”, proveniente, essencialmente, das perdas realizadas em operações cambiais e decréscimo das valias realizadas em operações com a carteira de negociação em euros;
- aumento de 112 M de euros nos “*Prejuízos não realizados em operações financeiras*”, devido, essencialmente, a operações cambiais, 55 M de euros, e desvalorização do preço de títulos, 60 M de euros;
- aumento de 34 M de euros nos “*Rendimentos de ações e participações*”;
- diminuição de 102 M de euros no “*Resultado líquido da repartição do rendimento monetário*”;
- reforço das provisões em 130 M de euros, para cobertura de riscos gerais;
- aumento de 8 M de euros nos “*Gastos de natureza administrativa*”, devido essencialmente (i) ao aumento nos “*gastos com pessoa*” em cerca de 16 M de



euros, em consequência primordialmente do reforço do quadro de pessoal técnico para fazer face ao acréscimo de responsabilidades no âmbito da supervisão e do Acórdão do Tribunal Constitucional relativo ao subsídio de férias de 2012, (ii) à diminuição de 3 M de euros nos “*fornecimentos e serviços de terceiros*”; e (iii) ao decréscimo de 4 M de euros nas “*depreciações e amortizações do período*”;

- diminuição de 197 M de euros no “*resultado líquido do período*”, proveniente fundamentalmente da diminuição da margem de juros, dos resultados negativos realizados e não realizados em operações financeiras, do resultado líquido da repartição do rendimento monetário, assim como do reforço da provisão para riscos gerais.

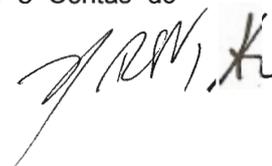
3. O exercício de 2013 apresenta um saldo positivo de 253 013 324,72 euros para o qual o Conselho de Administração irá apresentar, de acordo com o estipulado no n.º 2. do art.º 53.º da Lei Orgânica, ao Ministro de Estado e das Finanças, a seguinte proposta de aplicação de resultados:

- 10 % para reserva legal	25 301 332,47 euros
- 10 % para outras reservas	25 301 332,47 euros
- nos termos da alínea c) o remanescente para o Estado a título de dividendos	202 410 659,78 euros

4. Os Auditores Externos emitiram o seu relatório sem quaisquer reservas ou ênfases.

Parecer

Face ao exposto e apoiado nas análises aos documentos e nas informações obtidas, o Conselho de Auditoria dá parecer favorável à aprovação do Balanço e Contas do



exercício de 2013 do Banco de Portugal, bem como à proposta de aplicação de resultados antes referida.

Ao Governador, ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores do Banco, o Conselho de Auditoria agradece a colaboração prestada.

Lisboa, 25 de março de 2014

O CONSELHO DE AUDITORIA



Emílio Rui da Veiga Peixoto Vilar



Rui José da Conceição Nunes



Amável Alberto Freixo Calhau

